As Ciências Sociais e os pioneiros

nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil

Alba Zaluar

Antônio Luiz Paixão – *In memoriam*

César Barreira

Claudio Beato

Edmundo Campos Coelho – *In memoriam*

Gláucio Soares

José Vicente Tavares dos Santos

Julita Lemgruber

Luciano de Oliveira

Luiz Antonio Machado da Silva

Luiz Eduardo Soares

Maria Stela Grossi Porto

Michel Misse

Paulo Sérgio Pinheiro

Roberto Kant de Lima

Sérgio Adorno

Organização

Renato Sérgio de Lima
José Luiz Ratton

Participação

Candido Mendes de Almeida
Elizabeth Leeds
Jacqueline Sinhoretto
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro
Renan Springer de Freitas

Fórum Brasileiro de Segurança Pública
INCT
urbania
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

As Ciências Sociais e os pioneiros

nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil

Renato Sérgio de Lima

José Luiz Ratton

Primeira Edição
São Paulo, 2011

Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Urbania
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil

Ficha Institucional

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente do Conselho de Administração
Luciene Albuquerque

Conselho de Administração
Elizabeth Leeds - *Presidente de Honra* / Arthur Trindade Carlos Sant'anna / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / Jésus Barreto / José Luiz Ratton / José Marcelo Zacchi / Paula Poncioni / Sérgio Abreu / Washington França

Secretário Executivo
Renato Sérgio de Lima

ANPOCS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Presidente
Marcos Costa Lima (UFPE)

Secretário Executivo
Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Secretário Adjunto
Julio Simões (USP)

Diretoria
Andréa Zhouri (UFMG)
Flávia Biroli (UnB)
Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Ficha Técnica

Preparação de textos
Juliana Vinuto
Samira Bueno

Copidesque
Vania Regina Fontanesi

Tradução do Prefácio
Paulo Silveira

Transcrições e revisões
Alexandre Buarque
Beatriz Rodrigues
Camila Fernandes
Gregor de Rooy
Lize Marchini
Thais Silva

Capa e Edição de Arte
Urbania

Agradecimentos
Antonio Augusto Prates
Charles Pessanha
Magda Prates Coelho

C569

As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil / organização: Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton. – São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

304 p.

ISBN – 978-85-65102-00-1

1. Criminologia 2. Violência – Brasil 3. Direitos humanos – Brasil 4. Segurança pública – Brasil 5. Políticas públicas – Brasil 6. Entrevistas. I. Lima, Renato Sérgio de. II. Ratton, José Luiz

CDD 22.ed – 364

Urbania Editorial
Rua Atibaia, 420
Pacaembu São Paulo SP Brasil
01235-010
Tel.: + 55 (11) 3828-3991
www.urbania.com.br

© Copyright, 2011, autores Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton, editores Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Urbania e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Sumário

Prefácio
Elizabeth Leeds 7

Trajetórias Intelectuais e Representações no Campo da Segurança Pública
Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton 11

Entrevistas

Michel Misse
Por Renato Sérgio de Lima 14

Julita Lemgruber
Por José Luiz Ratton e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro 30

Paulo Sérgio Pinheiro
Por Renato Sérgio de Lima 44

Alba Zaluar
Por Renato Sérgio de Lima 58

Sérgio Adorno
Por Renato Sérgio de Lima 76

Luciano de Oliveira
Por José Luiz Ratton 98

Roberto Kant de Lima
Por Jacqueline Sinhoretto 116

Luiz Antonio Machado da Silva
Por Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro 146

José Vicente Tavares dos Santos
Por Renato Sérgio de Lima 176

César Barreira
Por José Luiz Ratton 192

Maria Stela Grossi Porto
Por Renato Sérgio de Lima 208

Luiz Eduardo Soares
Por José Luiz Ratton 234

Gláucio Soares
Por Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro 256

Claudio Beato
Por José Luiz Ratton 280

In Memoriam

Edmundo Campos Coelho (1939-2001)
Por Renan Springer de Freitas 297
Por Candido Mendes de Almeida 299

Antônio Luiz Paixão (1947-1996)
Por Edmundo Campos Coelho 302

Prefácio

Elizabeth Leeds

Que a ideia de realizar e produzir este livro tenha sido meramente concebida já é fato bastante revelador. Reflete o rápido crescimento de um novo campo de estudo cujas raízes se encontram em diversas disciplinas das ciências sociais, mas cuja origem reflete uma das questões mais urgentes da atualidade, qual seja, a crise resultante do aumento das taxas de violência e criminalidade, bem como a incapacidade dos sistemas judiciário e de segurança pública em lidar com a situação de forma adequada e com respeito à pessoa humana. Este livro constitui uma radiografia arqueológica desse novo campo. Explora, com cada entrevistado, a origem de seu interesse no assunto, as raízes intelectuais que influenciaram e informaram esse interesse, assim como a trajetória que levou cada um desses estudiosos pioneiros a contribuir e influenciar esse campo.

Outro marco a ser destacado é que o livro constitui uma coprodução do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da ANPOCS, o que demonstra a aceitação, no universo acadêmico, das questões da violência, criminologia, segurança pública e justiça (ou a falta dela) como áreas de estudo legítimas. A relutância – justificável – dos acadêmicos em embarcar em estudos nessas áreas, ou em formar parcerias com as polícias para fins de estudo ou formação, foi-se gradualmente corroendo nos últimos 20 anos, graças ao papel desbravador dos estudiosos entrevistados neste livro, os quais reconheceram a necessidade de as ciências sociais abordarem essas questões com rigor. Lembro-me bem quando Sérgio Adorno e eu, com o apoio da Fundação Ford, organizamos um Colóquio sobre segurança pública na ANPOCS em 1998. Foi um ato realmente revolucionário – um evento em duas sessões com policiais fardados misturados ao

mundo acadêmico. O desconforto certamente foi sentido mais pelos acadêmicos do que pelos policiais. Nos doze anos que sucederam o encontro, os temas da violência, justiça e segurança pública estiveram cada vez mais presentes nos títulos dos GTs da ANPOCS, o que gradualmente legitimava essas questões junto à academia.

O interesse original de cada um desses pioneiros pelos temas da violência, acesso à justiça e segurança pública reflete, de um lado, a realidade sociopolítica brasileira do final da década de 70 e início dos anos 80 e, de outro, as influências intelectuais que esses estudiosos adotaram para entender os desafios da transição democrática em sua multiplicidade de formas. Entre esses desafios podem-se incluir, entre outros, o acesso à justiça e a aplicação da lei, a persistência de uma sociedade autoritária e as implicações para as populações marginalizadas, a violência rural e o impacto na luta pela justa distribuição de terra, taxas crescentes de violência urbana e o fato de que as instituições de segurança pública se mostravam incapazes de evoluir, a partir do papel de defensoras do estado, em direção ao de protetoras dos cidadãos.

Esses pioneiros buscaram inspiração, em um primeiro momento, no trabalho de cientistas sociais e filósofos políticos europeus. Hobbes, Durkheim, Weber, Gramsci, Elias, Wittgenstein, Foucault, Bourdieu e Arendt aparecem com frequência nestas páginas no papel de influências formadoras. No entanto, foram Antônio Luiz Paixão, da UFMG, e Edmundo Campos Coelho, da, IUPERJ, que introduziram o campo da criminologia no Brasil, compartilhando generosamente a sua paixão pelo assunto com uma nova geração de cientistas sociais que hoje constitui a comunidade de especialistas nesse campo.

A influência de Paixão foi muito além da semeadura de raízes intelectuais. O estudioso foi não apenas o precursor dos estudos sobre a polícia no Brasil, também inaugurou a primeira parceria entre a universidade e a polícia, dando início à quebra da barreira que isolava a formação policial e estimulando o interesse pelos estudos sobre segurança pública junto aos policiais e a uma nova geração de estudantes universitários. As implicações dessa abertura talvez constituam o mais importante impacto desse novo campo de estudo, ou seja, o interesse dos estudiosos das ciências sociais aplicadas em influenciar políticas públicas. A rigidez da educação superior brasileira opôs um obstáculo à formação e pesquisa em políticas públicas de modo geral e em segurança pública em particular, com a sua ênfase nas questões teóricas e sua resistência à pesquisa em ciências sociais aplicadas, incluindo o estabelecimento de um mestrado profissionalizante, o que limitou a análise das políticas públicas a abordagens mais tradicionais, com um viés de administração pública. A contribuição de Paixão no sentido de quebrar essas barreiras é visível na fala de muitos dos entrevistados que optaram por influenciar políticas públicas. Na realidade, o próprio interesse desses cientistas sociais pelas políticas públicas já representa um importante avanço.

Apesar desses avanços, ainda existem barreiras entre o mundo acadêmico e a polícia. Em 2009 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com apoio da FAPESP, fez uma pesquisa com o título "Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos termos de violência e da segurança pública a suas relações

com as políticas públicas da àrea adotadas nas duas últimas décadas," sob coordenação do Renato Sérgio de Lima. A conclusão geral da pesquisa é que apesar do grande aumento da produção acadêmica nessas áreas temáticas, existe ainda uma distância e desconfiança mútua enorme entre os pesquisadores e os profissionais e gestores da segurança pública.

Porque estas parcerias são importantes? Primeiro, além do desejo de ampliar o relativamente novo campo de conhecimento na área da segurança pública e especialmente da polícia, o reconhecimento por parte da academia de que constituem campos de conhecimento legítimos era importante para o processo de reforma em si. Nos Estados Unidos, por exemplo, o grande salto representado pela criação de faculdades de justiça criminal dentro de universidades tradicionais, 40 e 50 anos atrás, foi um fator importante no longo processo da reforma das polícias, como menciona David Bayley. Policiais frequentemente fazem cursos de graduação, mestrado e doutorado ao longo da carreira.

Além disso, essas parcerias dão continuidade à formação e pesquisa aplicada quando mudanças políticas fora da universidade alteram não somente o ambiente de reforma, mas também as possibilidades de continuidade das conquistas já realizadas. Oportunidades de avanços nas políticas públicas são criadas naqueles momentos de abertura política, como a eleição de um governador com visão, vontade política e coragem de efetuar mudanças institucionais, oportunidades que talvez durem quatro ou oito anos. Todos conhecemos casos de progresso que não ultrapassam a gestão de um governador ou outro. A preocupação, por parte das universidades, em lidar com questões de segurança pública aumenta as chances de continuidade, geralmente perdida com mudanças bruscas de gestão.

Sinto orgulho e gratidão por ter tido a possibilidade de apoiar e encorajar a pesquisa de muitos desses acadêmicos pioneiros enquanto ocupei o cargo de Oficial de Programas da Unidade Brasileira da Fundação Ford, de 1997 a 2003. Espero sinceramente que as sementes plantadas naqueles anos continuem a dar fruto, e que os inevitáveis retrocessos sejam finalmente superados pela institucionalização de políticas públicas devidamente reconhecidas como direitos da cidadania numa democracia.

Trajetórias Intelectuais e Representações no Campo da Segurança Pública

Renato Sérgio de Lima
José Luiz Ratton

A sociedade brasileira tem passado por um acelerado processo de mudança nos últimos 40 anos. As formas de expressão e de percepção da violência e do crime, bem como as maneiras como o Estado e os distintos grupos sociais reagem diante destas situações, encontram-se entre algumas das principais transformações. A despeito de tais fatos, permanências e continuidades com o passado histórico, tanto longínquo quanto recente, ainda atuam na conformação da produção dos referidos fenômenos.

Buscamos, neste livro, resgatar as trajetórias dos artífices do campo de estudos e pesquisas sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. Entendemos que a própria nomeação de tal campo é controversa, tanto no âmbito normativo quanto nos planos teórico e empírico, e que nem todos os envolvidos neste processo compartilham da ideia de que foram criadores do mesmo. Mas nos parece que todos aqueles cuja trajetória foi recuperada neste livro, seja por meio de entrevistas, seja pelos obituários, contribuíram ativamente no processo de construção de uma área de pesquisa que tem como objetos de atenção a explicação e a compreensão da violência e da criminalidade, suas formas de representação, assim como as distintas dinâmicas de reação social e estatal.

Estão presentes neste livro aqueles que, desde meados das décadas de 1970 e 1980, construíram uma reflexão sistemática e permanente, voltada, prioritariamente, para as questões sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança. Desta maneira, ajudaram a formar um diversificado campo de orientações valorativas, teóricas e metodológicas, que influenciaram e influenciam as pesquisas e estudos no Brasil até hoje, em diferentes contextos institu-

cionais: no espaço da construção da pós-graduação dentro das universidades públicas brasileiras; nos ambientes governamentais e não-governamentais da atividade política; e em diferentes foros nacionais e internacionais.

Por certo, inúmeros outros nomes contribuíram e contribuem para o adensamento desse campo de estudos e pesquisas que, a partir dos anos 2000, se convencionou a chamar, de forma um tanto imprecisa, de "segurança pública", o que nos faz reconhecer o dinamismo e a importância das múltiplas orientações axiológicas e abordagens teórico-metodológicas, de alguma maneira propostas pelos entrevistados desse livro. As trajetórias individuais foram reconstruídas, na medida do possível, relacionando-as com a elaboração dos programas de pesquisa e suas dimensões empíricas e tentando ressaltar os elementos institucionais e as dimensões da própria sociedade brasileira que influenciaram os percursos dos pesquisadores aqui entrevistados.

Os entrevistados foram motivados a refletir sobre o papel do intelectual, das ciências sociais e da própria universidade diante das políticas públicas de segurança no país. E, na confirmação da multiplicidade do campo, emergiram diferentes formas de se pensar a violência, o crime e suas construções sociais, distintas maneiras de compreender o papel das organizações estatais de controle do crime e diversas concepções acerca das políticas públicas de segurança e do lugar dos cientistas sociais em sua atividade acadêmica.

Observa-se que, em todos os depoimentos, emerge algum tipo de formulação sobre a conexão entre a produção acadêmica e a arena das políticas públicas, visto tratar-se de temática tanto no sentido de uma abordagem crítica quanto como resposta às demandas sociais sob forma de pesquisa aplicada. Discutem-se as estratégias para produção de conhecimento qualificado e crítico, bem como os limites e as possibilidades de transferi-lo à sociedade sob forma de políticas públicas consequentes, que contribuam para a transformação dos cenários existentes. Interroga-se sobre as possibilidades e as condições de diálogo e cooperação entre academia e instituições, entre pesquisadores e operadores do sistema de justiça e segurança, não obstante haver dificuldades para garantir que os estudos sejam considerados na tomada de decisão em políticas públicas.

Como resultado do trabalho destes pioneiros e desbravadores entrevistados, verifica-se no Brasil, nos últimos 20 anos, a consolidação de olhares próprios das ciências sociais sobre o tema da violência e da criminalidade, que têm ido além da perspectiva quase exclusivamente jurídica e especialmente do direito penal, outrora hegemônica. Ainda como fruto da atividade dos que neste livro foram entrevistados, destacam-se a formação de novas gerações de pesquisadores, entre os quais nos incluímos, e a expansão das pesquisas empíricas nas últimas décadas.

Alguns dos entrevistados indicam, de forma pertinente, como a reflexão teórica produzida no Brasil, no campo de estudos sobre crime e violência, ainda é incipiente, enquanto outros apontam preocupações no sentido de ampliação e sofisticação metodológica e empírica das inúmeras pesquisas em curso.

Outra constatação que emerge de algumas entrevistas é que não cabe à academia uma agenda exclusivamente aplicada às políticas públicas, por maiores que sejam as demandas de segmentos governamentais e da sociedade, bem como os recursos dispo-

níveis. O contraponto de tal postura, advertido por outros pesquisadores, pode ser o isolamento da universidade em relação aos problemas do país.

Como as entrevistas demonstraram, há um campo de disputas acerca do papel do intelectual, em especial aquele ligado às universidades e ao desafio de produzir teorias e métodos cientificamente robustos e socialmente relevantes. Do tema das prisões, identificado por quase todos os entrevistados como aquele que inaugurou a tradição de estudos nas ciências sociais em nosso país, aos novos temas emergentes, como aqueles sobre o papel dos municípios na segurança e/ou sobre a produção de pesquisas aplicadas em segurança pública, estão em curso, ao que tudo indica, processos de negociação e disputa sobre os conteúdos e o alcance das agendas e programas de pesquisa.

Seja como for, o sistema de pós-graduação brasileiro parece ter logrado êxito na incorporação de uma agenda de pesquisa rica e plural sobre segurança pública e violência, no âmbito da universidade. Houve e ainda há um esforço de produção intelectual, com a consolidação de algumas grandes correntes teóricas e metodológicas originadas na atuação dos entrevistados neste livro, que formaram novas gerações de pesquisadores. Isso coloca o desafio de debater e submeter ao teste empírico os modelos explicativos tradicionais, buscando superar a apropriação acrítica de formulações teóricas e compreendendo se, como e em que condições se aplicam ao(s) caso(s) brasileiro(s).

Este livro de alguma maneira revela como os problemas públicos da violência, do crime e das organizações estatais de controle dos mesmos ganharam legitimidade acadêmica e passaram a fazer parte do centro da agenda das ciências sociais nos últimos 40 anos, além de mostrar suas tensões e convergências internas, resultando na produção de conhecimento teórico e aplicado no âmbito da pós-graduação brasileira.

Por fim, destacamos que esse livro só pôde ser produzido a partir do empenho e da dedicação de inúmeras pessoas e instituições. Faz parte do *modus operandi* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública trabalhar em rede e com base em parcerias; e, sem dúvida, essa publicação é um exemplo. Nossas dívidas de gratidão são várias. A principal delas é com os entrevistados, que gentilmente se dispuseram a colaborar e participar do projeto.

Também frisamos o papel de Jacqueline Sinhoretto e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, que acreditaram na ideia e nos ajudaram com algumas entrevistas. Samira Bueno, Juliana Vinuto e toda a equipe do FBSP e do NEPS/UFPE empenharam-se para garantir um bom resultado de cada fase envolvida na produção de obra dessa natureza. Charles Pessanha, editor da *Revista Dados*, também precisa ser lembrado pela cessão dos direitos de publicação das homenagens feitas a Edmundo Campos Coelho e Antônio Luiz Paixão. Por falar em ambos, Antonio Augusto Prates e Magda Prates Coelho nos forneceram valiosas informações biográficas. Vaney Fornazieri (Urbania) e Maria Filomena Gregori (Anpocs) foram fundamentais em transformar o livro ora publicado em realidade.

Michel Misse

Michel Misse nasceu em 12 de abril de 1951, em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1974. Concluiu seu mestrado (1979) e seu doutorado (1999) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente é professor da URFJ e coordenador do NECVU/UFRJ.

Entrevista

Michel Misse
Barcelona, setembro de 2008

Por Renato Sérgio de Lima

Antes de qualquer coisa, você poderia fazer uma síntese de sua trajetória, falando como você se aproximou do tema... Suas aproximações, seus distanciamentos. Acho que vale uma biografia.

Basicamente, minha formação se confunde com minha entrada nessa área temática. Eu estava ainda fazendo faculdade, em 1970, quando um colega, Paulo Fernando Cavallieri, me convidou para fazer parte de um grupo de pesquisa que ele estava querendo criar. Conversando com seu pai, este lhe provocou: "por que você não faz uma pesquisa sobre delinquência juvenil?" O pai dele era o juiz de menores do então Estado da Guanabara, Dr. Alírio Cavallieri. O juiz estimulou: "preparem um projeto e eu vou tentar ver se o Tribunal de Justiça apoia". Formamos um grupo e trabalhamos meses no projeto. Não havia nada sobre o tema no Brasil, pouquíssima coisa. A característica do nosso grupo era ser muito coeso e usamos técnica de dinâmica de grupo, que naquela época estava em voga, um coletivo. E fizemos então o projeto, que foi aprovado.

Essa pesquisa foi desenvolvida em 1971 e 1972, nos dois anos da faculdade. Para que se sinta um pouco o clima da época, eu estava saindo de casa para ir a uma reunião de pesquisa, quando fui sequestrado no meio da rua por policiais não uniformizados, que me levaram para o famigerado DOI-Codi, da Rua Barão de Mesquita. Essa foi uma experiência muito forte, que provavelmente influenciou muito a perspectiva que comecei a adotar na pesquisa, que era a de não aceitar o crime como patologia, a de não adotar uma visão patologizante sobre o autor de um crime. Lembro-me que li com muito interesse textos como "A ideologia profissional dos patologistas sociais",

de Wright Mills. Por outro lado, não conhecíamos o livro seminal de Howard Becker, *Outsiders*, que chegou ao Brasil, em excertos, quando nossa pesquisa já havia sido publicada, em 1973. O mesmo se passou com o livro *Criminologia crítica*, editado por Young e Taylor, publicado na Inglaterra no mesmo ano e do qual só tomei conhecimento tempos depois. Apenas no ano seguinte, 1974, Gilberto Velho publicaria *Desvio e divergência*. Logo, estávamos bastante sós do ponto de vista teórico. Começamos pela Escola de Chicago e pelo famoso texto de Merton sobre anomia e estrutura social. Havia também um capítulo interessante de Henri Lévi-Bruhl, no *Tratado de Sociologia*, de Georges Gurvitch, que nos serviu de referência. Do ponto de vista metodológico, pelo contrário, estávamos bem mais atualizados: líamos e debatíamos o *Métier du sociologue*, de Bourdieu, Chamboredon e Passeron.

Assim, fizemos a pesquisa, que acabou sendo publicada pelo Tribunal de Justiça da Guanabara, em 1973. No mesmo ano, em São Paulo, sociólogos do Cebrap publicaram também uma pesquisa sobre criança e adolescente, uma parte da qual lidava com a questão da delinquência, embora não fosse só sobre delinquência. Licia Valladares e Rosilene B. Alvim, em resenha publicada no BIB sobre a bibliografia brasileira sobre infância e adolescência, consideraram o nosso trabalho um marco da entrada das ciências sociais nessa área no Brasil.

Em 1974, eu e um outro colega que participou daquela pesquisa, Dilson Motta, continuamos investindo nessa área temática. Trabalhamos em um projeto para dar continuidade àquele, focando especificamente a questão dos crimes contra o patrimônio, que eram a esmagadora maioria das infrações cometidas por adolescentes na época. Havia o tipo social do pivete, do trombadinha, que era a figura dominante na representação social da violência no Rio e nas grandes cidades brasileiras. Apresentamos o projeto, e veja a nossa ingenuidade, ao CNPq e à Fundação Ford, nós que só tínhamos a graduação nessa época. Evidentemente, não conseguimos o financiamento, embora soubéssemos que a maioria dos colegas não possuía pós-graduação nessa época. Em 1974, eram pouquíssimos os cientistas sociais no Rio com mestrado. Com doutorado, então, nem se fala... Embora ingênuos em tentar um financiamento do CNPq apenas com a graduação, não estávamos assim tão distantes da realidade acadêmica da época. As ciências sociais no Brasil ainda começavam a se institucionalizar.

O Dr. Alírio Cavalieri é o que está no Instituto Pereira Passos – IPP?

Não, Alírio era o juiz de menores, hoje desembargador aposentado, uma grande figura humana. Quem está no IPP é o seu filho, o meu colega e amigo Paulo Fernando Cavalieri, que foi quem me convidou para realizar a pesquisa, quando estávamos ainda na graduação, por volta de 1970-1971.

O Instituto Pereira Passos, por intermédio de Paulo Fernando, voltou a tratar essa questão da criminalidade no Rio. Paulo Fernando especializou-se em questões urbanas, principalmente sobre as favelas, e foi uma pessoa fundamental no projeto Favela-Bairro. Recentemente foi editado um livro com as memórias do urbanismo carioca e um dos entrevistados é ele.

E o Edmundo [Campos Coelho] era seu colega ou seu professor?

Ele não foi meu colega, ele estudou em Minas, ele foi meu professor no Iuperj, quando fui fazer o mestrado, em 1975. Fui da terceira turma do Iuperj, foi logo no início da pós-graduação em sociologia no Rio. Passei em primeiro lugar, o que me deu uma motivação muito grande, afinal, havia cento e tantos candidatos e foram aprovados apenas 16. Então, ganhei bolsa da Capes, e poucos ganharam bolsa naquela época... Um dia eu estava passando no corredor e o Edmundo me chamou – ele tinha participado da minha banca de seleção no concurso para o mestrado e, então, lera meu currículo e viu o livro que eu tinha publicado –, aí ele perguntou: "vem cá, você tá mexendo com esse tema há muito tempo?" Aí contei para ele essa mesma história que estou contando aqui para você. Em 1976, ele estava fazendo uma pesquisa encomendada pelo governo do estado, que nascia da fusão do estado do Rio de Janeiro com a Guanabara. Essa pesquisa resultou num relatório de pesquisa chamado *Ecologia do crime na Guanabara*, só publicado em 1978.

Você chegou a trabalhar com ele?

Não, eu fui aluno dele no curso de Metodologia de Pesquisa, quase todo de Estatística. O trabalho que apresentei para ele foi uma pesquisa com métodos qualitativos, e não tinha muito a ver com o curso que ele deu; era um trabalho que eu tinha feito na graduação e tinha reformulado, melhorado e então aproveitei. Aí ele me chamou novamente e disse: "gostei muito do seu trabalho, vamos publicar na *Dados*!". Mas eu já tinha me comprometido a publicar o trabalho numa coleção de pequenos livros, pois, nessa época, tínhamos uma ONG (ainda não havia ONGs, na época, existiam "sociedades civis sem fins lucrativos"), chamada SOCII – Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, então, publiquei na forma de um livrinho, em 1979, e não na *Dados*. O trabalho chama-se *O estigma do passivo sexual* e é uma pesquisa sobre significados de gírias e palavrões e a estigmatização do homossexual e da mulher no Brasil. Uma terceira edição, aumentada, foi lançada pela Booklink em 1987, com prefácio de Peter Fry. E por que o Edmundo gostou desse trabalho? Porque usei referências à etnometodologia e ninguém naquela época conhecia isso. Ele estava começando a usar também e outros orientandos dele, Claudio Beato e Renan Springer de Freitas, alguns anos depois, beneficiaram-se com essa incursão na etnometodologia. Como não concordei em publicar na *Dados* e ele era também uma pessoa muito difícil no trato... os orientandos dele ele tratava muito bem, mas os outros (risos)...

Ele não me procurou mais e eu também não o procurei. No mestrado escolhi Carlos Hasenbalg para meu orientador. Ele havia gostado de um *paper* meu sobre estratificação social, que era um trabalho sobre o conceito de classes sobre Weber e Marx, e também queria publicar na *Dados*, mas eu achava essa revista muito chata [risos]. "Pô, ninguém vai ler esse meu trabalho!". Publiquei na revista que era na época de grande repercussão, a *Civilização Brasileira*. Aí, o Carlos virou pra mim e disse: "Olha, esse artigo seu aí é sua tese de mestrado... é só você dar uma ampliada nele!" Comecei a investir em teoria, comecei a trabalhar com Weber, Marx... Na SOCII, tínhamos – Dilson Motta e eu – um núcleo

de pesquisas sobre crime, líamos e debatíamos textos, fazíamos pesquisa. Lembro-me que convidamos uma pesquisadora que estava fazendo sua pesquisa de doutorado na Cidade de Deus, para nos falar sobre seu trabalho. Seu nome: Alba Zaluar.

Em 1979 publicamos *Crime: o social pela culatra*, em que tratávamos criticamente as abordagens criminológicas e buscávamos uma perspectiva marxista para o problema. Nesse pequeno livro, da mesma coleção da SOCII, fazíamos referência a um artigo do Edmundo, *Criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade*, publicado no ano anterior na *Revista de Administração Pública* da FGV, que a nosso ver adotava uma excelente perspectiva crítica, embora ainda nos parecesse parcial. O título do livro prometia mais do que fomos capazes de cumprir, mas ali estava apresentado um pioneiro programa de pesquisas.

No ano seguinte, 1980, fui convidado a integrar a equipe de pesquisa que, sob a direção de Felipe Augusto Miranda Rosa, desenvolveria, nos dois anos seguintes, um projeto com apoio da Finep sobre Direito e Conflito Social no Brasil. Tratava-se de um projeto internacional, Law and Conflict Treatment, e a mim cabia desenvolver a parte do projeto referente a Nova Iguaçu, então considerada a região mais violenta do mundo... O relatório final do projeto, de 800 páginas, não chegou a ser publicado, publicamos apenas um livro pela Zahar, em 1981, com o título de *Direito e conflito social*, no qual contribuí com um ensaio teórico sobre o conceito de conflito. Apresentamos os resultados em um seminário, onde estiveram presentes Boaventura de Souza Santos, Celso Lafer, Joaquim Falcão, José Eduardo Faria... Na Anpocs havia sido criado o GT Direito e Sociedade, do qual participamos na primeira metade dos anos 1980. O mesmo na SBPC, quando apresentei um trabalho sobre "Violência e ideologia", se não me engano em 1979. E ainda não havia terminado o mestrado...

Porque a pós-graduação não era tão importante quanto é hoje.

Quase ninguém tinha pós-graduação na década de 1970, o Wanderley Guilherme, que já era um notável, estava fazendo doutorado em Stanford; fui aluno do colombiano Fernando Uricoechea, que estava fazendo o doutorado em Berkeley; Gilberto Velho havia terminado o mestrado em 1972, quando publicou *A utopia urbana*, e estava começando a fazer o doutorado no Museu; Machado da Silva terminava o doutorado em Rutgers, nessa época; Edmundo não chegou a concluir o seu doutorado na UCLA; Elisa Reis fazia o doutorado no MIT. Então, a maioria dos meus professores, da UFRJ e do Iuperj, não tinha ainda doutorado, quando muito, eles tinham mestrado. No meu caso, o fato de estar fazendo mestrado e ter passado em primeiro lugar no concurso para o mestrado já me permitiu ser aprovado em concurso para professor em 1978, na UFRJ, quando eu tinha 27 anos! Então, bastava terminar o mestrado e pronto, tornar-me efetivo. Não havia uma situação como você tem hoje, uma necessidade de ter doutorado para começar sua carreira. Só fui fazer o doutorado mais tarde, porque se tornou uma exigência para lecionar e orientar na pós-graduação. Meus alunos já tinham doutorado, e era uma situação constrangedora. Mas eu não precisava do doutorado, entendeu? Já estava na carreira há muitos anos...

O doutorado foi onde?

Entrei para o doutorado na USP, em 1987, só que não cheguei a defender a tese. Foi quando conheci o Sérgio Adorno, que estava na banca de seleção. Na ocasião, apresentei um projeto de tese teórica sobre Weber, e o orientador era o Gabriel Cohn. Fiz cursos com Michel Lowy sobre Benjamim, com Lucio Kovarick e Irene Cardoso. Só que, nessa época, meus colegas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais me pressionaram a aceitar a direção do Instituto, um cargo importante, e achei que conseguiria dirigir a faculdade por quatro anos e escrever a tese. Evidentemente não consegui, e perdi meu doutorado na USP. Quando terminei a gestão como diretor do IFCS, fiz o concurso para o doutorado no Iuperj, em 1995, porque preferi não mais voltar a morar em São Paulo, pois estava com um filho bem pequeno e morava numa boa casa em Niterói. No concurso do Iuperj passei por uma situação curiosa: fui examinado por dois ex-alunos meus (risos). Aprovado, fiz os créditos em 1996, passei um ano na França, entre 1996 e 1997, com "bolsa sanduíche" do CNPq e terminei o doutorado em 1999 com a tese *Malandros, marginais e vagabundos – a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Nesse segundo doutorado fiz cursos com Roberto da Matta, de "antropologia da pobreza", na UFF; com Elisa Reis, de teoria contemporânea, na UFRJ; e com Wanderley Guilherme dos Santos, no Iuperj, sobre questões metodológicas avançadas. Escolhi Machado da Silva para orientador da tese.

Quando você voltou a estudar a temática da violência?

Até 1993 fiquei praticamente afastado dessa área temática. Há um detalhe importante: em 1988 tornei-me vizinho de casa de Roberto Kant de Lima, em Itaipu, Niterói. Não o conhecia até então, a não ser superficialmente, e a vizinhança permitiu que surgisse uma forte amizade, assim como despertou encontros e conversas sobre os temas que Kant estava trabalhando, logo após ter concluído seu doutorado em Harvard. Ele apresentou-me, nessa época, a uma figura extraordinária, Isaac Joseph, professor em Nanterre, e os temas urbanos haviam voltado a me interessar desde que fizera uma pesquisa sobre movimentos de bairro em Niterói, alguns anos antes. Em 1993, no final de minha gestão como diretor, organizou-se no IFCS o seminário Brasil em Perspectiva, cujos trabalhos foram posteriormente publicados em livro, e fui convidado por Luiz Antonio Machado da Silva para participar de uma mesa redonda nesse evento. O Machado também tinha acabado de publicar um trabalho sobre a questão da violência; até então, ele não trabalhara com esse tema, mas sim com sociologia urbana, favelas, trabalho informal. Foi preparando o *paper* que apresentei nesse seminário que retomei esse tema e voltei a essa área temática. Agora, a conjuntura acadêmica havia mudado completamente em relação aos anos 1970 e essa área temática começava a se consolidar.

Como eu tinha perdido o meu doutorado na USP, ao retomá-lo no Iuperj, estava cansado do tema desenvolvido na USP. Já tinha ficado muitos anos mexendo com teoria sociológica, Weber, Marx. Aí, por conta do *paper* que apresentei naquele seminário, em 1993, fui incentivado por minha ex-professora de Antropologia, Yvonne Maggie, e por Peter Fry, ambos colegas de departamento no IFCS, a desenvolver o doutorado

sobre a temática que havia tratado nesse *paper*. Retomei, então, a partir de 1993, com o artigo *Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas*, publicado na coletânea com os trabalhos do seminário "Brasil em Perspectiva", o meu interesse pela área temática do crime e da violência urbana. No ano seguinte, fui convidado pelo Luciano Zajdnajder para apresentar um trabalho num seminário sobre violência urbana, na Fundação Getúlio Vargas, que foi publicado na revista *Comunicação & Política*, em 1995. Mas a fase inicial, que é a menos conhecida, é a mais importante para esta entrevista. É a fase que vai de 1971 até 1983, aproximadamente.

É essa fase que torna você um dos pioneiros. Mas só recentemente está havendo um resgate?

Exatamente. Como naquela época não havia essa área temática, as pessoas que começaram a publicar na década de 1980 não conheciam o que foi feito no início dos anos 1970. Quase ninguém cita o *Delinqüência juvenil na Guanabara*, de 1973, nem o *Crime: o social pela culatra*, de 1979. Sérgio Adorno menciona este último, em sua resenha de 1986, mas com a data de publicação errada, 1982. Passei vários trabalhos para Alba Zaluar, quando a encontrei em Paris, em 1997, que ela aproveitou na resenha que escreveu para a Anpocs, em 1999. É aí que ela cita meus trabalhos anteriores, os quais provavelmente ela também não conhecia. Há ainda os trabalhos que não foram publicados, relatórios de pesquisa, como o trabalho sobre Nova Iguaçu, que fiz para o CNPq, em 1981, *A reprodução nas práticas criminais numa situação de marginalidade social*, e um outro intitulado *Direito ao direito*, encomendado pela OAB-RJ, de 1987. Mas, de modo geral, encerrei meu investimento nessa área por volta de 1983, voltando-me inteiramente para a teoria, e só retomei em 1993, ou seja, há um intervalo de dez anos. E nesses dez anos mudou tudo: quando retomei, em 1993, já havia um campo temático relativamente consolidado, com vários especialistas publicando.

E com toda uma linha de pesquisa...

Com toda uma linha de pesquisa. Vários, né? E curiosamente eu estava excluído dessa área temática que ajudei, de certo modo, a criar. Eu estava excluído porque, por um lado, me afastei e, por outro, ninguém conhecia meus trabalhos mais antigos e, então, ninguém citava.

E sobre a hipótese que você formulou e que vale deixar destacado, referente ao balanço da área, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, que parece emergir dos estudos sobre prisões, a questão penitenciária...

Sem dúvida. São pioneiras, no estudo das prisões, a dissertação de mestrado de Julita Lemgruber, *Cemitério dos vivos*, de 1976, a pesquisa de Elisabete Sussekind e Teresa Miralles, *O sistema penal na cidade do Rio de Janeiro: fator criminógeno*, e a dissertação de mestrado de José Ricardo Ramalho, sobre Carandiru, *O mundo do crime*. Há o trabalho do próprio Sérgio Adorno sobre os egressos do sistema penal e depois sobre os reincidentes. E os trabalhos conjugados do Antônio Luiz Paixão, em Minas Gerais,

sobre o sistema penitenciário de Belo Horizonte e do Edmundo Campos Coelho sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Todos esses trabalhos situam-se entre meados dos anos 1970 e início dos 1980.

E você acha que isso tem uma ligação com o momento político? Porque uma das questões que está sendo colocada é que este foi um tema que nasceu a partir da demanda por redemocratização.

Eu não vejo ligação, não.

Não?

Não. Esse tema foi introduzido pela mudança do perfil da criminalidade no Brasil, nas grandes cidades brasileiras, pelo aumento das taxas de crimes violentos a partir de meados dos anos 1970. Para você ter uma ideia, comecei a ser chamado pela imprensa para falar sobre esses problemas desde 1972... Tenho recortes de intervenção minha na imprensa em 1976, 1978, 1980. Então, o tema já estava ligado ao problema do aumento, principalmente, dos roubos. Foi isso que causou muita apreensão. Há até uma capa da revista *Veja*, por exemplo, com o título "As cidades estão com medo", em 1979.

Lembro-me dessa capa (risos).

Pois é. Então, não foi a redemocratização, mas sim a mudança do padrão da criminalidade que explica o começo dessa área temática no Brasil. A redemocratização influenciou a maior circulação de ideias, com o fim da censura prévia. A denúncia contra a tortura, contra os esquadrões da morte, a temática dos direitos humanos, isso sim ganhou fôlego com a redemocratização. Aqui foram particularmente importantes os trabalhos de Pinheiro.

Você falou uma vez que acha que essa conexão é consequência da influência que o Foucault começa a ter...

Sim, acho que teve a forte influencia do Foucault no fato de os estudos terem começado pelo sistema penitenciário. Mas acho também que tem a ver com o fato de que era mais fácil pesquisar o sistema penitenciário, pois não havia tradição de pesquisa de campo em quadrilhas e *gangs*. A Alba, por exemplo, não foi estudar isso, ela foi estudar outra coisa, representações populares da pobreza, e encontrou isso no meio do caminho. E a Alba irá se livrar do Foucault...

A gente também comentava que, em 1973, você participou do curso do Foucault...

Eu assisti às conferências dele na PUC, sentado no chão. Mas já tinha publicado meu livro.

Aí, já fazendo um salto para a questão, pós-1978, 1979, da institucionalização do programa de pós-graduação no Brasil... Em uma pesquisa realizada pelo

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, verificou-se que um dos grandes eixos e influências das teses e dissertações, cujos resumos estão no banco de teses da Capes, é exatamente o Foucault. Você acha que existe uma relação de causa e efeito?

Veja bem, no Brasil, não se desenvolveu uma criminologia como nos países anglo-saxões e mesmo na França e no continente, na Espanha, etc. No Brasil, a criminologia esteve sempre vinculada ao direito penal. Então, ela não se desenvolveu como uma área interdisciplinar em que havia sociólogos, antropólogos e a figura interdisciplinar do criminólogo. Isso no Brasil não existiu. Então, as referências teóricas eram jurídicas, e nesse sentido você tem uma criminologia crítica de orientação jurídica no Brasil, com Roberto Lira Filho, Roberto Aguiar, Juarez Cirino dos Santos, Nilo Batista... Todos os estudos clássicos norte-americanos eram citados, mas jamais lidos ou absorvidos em pesquisas. Então, quando chega o Foucault, as ciências sociais se entregam à sua crítica da criminologia como parte do dispositivo da biopolítica. Por outro lado, o marxismo já estava em crise. Então, para onde poderiam ir as ciências sociais? Para o Foucault. Por exemplo, se você pegar esse nosso livro de 1973, você vai ver que estamos discutindo Sutherland, Albert Cohen, Merton, Cloward e Ohlin, quer dizer, estamos discutindo os trabalhos clássicos dessa área nos EUA. O capítulo inicial é uma discussão sobre a teoria da associação diferencial. Depois há uma abordagem crítica ao funcionalismo, ao Merton. Não se fazia nada disso no Brasil. Então, quando o pessoal começa a estudar o tema do crime vai direto para o Foucault.

Curiosamente, você não vai encontrar essas referências norte-americanas nas ciências sociais brasileiras, nessa área temática, eu diria quase que até hoje. Os primeiros que incorporaram a produção norte-americana nessa área foram Edmundo Campos Coelho e Antônio Luiz Paixão e não por acaso: ambos estudaram na Califórnia, então voltaram com sociologia do crime e da justiça criminal produzida lá e não com a criminologia cabocla ou com Foucault. O Merton, por exemplo, não fecundou aqui nenhuma pesquisa nessa área. É uma coisa impressionante, né? A abordagem dele parecia se encaixar bem nessa situação de desigualdade social e privação relativa, mas quase não é citado. Atualmente, o quadro é diferente, há vários sociólogos inteiramente integrados à bibliografia internacional nesta área, como o Claudio Beato, por exemplo. Autores como Felson, Clarke, Bursik, Sampson, Gottfredson, Hirschi, Jankovsky, Hagan – para só mencionar alguns – são citados. Mas a referência europeia é ainda a dominante. Ao Foucault, sucedeu Garland, um pensador respeitável. E Elias, que era desconhecido por aqui até o final dos anos 1990.

Você identificou vários pontos dos anos 1970 e 1980 que, de alguma forma, são as nossas referências atualmente no campo. Mas e em termos de produção teórica nacional? Qual sua avaliação em relação ao campo de uma sociologia do crime?

Acho que a abordagem teórica na nossa área é muito fraca, quase inexistente. Existem muitas pesquisas empíricas, mas poucas incursões teóricas, poucas tentativas analíticas de dar conta dessa produção empírica. Tenho me esforçado nesse sentido, assim como o Machado da Silva. O Sérgio Adorno fez um esforço nesse sentido, mas,

que eu saiba, não deu continuidade. Foi aquele artigo sobre a anomia, em que ele discute Dahrendorf, que é muito interessante. Há ensaios, mas pouca elaboração teórica.

Que faz parte da livre docência dele...

Pois é, mas acho que ele não publicou ainda toda a tese. Você tem o trabalho do Roberto Kant de Lima, que na antropologia é inovador, em que contrasta comparativamente EUA e Brasil, e isso foi bastante importante porque chamou a atenção para diferenças que, de modo geral, a gente não percebia no caso brasileiro. Coisas que sequer passavam pela nossa cabeça, como, por exemplo, que o tribunal do júri brasileiro não tem nada a ver com o tribunal do júri americano, como é que funciona uma delegacia de polícia, e tantas outras coisas. E por conta disso há as consequências teóricas desse tipo de contraste. Acho que o Roberto Kant tem uma contribuição teórica muito importante, das mais abrangentes e influentes. O esforço antropológico de Alba Zaluar para compreender o que se passa entre os jovens do tráfico é também relevante e influente – a questão da masculinidade, do *ethos* guerreiro, do *ethos* do provedor – tudo isso é parte de um grande esforço analítico, mas sem dúvida alguma temos muito ainda a caminhar, são poucas e pouco ambiciosas as nossas contribuições teóricas se comparadas ao que se produz fora do Brasil, mesmo na América Latina.

E com uma produção já não tão pequena assim...

Já não tão pequena assim. Pois é, então acaba-se ficando muito num referencial ainda foucaultiano, ou de estigma, do Goffman...

Bourdieu...

Bourdieu, às vezes o Becker... E fica-se um pouco aí, mas não se ultrapassa muito. O Claudio Beato faz um esforço no sentido de aplicar as teorias da desorganização social ou das atividades rotineiras, mas ele próprio não desenvolve uma abordagem que "ligue" uma problemática própria das cidades norte-americanas com as características locais brasileiras, e ele é hoje dos poucos que teriam as condições para um esforço teórico mais ambicioso. Ele tem todas as condições para isso, é muito bem preparado.

Havia o Paixão, que foi uma grande perda. Ele escreveu uma resenha maravilhosa, talvez seja a única, o único trabalho de um brasileiro resenhando o principal da produção norte-americana na área, que ele escreveu para servir à tese dele e até hoje, que eu saiba, não foi publicado. Tenho a cópia que ele me deu, datilografada. Já tentei convencer o Claudio Beato a reunir os trabalhos do Paixão e fazer um livro. O Claudio tem dificuldades com isso porque supõe, como me disse, que o Paixão não gostaria que alguns trabalhos inéditos fossem publicados. Então, vamos publicar o que já foi publicado, pelo menos! E que está distribuído em publicações que são hoje de difícil acesso. Mas isso ainda não se resolveu. Foi uma grande perda.

A Alba tem uma contribuição importante, na medida em que, por exemplo, resgata do Elias a ideia de *ethos* guerreiro para buscar entender a crueldade daqueles meninos do tráfico, aquilo é uma coisa de doido mesmo. Inclusive, do ponto de vista do próprio

negócio do tráfico, é irracional, atrapalha o negócio. O mesmo com a tentativa de Machado de pensar uma "sociabilidade violenta", em que a alteridade é praticamente abolida em um indivíduo fechado sobre si mesmo, que se orienta pelo princípio da violência. Acho tudo isso interessante, mas também me parece pontual, é para entender um certo tipo de problema, o excesso de crueldade. Como entender, por exemplo, essa montante do crime em todo o Brasil? Porque vem acontecendo no Brasil como um todo. Ganhou visibilidade primeiro no Rio, depois em São Paulo, agora ganha dimensões nacionais, até mesmo em cidades menores.

E como entender?

Como entender isso? Fiz uma tentativa na minha tese de doutorado, que chamei de acumulação social da violência. Porque não acho que o modelo de endemia ou epidemia, que é um modelo baseado em contato e contágio, dê conta. Esse modelo trabalha com a ideia de contiguidade. Então, por contiguidade, quase que por imitação, a coisa iria se alastrando. Não vejo dessa maneira. Acho que é necessário que uma série de fatores comuns esteja presente, de forma a se autorreproduzir, ampliadamente, para que haja difusão desse processo, tal como vem ocorrendo. E o ponto central, a meu ver, é o tratamento dado ao crime no Brasil, a construção social do crime no Brasil, o processo de incriminação. Daí que a polícia e suas práticas sejam centrais para se entender a acumulação social da violência. Mas não só. A privação relativa, a desigualdade social e a desorganização de várias instituições de controle social, somados, participam da montante do processo. A ligação perversa entre a privação relativa na pobreza urbana, a segregação simbólica das periferias e o processo preferencial de incriminação das polícias produz o fenômeno que tenho chamado de "sujeição criminal", o mediador entre pobreza e crime no Brasil.

Outra coisa que tenho percebido é que, no campo da violência, muitas vezes falamos de crime, segurança pública, sistema de justiça criminal e todas as questões envolvidas, como polícia, prisões, judiciário, instituições. Na verdade, isso não configura necessariamente um campo, mas são vários campos que disputam. Você acha que isso é verdade? Ou você acredita que tudo isso constitui um campo, mesmo um campo com bastante tensão?

O tema do crime permite uma conexão muito interessante e inusitada entre Estado e sociedade civil. E essa conexão se dá exatamente no processo de criminalização. Mas atenção: a construção social do crime não é só no sentido da produção das leis, mas também o próprio processo pelo qual você interpreta um evento como crime, concretamente, e o processo pelo qual você acusa e incrimina pessoas. Estudar isso é estudar, em parte, essa conexão do Estado com a sociedade, estudar a reação moral dessa sociedade e o modo como essa reação moral orienta, por exemplo, a seletividade do aparelho policial. O aparelho policial não está no ar, ele está dentro da sociedade. Por exemplo, o modo pelo qual, no Brasil, matamos ladrões. Não matamos assassinos, matamos ladrões! E jamais legalmente, aprovando a pena de morte. Matamos crimi-

nosamente, fazemos justiça com as próprias mãos. Um cara que em qualquer país do mundo pegaria 5, 8 anos de cadeia, aqui ele é morto sistematicamente desde meados dos anos 1950. Isso é um fenômeno estritamente brasileiro, começou na época dos esquadrões da morte, depois se espalhou. Começou no Rio, em pleno governo JK, em plena bossa nova, num período desenvolvimentista. Ninguém reivindicaria que, num momento desses, fosse necessário matar ladrões. Prendê-los, sim. Sentenciar, sim. Mas matá-los?! Acho que, em minha periodização, o problema começa aí. A tentativa teórica que tenho feito para compreender isso é com a noção de sujeição criminal.

Como a gente conecta isso com uma de suas preocupações mais recentes, que é a questão dos estudos de fluxo, que sempre foram muito tímidos no Brasil?

Os estudos de fluxo, de certa maneira, são uma influência de minha companheira Joana Vargas. Na minha tese abordo fluxo, mas não estava muito interessado nisso. Bom, os estudos de fluxo ajudam a compreender o processo de incriminação, que, por sua vez, não podem ser desligados da reprodução do crime, porque o crime não existe fora do processo pelo qual você designa um evento como crime e uma pessoa como criminosa. Essas coisas estão todas vinculadas. O crime não existe, o crime em si não existe, é preciso que alguém diga "isto é um crime" para que haja crime. É exatamente nessa conexão entre a reação moral que designa o evento, a acusação ao suposto autor do evento e os processos pelos quais o Estado lida com isso e com a reação moral que se constitui, vamos dizer assim, o ponto de unidade de todas essas áreas que você mencionou – justiça criminal, segurança pública, criminalidade, violência... É por aí. É claro que vivemos uma especialização cada vez maior. Vai ter gente só trabalhando com polícia, outros com justiça criminal, gente só trabalhando com certos aspectos da criminalidade e assim por diante. No momento você tem, na verdade, as mesmas pessoas trabalhando nessas várias frentes.

Isso mostra que não estamos mais falando em um tema de fronteira, mas sim de um tema não só socialmente central, mas academicamente central. Qual o seu balanço final em relação a esse movimento, digamos, de incorporação do tema pela academia, sobretudo pelas ciências sociais? Como você vê, por exemplo, as conexões das ciências sociais com as outras disciplinas, a entrada em cena de pessoas com dupla formação? Qual o seu balanço disso?

Acho que há um esforço muito grande de uma parte da academia na reforma das instituições da justiça criminal: da polícia até o Judiciário. Parte da academia está investindo aí fortemente, principalmente no caso da polícia. Vejo outra parte da academia interessada em melhorar a qualidade das pesquisas e melhorar a qualidade das abordagens, e nem sempre essas duas partes se entendem. Porque você tem uma abordagem que é mais normativa, e outra que é menos normativa, uma abordagem que está menos preocupada em reformar a polícia. Geralmente, a abordagem que quer reformar a polícia ou fica criticando a polícia o tempo todo, ou fica trabalhando junto com a polícia para tentar melhorá-la. Mas há aqueles que tomam a polícia como objeto, e não se

preocupam efetivamente nem em criticar, nem em reformar, mas sim em compreender como funciona. Nossos estudos podem servir como referencial para os profissionais dessas áreas, mas são eles, os operadores, que devem fazer as mudanças. Podemos contribuir, mas não cabe a nós, como sociólogos, mudar a polícia ou mudar o Judiciário. Agora, à medida que o Judiciário se abre à mudança e se dispõe a ler e a dialogar com os nossos trabalhos, a refletir conosco sobre essas questões, e a polícia faça o mesmo, aí sem dúvida nenhuma nosso trabalho, que não precisa ser normativo, passa a exercer uma influência transformadora. Mas isso não impede que você tenha sociólogos, que você tenha cientistas sociais diretamente engajados nessa transformação. Um mesmo sociólogo pode produzir os dois tipos de intervenção: a acadêmica e a política. Mas, weberianamente, sem que uma contagie a outra.

O Kant e o Rodrigo [Azevedo] podem ser vistos como exemplos dos profissionais do nosso campo que efetivamente contribuem e constituem um perfil de dupla formação, que conversam e dialogam entre direito e ciências sociais. Isso acaba configurando um certo olhar. Pelo que estou conseguindo coletar, esse olhar está se configurando como hegemônico. Você agora mostrou a importância de se fazer um destaque entre o normativo e o empírico nas evidências. Qual o balanço em relação, de um lado, a esse padrão hegemônico e, de outro, ao tamanho do campo?

Os desafios são muito grandes porque ficamos sem investimento nesse campo durante toda a formação, toda a institucionalização das ciências sociais no Brasil. Quando as ciências sociais entraram pra valer nesse campo, no máximo há 20, 30 anos, entraram, vamos dizer assim, um pouco atrasadas em relação ao que já estava se discutindo no mundo inteiro. E entraram, como já mencionamos aqui, com uma visão extremamente crítica do sistema de administração na justiça do país, a ponto inclusive de se discutir se realmente existe um sistema, no sentido próprio do conceito. Esse desafio impôs aos sociólogos uma agenda muito mais voltada para a compreensão do direito, das relações da sociedade com o direito e com as instituições jurídicas e com o fato de que, após a Constituição de 1988, houve efetivamente uma mudança muito grande na relação entre a sociedade e os direitos. Inclusive com os direitos civis, que não haviam ainda sido plenamente conquistados no Brasil.

Então, aquilo que Werneck Vianna fala de judicialização da política no Brasil é uma dimensão importante desse processo. Você hoje recorre à justiça para tudo, para resolver tudo, embora a justiça seja representada como lenta, burocrática e incapaz de administrar a maior parte dos conflitos. Se, por um lado, isso fez com que a política ficasse em segundo plano, os conflitos não ganhassem a dimensão de uma arena política e passassem a ser encaminhados principalmente na arena jurídica, por outro, isso também veio mostrar o quanto essas instituições do Judiciário estavam completamente atrasadas, para usar uma expressão evolucionista, o quanto elas precisavam se modernizar. E especificamente na área da segurança pública, em que o atraso é ainda mais sensível, pois incide diretamente sobre o sistema penitenciário, sobre a capacidade de

punição do Estado e, portanto, sobre a sensação de impunidade e assim por diante. Diante de todos esses desafios, a impressão que tenho é que grande parte dos cientistas sociais teve que focar sua agenda nesses temas, e com isso temos pouco desenvolvimento, por exemplo, de estudos sobre a criminalidade propriamente dita, sobre o crime organizado e até sobre um investimento analítico nessas questões. Acabou-se por privilegiar, vamos dizer assim, uma série de estudos que, de algum modo, pudessem resultar imediatamente na modernização, seja da polícia, seja do Judiciário. Temo que, se essa modernização for muito lenta, também será muito lenta a passagem para os temas que ficaram de lado. Então, se eu for fazer um balanço, diria que ainda é muito fraca a parte analítica dessa área temática [da criminalidade e da violência], quando comparada com outros países. É pequeno o investimento em pesquisa empírica sobre a criminalidade, é muito menor do que em outros países onde o problema da segurança pública é bem menos significativo. Pelo visto, dadas as dificuldades, inclusive do trabalho de campo, e com a violência que está aí, vai demorar para realmente conseguirmos um avanço.

Você vê o caso, por exemplo, de São Paulo. Ficamos perplexos com a queda da taxa de homicídios em São Paulo. Foi feito até um seminário para se discutir o que aconteceu em São Paulo. Pelo menos naquele texto que você me mandou são listados muitos fatores atuando conjuntamente nessa diminuição. Mas muitos desses fatores também ocorreram em outras cidades e não produziram esse resultado. Veja a nossa dificuldade para compreender um único fenômeno, ainda que expressivo, que é a queda acentuada da taxa de homicídio em São Paulo. A mesma coisa com o problema do crime organizado em São Paulo. Você quase não tem estudos. Por que não existem estudos? Entre outras razões, porque não temos investimento em pesquisa nessa área. É uma área difícil, que exige muito, você tem que praticamente botar um pesquisador dentro da cadeia ou dentro da quadrilha, coisas que já foram feitas lá fora. Só que não há essa violência toda lá fora. Então lá você entra numa quadrilha e consegue fazer uma observação participante sem maiores custos, vamos dizer assim. Aqui é praticamente impossível, você corre risco de vida! Então, por outro lado, se a polícia não é capaz de investigar esses crimes todos... Geralmente os sociólogos que trabalham sobre crime organizado baseiam-se nos resultados das investigações policiais. Um dos principais estudos sobre a máfia, por exemplo, é todo baseado nas investigações da justiça italiana. Se não temos isso, não temos matéria-prima para trabalhar, porque nem fazemos a pesquisa dentro das quadrilhas, nem contamos com as investigações policiais como matéria-prima para nossos estudos. Resultado: uma boa parte dos estudos é baseada em reportagens da imprensa e isso é um problema. Num balanço rápido, eu diria que ainda é pequena a nossa capacidade analítica de lidar com questões como o aumento ou a queda da taxa de crimes numa grande cidade, as redes que organizam e desorganizam atividades criminosas. É preciso que tenhamos, como corporação científica, maior influência sobre a abertura das instituições policiais e judiciais à pesquisa e ao aperfeiçoamento das ferramentas estatísticas dessas instituições. Quantos sociólogos foram consultados pelo Conselho Nacional de Justiça quando este decidiu estabelecer um padrão para as estatísticas judiciais brasileiras?

Dá para se chegar à conclusão de que há uma enorme dissociação entre o sistema oficial de pós-graduação, de titulação, e a produção do conhecimento. Cada um caminha para um lado?

O que estou dizendo é que há uma dissociação entre a produção de conhecimento no sistema oficial de pós-graduação e as instituições que poderiam ou deveriam se beneficiar com esse conhecimento. É tão difícil ao pesquisador conseguir "entrar" na polícia, no Judiciário, quanto no tráfico ou na quadrilha que atua em um bairro. Os contra-exemplos confirmam a regra. Tenho uma orientanda de doutorado, Carolina Grillo, que fez a dissertação do mestrado dela sobre tráfico de classe média. Ela não teve maiores dificuldades porque o tráfico de classe média não é violento, os conflitos não são resolvidos com morte. Então ela simplesmente entrou em contato direto com os traficantes, que são também jovens de classe média. Ela escreveu o que é talvez o primeiro trabalho sobre tráfico de classe média, com jovens de classe média do Rio de Janeiro. Outro exemplo é a tese de doutorado do Gabriel Feltran, que fez seu trabalho de campo na região de Sapopemba e, embora seu foco fosse outro, acabou sendo conduzido a observar aspectos de como o PCC atua fora do sistema penitenciário, no cotidiano da periferia. Mas, de modo geral, fazer trabalho de campo em nossa área é muito difícil.

No Rio, depois da morte do Tim Lopes, tornou-se praticamente impossível fazer pesquisa nos morros, conversar com traficantes. O risco é altíssimo. Tive um orientando de mestrado que foi estudar um morro lá no subúrbio do Rio e precisou interromper a pesquisa porque, simplesmente, ficou com medo de morrer. Quer dizer, você já não tinha uma tradição de pesquisa anterior nessa área, e agora não consegue mais porque piorou muito. Como é que vai ficar? E a coisa não é mais fácil no sistema de justiça. Na polícia, a desconfiança é enorme. No Judiciário, a distância social e a incompreensão, quando não a ignorância, são espantosas. O acesso a processos criminais, por exemplo, depende de você ser advogado ou obter uma autorização do presidente do Tribunal. As estatísticas judiciais são lamentáveis, dificilmente conseguimos influenciar na sua produção ou mesmo obtê-las com um grau razoável de confiabilidade. Como fazer a pesquisa avançar nessas condições? Teremos que esperar que as instituições se modernizem? Como separar a modernização dessas instituições do avanço da pesquisa sobre elas?

Esse é um grande desafio...

Esse talvez seja o maior desafio.

Julita Lemgruber

Julita Tannuri Lemgruber nasceu no dia 15 de abril de 1945, no Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1972. Concluiu seu mestrado em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1976. Atualmente é diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/ UCAM).

Entrevista

Julita Lemgruber,
Rio de Janeiro, junho e agosto de 2011

Por José Luiz Ratton e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Julita, conta para a gente por que você fez a escolha pela formação em ciências sociais?

Na época, meu primeiro movimento foi pela psicologia. Concluí, nos Estados Unidos, o que seria hoje o ensino médio, o que significa que não fiz aquele científico clássico comum. Fiz apenas metade do ensino médio no Brasil, ganhei uma bolsa e fui terminar *o High School* nos EUA. Quando voltei, fiz um cursinho pré-vestibular para psicologia, mas na verdade fiquei muito na dúvida do que realmente queria. Acabei não fazendo vestibular naquele ano, fui para a Europa, meio de mochila nas costas, e passei quatro meses pensando na vida. Estávamos no final de 1968 e início de 1969, que foi um período de muita ebulição, com jovens saindo às ruas para protestar. Estive em Praga quando começava o lindo e frustrado movimento que se chamou Primavera de Praga. Por outro lado, o Brasil começava a viver os piores anos da ditadura militar. Enfim, foi um período cheio de emoções fortes que me levaram a querer entender melhor as dinâmicas sociais, muito mais do que as dinâmicas individuais.

Com quem você estudou na graduação? Como é que depois você foi fazer o mestrado nessa área?

Um professor que me influenciou muito, tanto na graduação quanto no mestrado, foi o Gilberto Velho, pioneiro no Brasil dos estudos sobre comportamento desviante. Fiz parte dos créditos de mestrado no Iuperj e cheguei a pensar no tema do racismo, porque eu tinha cursado uma disciplina com o Carlos Hasenbalg. Aconteceu que, no

meio do mestrado, acabei indo morar nos Estados Unidos, por circunstâncias familiares, e terminei meus créditos na Columbia, em Nova Iorque. Voltei para o Brasil, dois anos depois, com uma mala repleta de livros sobre delinquência juvenil, decidida a trabalhar com este tema na dissertação.

Chegando ao Rio, procurei o Augusto Thompson que dirigia o sistema penitenciário e era amigo de um tio meu, pedindo um contato na Funabem. Em vez disso, ele insistiu que eu visitasse uma unidade prisional. Lembro-me bem do Thompson dizendo: "vai lá conhecer as cadeias da Frei Caneca ou o Talavera Bruce – a gente tem pouquíssima produção acadêmica sobre prisões no Brasil e esse tema precisa ser estudado; já tem muita gente se ocupando de delinquência juvenil", o que não era verdade. Mas o entusiasmo do Thompson e a clareza que ele tinha sobre a urgência de mais estudos sobre prisões acabaram por me animar.

Fui visitar o Talavera Bruce (presídio feminino) e, quando entrei na unidade, foi como se acendessem à minha frente muitas luzes, painéis luminosos. De repente, me lembrei do fascínio que eu tinha, ainda criança, com uns oito ou nove anos, ouvindo no rádio as histórias da novela da antiga Rádio Nacional, *Presídio de mulheres*. Enfim, são coisas que conto em *A dona das chaves*, livro lançado em dezembro de 2010, que escrevi com a jornalista Anabela Paiva, contando minhas histórias de cadeia e o início desse meu interesse pelo tema.

É interessante porque, ao estudar as prisões, você acabou indo por um caminho também escolhido por vários outros sociólogos, como Sérgio Adorno, Antônio Luiz Paixão e o Edmundo Campos Coelho, que começaram a trabalhar nessa época, tentando entender um pouco o padrão de funcionamento do sistema prisional, principalmente em termos da dualidade entre regras formais e regras implementadas. Esses profissionais a influenciaram de alguma forma ou você os influenciou? Você tinha algum contato, como você vê isso hoje?

Na verdade não, até porque o Edmundo, por exemplo, chegou ao Iuperj quando eu já estava quase no final do mestrado. Quando decidi estudar o tema das prisões, aí incluída a questão do desvio, eu acreditava que no Iuperj não havia professor que pudesse me orientar. Então, fui buscar o Gilberto Velho no Museu Nacional, com quem eu havia feito dois cursos na época do mestrado – um deles, Indivíduo e Sociedade, com foco muito grande no tema "desvio e divergência". Nessa época, autores como o Goffman ou o Becker nem eram traduzidos no Brasil e o Gilberto já trabalhava com esta produção na área. Enfim, o Gilberto estava refletindo sobre o tema de meu interesse e, felizmente, concordou em ser meu orientador. Sei que minha decisão provocou algum desconforto no Iuperj, porque acho que fui a primeira aluna de mestrado com um orientador de fora.

Mas como você vê o fato de vocês quatro terem começado seus estudos pela área da prisão?

Eu não saberia dizer o que está por trás dessa coincidência. Acho que foi mesmo algo muito circunstancial. Por exemplo, o Edmundo entrou nesse tema junto com o Paixão,

fazendo um estudo sobre as prisões de Minas Gerais. Depois ele veio fazer o estudo sobre as prisões no Rio e publicou o *Oficina do diabo*, já em meados dos anos 1980. Minha dissertação de mestrado é de 1979 e o livro *Cemitério dos vivos* saiu em 1983.

Acho que me diferencio deles porque fui a única que não optou por uma carreira estritamente acadêmica, ingressando também na administração direta. No fundo, acredito que queria mesmo era testar até que ponto uma pessoa com formação em ciências sociais poderia dar uma contribuição diferenciada na administração penitenciária.

Assim, quando o Brizola ganhou as primeiras eleições, em 1982, aceitei o convite para compor a equipe do sistema penitenciário e eu mesma me perguntava se o acúmulo de reflexão teórica sobre a questão do aprisionamento podia realmente contribuir com o *fazer* nessa área. Acabei ocupando vários cargos, entre 1983 e 1986, e acredito que fizemos um trabalho importante, num momento crucial, com os primeiros governadores eleitos pelo voto direto, depois de muitos anos. Foi um período bastante difícil, praticamente sem recursos para nada, tentando reverter uma situação vergonhosa de completo abandono dos presos. Entre 1991 e 1994, já no segundo governo Brizola, fui diretora geral do sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

De que maneira sua formação acadêmica dialogou com seu cargo burocrático, principalmente numa época em que essa área era comandada muito mais por profissionais oriundos do direito do que das ciências sociais?

Inicialmente, houve muitas críticas, principalmente de integrantes do Ministério Público, e ninguém aceitava uma mulher dirigindo o sistema penitenciário, muito menos uma mulher que não tinha formação em direito, o que devia ser muito perturbador. Mas acho que foi justamente esse acúmulo de conhecimento sobre o funcionamento do sistema prisional que justificou a minha escolha. A tentativa de compreender as contradições diárias de um drama social em que há dois grupos em constante conflito – guardas e presos – e que o administrador penitenciário tem o difícil papel de fiel da balança havia me acompanhado por muito tempo.

Você estava falando sobre o fato de ser mulher e ter sido nomeada para o comando do sistema penitenciário. O Brizola é conhecido por, nos dois mandatos no Rio de Janeiro, ter procurado dar voz aos setores e populações marginalizadas da sociedade, inclusive, ou principalmente, por meio da nomeação dos seus representantes. Assim, além de você, tem o caso, por exemplo, do coronel Nazareth Cerqueira, que era negro e foi nomeado para o comando da polícia militar. Então como você vê esse fato, o fato de você ser mulher, nesse cenário?

Na verdade, a escolha não foi do Brizola, mas sim do Nilo Batista. Ele levou meu nome para o Brizola, que o referendou. O Nilo me conhecia há muito tempo e até me havia ajudado na busca pela publicação de *Cemitério dos vivos*. Acho que o Nilo percebeu que talvez estivesse na hora de mudar um pouco a direção do sistema penitenciário, que historicamente tinha sido ocupada por homens formados em direito: promotores, defensores públicos. Talvez coubesse uma inflexão nessa trajetória, uma mudança nas

políticas dessa área, o que só poderia ser feito a partir de uma concepção muito mais sociológica do que jurídica da questão penitenciária.

Mas o início da minha gestão não foi nada fácil. Eu estava num ambiente predominantemente masculino, historicamente dominado por pessoas com formação em direito, povoado por funcionários prontos a testar esta senhora cheia de ideias com as quais não concordavam, alguém "dos direitos humanos" que queria "cadeia mamão com açúcar para os presos". E eu repetindo que o que eu queria era que todos ali cumprissem rigorosamente a lei e que disciplina era bom e eu gostava. Mas disciplina para presos e guardas. Eu precisava ser duas vezes mais rigorosa, duas vezes mais cuidadosa com tudo o que fazia, provando a cada minuto que tinha competência para exercer aquele cargo. Assim, foram quase quatro anos de muita exigência comigo mesma, provando que, embora fosse mulher e socióloga, eu podia "dar conta do recado". E o tempo todo lidando com esses grupos em conflito, presos e guardas, o tempo todo negociando as regras de convivência, porque o equilíbrio de forças dentro da cadeia é sempre muito precário. Enfrentei greves de guardas, greves de fome de presos, momentos bastante difíceis.

Esse foi também um momento complicado para o Rio de Janeiro, com a mídia absolutamente contra o governo Brizola. Tudo era transformado em manchetes negativas nos jornais. Era uma guerra diária do Brizola contra os meios de comunicação. E isso se refletia em todas as áreas da administração, inclusive no sistema penitenciário. Qualquer pequeno incidente se transformava em um grande acontecimento, com manchete de primeira página. Às vezes a gente comparava coisas que aconteciam no Rio e em São Paulo e ninguém conseguia aceitar tratamento tão diferenciado. Em uma semana houve um resgate de um preso em um hospital no Rio e aconteceu um fato idêntico em São Paulo. No Rio, foi manchete no *O Globo*, na primeira página. Em São Paulo, saiu uma notinha na *Folha de S. Paulo*, perdida em uma folha interna.

Agora, falando um pouco da questão com o mundo interno. Um dos grandes debates sobre sistema penitenciário diz respeito às políticas públicas que devem ser desenvolvidas para se avançar na chamada ressocialização do indivíduo. Nesse sentido, o trabalho dentro da penitenciária é sempre apresentado como uma maneira de resgatar o sujeito desviante. De que maneira você lidava com essa questão? Afinal, essa era uma questão muito forte dentro do debate sociológico...

Acho que um evento na UERJ, do qual participei, ilustra o que penso. No período em que eu era diretora do sistema penitenciário, fui fazer uma palestra na UERJ e, quando acabei de falar, um aluno se levantou e disse assim: "eu não compreendo. Se a senhora não acredita em ressocialização, a senhora está fazendo o que lá?". Para mim, sempre foi muito claro meu papel. Nunca acreditei em ressocialização, mas sempre tive uma convicção muito grande de que é preciso lutar para tornar as cadeias menos cruéis e desumanas. Por outro lado, não acreditar em "ressocialização" é uma coisa; acreditar que é dever do administrador penitenciário proporcionar ao preso oportunidades nas áreas de educação e trabalho é algo

diferente. E esta responsabilidade eu assumia. Sobretudo, sempre acreditei que era minha responsabilidade lutar para que pessoas que infringiram a lei pudessem viver em um ambiente em que a lei fosse respeitada.

Então, por exemplo, eu era absolutamente intransigente com o envolvimento dos agentes com corrupção e não tolerava o menor desvio de pessoas que estavam lidando com homens e mulheres que infringiram as leis e, por isso, estavam sendo punidos. Criamos, na época, uma série de estratégias para exercer um controle rigoroso sobre os desvios de funcionários, de agentes penitenciários e até de médicos. Aliás, o pessoal da área de saúde, em geral, pecava por não cumprir suas cargas horárias. Entre os agentes, os esquemas inúmeros de corrupção funcionavam principalmente à noite e, então, começamos com supervisões noturnas diárias, que aconteciam de surpresa, nas diferentes unidades prisionais. Tudo isso incomodava demais e os desdobramentos sempre foram delicados em termos de minha segurança pessoal. Não era fácil viver escoltada, mas acho que valeu a pena.

Outra coisa que eu não tolerava era a violência. Esta é uma questão absolutamente visceral. Várias vezes fui pessoalmente verificar essas denúncias, já que eu não mandava ver – não era "diretora de gabinete". Cansei de interferir nos momentos seguintes a um episódio de violência. Lembro-me que chegavam denúncias, por exemplo, de que os agentes em determinada unidade estavam agindo com violência contra um ou mais presos. Eu já ia verificar o que estava acontecendo profundamente irritada. Quando eu chegava à unidade, falava da existência de um regulamento penitenciário, lembrava que não estava pedindo para os funcionários serem lenientes com o preso, eu também gostava de disciplina, mas a disciplina deveria ser imposta por meio do regulamento e não pela violência. Muita gente foi punida por envolvimento com corrupção e violência. Não foram tempos fáceis.

Outras metas prioritárias para mim eram a educação e o trabalho. Mas, com a crônica falta de recursos, conseguiu-se fazer pouca coisa nessas duas áreas. O segundo governo Brizola foi marcado pela construção de Cieps e sobravam alguns caraminguás para as outras áreas. Tentamos convênios com a Associação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas para tentar levar oficinas para dentro do sistema prisional, mas era uma dificuldade conseguir atrair os empresários para ocupar a mão de obra do preso, mesmo considerando que preso não ganha salário mínimo integral, não tem direito a férias, não faz greve, etc. Avançamos pouco nessa matéria.

Na área da educação, não me conformava que os currículos das escolas do mundo livre fossem os mesmos utilizados dentro do estabelecimento prisional. O preso é um aluno especial, singular, não é um aluno comum. Então, me esforcei por celebrar parcerias com a Secretaria de Educação para mudarmos o currículo. Eu achava que as escolas do sistema penitenciário, vinculadas à Secretaria de Educação, tinham que ter uma grade curricular específica, uma proposta metodológica diferente. Também procurei fazer com que os professores destas escolas ganhassem uma gratificação especial, mas não consegui. Como todo mundo tinha medo, era necessário oferecer alguma coisa a mais para que os professores estivessem dispostos a correr esse risco.

A despeito das tentativas de introduzir programas de educação e trabalho, acho que minha grande luta foi mesmo contra a violência e a corrupção. Eu sempre insistia com a equipe – aliás, é bom que se diga, tive uma equipe dedicada, comprometida, que continuou acreditando na possibilidade de um trabalho sério, mesmo nos momentos mais tensos e difíceis – que, para desenvolver as áreas da educação e do trabalho, precisávamos de recursos que não dependiam da nossa vontade. No entanto, a luta contra a violência e a corrupção não dependia de ninguém. Só dependia de nós mesmos e da nossa vontade de trabalhar.

No final das contas, acho que colhemos resultados importantes. Há coisas que você nunca esquece. Por exemplo, no dia em que eu estava deixando a direção, houve um jantar em minha homenagem e, na saída, tinha um guarda, conhecido na cadeia como *pauzeiro*, sujeito violento, me esperando na calçada. Ele se virou para mim e disse: "Eu queria que a senhora soubesse que aprendi com a senhora que uma cadeia sem violência é bom para todo mundo. É bom para o preso, mas é bom para o guarda também". E, assim, emocionado, ele ia me dizendo o que tinha aprendido naqueles anos. Me lembrarei sempre disso. Por coisas assim, valeram a pena o trabalho, as noites sem dormir, as ameaças de morte.

Então, na sua visão, qual é o papel do sistema penitenciário para o projeto de segurança pública de um Estado?

O papel do sistema penitenciário é tratar as pessoas com dignidade, o que pode contribuir para que os presos não reincidam. É a realidade aqui fora que, na verdade, vai determinar em grande medida se essa pessoa voltará ao crime ou não. Mesmo assim, nunca é demais lembrar que pessoas tratadas com violência se tornarão mais violentas. O sistema penitenciário será sempre um reprodutor da violência se os presos forem tratados como animais violentos, tal como ocorre nas prisões brasileiras.

Você está falando de violência e o período em que você estava na direção do sistema penitenciário foi também o período em que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou episódios como as chacinas de Vigário Geral e da Candelária. Estes eventos influenciaram ou de alguma maneira alteraram a rotina do trabalho no sistema penitenciário?

Eu tinha uma preocupação muito grande em fazer com que esses eventos "do lado de fora" não tivessem reflexos dentro das unidades prisionais. Naquela época havia uma relação muito mais estreita entre o que acontecia dentro das cadeias e o que ocorria nas favelas do Rio de Janeiro. Existiam lideranças importantes presas e era preciso redobrar a atenção com a segurança interna nesses momentos.

Nossa preocupação maior era com a facilidade de comunicação, e olha que naquela época nem existia o telefone celular. Mas havia advogados que funcionavam como "pombos-correio". Hoje os presos não precisam mais que os advogados façam esse papel, porque todo mundo tem celular. Mesmo sem o celular, era impressionante como as notícias se propagavam. Acontecia algo no presídio da Ilha Grande, com o qual nos

comunicávamos por rádio, horas depois todo o sistema ficava sabendo e eram diversas as reações. Uma matéria que saiu no *O Globo*, naquela época, mostra bem como eram as relações dos presos com suas "bases". Foi encontrada uma carta na Rocinha, vinda de um preso, dando orientações muito claras aos que controlavam o tráfico de drogas naquele local. Ao longo do tempo, a maior parte dessas figuras, que eram referências entre as principais facções, *Comando Vermelho* e *Terceiro Comando*, morreu ou perdeu o poder de influenciar diretamente seus "subordinados".

Você sempre defende, em suas entrevistas, palestras, livros e artigos, a ampliação das penas alternativas em detrimento do endurecimento da punição. Seu trabalho no sistema penitenciário contribuiu para esta visão?

Esse período contribuiu para que eu me convencesse de que a privação da liberdade é destruidora de indivíduos, famílias e da própria sociedade. A privação da liberdade consegue provocar tal ruptura do indivíduo com sua família, com os amigos, consigo mesmo, que só deve ser usada para casos de pessoas que cometem crimes violentos. Foi para isso que serviram aqueles anos. Eram lições diárias de como a prisão destrói as pessoas. A privação da liberdade, como já disse um antigo ministro da justiça inglês, é uma forma cara de tornar as pessoas piores.

Quando você realmente começou este debate público?

No momento em que deixei o sistema penitenciário. Imediatamente ao sair, ainda em meados de 1994, organizei a primeira conferência internacional sobre penas alternativas no Brasil. Logo depois, fizemos mais uma, também trazendo gente de fora, para discutir o mesmo tema, que era muito novo. O produto final desses encontros está publicado em dois volumes. Pela primeira vez, vieram especialistas internacionais falar sobre o tema no Brasil. Assim, quando deixei o sistema penitenciário, saí determinada a contribuir para alterações legislativas no sistema de penas existentes no Brasil. Passei a fazer desse tema a minha bandeira, durante bastante tempo. Assim, acabei indo para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que, naquele momento, começava um trabalho para mudar a legislação nessa área.

Fui para o Conselho em 1995, acreditando que era urgente a necessidade de aumentar a abrangência das penas alternativas no Brasil. Isto aconteceu com a legislação de 1998. Depois disso, deixei o Conselho. Não tinha mais interesse em continuar como membro de um órgão que, em geral, tem um desempenho muito burocrático.

Ao longo da sua atuação profissional, você sempre esteve na posição de propositora de políticas públicas de segurança e justiça criminal. Você consegue identificar, ao longo da sua vida, quais foram os debates teóricos ou quais foram os autores que mais a influenciaram na adoção, por exemplo, da bandeira das penas alternativas?

Em meados dos anos 1990, alguns pensadores da corrente abolicionista, como o Nils Christie, Thomas Mathiesen, ambos noruegueses, e Louk Hulsman, holandês, me

influenciaram bastante. Aqui na América Latina o Zaffaroni, que também dialogava com o Louk Hulsman. Isso aconteceu no mesmo momento em que eu deixei o sistema penitenciário do Rio de Janeiro e fui para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Em 1995, mais precisamente, fui convidada para participar de um encontro em Oslo, na Academia Noruguesa de Ciências e Letras, organizado pelo Nils Christie. Era um grupo pequeno, de umas doze pessoas. O Nils já havia publicado um livro impressionante, *Crime control as industry*, e queria aprofundar o debate com algumas pessoas de diferentes continentes. Tive o privilégio de participar deste encontro que contou com o próprio Nils, é óbvio, os outros abolicionistas importantes, além do Ivan Illitch, filósofo que refletia, também, sobre as "dores do aprisionamento". Experiências como essas têm um poder devastador. Para o bem, é claro. Foram dois dias de intensos debates e trocas que realmente me abriram para este universo de contestação da privação da liberdade enquanto mecanismo de controle social.

Enfim, o CNPCP acabou por conseguir aprovar a legislação das penas alternativas em 1998. Até então, tínhamos uma legislação muito limitada e um juiz só podia substituir uma pena de prisão por uma pena alternativa quando esta última fosse de até um ano de privação de liberdade. Com a legislação de 1998, este tempo passa para quatro anos.

Também me marcou muito a participação, entre 1995 e 2005, como membro do conselho de uma ONG internacional chamada *Penal Reform International,* com sede em Londres, que tinha como proposta aumentar a abrangência da aplicação de penas alternativas pelo mundo afora. Participei de vários projetos, no Irã, no Marrocos, em vários países africanos, em Ruanda, no Zimbábue... Depois o *Penal Reform International* abriu uma sede latino-americana na Costa Rica e também fizemos algumas coisas importantes, inclusive um seminário em Cuba. Por todos esses anos, a defesa das alternativas às penas de prisão transformou-se na minha luta, dentro e fora do Brasil.

Nessa época, comecei a discutir a questão do custo/benefício da pena de prisão, que parecia ser o único argumento que tocava corações e mentes. Eu vivia fazendo vários cálculos de como, com o valor que se gastava para manter os presos, era possível prover educação para X alunos, construir X postos de saúde, ou casas populares, etc. Sempre insistindo que a prisão era cara e devia ser reservada para infratores violentos e perigosos.

Ainda nesse debate sobre os efeitos indesejáveis produzidos pelo sistema de justiça criminal, hoje em dia se vê um movimento de ONGs e órgãos do próprio governo que passaram a desenvolver projetos com o objetivo da redução não apenas da pena privativa de liberdade, mas também da prisão provisória. Como fundadora da Associação pela Reforma Prisional, você acaba de coordenar um projeto sobre prisão provisória. Em que medida você também foi influenciada por esses temas na idealização do projeto?

Por trás do movimento forte que existe nos Estados Unidos hoje, de redução da população prisional, há uma questão financeira muito importante. Quer dizer, nenhum político iluminado acordou e falou "Ah, realmente a prisão é uma forma de controle social ineficaz, que custa muito caro, que destrói o indivíduo, então vamos

implementar estratégias de penas alternativas, justiça restaurativa". O que levou a isto, nos Estados Unidos e em outras partes, foram a crise financeira e as limitações de recursos. O que está acontecendo em alguns estados americanos, a Califórnia é um deles, é que não estão conseguindo dar conta da manutenção de um sistema penitenciário gigantesco. Houve um momento em que a construção de unidades prisionais nos EUA proliferou, assim como está proliferando no Brasil hoje. Com a queda dos índices de criminalidade norte-americanos, vários estados passaram a ter vagas ociosas, principalmente aqueles que contrataram muitas prisões privadas. Assim, alguns estados trataram de "negociar vagas". Durante algum tempo, o Havaí mandava preso cumprir pena no Texas, Massachusetts mandava preso cumprir pena no Texas, até que as assembleias legislativas desses estados proibiram essa prática. Hoje, vários estados estão contratando consultores para rever legislação penal e tentar reduzir o número de presos por absoluta incapacidade de manter muita gente na cadeia. É puramente uma questão econômica. A crise econômica está provocando um redimensionamento dos sistemas penitenciários em vários Estados.

No Brasil, você tem uma população prisional que aumenta não só porque a polícia prende mais ou porque a legislação se tornou mais rigorosa, mas também porque os benefícios legais se reduziram muito. Na área das drogas, nossa legislação precisa de mais definição de quem é usuário. Vários países já definiram qual é a quantidade que alguém pode portar para ser julgado usuário e não traficante. No Brasil ainda há muita discricionariedade nesta matéria. Fica ao arbítrio da polícia, dos juízes e promotores decidir. Quem acompanha o funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil sabe que o exame das "circunstâncias sociais e pessoais", como diz a legislação, é uma brecha para a rotulagem segundo atributos econômicos e sociorraciais, que tem levado jovens pobres, sobretudo negros, sem recursos para pagar advogados, ao encarceramento por tráfico, enquanto outros jovens, com a mesma quantidade de drogas, mas com melhores "circunstâncias sociais e pessoais", são enquadrados como usuários e não submetidos à prisão.

Você observa algum tipo de inovação ou de iniciativa promissora, tanto no campo prisional, ou de penas, de medidas alternativas quanto no campo de drogas no Brasil? Como é que você vê isso? O que tem de promissor?

Não consigo ver nada de promissor na área de drogas e acho que a questão é gravíssima. A legislação fala em redução de danos, por exemplo, e pouco ou nada se faz. Todos os dias se ouve falar de mães pobres que, desesperadas, acorrentam os filhos ao pé da cama, para evitar que consumam drogas. No projeto em que prestamos assistência jurídica gratuita a presos provisórios em delegacias, contávamos com uma assistente social que buscava regularizar a documentação dos presos, assegurando que os pedidos de liberdade provisória fossem suficientemente acompanhados de comprovantes de residência e trabalho, como exigem os juízes. Ao longo do trabalho dessa assistente social, ela ouviu muitas vezes mães afirmarem que não iriam fornecer a documentação da qual precisávamos, porque preferiam ver seus filhos na cadeia, alegando que a "prisão pro-

tegia seus filhos". Acreditavam, coitadas, que os filhos, enquanto presos, não consumiriam drogas. Além disso, diziam que os filhos na cadeia estariam livres da cobrança de dívidas por traficantes e livres da polícia. Ou seja, o risco de seu filho morrer na mão de um traficante ou da polícia fazia com que ela preferisse ver o filho privado da liberdade.

No campo prisional, não vejo nada de promissor. Ao contrário, vejo com muita preocupação o crescimento geométrico do número de presos no país, que triplicou em 15 anos e, pior do que isso, o número de condenados por tráfico de drogas triplicou em cinco anos. O Brasil já tem meio milhão de presos, a quarta maior população carcerária no mundo, e 700 mil pessoas cumprindo penas e medidas alternativas. Ou seja, o Brasil tem um milhão e duzentas mil pessoas controladas pelo sistema de justiça criminal.

E nessa discussão toda como que você localiza o projeto que você acaba de finalizar sobre os presos provisórios aqui do Rio de Janeiro? Quais foram suas inspirações para pensar esse projeto?

Todos que trabalham nessa área sabem que a questão da prisão preventiva ou da prisão provisória é um tema importante, pois ela é usada ilegal e indevidamente nesse país. Quem acaba sendo submetido à prisão provisória é o pobre, quem depende da defensoria pública, quem não pode pagar advogado.

Há cerca de dois anos, uma fundação norte-americana, a Open Society, estava começando um projeto em vários países, visando contribuir para a redução da população de presos provisórios, justamente defendendo o argumento de que vários países já têm uma legislação que prevê a possibilidade de a pessoa responder ao processo em liberdade para uma série de crimes. Propus, então, que a gente fizesse algo similar no Rio de Janeiro. Mas a Open Society não é uma fundação que financia pesquisa por seu valor intrínseco, mas sim pelo que uma boa pesquisa possa contribuir para um trabalho de *advocacy*. Uma pesquisa que possa, em última análise, funcionar como impulsor de alguma alteração significativa em políticas públicas.

Nossa proposta foi a de prestar assistência jurídica a presos provisórios em delegacias e usar os resultados para dialogar com a defensoria pública e mostrar o que estava ou não funcionando. Prestamos assistência jurídica a 130 presos, mas montamos um banco de dados com 575 casos. No final, percebemos que dois em cada três presos estavam ilegalmente privados da liberdade. Comparando o trabalho dos advogados que atuaram nesse projeto com o trabalho da defensoria pública, percebe-se que a taxa de sucesso chega, em alguns casos, ao dobro do que consegue a defensoria e, mesmo assim, o resultado é muito pequeno – apenas 30% dos pedidos de liberdade provisória foram concedidos. O relatório desse projeto está publicado.

Esse projeto é um pouco o resumo da minha carreira – tratar de conciliar pesquisa e intervenção. Ao longo dos meus anos como servidora pública também foi assim. Por exemplo, durante o período do governo Moreira Franco, ou seja, entre um governo Brizola e o outro, voltei a trabalhar com pesquisa. Em meados dos anos 1980, fiz uma pesquisa sobre reincidência penitenciária no Rio de Janeiro e o Sérgio Adorno fez outra em São Paulo. Não usamos exatamente a mesma metodologia, mas foram dois traba-

lhos importantes sobre reincidência penitenciária. Não houve outros trabalhos rigorosos depois desses e as taxas de reincidência que divulgam no país são sempre resultado de levantamentos muito pouco confiáveis.

Depois, nesse mesmo período, comecei a trabalhar com o perfil dos agentes penitenciários. Comecei a pesquisa, mas não houve apoio da direção do sistema penitenciário e acabou sem conclusão. Eu estava interessada em estudar o perfil dos agentes rotineiramente punidos. Estudar o desvio de comportamento entre funcionários do sistema penitenciário. Logo em seguida, ainda antes de assumir a direção do Desipe, consegui uma bolsa do CNPq e, durante uns dois anos, pesquisei a polícia civil no Rio de Janeiro, com orientação do Gilberto Velho. Desse trabalho resultaram vários artigos publicados. Em 1991, voltei para o sistema penitenciário e ali permaneci até 1994, como gestora.

Depois passei por esse período de pesquisa e publicação de artigos na área de penas alternativas. Foi um período em que publiquei muitos artigos em jornais do Rio, São Paulo, Minas e Brasília.

Já em 1999, depois de ter jurado a mim mesma que jamais voltaria a ocupar qualquer cargo de mais responsabilidade ou de risco, acabei aceitando o convite do Luiz Eduardo Soares para ser ouvidora de polícia do Estado do Rio de Janeiro.

O que foi possível fazer durante a época em que você foi ouvidora?

O disque-denúncia não tinha a visibilidade que tem hoje e conseguimos tornar a ouvidoria de polícia uma referência para a população pobre que sofria com a violência policial, algo que sempre foi muito preocupante no Rio de Janeiro. Naquele ano em que estivemos no governo, a polícia matou 289 pessoas. Para se ter uma ideia do significado desse número, basta lembrar que, durante anos seguidos, a polícia do Rio de Janeiro matou uma média de mil pessoas por ano. Durante aquele curtíssimo período, conseguimos mostrar que é possível desenvolver uma política de segurança pública que compatibiliza respeito aos direitos humanos e eficácia no combate à criminalidade. Acabamos deixando o governo decepcionados e frustrados – uma proposta séria acabou abandonada.

E o CESeC foi fundado quando?

Em abril de 2000, um mês depois da nossa saída do governo. Com um convite do Candido Mendes, a gente criou o CESeC. Ele percebeu que ali havia um grupo que tinha condições de desenvolver uma reflexão importante sobre criminalidade, violência, segurança pública. Um grupo que aliava saber acadêmico com experiência de gestão e isto não podia ser desperdiçado.

Logo em seguida, fui procurar a Elizabeth Leeds, que estava na Fundação Ford, começando a desenvolver o importante trabalho de apoio a diversas iniciativas na área dos estudos sobre criminalidade, violência e segurança pública. Aliás, é bom que se registre, o trabalho da Liz, como carinhosamente é chamada por todos nós, foi fundamental para que muitos centros de estudos nessa área tivessem um impulso enorme. Com muita sensibilidade e clareza de que o tema era central para a consolidação democrática no país, a Liz apoiou inúmeras pesquisas e publicações importantes. Também

nessa época conseguimos apoio da Fundação Hewlett, que hoje não atua mais na área de violência. Tanto a Fundação Ford quanto a Hewlett foram fundamentais no início da vida do CESeC. A liberdade de atuação que essas duas fundações nos davam permitiu que desenvolvêssemos trabalhos que julgávamos importantes, sem nos preocuparmos em adaptar nossas ideias às prioridades dos financiadores. Eu havia convivido com este problema por dez anos, no âmbito do Penal Reform International, e sabia muito bem como era complicado viver tendo que ajustar seus objetivos aos dos financiadores.

Fazendo um balanço do atual momento da pós-graduação brasileira, como você vê o papel que a universidade tem hoje, em relação tanto à pesquisa propriamente dita quanto à elaboração de políticas públicas, especialmente por meio desses cursos de pós-graduação que são financiados pelo Ministério da Justiça (considerando que o CESeC, instituição que você ajuda a coordenar, possui um curso de pós-graduação voltado para esses operadores de segurança pública)?

Evidentemente, a realidade de hoje não se compara ao que havia no início da minha vida como cientista social. Não há termos de comparação. A universidade passou décadas distante desses temas, que eram considerados malditos para muitas figuras-chave na vida universitária do Brasil. Acho que o Luiz Eduardo Soares sempre fez essa análise muito bem, mostrando quanto a universidade ignorou o tema da segurança pública por muito tempo.

E o compromisso com o aperfeiçoamento de policiais? Nessa área, então, os problemas sempre foram enormes. Quando você olha retrospectivamente essa área, o que você vê? Você vê o Paixão em Minas, que foi um precursor, viabilizando, por meio da Fundação João Pinheiro, cursos para policiais, por exemplo, Mas, até hoje, você continua a ter muita reação dentro da academia a este tipo de trabalho. A luta do Kant na UFF é uma prova disso. A resistência dos colegas, mesmo os da área, sempre foi grande. Trabalhar com a polícia ou estudar a polícia nunca foram temas considerados nobres.

A importância desse livro que vocês estão fazendo é grande e vai mostrar quem começou a trabalhar com esses temas "malditos". Lembro-me como se fosse hoje, em uma reunião no Iuperj, em um desses seminários para discutir tema de dissertação, quando eu disse que ia fazer um estudo sobre o presídio *Talavera Bruce*. As pessoas arregalaram os olhos e acharam que eu tinha enlouquecido. Estudar polícia, prisões, não era nobre. Parecia coisa da direita. Hoje, centros de estudo em universidades públicas e privadas, coordenados por cientistas sociais, se firmaram como referências importantes para a discussão dos temas da violência, criminalidade e segurança pública. Quanta mudança não é mesmo?

Paulo Sérgio Pinheiro

Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro nasceu no dia 08 de janeiro de 1944, no Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), em 1966, e em sociologia pela *Université de Vincennes, Paris, França*, em 1971. Concluiu seu doutorado em estudos políticos pela *Universite Paris 1 - Sorbonne, Paris, França*, em 1971. Atualmente é Pesquisador Associado do Núcleo de Estudos da Violência (USP).

Entrevista

Paulo Sérgio Pinheiro
São Paulo, novembro de 2008

Por Renato Sérgio de Lima

Paulo Sérgio, para começar, peço que você faça uma sintética biografia.

Nunca tive como projeto de vida estudar a violência. Nos primeiros dez a quinze anos depois do bacharelado em direito –me formei pela PUC-RJ em 1966 –, tratei do Partido Comunista do Brasil no contexto internacional. Não porque eu tivesse resolvido, mas porque o nosso mestre na recém-criada, depois de maio de 1968, Université de Vincennes, que era o Nicos Poulantzas, meu orientador de mestrado em sociologia, estava escrevendo o livro dele sobre fascismo e ditadura a partir das concepções mecanicistas errôneas da Terceira Internacional, aí, então, fiz a minha tese. Depois estendi o tema na minha tese de doutorado, no Institut d´Etudes Politiques, sobre *La Fin de la Première République au Brésil,* que deu origem ao livro *Política e trabalho no Brasil*. Depois de Paris, fui para a Unicamp, onde Michael Hall e eu fundamos, 35 anos atrás, o Arquivo Edgard Leuenroth de História Social, que hoje é o maior arquivo de história social do Brasil, uma instituição com ar de Primeiro Mundo. Voltei ao tema do comunismo e da Terceira Internacional, que começara na tese de mestrado, agora em mais profundidade, o que foi minha tese de livre docência e o livro *Estratégias da ilusão – A revolução mundial e o Brasil, 1919-1935*. Com esse livro, abandonei o tema do comunismo internacional e comecei a estudar a questão da repressão policial das classes populares. Em geral, já analisei naquele livro justamente o "regime de exceção paralelo" da Primeira República no Brasil, o sistema legal, o funcionamento da justiça, os aparelhos policiais. Então, na década de trabalho seguinte, estudei esse assunto. Depois, creio que em 1975, tive uma conversa com Michel Foucault, primeiro na Unicamp (na casa de meus colegas, a antropóloga Mariza Correa e

o sociólogo Plinio Dentzien) e depois quando ele foi para o Rio, quando eu fiquei muito interessado sobre o GIP – Groupe d'information sur les prisons que ele fundara em 1971 com Jean Marie Domenach, diretor da revista *Esprit*, que recomendara minha ida para Paris (já em Paris tive o prazer de integrar um grupo de discussão em que participava o grande ator Alain Cuny – o intelectual Steiner, que mata seus dois filhos e se suicida em *La Dolce Vita*). Depois dessa conversa com Foucault, houve, algum tempo mais tarde, em 1983, a morte de vários internos no Manicômio de Franco da Rocha. A partir de um telefonema do Fernando Gabeira, falei com Severo Gomes, que conversou com Teotônio Villela (que, já com seu câncer avançado e com aparelhos ortopédicos, participou de uma visita à cadeia publica de Campinas) e Antônio Candido, e aí telefonei para Fernando Milan, José Gregori, Helio Bicudo, Eduardo Suplicy, Margarida Genevois, Padre Agostinho de Oliveira, João Baptista Breda e fizemos uma visita a Franco da Rocha. Depois disso e de várias visitas, decidimos transformar o grupo na Comissão Teotônio Vilela, que já comemorou 28 anos. Aí o Severo achou que a Comissão deveria ter um Centro de Documentação. Então, fui procurar o Sérgio Adorno e, em 1987, fundamos o Núcleo de Estudos da Violência, o NEV, nas nossas duas salas no prédio das Ciências Sociais, com uns seis pesquisadores.

A gênese do meu maior envolvimento com o tema da violência ocorreu também graças a eu ter sido nomeado assessor especial do governador Montoro, em 1984. O outro assessor especial, meu amigo desde os tempos de Paris em 1969, Eduardo Muylaert, com autorização do governador, redigiu uma circular às polícias para que essas informassem diariamente as vítimas feridas e as mortes em confrontos com a polícia. Passamos a receber todos os dias, no gabinete do governador, essas informações por telex. Vou ler para você um desses boletins: "Ameaça à existência e morte à bala. Vítima: Marcos. Consta que durante perseguição aos elementos que ocupavam o auto, os policiais da viatura encontravam forte resistência e um deles foi ferido mortalmente". Até então, ninguém se interessava. Havia um secretário do governo que teve a petulância de dizer, numa reunião em que eu afirmava a importância de se investigarem os disparos que provocavam essas mortes: "Não é bom que as armas sejam identificadas para a polícia agir em nossa segurança". Aí, escrevi o artigo que está no livro *Violência brasileira* e um outro publicado na *Revista da USP,* baseado nos boletins que eu recebia todos os dias no Palácio.

Falava-se muito que esse período em que se criou o arquivo na UNICAMP foi um dos momentos em que você, de alguma forma, começou a se aproximar do tema da violência.

Talvez. Mas ainda era a fase da história social mesmo. Naquela época, comecei a me envolver com essa questão da violência, mas eu estava visando mais a história social do anarquismo, do comunismo e a violência apareceu como a repressão aos movimentos anarquista e comunista.

O [Michel] Misse está defendendo a ideia – com a qual o Sérgio [Adorno] concordou e eu queria saber se você também concorda – de que essa produção

brasileira sobre a violência e direitos humanos tem um pouco como ponto fundador os estudos sobre prisão. Porque, de algum modo, as aproximações foram sendo construídas a partir das várias trajetórias pessoais, e ao mesmo tempo há um objeto muito circunscrito e mais metodologicamente palpável.

Acho que o Misse tem toda razão, porque, na verdade, as pessoas que se preocuparam com as prisões desde a Primeira República são pouquíssimas. Um deles é o Evaristo de Moraes, pai, que tem um livro sobre as prisões e defendeu os anarquistas grevistas em juízo. Passei a tomar contato com isso por causa do Evaristo de Moraes, filho. Levantei toda a biografia e tinha intenção de escrever um livro sobre o Evaristo de Moraes, mas fui deixando de lado. Basicamente foi o senador Teotônio Vilela, com a comissão da Anistia no Senado, que revelou as condições das prisões onde estavam presos os membros da resistência pacífica ou armada à ditadura. Quem descobre a temática das prisões são os presos políticos. A prisão para minha classe simplesmente não existia. Minha avó, que era sofisticada e pagou até minha psicanálise a partir dos meus 19 anos, ficou assustada porque, quando voltei da França, em 1971, comecei a me preocupar com direitos humanos e prisões. Uma vez fui com o Suplicy, o Eduardo Muylaert, a Ruth Escobar, o pintor Darcy Penteado e uma delegação de travestis protestar, junto ao delegado geral da polícia de São Paulo, contra um deputado que adorava espancar travestis. Depois de me ver na televisão, minha avó me chamou e disse: "Paulo Sérgio, foi para isso que você foi educado, para se meter com isso? Você não tem nada a ver com essa gente!" E a academia, mesmo a mais progressista, não dava a mínima para as prisões. Por quê? Porque o marxismo local não incorporava nenhuma noção de direito internacional, de direitos humanos, e a democracia era uma instituição burguesa que não interessava muito aos que queriam fazer a revolução, então não defendiam nem a democracia. Só depois da repressão, quando os presos começaram a ser torturados, é que a democracia passou a ter um valor universal, como reconheceu o pensador marxista Carlos Nelson Coutinho. Mas a democracia, antes da ditadura militar para as esquerdas, me dizia uma vez Fernando Henrique, fazia parte apenas de um discurso tático, não era um discurso estratégico, era tática como engano da estratégia para a revolução, com o que concordo totalmente. Devo reconhecer que as pioneiras que trouxeram as questões de direitos humanos para a universidade foram a Rosa Maria Fischer e a Maria Victoria Benevides, que escreveram antes de qualquer pessoa o livro *Meninos da rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*, sobre violência contra as crianças de rua. Acredito que elas fizeram essa pesquisa antes de qualquer um de nós. Há também uma precursora em outra área, da saúde pública, Maria Helena Prado de Mello Jorge, que fez pesquisa sobre homicídios muito antes de nós no NEV

Mas será que podemos incluí-las na conta? Afinal, a grande questão é que elas não construíram um campo de pesquisa.

Eu não rezo nada sobre as fronteiras entre disciplinas. Acho que elas foram precursoras e nossas *compagnons de route*. A perspectiva epidemiológica da Cecília Minayo e seus colegas, na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, e do saudoso João Yunes, aqui em

São Paulo, deu muita consistência a nossos trabalhos. Confesso que eu não tinha a mais pálida ideia sobre epidemiologia. No que diz respeito à minha passagem da violência para os direitos humanos, a epidemiologia da violência foi essencial. Em 1985 – aliás, quando entrei por concurso no departamento de ciência política da USP, mas estava afastado por estar no governo de São Paulo – passei a ensinar na Columbia University, dentro da *School of International and Public Affairs – SIPA*, graças ao decano Alfred Stepan, grande estudioso juntamente com Juan Linz, das transições políticas.

Sou fascinado pelo inesperado que molda nossas vidas: havia uma bolsa da *Tinker Foundation* para esse ensino lá, mas o primeiro a ser convidado não quis e passou para o Boris Fausto, que, por sua vez, indicou meu nome, e se não fosse o Boris eu não teria ido parar em Columbia – fiquei fora só por um semestre. E ali o grande jurista do direito internacional, Louis Henkin, juntamente com Paul Martin, haviam fundado o *Center for the Study of Human Rights*.

Quando saí do governo Montoro, em 1987, o reitor José Goldenberg me nomeou assessor dele, o que me dava um pouquinho mais de liberdade de iniciativa como professor recém-chegado, apesar de livre-docente. Fui conversar com o Sérgio Adorno no Imesc, onde assistira a um seminário dele sobre violência que me encantara. Nossa ideia era fundar um Centro de Estudos dos Direitos Humanos, inspirado pelo Centro da Columbia University. Desistimos de colocar esse nome por causa dos nossos colegas de faculdade de direito, que eventualmente nos obrigariam a ter que negociar com eles; e cá com meus botões, disse ao Sérgio: "não vamos entrar nessa!" Aí, pusemos no nome do centro a palavra violência, em vez de direitos humanos. Mas nunca pensamos que seríamos um centro de estudos sobre a violência. Engraçado, foi por acaso e colou, e vamos comemorar 24 anos. Na verdade 21, pois fomos formalmente estabelecidos em setembro de 1990, com o generoso apoio do reitor Goldenberg e de meu colega da Unicamp, o antropólogo Peter Fry, então representante da Ford Foundation, no Rio de Janeiro, que nos manteve por 12 anos. Tudo isso para dizer que a temática da violência do Estado contra as classes populares e entre as classes populares emerge tardiamente na universidade como campo de pesquisa, porque a democracia populista conviveu tranquilamente, diria até gostosamente, com a repressão ilegal do Estado contra os setores populares.

A primeira tese de doutoramento, que eu saiba, sobre a repressão policial e tortura no período da democracia política deve-se à minha orientanda Thais Battibugli, intitulada *Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)*. Os comunistas, e depois os marxistas, não se preocupavam com a violência contra as camadas populares – no pensamento marxista, um dos únicos pensadores que se importou com isso, que eu saiba, foi Rosa Luxemburgo, autora de um célebre ensaio em que quer convencer a seus camaradas que um operário acusado de roubo merecia ser defendido por eles –, mas sim os anarco-sindicalistas e, na elite política ou jurídica, somente poucos como Evaristo de Moraes e Mauricio de Lacerda, deputado na Primeira República (pai de Carlos Lacerda). Mas, na perspectiva da sociologia, não conheço, e arrisco a dizer que não havia estudo contemporâneo sobre a repressão policial,

tortura, prisões arbitrárias de suspeitos comuns, entre a democracia populista até o golpe de 1964. Como disse, porque a esquerda não era encantada pela democracia e havia uma aliança problemática entre os comunistas e o populismo. Mas a academia, jamais. Exceção feita ao grande Florestan Fernandes, que estudou a temática da repressão às classes populares sob a democracia.

Você fez um trabalho grande com o Guillermo O'Donnell, no fim dos anos 1970.

Mas isso é posterior. O Guillermo também entra nisso depois do seminário que deu origem ao livro que publicamos junto com Juan Méndez: *The (un)rule of law and the underprivileged in Latin America* (em português: *Democracia, violência e injustiça - o não-Estado de Direito na América Latina*, publicado pela Paz e Terra). No ensaio seminal que preparou para o livro, Guillermo entra na temática do Estado de Direito e vários outros sobre a qualidade da democracia, incluindo aquela dimensão que escreve em seguida.

Lembro de um seminário que vocês fizeram aqui no NEV, lá na Colméia, que estavam Wieviorka, René Lévy...

Creio que na época da reforma econômica do Collor, acho que a partir daí o Sérgio e eu, inclusive com os contatos com o Ignacy Sachs, diretor do *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain* (CRBC), na *Maison des Sciences de l'Homme* (MSH), em Paris – que conheci por intermédio do Severo – nos aproximamos mais do CRBC, da MSH e da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Passamos a frequentar o grupo do Michel Wieviorka, no *Centre d´Analyse et Intervention Sociologiques* – creio que sucedeu ao antigo centro que o Alain Touraine dirigia e que eu frequentava entre 1967 e 1971, quando fazia pós-graduação em Paris –, Angelina Peralva e outros. Ajudou muito nossa conexão com o Maurice Aymard, que era o diretor, o administrador da casa, do *Maison de Sciences de l'Homme*, que nos apoiava muito .

É que estamos percebendo que há algumas correntes principais: sua tradição, juntamente com o Guillermo, sobre autoritarismo socialmente implantado, continuidade autoritária; o NEV, a experiência NEV; a outra tradição que vem do *ethos* masculino da violência, da Alba Zaluar; um pouco a história de uma sociologia organizacional do Paixão e do Edmundo, muito forte nos estudos sobre polícia, sobretudo. O Ramalho também tem um dos primeiros estudos sobre prisão e trabalho.

Não só o Antônio Luiz Paixão, mas o José Ricardo Ramalho nos influenciou muito. Tenho um grande respeito pelo trabalho de campo que a Alba faz e que nunca fiz.

Aproveito para colocar algo que nos chamou a atenção: nesse balanço, a ciência política tem contribuído com poucos estudos sobre o assunto.

Claro. Para mim, no Departamento de Ciência Política, foi penoso criar o NEV. Foi uma verdadeira parada que não teria sido ganha sem o apoio do José Goldenberg

como reitor e de alguns colegas, como José Álvaro Moises. Desconfio que alguns colegas acreditavam que o estudo da violência não era um tema legitimado pela ciência política, apesar dela estar no âmago do Estado. Talvez fossem quizílias pessoais. Eu faria sobre isso uma paráfrase do que Tolstoy falou das famílias na primeira frase do Anna Karenina: "todos os departamentos de universidade são felizes: cada departamento infeliz é infeliz a sua maneira própria".

E agora há uma mudança, em termos de tradição da ciência política, e atualmente os grandes modelos, no que diz respeito à produção...

Qual o retrato atual?

Um novo retrato, a partir da adoção de modelos econométricos.

Ah, nisso entra, por exemplo, o Leandro Piquet, agora no Instituto de Relações Internacionais, da USP, e há um livro coletivo latino-americano que eles fizeram sobre o custo da criminalidade. Isso é uma nova entrada, mas a entrada propriamente por meio dos direitos humanos é outra.

Hoje a produção da ciência política é essa.

Creio que de certa forma nossa influência, com grande contribuição do O´Donnell, foi sublinhar a importância do Estado de Direito, especialmente depois do conceito, ou mais modestamente diria expressão, de *un-rule of law* (não-Estado de Direito), que pus em circulação no título do livro *The (un)rule of law and the underprivileged in Latin America.* Já fui brindado com críticas a favor e contra esse conceito...

Existem, inclusive, algumas discussões em relação às contribuições do próprio núcleo com o Cebrap, que acabam ampliando o campo.

Hoje, sim. Mas é uma vertente, aquela de cidade metropolitana. Mas o foco do CEM é mais ambicioso e vai além da ciência política. O NEV conflui com eles nas análises de georreferência. Nossa ponte com tudo isso é a equipe da Nancy Cardia, com vários arquitetos da FAU, e também o Marcelo Nery.

Em termos de produção teórica nesse campo das ciências sociais, o que você realmente pode avaliar como relevante pelas grandes matrizes brasileiras e suas influências?

Para mim é um pouco difícil fazer isso, porque nos últimos dez anos acompanhei mal o que acontece aqui, porque entrei no governo Fernando Henrique, passei longos períodos dando aula fora ou em missões da ONU ou da OEA. Francamente não sei. Acho que a história social se consolidou graças, em grande parte, ao Michael Hall, basicamente, cujos orientandos têm teses fantásticas sobre operários que incorporaram a dimensão da repressão. Acho que o direito também foi contaminado por isso, embora não sei dizer com que expressões. Hoje a faculdade de direito é muito mais aberta a essa temática, por causa dos direitos humanos, veja que o novo diretor da FGV Direito,

meu amigo e colega Oscar Vilhena Vieira, fez mestrado e doutoramento em ciência política na USP, e com muita honra fui seu orientador, acho que não atrapalhei (risos).

Fazendo um parêntese, quero colocar algo que mencionei para outros entrevistados: na produção acadêmica, existe uma grande comunicação e até mesmo migração, que se refere aos estudos sociojurídicos, com o pessoal do direito vindo para as ciências sociais, para sociologia...

Acho que é mais nós que vamos para o direito. Ainda que para mim o trabalho com Estado, democracia, direitos humanos seja um retorno ao meu bacharelado em direito, pois me formei em 1966 e nunca trabalhei como advogado. Creio que devo tudo o que faço na área da ciência política a um grande professor de teoria política no primeiro ano da faculdade de direito na PUC-RJ – pois sou carioca, apenas exilado em São Paulo desde 1971, quando voltei da França –, Celestino de Sá Freire Basílio, que depois foi presidente do Instituto de Advogados em 1968.

Atualmente é o contrário.

Não saberia dizer.

O que você acha desse movimento? É positivo?

Acho que tudo é positivo porque jamais reconheci muito essas fronteiras entre direitos e as ciências sociais. Nem mais sei bem qual é minha disciplina. O que interessa para mim é o objeto. Vale a abordagem. Acho que em todos esses campos no Brasil se progrediu. Não porque é o nosso, mas acho que o campo mais promissor é o Estado, o problema do Estado de Direito, é o problema do autoritarismo que sobrevive na democracia, mas não é só isso. Eu co-coordeno, com a Mary Robinson, antiga alta comissária de direitos humanos da ONU, uma nova agenda de direitos humanos nos 60 anos da Declaração Universal,[1] em que, por exemplo, a problemática das prisões comuns é uma das linhas de pesquisa.

Aqui, essa democracia não acabou com a tortura. É uma coisa que vou morrer indignado. A tortura continua! À medida que você estuda o Estado de Direito, direitos internacionais, direitos humanos, o Estado, constata que a transição política do autoritarismo continua a ser transição incompleta. O que você acha, um presidente que renunciou, que foi alvo do processo de *impeachment*, presidindo agora a comissão de relações exteriores do Senado? Lembra-me um ditado italiano: *il peggio non `e mai morto*.

Quero colocar duas questões que têm muito a ver com sua trajetória: uma é sobre o papel do intelectual no debate público, que é mais simples. E, além disso, qual a sua opinião sobre o papel do intelectual para as políticas públicas da área de segurança, justiça, direitos humanos no Brasil hoje?

1 www.udhr60.ch

Sem ser pedante, tem uma conferência de Jean Paul Sartre no Japão, em 1965, publicada no volume X da *Situations*, dizendo que o intelectual não pode ser somente um técnico do saber prático, ele é o indicador das contradições, do funcionamento da sociedade. Acho que o lugar do intelectual não é no governo, apesar de eu ter passado um tempo ali. Isso me permitiu fazer várias atividades na área dos direitos humanos que não conseguiria na sociedade civil, graças a não precisar convencer o presidente Fernando Henrique Cardoso e por ter acesso direto a ele, por conhecê-lo faz hoje 41 anos, desde 1967 em Paris... Acho que na minha vida intelectual tudo vai e volta e parece que foi graças a ter ido para Paris...

Para falar em FHC, quando chegou ao governo, ele estava convencido sobre o seu papel de interlocutor válido da sociedade civil; leia o livro do Roberto Pompeu de Toledo, *O presidente pelo sociólogo,* onde ele analisa a contradição entre o intelectual e o político. Por ser intelectual, talvez ela tenha tido condições de fazer tanto na área dos direitos humanos, a partir da promulgação da Lei dos Desaparecidos Políticos, que é o marco fundador do reconhecimento da responsabilidade do Estado pelos crimes da ditadura militar – para o que não posso esquecer as artes de fino negociador de José Gregori.

Em agosto de 1995, o Sérgio Amaral, que era ministro das Comunicações – e meu amigo há muito tempo, também desde Paris... –, depois de eu ter participado do governo paralelo do Lula e ter ajudado sua campanha para presidente em 1995, me chamou para colaborar só na área de direitos humanos do governo FHC. Aceitei e disse que iria colaborar, mas não iria interferir em nada de política. Aí, fizemos o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 1. Depois fizemos o segundo, o PNDH 2 – o ministro Paulo Vannuchi, no segundo governo Lula, corajosamente retomou esse programa e fez o PNDH 3 –, e então FHC me nomeou secretário de Estado dos Direitos Humanos, graças a uma sugestão de meu saudoso amigo Guilherme Lustosa da Cunha ao Aloysio Nunes Ferreira, nomeado ministro da Justiça, ambos meus companheiros de Paris desde os anos 1970.

Celso Amorim, meu amigo do Rio de Janeiro, quando era chanceler, teve a ousadia de pedir ao NEV para preparar com outros centros e ONGs os informes para os órgãos sobre os tratados de direitos humanos. Lembre-se que o Brasil ratifica a maioria dos tratados internacionais, vários, e só tinha ratificado poucos depois do final da ditadura. O Fernando Salla, um dos melhores estudiosos sobre prisões no Brasil, preparou, por exemplo, com a brilhante jurista Flavia Piovesan, o relatório para o comitê do tratado sobre a tortura. Eu preparei, com o saudoso Paulo Mesquita Neto e o Salla, os relatórios para o pacto internacional de direitos civis e políticos. Para falar nas nossas conexões internacionais, publicamos no núcleo, em 1997, o primeiro relatório criticando a polícia depois da transição democrática, intitulado *Police abusing Brazil*, e que está no *site* de Human Rights Watch. Depois publicamos um segundo relatório sobre o mesmo tema com a mesma organização...

O que eu estava falando? Ah! Do papel do intelectual.

Então, foi engraçado que a violência também permitiu a intervenção de vários intelectuais no debate das políticas públicas. Não vou saber nomear todo mundo,

vários também entraram nesse... O Luiz Eduardo Soares é o mais visível hoje. Cito só o Luiz Eduardo, mas há antropólogos. Por exemplo, o Mércio Gomes que foi presidente da Funai.

Na abertura à nossa influência no governo, quem deu a ideia, ao José Gregori, da gratuidade da certidão de nascimento foi a Nancy, o que depois virou lei; foi uma batalha no Supremo. Então, acho que aí, nessa área muito específica de direitos humanos, eu não me arrependo. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos, PNDH 1 e 2, que já mencionei, devemos ao saudoso Paulo de Mesquita Neto, um modelo de intelectual engajado na política pública, que foi coordenador dos dois. Nessa área de direitos humanos, o Paulo Vanucchi, um grande ministro de Direitos Humanos, meu companheiro desde os tempos do governo paralelo do PT, além de militante, com prisão sob a ditadura, é um intelectual que fez tese sobre Norberto Bobbio na USP. Agora, continuo achando que o intelectual não pode ficar no poder. Tem que ficar longe e continuando a denunciar as contradições. Porque o Estado é contraditório: é protetor dos direitos e perpetrador de violações de direitos humanos ao mesmo tempo. Se você opta por entrar no Estado, você vai muitas vezes optar pelo perpetrador. É muito difícil você ser o defensor das vítimas dentro do Estado. É problemático.

Consegui fazer isso modestamente, enfim, graças ao FHC, ao qual eu tinha acesso, apesar de eu ser, digamos, pouco convencional. Disseram que, quando FHC ia me nomear, alguém *muy* amigo comentara: "Você vai nomear o Paulo? Mas ele é imprevisível!" Consta que FHC teria dito: "Eu o conheço faz tempo. Ele vai trazer algumas turbulências, mas eu consigo lidar com ele". Então, para mim, foi ótimo, pude "inventar" uma porção de coisas. Antes, o Franco Montoro, com quem foi um encantamento trabalhar, me deu uma oportunidade, uma irresponsabilidade extraordinária no período, de fazer pesquisa dentro do próprio governo, sobre a letalidade da polícia.

Acho perfeitamente legítimo estar no governo. Agora, é claro, os técnicos do saber prático, como economistas, engenheiros, etc., não falo por eles, não são intelectuais. O intelectual é o que aceita denunciar permanentemente as contradições no seio do Estado, mesmo estando no governo, o que as responsabilidades na área dos direitos humanos permitem.

Estamos fazendo várias conexões com o que está sendo produzido atualmente. Uma das questões que podemos colocar é a existência de uma tensão na produção intelectual, sendo que muitos defendem que a produção acadêmica piorou.

Atualmente não tenho mais orientandos. Orientei poucas teses nos últimos anos, na nossa área, como a da Thais Battibugli sobre a polícia entre 1946 e 1964, que é inovadora e ótima. Não sei bem avaliar, pois, quando aceito participar numa banca, é porque já acho a tese boa...

E sobre a contribuição metodológica?

Pelas mesmas razões, não saberia dizer. Nas poucas teses que examinei nos últimos anos vi boas contribuições metodológicas.

Essa é uma tensão. Por exemplo, na academia, violência não é mais um tema de fronteira como foi...

Quando começamos, era tema de fronteira.

É um tema central, da moda, por uma série de questões políticas do país.

Está na agenda do debate público... Lembro que o [Roberto] Kant de Lima também foi nosso inspirador.

Ele conta um pouco a história da polícia civil no Rio.

Ele tinha uma larga pretensão, um arcabouço teórico que nos animava.

Que outros inspiradores houve?

É claro que o Foucault, se colocar na grande galeria dos pais fundadores contemporâneos. A mim pessoalmente o GIP – *Groupe d'information sur les prisons*, que inspirou a Comissão Teotônio Vilela sobre instituições totais. Acho que, como se diz na Igreja Católica Romana, os que precederam o sinal da fé foram o [José] Ricardo Ramalho, o [Roberto] Kant de Lima e a Rosa Maria Fischer e a Maria Victoria Benevides, as duas com seu pioneiro estudo das crianças de rua. Longinquamente, o meu patrono é o grande Evaristo de Moraes e o seu estudo sobre prisões já na Primeira República. Têm também o próprio Evaristo de Moraes Filho, com o estudo sobre sindicato e outras coisas diferentes que ele fez, e o Florestan Fernandes, que depois escreveu o livro sobre violência e cujo reconhecimento do que eu fazia para mim foi decisivo. Nunca fui seu aluno, mas ele era ultrageneroso comigo. Não quero esquecer o Roberto Da Matta, com o ensaio *Sabe com quem está falando?*, que é seminal para nós todos.

E quanto ao papel de conhecimento aplicado da academia...

Não farei mais isso porque eu não aguento mais. Não tenho mais paciência, idade. Acho que aqui é a sua vez e também da Cristina Neme, o Guaracy Mingardi, ambos meus orientandos, quero pegar carona na qualidade deles! (risos). E o saudoso Paulo de Mesquita Neto, todos eles fazem trabalho da maior qualidade. Eu não faço mais. Mas acho importante e valorizo. Não podemos abandonar o diálogo com as corporações policiais.

Acho que é esse trabalho, inclusive o feito pelo Paulo [de Mesquita Neto] mostra que as palavras são as mesmas e os significados são diferentes.

Às vezes sou reconhecido e sempre temo que vão me agredir. E não. Às vezes tem policial que diz "Ah! acompanho muito seu trabalho". Ai, que alívio.

Mas as polícias também fizeram um movimento.

Ah! Fizeram. É injusto, a culpa de se continuar a tortura não é das polícias. É culpa dos governos e dos políticos, que não querem fazer o jogo da verdade em relação ao problema da democracia e dos direitos humanos. Então, o Brasil tem essa esquizofrenia de que é o país que mais mata suspeitos pelas polícias do Rio e de São Paulo. Os

números do Rio e de São Paulo não se equiparam a nenhuma democracia no mundo. Estou colocando de lado a Colômbia ou o caso do Afeganistão. Mas eu adoraria chutar dizendo que a polícia no Rio mata mais suspeitos do que a polícia no Iraque. Começamos a brigar contra as execuções de suspeitos pela PM, no governo Franco Montoro, e os índices diminuíram, depois do Covas abaixaram, depois do massacre do Carandiru também, sob o governo Serra também houve controle da letalidade

Vou falar um pouco da minha impressão, não é nem uma pergunta. Tenho feito uma distinção, marcando a década de 1980 como os anos da descoberta do problema, um pouco fruto do movimento dos direitos humanos e do movimento de mulheres também.

E os movimentos contra o racismo também, todos se somaram... *Gays*, portadores de deficiências também. De certo modo essa progressão acompanha o surgimento das novas convenções de direitos humanos.

Nos anos 1980 isso emergiu. A década de 1990 foi o período da denúncia, quando as coisas começaram a ser explicitadas e a pressão pública começou a cobrar mudanças, o trabalho do próprio NEV. Nos anos 2000, uma opção que eu temo, estou perguntando e quero ouvir a sua opinião, é pela gestão sem política. Isso me assusta um pouco. A gestão virou o grande mantra tanto da esquerda quanto da direita, como a grande capacidade de renovação. Tenho percebido que só a gestão sem política...

Concordo com você... Não é só sem política, é sem valores éticos. No governo Fernando Henrique, tudo que se conseguiu foi por vontade e tolerância expressa do presidente. No Ministério, não eram muitos os motivados pela defesa de direitos humanos, além de Raul Jungman, Celso Lafer, Nelson Jobim, Sergio Amaral, o Sardenberg e outros poucos.

Vou contar uma piada do José Gregori. A gente vai ficando velho e conta piada dos amigos (risos). Ele dizia, antes de eu entrar no governo: "para você ver, esse governo, veja quem são os responsáveis pela política de direitos humanos... Primeiro o presidente, Celso Lafer, o Jobim, o Sérgio Amaral, eu e o Paulo que nem faz parte desse governo". Por exemplo, o reconhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos foi uma decisão exclusiva do presidente, contra posições contrárias dos militares e no Itamaraty.

A idade da responsabilidade penal de crianças e adolescentes não foi rebaixada apenas pela declaração formal de FHC dizendo que vetaria qualquer proposta nessa direção – honra seja feita, o presidente Lula fez a mesma declaração. Enfim, o convite permanente de relatores especiais de direitos humanos da ONU também se deve a FHC, o que mostra uma fragilidade enorme. Quer dizer, apesar de toda essa figuração e agitação em termos da política pública de direitos humanos, essa é de uma fragilidade extrema, porque isso está localizado na figura do presidente. Creio que o Paulo Vannuchi diria o mesmo em relação ao presidente Lula. O Vannuchi sempre fala da

continuidade de 16 anos de uma política consistente de direitos humanos, e para isso os dois presidentes foram decisivos.

Podemos até pensar que os seus escritos indignados continuam mais...

É cansativo! Vou morrer indignado... Às vezes me acho um gagá repetindo as mesmas coisas. Estou dizendo, às vezes talvez de uma maneira mais sofisticada, que não precisa brigar tanto como eu fazia há 30 anos. Li uns artigos meus de 30 anos atrás sobre a polícia militar e me espantei com o que eu escrevia ainda sob a ditadura. Claro, progrediu-se, houve, por exemplo, a ouvidoria da polícia em vários Estados. Em Belém há uma ouvidoria ótima, em Minas Gerais, aqui mesmo em São Paulo.

Lembro muito de um texto seu de 1991, na Revista da USP, que você desconstrói a questão do autoritarismo. Você traz como uma citação da Elisabeth Hardwick.

Ela era adorável, visitou o Brasil sob o governo Geisel e sacou tudo sobre nossos sucessivos legados. Gosto muito do discurso do William Faulkner ao receber o prêmio Nobel de Literatura, em que ele dizia "o presente não morreu. De fato nem é passado é ainda". Acho que esse é a divisa do Brasil.

A última frase do *Visão do Paraíso*, do Sérgio Buarque, fala que o Brasil é uma procissão de milagres.

O professor Sérgio era formidável.

É muito isso que você está dizendo, sobre a questão de uma opção conservadora. Mudanças são aceitas...

Também vale aqui o príncipe de Salinas, no *O leopardo*, dizendo que os liberais fazem reformas, mudam para deixar tudo como estava. Mas para citar mais um, por causa disso, por causa dessa mescla de passado e presente, o Brasil não é para principiantes, dizia Tom Jobim.

Só para terminar, tem uma coisa que me chama a atenção, voltando para academia, além dessa questão da leitura sobre o papel intelectual no Estado e mais a opção pela gestão sem política. Mas eu diria que, mesmo sendo um tema central na agenda acadêmica, direitos humanos, violência, crime, esses temas são vistos com muito preconceito pela academia. Isso não é problema para se pensar? Não é uma agenda de pensamento brasileiro?

Acho que esse preconceito foi superado. Na política externa, creio que a noção de que os direitos humanos são considerados parte da conspiração internacional das potências do Ocidente foi enormemente enfraquecida. O NEV tem contribuído nessa direção. O Michel Debrun, meu mentor e colega na Unicamp, no discurso de professor emérito, disse que as universidades no Terceiro Mundo e no Brasil desempenhavam o papel de um intelectual orgânico e coletivo, justamente tratando de temáticas como

desmatamento, ecologia, violência. De certo modo o Debrun legitimava nosso trabalho e sentíamos mais segurança no que fazíamos no NEV.

Acho que os intelectuais universitários em geral perderam o gancho, perderam a ponte com a realidade mundial. Você pega, por exemplo, a agressão de Israel a Gaza. Quantos seminários? Qual a manifestação que houve sobre a carnificina, mais de 1.300 mortos inclusive crianças? A única, creio, foi a que nós modestamente fizemos no Memorial da América Latina, claro, porque somos principistas em direitos humanos, condenando os foguetes contra populações civis em Israel. Não ouvi um "ai" por ninguém aqui nessa universidade. Pode ser que tenha havido, mas não vi. Acho que a universidade, assim como a SBPC, perdeu, por razões diferentes, esse elo do intelectual orgânico coletivo de que falava Debrun.

Acho que há uma contradição básica de um estado como São Paulo pagar universidades para os filhos da burguesia que não dão nada em troca. O *endowment* da Brown Unviersity é garantido regularmente pelos ex-alunos. São bilhões, acho que a meta em 2008 era atingir 6 bilhões de dólares. Se você observar em São Paulo, não nos convênios e tal, a verba básica é comparável a universidades norte-americanas . Mas nos EUA a burguesia, as classes dominantes veem como um dever do contribuinte manter as universidades. Acho falta de *accountability* por todo o lado na universidade, desde a responsabilidade dos antigos alunos pela universidade pública. E, em termos, a universidade no Brasil não é *drug free*, não é *alcohol free*, não é *tobacco free*. Muitas vezes o *campus* da USP parece a casa da mãe Joana, cada um estaciona onde bem entende. Na Brown University, cada vaga é administrada pela polícia do *campus* e você somente pode estacionar na sua vaga. Felizmente, o novo reitor Grandino Rodas está fazendo o maior esforço para superar essa situação.

Também tem o legado do passado autoritário, que cassou professores, torturou docentes e alunos, sequestrou vários e assassinou alguns. Este ano vamos homenagear, com um monumento na Praça Central, todos os professores e alunos cassados, torturados e mortos pela ditadura militar, com nomes de todos, o que contou com o apoio, desde o início, do reitor Grandino Rodas. A Nancy Cardia, de quem partiu a ideia, que coincidiu com o apoio do Paulo Vannuchi, ministro dos Direitos Humanos, a vários memoriais aos mortos e torturados pela ditadura militar, dizia que a universidade não se dá conta do que perdeu com a morte daqueles alunos; o que eles poderiam ter dado para a sociedade e não deram. Acho que na universidade, academicamente na nossa área, houve um *improvement* de qualidade inegável, mas ao mesmo tempo o engajamento na sociedade diminuiu.

Alba Zaluar

Alba Maria Zaluar nasceu no dia 02 de junho de 1942, no Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1965. Concluiu seu mestrado em antropologia social pela UFRJ em 1974, e seu doutorado em antropologia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1984. Atualmente é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Entrevista

Alba Zaluar
Barcelona, setembro de 2008

Por Renato Sérgio de Lima

Alba, primeiramente eu queria ouvir sobre sua trajetória. Conta um pouco como você chegou na Antropologia... Por mais que eu conheça você há alguns anos, essa é uma história que não sei.

Sempre me interessei pelas questões vinculadas à pobreza, tais como organizações populares, associações vicinais e cultura popular. E foi isso que fui estudar em Cidade de Deus, no início de 1980, logo depois que o hoje famoso Manuel Galinha foi morto. E andando por Cidade de Deus, justamente o que me impressionou foi o fato de os vizinhos de Manuel Galinha terem fundado um bloco de Carnaval, para lidar com a tristeza e todos os traumas que decorreram daquilo que foi a primeira guerra entre traficantes no Rio de Janeiro. Foi a guerra entre o Zé Pequeno e o Ailton Batata que aparece no filme *Cidade de Deus* como o Sandro Cenoura. Fiquei tão impressionada com isso, pois era uma demonstração da capacidade de organização dessa população pobre, de se associar e sair da tristeza ou lidar com o sofrimento, que resolvi estudar aquela vizinhança.

Você já era estudante? Já era professora?

Eu era professora de Antropologia da Unicamp e estava no doutorado da USP. Eu era do grupo da Ruth Cardoso e da Eunice Durham. Minha orientadora foi a Eunice, mas assistia o seminário das duas professoras. Fui colega da Teresa Caldeira que fazia mestrado, além do José Guilherme Cantor Magnani e da Maria Lucia Montes. Havia mais algumas pessoas que não lembro, não porque eram menos importantes. Minha memória é que está ficando fraca [risos].

Eu vinha do Museu Nacional e tinha sido muito estimulada a pensar antropologicamente, mas sou originária, de fato, de um departamento misto de sociologia e antropologia social em Manchester, onde pude acompanhar, durante o período em que lá estive, a forma pela qual historiadores, antropólogos sociais e sociólogos faziam uma ciência social conjuntamente, uma história social interessantíssima. Antropólogos e sociólogos de Manchester sempre tiveram uma perspectiva histórica, sempre tiveram a perspectiva da mudança, da transformação, do processo social.

Cheguei na Cidade de Deus e me vi diante de algo que ninguém, nem o Michel Misse, estudava, que era um outro tipo de organização popular, uma quadrilha de traficantes. Nunca se havia escrito nada sobre isso, e escrevi um capítulo da minha tese sobre esta questão. Fiz também uma apresentação, no seminário organizado pelo Paulo Sérgio Pinheiro na Universidade de Campinas, em 1980, chamada "A Lógica do Ferro e do Fumo", porque me impressionou muito como duas coisas estavam ligadas: a maconha – a venda da droga ilegal – e a arma de fogo, uma nova maneira de se apresentar como homem, ter orgulho como homem. Logo depois defendi minha tese de doutorado na USP. O livro foi quase que imediatamente publicado: defendi em 1984 e o livro saiu em 1985. E foi assim que virei uma especialista de violência! [risos]. E eu não era uma especialista de violência, mas fui como que empurrada para o tema. Foi o tema que me escolheu mais do que eu o escolhi.

Na verdade, o melhor capítulo da minha tese era sobre clientelismo político, que é o último capítulo. Foi o que eu mais trabalhei e o que mais gostei de trabalhar, e foi onde fiz uma etnografia realmente como manda o figurino, porque acompanhei todo processo eleitoral e fiz questão disso, foi um trabalho de campo etnográfico à la Malinowski. Fiquei no campo durante quase quatro anos: comecei em janeiro de 1980 e só no final de 1983 comecei a escrever a tese. Fiquei um semestre escrevendo e, em junho de 1984, defendi. Como o tema do clientelismo político estava dominado pelos cientistas políticos, era muito difícil para uma antropóloga mulher debater com aqueles que tinham todas as teorias da reciprocidade, dos partidos políticos e das formas de governo discutidas, escritas, teorizadas. O campo intelectual no Rio de Janeiro é muito complicado, há muitas instituições acadêmicas rivais.

Você ainda estava no Rio de Janeiro?

Não. Eu estava na Unicamp, mas continuava fazendo pesquisa no Rio onde moravam meus filhos e demais parentes. E no Rio quem escrevia sobre clientelismo político era a Eli Diniz. Eles me chamaram no Iuperj para falar sobre clientelismo, mas só uma pessoa me citava. Então achei que era um campo muito difícil e resolvi ficar estudando a violência. Eu já havia me afastado da religião pelos mesmos motivos, porque era uma área muito povoada de caciques, de intelectuais muito conhecidos e hegemônicos. Aí, encontrei esse nicho, porque a criminalidade violenta era um campo aberto, quase não havia ninguém escrevendo, especialmente naquilo que eu fazia. Claro que pessoas falavam sobre Direitos Humanos, sobre a polícia e sobre o sistema de justiça, mas fazendo trabalho de campo sobre grupo de tráfico

e grupos de jovens, não. Além disso, fui muito bem recebida pelo Antônio Luiz Paixão, que se tornou um grande amigo, com quem muito aprendi. Falávamos por telefone quase toda semana. Ele foi me abrindo os caminhos para ler, falar, discutir as teorias sociológicas que eu não conhecia muito bem. Eu conhecia os estudos urbanos da Escola de Chicago, mas não os estudos criminais. Como eles estão relacionados, isso me ajudou muito, porque fiz bons cursos de sociologia urbana em Manchester, com essa preocupação da vizinhança, do estudo da localidade, das relações interpessoais, das redes de relações. O conceito de rede foi primeiramente usado em Manchester; conheci por lá vários especialistas que hoje são papas da teoria da rede social. A primeira tese sobre rede é da Elizabeth Bott, cujo prefácio é de Max Gluckman, em que lamenta não a ter aceitado como aluna, porque ele achava que não ia dar em nada, e deu [risos]. Então fui me fixando no estudo da violência urbana e resolvi voltar a fazer pesquisa, já que não me considerava uma especialista. Voltei no final de 1986 com um novo projeto.

Neste novo projeto tive financiamento, mas muito pequeno, porque não era um campo de estudo reconhecido. Voltei à Cidade de Deus com a ideia de repetir um pouco o que um antropólogo inglês tinha feito na Índia. Essa experiência dele aparece no livro que organizei em 1975, chamado *Desvendando máscaras sociais*, que aborda o método etnográfico. O que ele fez foi contratar assistentes de pesquisa que eram do local, para ver o que obtinha como material de pesquisa. Fiz a mesma coisa em Cidade de Deus. Contratei três homens e uma mulher para fazerem entrevistas com o pessoal vinculado ao tráfico de drogas. E por aí acabei adquirindo um material que ninguém tem. Não conheço nenhuma pesquisa etnográfica feita dessa maneira, com uma riqueza e aprofundamento das entrevistas que, por exemplo, o Paulo Lins conseguiu. Tanto que eu o estimulei a escrever um livro, que se tornou um *best-seller* traduzido em várias línguas, e do livro saiu o filme *Cidade de Deu*s, que infelizmente transformou o Rio de Janeiro num ícone da violência no Brasil. Não que eu tivesse essa intenção, mas foi isso o que aconteceu. Vou à China, ao Japão, à Europa, aos Estados Unidos e o que as pessoas falam é que o Rio hoje é conhecido por *Cidade de Deus*, pelo filme. Uma coisa imediata é o filme *Cidade de Deus*, depois vem o Ronaldo, o Romário e a música, que está em toda parte, mas nos EUA, por exemplo, eles acham que bossa nova é jazz, que não é música brasileira [risos].

Voltando à pesquisa: fiquei com essa equipe uns dois anos realizando entrevistas. A partir de 1991, passei a pagar o Paulo Lins simplesmente para ele escrever o romance com uma bolsa de iniciação científica da Faperj. Em 1995, sem possibilidade de conseguir mais renovação, ele obteve uma bolsa muito melhor da Fundação Vitae por um ano. Em 1997 saiu o livro dele. Eu já estava então fazendo outras pesquisas, mais vinculadas aos possíveis efeitos de políticas de prevenção da violência entre jovens, principalmente os projetos esportivos. Mas também fiz pesquisas sobre a escola pública no Rio.

Você ainda estava na Unicamp nesse período?

De 1975 até 1994 eu fiquei na Unicamp.

Você voltou para a UERJ?
Nunca voltei, porque nunca fui [risos].

Você não tinha sido da UERJ?
Não. Fiz meu curso de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia que hoje é o IFCS da UFRJ. Prestei três concursos para ingressar na UFRJ, passei em primeiro lugar em todos, no último fiquei empatada com uma professora da casa, mas nunca fui efetivada. Sei que fui uma das melhores alunas ali, mas o Eremildo Viana (ex-diretor da FNFI que denunciou alunos e professores em 1964) me conhecia, pois eu era membro do PCB, fazia parte do movimento estudantil juntamente com meu ex-marido, Alberto Passos Guimarães Filho, com o Rubem César Fernandes, o Elio Gaspari e muitos outros. Era um grupo contra a guerrilha, contra a luta armada. Sempre tivemos essa postura de que a coisa tinha que ser feita pela democracia. Éramos eurocomunistas, em conflito com os da linha chinesa e cubana. Acho que foi isso que me permitiu voltar em 1971 do exílio "autoimposto". Quer dizer, eu e meu ex-marido estávamos em dois inquéritos policiais militares e tivemos que deixar o país em 1965. Já voltei pra década de 1960! Mas isso é importante dizer, porque é indicador da postura que sempre tive em relação à violência dos traficantes. Uma parte da esquerda achava que isso poderia ser libertador; que isso era uma coisa, se não completamente boa, com grandes aspectos positivos, pois era o povo armado que poderia fazer a revolução. Nunca me enganei sobre esse potencial revolucionário, porque as armas não mudam nada se os corações e mentes das pessoas não estiverem engajados.

O que fiz, primeiramente, foi justamente desconstruir essa ideia, pois eu sabia o que estava acontecendo de horror nas favelas dominadas por traficantes. Quando você faz etnografia você conhece as pessoas, você escuta as que não estão armadas e sabe quais as consequências de haver pessoas armadas onde elas vivem. Além disso, também procurei saber o que estava acontecendo com os traficantes armados, com os conflitos terríveis entre eles, porque eles se matavam por qualquer bobagem – por causa de mulher, por causa de roupa, por causa de um olhar, por causa de um jogo. Uma vez vi uma cena assim: era um jogo de *ping pong* na praça onde o Manuel Galinha morava. Dois rapazes jogando e um deles estava perdendo e ficou enfurecido. Saiu dizendo para o que ganhou: "Eu vou em casa pegar a arma e você vai ver o que vai acontecer". Aos gritos, na maior confusão e todo mundo se metendo. "Pára com isso! Não cometa uma besteira dessas!" O que ganhou teve que fugir dali, porque o que perdeu era do tráfico. Diante disso eu não poderia dizer nunca que os aspectos positivos do tráfico armado predominavam.

Não dá, né?
Não dá. Claro que depois vim a conhecer mais profundamente tudo aquilo que faz com que o tráfico de drogas tenha se militarizado dessa maneira no Brasil todo, não só no Rio de Janeiro. É que, em São Paulo, o tráfico de drogas está lá na periferia, e como vocês não estão na periferia, então não veem nem escutam. Nós não! No Rio de Janeiro, o tráfico domina as favelas e as favelas estão em toda parte! Além disso, no

Rio estão os estoques de armas das Forças Armadas, principalmente do Exército, pois é o centro do Comando Militar do Leste. E, não por acaso, depois de anos e anos e muita pesquisa de vários tipos, inclusive a pesquisa de vitimização, fui descobrir que a AP1, que é a Área de Planejamento do Centro do Rio, a mais antiga da cidade, onde se localizam as primeiras favelas, é uma das que têm altas taxas de homicídio e de agressão física entre os moradores, assim como uso excessivo da força policial e tiros disparados por policiais. Justamente nessa área é onde está a sede do Comando Militar do Leste. Incompreensível! A não ser que se entendam os furtos que sempre aconteceram nos seus estoques e que nunca foram investigados simplesmente porque, segundo o Iser e o Viva Rio, não há controle dos estoques de armas e munições. Havia outro grande negócio, o das armas compradas pelos cada vez mais armados traficantes.

Em torno das armas das Forças Armadas?

Em torno das armas, muitas delas exclusivas das Forças Armadas. E esse grande negócio deve ter começado ainda na década de 1970, senão não teria havido a guerra entre Manuel Galinha, Ailton Batata e o Zé Pequeno.

Quando você começou a fazer sua pesquisa com foco nas organizações populares da Cidade de Deus e a questão do crime organizado não tinha sido o seu principal motivo, como é que foi a escolha dessa comunidade como objeto de pesquisa? Enfim, por que Cidade de Deus? O que a diferenciava das demais comunidades?

Eu tinha uma preocupação acadêmica, queria ser uma boa profissional, mas nunca deixei de ter o olhar para a política pública, o olhar do que se passava na esfera política, a luta pelo poder e os conflitos sociais. Então, minha pesquisa era indiretamente uma combinação das duas coisas: queria fazer um trabalho de campo bom, interessante e ao mesmo tempo sobre algo que, naquela época, ainda nos incomodava muito, que eram os efeitos da remoção das favelas, da política habitacional que foi usada durante o regime militar. E Cidade de Deus é um dos conjuntos habitacionais construídos nessa época. Na verdade, a construção começou no governo Carlos Lacerda, mas só foi concluída com a Sandra Cavalcante já dirigindo a política habitacional do país. E eu queria saber o que havia mudado nos conjuntos habitacionais para onde foram transferidos os favelados. Sabia-se que as associações vicinais que sempre existiram nas favelas cariocas – as escolas de sambas, os blocos de carnaval, os times de futebol – eram muito importantes na vida social local e na política também. Na época da mudança, isso se desfez de uma maneira que foi terrível para os moradores. Foi um processo extremamente doloroso. Eles se afastaram de parentes, de amigos e de vizinhos porque a remoção não foi realizada por escolha. Ela foi feita de uma forma em que os planejadores determinavam para onde as pessoas iam. Assim, moradores de 23 favelas diferentes foram parar em Cidade de Deus. Eu queria saber o que havia acontecido com essas associações vicinais 10, 12 anos depois. Foi aí que observei que as associações não tinham morrido. Em Cidade de Deus, além desse bloco que fundaram para lidar com a tristeza e o trauma, já existiam mais quatro blocos de carnaval, uma escola de samba e centenas de times de futebol

amador para crianças e adolescentes, desse tipo que o pai do Romário montou no subúrbio. E sem ONGs, era um tempo pré-ONG, portanto, era tudo feito com trabalho voluntário, tudo feito na base da cooperação, da solidariedade, da reciprocidade e essas coisas que o antropólogo gosta de estudar. Do ponto de vista da discussão das teorias sociológicas e antropológicas, foi uma experiência magnífica e, além do mais, justamente porque o que chamou a atenção foi essa primeira incursão que fiz no terreno da violência e da criminalidade. Isso me permitiu começar a discutir políticas públicas.

Mas devo dizer que lá no Rio sempre houve problemas. Então, nunca tive facilidade de me associar a governos para propor projetos políticos. Só fui ter essa possibilidade em 2001. Mas, por outro lado, sempre tive facilidade de escrever em jornal, porque o meu texto era bem-vindo. Jornalistas gostam dele porque escrevo de uma forma clara, sem jargão técnico, todo mundo entende o que escrevo. Assim começou minha inserção na esfera pública, por meio de artigos que eu escrevia primeiramente no *Jornal do Brasil*, depois no *O Globo* e finalmente na *Folha de S. Paulo*. Acho que na *Folha* eu vinha escrevendo desde a década de 1980, mas de uma forma mais ou menos eventual. Outra coisa que me ajudou foram as apresentações. Sempre fui convidada a fazer conferências, palestras, participações em mesas redondas em diversas associações que nem sempre tinham a ver com a antropologia e a sociologia – pedagogos, psicólogos, sociedades psicanalíticas, historiadores, especialmente na Casa Rui Barbosa, juízes e advogados. Enfim, para mim, é impossível ter uma medida do impacto do que eu disse em tantas ocasiões e lugares, mas sei que teve. O que sei é que, pouco a pouco, essa ideia de que os traficantes poderiam ser revolucionários pobres foi mudando, ela não aparece mais nem entre os colegas da esquerda mais radical. Pode aparecer nas entrelinhas, mas não é sustentada. Porque não tem mais como sustentar essa ideia.

Há correntes que, acreditando nessa perspectiva, nessa crença da capacidade libertadora do povo em armas, defende que a esquerda brasileira, quando presa, acabou dando origem aos comandos criminosos, ou pelo menos instrumentalizou isso, e assim nasceu o Comando Vermelho. Foi isso? Você acha que essa é a origem mesmo? Qual a origem do Comando Vermelho e das principais facções criminosas do país?

O Edmundo Campos Coelho, o Antônio Luiz Paixão e a mulher do Edmundo fizeram um extenso trabalho da história dos prisioneiros contando isso. Quanto a mim, na última pesquisa que fiz, entrevistei vários ex-traficantes, juntamente com um aluno. Então não sou eu que acho. O que os ex-traficantes me contaram é que, na prisão, havia a Falange Jacaré, que era terrível, absolutamente tirânica. Cobrava pedágio, fazia os prisioneiros de empregados, obrigava os prisioneiros a se apresentarem como responsáveis pelos crimes cometidos pelos chefes. Havia sessões de tortura, sessões de julgamento. Era um clima terrível, isso no sistema penitenciário durante o regime militar. Quando os presos políticos apareceram, eles ficaram separados, mas próximos. Havia uma separação apenas de grades e eles podiam se comunicar. Os presos políticos tinham uma organização oposta a essa, de ajuda mútua, de cooperação, ou pelo menos

procuravam fazer assim. Foi isso que, de modo não sem conflitos, acabou passando para uma parte daqueles prisioneiros que estavam inteiramente descontentes com a tirania da Falange Jacaré. Foi isso que deu origem ao Comando Vermelho, que se chamava primeiramente Falange Vermelha. Vermelha porque era ligada aos comunas que estavam lá presos. Mas era a organização dos presos comuns, e eles não queriam que os presos políticos se metessem e não obedeciam aos presos políticos. Era um misto de certa admiração, pelo fato de eles serem muito mais cultos, educados, escreverem bem, terem informações que os presos comuns não tinham, mas ao mesmo tempo achavam que os presos políticos eram "filhinhos de papai", "playboyzinhos", etc. São termos que eles usam o tempo todo, ultrajantes...

É como se essa interação tivesse ajudado os prisioneiros comuns a inventarem outra organização, que tinha por objetivo, inicialmente, ajudar os presos, criar relações de solidariedade entre eles, dividir alguns bens, conseguir que pessoas trouxessem dinheiro e fizessem conexão com advogados para defendê-los, e diversas outras ações organizadas de forma coletiva.

Porém, depois de certo tempo, o pessoal do Comando Vermelho, como não havia mais assalto a banco, porque a polícia se organizou para impedir esses crimes e eles se tornaram pouco lucrativos, e tinha que ter uma fonte de renda para que os prisioneiros continuassem a ser, digamos, remunerados, passou a cobrar dos traficantes um percentual de seus ganhos. Essa cobrança tinha por finalidade impedir que estes últimos fossem perseguidos quando, por sua vez, chegassem à prisão. Faz parte da lógica de ação do crime organizado. Fico danada quando dizem que não há crime organizado... Se você não paga o que eles cobram de percentual dos ganhos no tráfico, quando você chega à prisão é mal tratado, você não é nada, você não é ninguém, é chamado de caído. A mesma coisa que a Falange Jacaré fazia anteriormente, eles passaram a fazer também. Mas nunca perderam essa ideia de que a Falange Jacaré, o que veio a se tornar o Terceiro Comando, era muito mais cruel, muito mais selvagem do que o Comando Vermelho. Parte da tensão entre os comandos é essa.

Uma vez vendo a maior eficiência da organização inimiga, cria-se o Terceiro Comando. É isso?

Isso mesmo. Um pouco para desfazer a ideia negativa que estava associada à Falange Jacaré. O Edmundo Campos Coelho largou essa área à medida que a área foi se tornando mais e mais importante. Os mesmos problemas que eu havia encontrado no campo dos estudos da religião começaram a aparecer no campo dos estudos da criminalidade. Passou a haver uma competição muito grande e começaram a aparecer colegas que queriam subir e conquistar espaço à custa da reputação dos outros. Houve patrulhamento ideológico com o Edmundo e ele teve o seu trabalho desqualificado pela insinuação de que era um direitista. Isso é terrível. Na verdade, acho que temos tudo a ganhar quando há troca de ideias, quando se discute, quando a gente se estimula mutuamente. Mas tirar o espaço dos outros, derrubar, dar rasteira, isso é uma coisa muito negativa. Então o Edmundo se afastou inteiramente e quem acabou escrevendo

o livro sobre o nascimento dessas organizações criminosas dentro da prisão foi a mulher dele. Aliás, organizações de criminosos, dentro da prisão, que acabaram se tornando organizações criminosas posteriormente, à medida que começaram a dominar as favelas do Rio de Janeiro. Estabeleceram essa guerra que é muito interessante, pois é uma guerra para não fazer guerra todo o tempo, uma vez que eles acumulam homens e armas também para dissuadir o inimigo de invadir a favela e desistir do combate armado.

Parece que na literatura existe um certo padrão de entrada em nosso campo, que é a partir dos estudos de prisão, talvez de uma perspectiva institucional, priorizando um pouco as regras, padrões de funcionamento das instituições. E você fez justamente o contrário, você meio que inverteu essa lógica e começou a ver como é que na comunidade todas essas associações, essas variáveis, estavam interagindo e no que estavam impactando.

Devo confessar a você que não era essa a minha intenção, só que me deparei com isso. Como boa pesquisadora que sou e formada numa grande escola de pesquisa, uma escola inglesa de antropologia e sociologia, a escola de Manchester, registrei o que estava diante de mim, na "soleira da minha porta", como diria Malinowski. Talvez se eu não tivesse saído do Brasil, nunca teria escrito sobre isso. Se eu tivesse ficado no Museu Nacional, provavelmente teria estudado camponês ou índio. Se eu fosse estudar favela, estudaria as coisas usuais, não é? Do botequim, da birosca, do samba, das igrejas...

A partir daí, acho que é interessante que nesse momento você começa a desenvolver uma das perspectivas teóricas mais originais em termos de teoria social no Brasil, em termos de teoria antropológica.

Obrigada.

Que é a questão do *ethos* guerreiro, talvez influenciado por Bourdieu.

Não, eu não fui muito influenciada pelo Bourdieu.

Pelo Elias...

Sim, pelo Elias, foi Norbert Elias quem começou a discutir as práticas internalizadas e naturalizadas nos processos de socialização, o que ele veio a chamar de *ethos*. Foi ele também que começou a falar de um terceiro paradigma, entre o subjetivo e o objetivo, assim como o primeiro a falar de rede social e de configuração.

Disso você traz uma novidade de teoria no Brasil: temos uma característica que é a baixa produção de teoria. Você é uma das que fogem à regra. Como é que você vê a questão da teoria brasileira das ciências sociais, sobretudo a teoria antropológica? Como é que você pensa hoje a teoria sobre os estudos de violência no Brasil, já que você é uma das precursoras a partir dessa ideia do *ethos* guerreiro?

Estamos num momento muito interessante, não pelos estudos etnográficos, porque acho que não avançaram muito, mas os estudos quantitativos têm discutido muitas

teorias sociológicas. Estamos num momento de ebulição desse ponto de vista. Só que essa alternativa – ou estudos quantitativos ou etnográficos – tem que acabar para que a gente faça boa teoria. Na investigação da criminalidade, na apresentação do livro *A integração perversa*, digo que, sem considerar a subjetividade das práticas sociais, não se vai entender onde está "o pulo do gato", ou seja, o que faz com que uma pessoa decida se tornar um assassino ou um ladrão. Não vamos entender as questões da criminalidade e da violência e nossas políticas públicas, ou nossa capacidade de oferecer projetos, vão se perder. Mas, ao mesmo tempo, precisamos dos estudos quantitativos. Primeiro porque isso impressiona os jornalistas, governadores, prefeitos. As pessoas se rendem às demonstrações mais próximas das chamadas ciências duras, não resta a menor dúvida. Além disso, acho que é preciso para se ter essa dimensão do macro. Essa dimensão só pode ser obtida com estatísticas. Mas precisa-se do micro também, sem o micro não há como propor políticas, principalmente na área da prevenção. Quando se fazem mapeamentos pelo georreferenciamento, por exemplo, onde estão os pontos quentes do roubo, do furto, do homicídio, a polícia pode reprimir o crime nessas áreas apontadas como as de maior incidência. Só que o crime é móvel, especialmente o roubo. O homicídio não tanto, mas no caso de homicídio pode-se carregar o cadáver para outro lugar, pode-se levar a pessoa para matar em outro lugar que não aquele onde se mora ou onde se deu o conflito. Outros crimes, os chamados oportunistas, são extremamente móveis, mudam de um lugar para outro, e é por isso que temos que ter outra perspectiva – a da microssociologia ou etnográfica, para propor políticas que tenham influência mais extensa, mais difusa e mais profunda sobre o que está acontecendo na cidade e não apenas nesses pontos de maior incidência.

Essa foi a ideia quando você aceitou trabalhar para o César Maia?
Foi.

Fale um pouco dessa experiência. Como foi?
O César Maia me convidou para fazer um projeto de segurança para ele.

Vocês tinham trocado algumas opiniões por jornal. Não foi? Uma vez você me contou que publicou um artigo...
Acho que escrevi um artigo no *Jornal do Brasil* ou no *O Globo*, não lembro. Aí, ele me chamou para conversar e fez a proposta.

Foi em 2001?
Foi em dezembro de 2000, depois que ele havia sido eleito. Escrevi uma proposta que chamei de Segurança Participativa [risos], em homenagem ao Orçamento Participativo de Porto Alegre. Fiz pensando no que eu tinha observado nas vizinhanças que andei pesquisando, a vontade que as pessoas tinham de fazer coisas para lidar com a violência que já começava a crescer entre os jovens. Era uma vontade que se expressava de forma extremamente generosa, porque os moradores não recebiam nada por isso.

Mas em 2000 a cidade já estava coalhada de projetos desse outro tipo – as ONGs –, que conseguiam obter financiamentos, com estruturas burocráticas e funcionários pagos. De certo modo prejudicaram bastante as associações vicinais voluntárias.

Era então uma situação bem mais complicada por causa da presença de tantos pequenos projetos sem conexão entre si, mas fiz o projeto de segurança participativa com várias propostas. Tinha a proposta de estabelecer ouvidorias em todas as secretarias para receber reclamações – não denúncias – e propostas da população. Também sugeri a integração entre as várias secretarias, especialmente no que se referia ao tratamento da segurança. Finalmente, me concentrei na área da saúde e da educação, num projeto de mediação para a paz, que deveria funcionar em todas as escolas e postos de saúde do Município do Rio de Janeiro.

Só que a Secretaria de Educação não se interessou, porque implicava mais trabalho para os mal pagos professores. Já a Secretaria de Saúde estava com o Sérgio Arouca e a Lúcia, mulher dele, dois políticos e candidatos a cargos eleitorais, que imediatamente pegaram a ideia, mas tocaram o bonde sozinhos para fazer política para eles. Então, de certo modo, fiquei assim, numa salinha com uma assistente e uma secretária, mas sem ter contato maior com a máquina. Algumas diretoras começaram então a pedir o projeto porque elas estavam enfrentando muita dificuldade, e, em umas duas ou três escolas, realmente a coisa andou muito bem. As crianças, os meninos melhoraram muito e isso eu conto no livro. Mas acabei saindo, porque havia resistências insuperáveis dentro da máquina administrativa do governo, a não ser que houvesse uma decisão política para superar isso, o que não aconteceu. O prefeito não apoiou o projeto com o empenho necessário para algo tão novo. Além disso, havia o Gabinete Militar do prefeito, onde estavam vários oficiais da PM que não viam com bons olhos o meu projeto, muito pelo contrário. Alguns achavam aquilo uma bobagem, porque não se baseava na repressão violenta aos traficantes, já então muito bem armados. A única prevenção que eles preconizavam era a do uso de drogas, mas a pior possível. A maconha, "essa coisa horrorosa, a erva do diabo" e a cocaína, nem se fala! Obviamente que não se vai convencer um rapaz que já experimentou a droga e sabe que a maconha não tem esses efeitos tão maléficos, e fica muito complicado se efetivar uma prevenção dessa maneira. A proposta que eu tinha feito era bem outra, mas acabou que percebi que a assessoria dos policiais militares era muito mais poderosa, muito mais influente junto ao prefeito do que a minha, que era mais baseada na prevenção da violência e do uso de armas com a participação das vizinhanças locais.

Como o César Maia também optou por uma vinculação política conservadora, pois achava que o espaço da direita não estava sendo preenchido e resolveu ocupar esse espaço no Rio de Janeiro, concluí que não tinha mais nada a fazer no governo e saí. E assim terminou a minha experiência governamental, mas continuei escrevendo nos jornais, participando do debate político.

É interessante perceber que você deslocou, enquanto preocupação acadêmica, o termo "participar" para a violência. E quando passamos para política pública,

podemos usar o termo participar da segurança cidadã, segurança pública. Mas na hora que você avalia esses dois conceitos, que estão em disputas o tempo todo, talvez até em função...

Eu até ia comentar isso antes. O Sérgio Adorno e o José Vicente Tavares dos Santos preferem falar em segurança cidadã, mas a segurança só é pública se ela é cidadã. Se não é cidadã, não é pública. Para mim não tem disputa. Segurança pública tem que ser feita com base nas leis existentes no país, e as leis existentes no país garantem direitos de cidadania que têm de ser respeitados pelos policiais também. O policial não está acima da lei. O fato de alguns desses policiais chamarem de política de segurança pública aquilo que não é público porque não está montado nas leis, leis que garantem direitos ao cidadão, não quer dizer que deixemos de usar o termo. Segurança cidadã não quer dizer nada nesse ponto de vista, porque não é um termo que se use em nenhum outro país. Usamos aqui para diferenciar algo que está disseminado, mas que não é baseado nas leis existentes no país. Porque violações às leis são inúmeras, em todos os níveis.

Nessa direção, igual à sua experiência, várias outras pessoas da academia tentaram fazer parte do Estado e executar política. Como é que você avalia esse envolvimento?

Olha, no Rio de Janeiro foi um desastre até agora, prejudicou muito, falei para você que desde o início eu tinha muita dificuldade nessa vinculação com os governos. Mas o Paixão, em Minas Gerais, nunca teve. Ele encontrou uma abertura muito grande para isso. Só que ele sempre trabalhou na sombra, sempre trabalhou como assessor, como aquele que fazia a cabeça dos responsáveis pela formação da PM, pois ele conseguiu mais penetração na PM do que na Polícia Civil. Um pouco por conta do fato de Minas ser ainda um Estado onde vigoram as relações entre famílias e as pessoas que se conhecem, ao contrário de cidades como Rio e São Paulo, que são muito mais cosmopolitas, muito mais diferenciadas. Por exemplo, no Rio, 40% da população não é oriunda desse Estado. São Paulo deve ser mais ou menos a mesma coisa. Então, é muito mais difícil ter essas relações pessoais para chegar lá onde se quer. Além do mais, o Rio de Janeiro tem vários centros de pesquisa com vários caciques, pessoas que têm presença muito grande no palco, tanto acadêmico como público, nos jornais, na TV, etc. Aí, aconteceu aquela experiência até certo ponto desastrosa do Luiz Eduardo Soares no governo Garotinho. Primeiro, ele escreveu um livro com vários colegas meus da UERJ e deixou para o Garotinho apresentar como se fosse sua obra. Isso já achei um horror e deixei claro que fui inteiramente contra. Eu já não confiava no Garotinho desde sempre e não deu outra. Um ano depois, o Luiz Eduardo foi demitido de uma forma humilhante, pelos órgãos da imprensa. Rompi com Luiz Eduardo Soares por causa do livro. Eu era colega dele na UERJ, no mesmo departamento, no mesmo instituto e eles não me disseram que estavam fazendo isso. Pediram para eu montar um projeto da área da violência, da criminalidade; fiz o projeto para o doutorado que foi aprovado pela Capes. Mas não me contaram que estavam escrevendo esse livro para o Garotinho. Daí ele vira secretário de segurança e eu saí do departamento porque fiquei

indignada com essa maneira de me tratar. Me senti uma otária. Resolvi ficar no Instituto de Medicina Social, do qual na verdade eu já participava, pois tinha feito concurso para os dois institutos da UERJ. O que aconteceu foi que o Luiz Eduardo Soares, ao contrário do Paixão, ao contrário do Claudio Beato, ao contrário do Paulo Sérgio Pinheiro, do Sérgio Adorno e outros mais, quis mandar na Polícia e nos policiais. Ele quis ser mais do que o chefe de polícia [risos]. Isso obviamente fez com que se desenvolvesse entre policias militares e civis um horror aos sociólogos, chamados de "policiólogos" desde então, o que dificultou ainda mais essa relação, que já era bastante complicada. Aí, quando fui finalmente chamada para participar do governo municipal, sofri as consequências, porque ainda estava muito presente essa ideia do fracasso da presença do Luiz Eduardo Soares no governo Garotinho.

Mas o projeto era bom, o que é triste; tanto que foram deixadas heranças benéficas na Delegacia Legal, no Instituto de Segurança Pública que monta e divulga os bancos de dados da criminalidade no estado. Na Polícia Civil mexeram bem, a Delegacia Legal foi algo bem feito. Houve uma reestruturação dos dados estatísticos com a criação do ISP. Foram feitas várias coisas interessantes, como a divisão da cidade em áreas de segurança (as AISPs). Infelizmente, a divisão entre patotas não permitiu que houvesse uma discussão mais proveitosa sobre o projeto.

De fato, muitas coisas deveriam ser melhoradas nesse projeto. Caso os sociólogos tivessem permanecido no local que é mais apropriado para eles, o de assessor, aquele que dá as ideias e fica no máximo como eminência parda, acho que o avanço teria sido maior. Hoje é muito mais difícil fazer a ponte entre a universidade e o governo ou a policia. Nem o ISP ficou nas mãos de cientistas sociais, para se ter uma ideia. Foram estratégias mal pensadas de ocupação de um espaço que é absolutamente necessário. Tem que haver essa cooperação com a academia, tem que haver essa cooperação entre cientistas sociais que estudam o problema e as polícias Civil e Militar, a Secretaria de Segurança Pública. Mas estou pessimista. Até porque agora há as ONGs e as pessoas que, digamos, conseguiram espaço naquela outra entidade que o César Maia chama de Partido da Globo, o PG. Pessoas que aparecem muito, falam muito na mídia, mas não pesquisam muito, então fica meio disfuncional, mas Deus me livre de pensar aqui em funcionalismo, fica um pouco esdrúxulo, não? E acaba que os trabalhos que são seriamente feitos têm muito mais dificuldades de serem considerados na hora de se decidir uma política pública.

Mas e o argumento sobre a importância da pesquisa?

Mas aí é que está a coisa contraditória, esdrúxula, que estou falando: há um falso debate público, que é essa espetacularização na televisão. Pessoas aparecem muito na televisão e ficam famosas, são reconhecidas na rua e só faltam dar autógrafos [risos]. Elas viram estrelas da academia, da pesquisa, da sociologia, da antropologia, o que atrai os que buscam a fama. Mas há um genuíno interesse, uma genuína preocupação dos moradores das cidades brasileiras com as questões relativas à violência, que são muitas. A violência está presente dentro de casa, na escola, nos hospitais. Os hospitais estão so-

frendo horrores por causa da necessidade de atender feridos a bala. E ainda me admira que tenham executado dessa maneira.

Só que vou dizer uma coisa, que é muito preocupante e vejo isso no meu departamento no Instituto de Medicina Social: é o fato de que médicos, dentistas, engenheiros estão fazendo pesquisa sociológica ou antropológica, quantitativa ou qualitativa, sem conhecerem as teorias, sem saberem direito o que se debate nessas disciplinas.

Você vai hoje na reunião da Anpocs e tem um monte de pessoas ali que não são cientistas sociais, mas que em seus departamentos fazem questão de se apresentarem como tal. Não consigo mais dar curso de método etnográfico no meu departamento porque quem dá é um médico, e é um curso obrigatório. O que você acha disso? Já argumentei na reunião do departamento, não faz sentido. "Passei a minha vida inteira fazendo isso, discutindo sobre isso, lendo sobre isso. Por que você vai dar? Porque eu tenho direito, eu sou da saúde pública e eu posso dar".

Estamos diante de um problema que é o da nossa profissionalização incompleta. Porque eu jamais poderia dar um curso, embora eu tivesse lido, sobre doença mental. Jamais! No entanto, qualquer pessoa pode dar um curso sobre métodos qualitativos e quantitativos, teorias antropológicas. Um médico está dando um curso sobre Anthony Giddens e Zygmunt Bauman. Duvido que ele saiba o que está por detrás do debate teórico [risos].

Isso acontece também no nosso campo em relação aos estudos jurídicos, não?

O modelo é o mesmo. E começou assim: na Faculdade de Direito, quem dava aula de sociologia eram os juristas, nunca um sociólogo. Mas agora isso mudou. Agora eles chamam sociólogos. Nas outras áreas, na pedagogia, nos cursos de odontologia, medicina e tal, são médicos, dentistas, pedagogos. Eles não sabem sociologia. Eles sabem alguma coisa de sociologia da educação. E aí estamos diante de um dilema mesmo: o que vamos fazer com isso, vamos invocar nossa profissão nunca regulamentada? Tem que ter uma discussão na Capes sobre isso, precisa haver uma mesa na Anpocs sobre isso para botar os pingos nos is. A Maria Andréia Loyola, que já foi da Capes, é hoje uma mulher preocupadíssima com esse assunto. Ela é do mesmo Instituto que eu, mas de outro departamento, o de Ciências Humanas, onde o mesmo acontece.

Você acha que estamos perdendo território?

Não é que estejamos perdendo território, não estamos delimitando bem o território, dizendo "olha, aqui não! Aqui tem expertise! Quem é profissional disso somos nós e não vocês!". Sabe, a gente tem que enfrentar isso! Você pode dar um curso de arquitetura? Não. Você pode dar um curso de medicina? Não. Um curso de direito? Não.

A antropologia está fazendo um movimento mais ou menos nessa direção. Porque sempre foram várias as formas como a universidade brasileira se organiza, e quase sempre coloca sob o mesmo guarda-chuva os cursos de ciências sociais,

antropologia, ciências políticas e sociologia. Na UnB é um pouco diferente, na UFRGS a antropologia também está se desmembrando como um curso independente. Acha que essa é uma tentativa de delimitar um território das ciências associadas com as ciências sociais? Vejo isso, que já existe um incômodo em relação a essa multidisciplinariedade.

Aí a minha doutrina é oposta. Entre a antropologia social e a sociologia, as fontes, as matrizes disciplinares são idênticas: Durkheim, Weber, Marx, Mauss, talvez um pouco mais de Mauss na antropologia do que na sociologia, mas faria um bem enorme à sociologia, aliás, em vários países do mundo hoje há um movimento antineoliberal ou antiutilitarista baseado no trabalho do Mauss. Há quem diga o contrário, mas acho que os sociólogos e antropólogos sociais deveriam se unir, porque a barra está muito pesada para os dois. Dividir agora nesse momento é uma bobagem. E também dizer que vão delimitar pelo campo empírico é cada vez mais bobagem, porque você não tem mais sociedades com uma completude ou uma diferença que impeça de receber estímulos, ideias e mudanças vindas da sociedade moderna, via globalização. Onde é que estão os índios brasileiros que não falam o português, que nunca ouvem rádio ou assistem televisão? Existem alguns rituais só, mas estudar ritual hoje não é um privilégio de antropólogo. Nunca foi! Tem um monte de sociólogos, interacionistas simbólicos estudando ritual!

A barra está muito pesada em relação às outras disciplinas, aí sim com outras matrizes, nós temos é que defender a nossa abordagem. Sou inteiramente favorável a uma questão de definição de departamentos de ciências sociais, com pós-graduação em ciências sociais, e veja só, também tem uma coisa engraçada. Na década de 70 a antropologia apresentava os paradigmas, as teorias mais interessantes que foram mais ou menos absorvidas pelas outras ciências sociais e pela história também. Agora é a vez da sociologia. Porque não resta a menor dúvida, o que os antropólogos estão publicando de interessante em teoria sociológica? Os que quiseram fazer alguma coisa de interessante enveredaram pela pós-modernidade. Dali sai pouquíssima teoria estimulante e começaram a estudar a eles próprios. Aquela coisa masturbatória, como diz o Marshall Sahlins.

Então, continuo fazendo bons trabalhos etnográficos que é isso que o antropólogo tem que fazer mesmo, ou seja, discutir e incorporar as teorias locais, o conhecimento local. Mas é na sociologia que busco as teorias para pensar o mundo globalizado. Até acho que o Marshall Sahlins deu grandes contribuições, mas enquanto sociólogo, enquanto alguém que pensa e discute com outros cientistas sociais sem barreiras disciplinares artificiais.

Então, na sua opinião, quais são as teorias mais importantes hoje em dia?

Têm várias, né?! A discussão sobre a globalização é importantíssima. Há vários autores nessa área, mas acho que, digamos assim, estão faltando um pouco do bom senso e o relativismo cultural controlado que aparece no trabalho de bons antropólogos, como Marshall Sahlins. Globalização existe, mas vamos com calma, porque não é bem assim, já que também não estamos tendendo a um mundo totalmente homogêneo. Existem diferenças que permanecem ou são reinventadas.

Isso tem tudo a ver com uma pesquisa que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública desenvolveu: boa parte dessa produção em relação à pós-graduação se apropria ou importa referenciais teóricos e metodológicos muito delimitados, muito Foucault, muito Bourdieu, menos Durkheim, mas muitas dessas questões, por alguns casos lidos, vêm sempre apenas acríticas. Trata-se de uma reprodução, na tentativa de encaixar o seu objeto específico brasileiro ao modelo teórico. Então, no fundo é um pouco isso quando eu te pergunto sobre qual teoria...

Mas hoje a gente tem a moda do Bauman, moda de muitos outros autores. Só leio sociólogos hoje em dia para discutir a violência, quase não leio antropólogos nem vou à ABA [Associação Brasileira de Antropologia]! Está tudo muito repetitivo. Existe isso que você falou, existe uma tendência a formar discípulos de escolas. Acho isso muito perigoso porque estiola o pensamento, estiola a inteligência. As pessoas tornam-se meros repetidores. Então, sempre fugi disso por personalidade, pela experiência, importantíssima para mim, na Inglaterra, onde meu departamento era o oposto disso. Ainda existem no Brasil pessoas que se encostam em autores da moda, que trabalham dessa maneira, mas existem muitos bons pesquisadores. Eu estava falando para você que estamos nesse momento de efervescência nesse ponto de vista, mas há casos que não têm jeito, eles precisam grudar em algum autor consagrado. Não apreciam a autonomia, como nós.

Para finalizar, fazendo um balanço de tudo isso que falamos e do atual momento da pós-graduação brasileira, como você pensaria o papel que a Universidade tem em relação tanto a si própria quanto às políticas públicas?

Então... Vejo também com muita preocupação a situação da Capes. Acho que é necessário algum controle sobre a produção intelectual e que se quantifique isso de alguma maneira. Mas da forma como estão fazendo é ridículo! Aparecem uns numerozinhos assim no final e eu os olho e falo: "Meu Deus do Céu! Será que alguém leva isso realmente em consideração na hora de decidir se vai dar uma bolsa, se vai dar um projeto de pesquisa para uma pessoa e não para outra? Sem conhecer a qualidade do trabalho?" De novo tem o problema da qualidade que não pode ser nunca esquecido. Agora inventaram o Fator H, que é o seguinte: você me cita, eu te cito e nosso Fator H vai aumentar. Pode descambar pra isso.

Sei que, por exemplo, nas patotas acadêmicas, que são muitas pelo mundo afora, as revistas se abrem mais ou menos. As revistas também fazem um pouco parte disso e especialmente aquelas vinculadas às escolas que fazem as cabeças das pessoas, que fazem com que as pessoas repitam aquilo que foi dito, e não estão fazendo nada de novo. Isso não é fazer ciência de fato. Isso é reproduzir um tipo de pensamento, um modelinho qualquer.

Então, essa quantificação pode ser muito enganosa. Pode estar se comparando alhos com bugalhos. O que vejo é que os projetos que chegam às minhas mãos, os textos que me chegam para fazer uma avaliação, na verdade, carecem desses outros estímulos que seriam importantíssimos, que é ensinar a se pensar de forma mais au-

tônoma, a se tornar independente desses gurus intelectuais que existem especialmente na área de ciências sociais, os autores consagrados, os "Bourdieus" da vida. E eu uso o Bourdieu! O Bourdieu às vezes me ajuda a pensar. Mas não uso só o Bourdieu, posso usar diversos outros. Agora, como é que se faz em sistemas de avaliação para que essa qualidade seja levada em conta? Temos que discutir isso nos fóruns abertos, na Anpocs. O que está acontecendo na área da saúde pública, que é multidisciplinar, é uma coisa horrorosa. Como eu publico nas revistas de sociologia e de antropologia, tenho menos pontos. Não consideram minha produção intelectual como sendo *qualis* A. Por isso, não posso abrir vagas para alunos de doutorado há três anos. O ano que vem terminam todos os meus alunos de doutorado e não vou ter mais alunos.

Eles diminuíram também o número de vagas porque a Capes inventou um critério segundo o qual o curso é avaliado pelo número de teses publicadas *versus* o número de alunos que entraram. Então diminuíram o número de alunos que entraram na esperança de que aqueles que entram sempre terminam em tese, e aí vai crescer. Só que você tem 40 professores para 30 alunos. Isso é o que vai acabar acontecendo, o que é uma estupidez. Totalmente irracional. Tenho certeza que não é isso que a Capes quer, no sentido de melhorar e aumentar a eficácia e a eficiência dos programas. Não é essa a proposta.

Acho que a gente precisava ter uma boa discussão sobre isso, dentro da Anpocs, que é a entidade que reúne os cientistas sociais, para diminuir um pouco essa irracionalidade, esse perigo de fazer com que pessoas que não sejam protegidas por patotas, por instituições com boa avaliação na Capes não tenham a possibilidade de ter bolsas, de ganhar projetos.

Em relação às políticas públicas. Qual o nosso papel?

Continuar tentando formular... É sempre o nosso papel, e vai continuar sendo, não vão nos dizer: "olha, está aqui a cadeirinha de vocês, o lugar de vocês." Não vão fazer isso nunca! Nós temos que brigar! Vamos ter sempre que brigar e participar de todas as maneiras possíveis, mas evitar um pouco do estrelismo que os intelectuais da televisão estão desenvolvendo. Acho que isso também é necessário. Participar do debate público, sim; ser intelectual midiático, não.

Sérgio Adorno

Sérgio França Adorno de Abreu nasceu no dia 18 de abril de 1952, em São Paulo (SP). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), em 1974. Concluiu seu doutorado em sociologia pela USP, em 1984. Atualmente é professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do NEV/USP.

Entrevista

Sérgio Adorno
Barcelona, setembro de 2008

Por Renato Sérgio de Lima

Sérgio, eu gostaria de te fazer algumas perguntas mais de caráter biográfico... Conte, para iniciar, um pouco como um filho de um cartorário, morador da Zona Norte, que é considerada uma das regiões mais tradicionais e conservadoras da cidade de São Paulo, chegou ao curso de ciências sociais da USP e se tornou uma das principais referências da área no Brasil.

Fiz toda a minha formação em escola pública, nunca estudei em escola privada. Cursei o antigo clássico em um dos institutos mais importantes da Zona Norte do município de São Paulo, o Instituto de Educação Dr. Otávio Mendes. Isso foi de 1968 a 1970. Era um período de muita efervescência política, havia muita mobilização estudantil, inclusive no segundo grau, nos cursos científicos, clássico e normal. Os alunos estavam permanentemente informados a respeito do que estava acontecendo no país, sobre a ditadura, a repressão, a tortura. No colégio, os alunos iam frequentemente, às passeatas mesmo estando no segundo grau,. Tínhamos contatos com lideranças do movimento estudantil, que estavam também já na Universidade e os professores eram muito politizados. Então, eu me lembro que li Caio Prado, Celso Furtado, durante o curso clássico. Como era um período de intensa mobilização, de intensa atividade política, nós, os estudantes, estávamos querendo entender melhor o que se passava com o país e a história da sociedade brasileira. Para quem tinha optado pelo curso clássico, e que portanto não se sentia tanto identificado com as ciências exatas e com as ciências da vida, o caminho era seguir pelos cursos de história, direito ou ciências sociais.

Ainda no segundo grau, eu conheci professores da área de ciências sociais que me pareciam modelos e, por essa razão, acabei me decidindo por essa área. Fiquei muito na dúvida porque meu pai queria muito ter sido advogado e nunca pôde. Estudou o mínimo possível e se fez por conta própria. Ele depositava a expectativa de que eu seria o advogado que ele não foi. Fiquei muito na dúvida, mas ainda assim decidi fazer ciências sociais. Foi uma decisão em função do contexto da época. Achei que gostaria mais de ser professor, e me via como professor muito mais nesta área de ciências sociais do que em direito. Por isso, a decisão.

Você começou a graduação em 1973?

Não. Comecei a graduação em 1971 e só a terminei em 1974. A licenciatura que habilitava para o ensino no segundo grau conclui em 1975.

Buscando localizar algumas ideias-força do seu projeto acadêmico e intelectual, poderíamos dizer que a sua reflexão pode ser sintetizada em torno dos conceitos de justiça, ordem, moralidade e autonomia. Deles, violência, punição e direitos humanos seriam os seus referenciais empíricos... Você concorda com essa síntese? Está incompleta ou equivocada?

Não está equivocada, mas talvez eu a precise um pouco mais. Antes de fazer a tese de doutorado, eu já vinha trabalhando com o tema do crime e da violência. Comecei, na verdade, trabalhando esse tema do crime e da violência ainda na graduação, eu e algumas colegas. Havíamos feito um trabalho de pesquisa de campo bastante exploratório sobre egressos penitenciários que resultou em um trabalho para avaliação na disciplina que o professor Lúcio Kowarick ministrava na época sobre marginalidade na América Latina. Nesse texto, eu e minhas colegas de turma achamos que, além das clássicas questões relacionadas com trabalho e desemprego, também era possível pensar que a categoria "marginalidade social", também compreendia pessoas cuja relação com o mercado de trabalho era menos evidente, inclusive porque haviam sido encarcerados muito jovens. Marginalidade não significava apenas exclusão, mas um certo modo de inserção no mundo capitalista.

Fizemos esse trabalho sobre egressos e obtivemos uma boa avaliação no curso. Depois, resolvemos dar continuidade ao projeto. Para isso, procuramos a professora Maria Célia Paoli, também docente no Departamento àquela época de ciências sociais. Maria Célia entusiasmou com a ideia e nos ajudou a repensar o projeto. Nós o refizemos. Sob a sua coordenação, apresentamos o projeto na FAPESP. Destaque-se, naquela época, a Maria Célia ainda não era doutora, hoje critério básico para a proposição de projetos. Mesmo assim, o projeto foi aprovado em condição muito especial e durante dois anos prosseguimos a pesquisa sobre os egressos penitenciários que, ao final, resultou em duas publicações. Quando eu já havia terminando a participação nesse projeto, em 1978, entrei na pós-graduação. O meu projeto de pós-graduação era muito diferente, não tinha a ver necessariamente com crime. O projeto se propôs a estudar a formação dos políticos profissionais do século XIX, uma formação toda centrada em torno das escolas de direito e, particularmente, na de São Paulo.

Qual era o meu problema? Na época que estava fazendo a graduação, havia um grande debate no Brasil a respeito do contraponto entre conservadorismo e liberalismo. A pergunta era: por que a sociedade era uma sociedade conservadora e por que o liberalismo não havia de alguma maneira se generalizado a ponto de se transformar numa etapa necessária ao desenvolvimento capitalista e das sociedades democráticas como se seguiu na Europa, por exemplo? Lembro-me muito bem que esse debate era muito forte porque se tratava de entender o processo de modernização da sociedade brasileira, a revolução que estava ainda em marcha e os seus desdobramentos possíveis, ou numa revolução socialista ou numa democracia burguesa. Um dos argumentos muito fortes era o de que as heranças escravistas pesaram muito no conservadorismo, assim como a forte presença da grande propriedade rural como centro organizador da vida associativa no Brasil tradicional.

Então, se tratava de uma discussão muito presente no meio acadêmico. Naquela época, para desenvolver o projeto, comecei a ler biografias de alguns dos principais juristas e políticos profissionais do século XIX, particularmente Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa. O que me chamou mais a atenção nas biografias de ambos é que eles se declaravam, em linhas gerais, liberais, mas eram homens que, como tantos outros, fizeram as suas carreiras no interior de um Estado autoritário, com fortes heranças patrimonialistas. Minha pergunta, então, era como é que o Estado brasileiro poderia ser autoritário se os políticos profissionais que estavam à frente da condução da política e dos negócios públicos eram liberais? Eu quis entender inicialmente esse contraponto entre autoritarismo e liberalismo. Bom, empiricamente, o objeto consistiu em estudo a respeito da formação dos bacharéis. Porque eles eram de fato os políticos profissionais do século XIX. Não quer dizer que não houvesse, por exemplo, políticos profissionais com formação médica ou em outras áreas. Mas, fundamentalmente, o perfil do político profissional no século XIX e mesmo princípios do século XX era o bacharel em direito. Foi isso que me levou ao estudo dos bacharéis e, depois, à conclusão da tese que o confronto não era entre autoritarismo e liberalismo, mas era entre liberalismo e democracia.

Entrou no mestrado, mas aí o Gabriel [Cohn] te sugeriu...

Quando entreguei a primeira versão da tese, ele me chamou e disse: essa não é uma dissertação de mestrado, mas uma tese de doutorado. Vamos fazer um novo exame de qualificação e vamos para o doutorado direto. Eu hesitei, mas achei que se ele estava falando, sabia melhor do que eu. Para dizer a verdade, meu problema, no fundo, desde àquela época, é política, poder, democracia. E inclusive a questão da justiça, do acesso e de seu funcionamento, porque ela está vinculada, de alguma forma, às questões de estruturação do poder e das relações políticas na sociedade. Na época da tese, eram temas pouco estudados. O tema da justiça, claro, aparece na sociologia política clássica no Brasil. Você vai encontrá-la no Raymundo Faoro, no Vitor Nunes Leal, no livro da Maria Sylvia de Carvalho Franco... Eu me lembro daquela época quando comecei a ler e estudar o livro de Fernando Uricoechea, *O Minotauro Imperial*, o que me impressionou muito foi a presença dos bacharéis na burocracia do Império. Do mesmo modo o livro de José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem.* Esses autores e suas obras me

apontavam as relações entre poder, política, liberalismo e democracia, assim como as questões relacionadas com acesso e funcionamento da justiça, o papel dos juristas como um categoria profissional e política.

Foram nesses temas que eu, de alguma maneira, me centrei e continuo centrado. Porque, na verdade, os temas da política, da violência e dos direitos humanos me permitem pensar qual sociedade é esta e, particularmente, quais são os limites e os impasses à consolidação da democracia em uma sociedade cuja transição parece não ter terminado, ou pelo menos aparenta ser interminável.

Claro, empiricamente os temas da violência e do crime têm me ajudado de alguma maneira a visualizar com maior clareza esses impasses do direito e da justiça, e, sobretudo, os desafios da democracia, mas não sou, por exemplo, um estudioso de crime, um criminologista propriamente dito. Até estudei criminologia em função da minha experiência como técnico do Instituto de Medicina Social e Criminologia entre 1975 e 1978. Acabei mesmo dando curso sobre história da criminologia, partindo da criminologia clássica até a mais recente. Mas meu foco de fato não é este. É, justamente, como por meio do crime e da violência que procuro entender o modo como a sociedade controla a ordem social e implementa a aplicação das leis. De alguma maneira, essa perspectiva também permite você compreender a sociedade democrática no Brasil em seu funcionamento e movimento a partir de alguns dos seus fragmentos, o crime e a violência.

No programa da disciplina sociologia da violência, você fazia uma diferença teórico-metodológica muito clara entre as vertentes marxista, liberal, hermenêutica e genealógica, e, por outro lado, perspectivas analíticas. Então, se a gente pensar um pouco na produção sociológica brasileira e, a partir do que você acabou de dizer, quais dessas aproximações você poderia dizer que tem maior aderência no Brasil?

Bom, verdadeiramente, acho que essas perspectivas teóricas que trabalho na disciplina tem a ver muito mais com algumas tendências que apareceram na literatura internacional e com certa incorporação que os pesquisadores brasileiros fizeram, cada um a seu modo, dessa bibliografia. De fato, tenho trabalhado com vários conjuntos teóricos, mas estou cada vez mais concentrando o conteúdo da disciplina sociologia da violência, de seus fundamentos teóricos em torno de três eixos: primeiramente, conjunto de teorias que abordam a violência tendo por referência o monopólio estatal; em segundo lugar, a teoria na verdade centrada em torno de parte da obra de Hannah Arendt, que trabalha não o monopólio da violência, não o Estado como aquele que detém o monopólio da violência, mas o poder contraposto à violência; e, em terceiro lugar, mais recentemente, tenho incorporado estudos que fazem referência à violência como linguagem, que procuram compreender o problema das significações da violência.

Trata-se, neste caso, de compreender o fenômeno da violência – ou das violências, como querem alguns, como conjunto de ações que, para além de agredir direitos e causar danos à integridade física ou psíquica das pessoas, constitui formas de linguagem, um repertório de narrativas sobre a vida social e inclusive sobre a vida política. Agora, acho que a literatura especializada sobre violência e crime no Brasil, especialmente

produzida por sociólogos e antropólogos não revelam filiações teóricas absolutas em termos desta ou daquela corrente. Na verdade, ainda funciona na tradição acadêmica brasileira o ecletismo teórico, que consiste, entre outros aspectos, em trabalhar com diferentes fontes de análise e interpretação dos fatos. É claro que essa característica tem uma virtude: evitava-se a tentação de reafirmar teorias universalistas desprovidas ou divorciadas de consistente comprovação empírica. Por outro lado, o ecletismo também tem suas limitações, caso conduzido com pouco rigor, sobretudo o de se fazer associações entre conceitos cujas raízes teóricas não são necessariamente compatíveis entre si. Mas a literatura e os autores brasileiros de uma maneira geral têm uma formação muito sólida e sabem fazer esse diálogo entre as teorias com muita competência. É claro que tem também as influências de época.

Houve uma época em que o marxismo teve uma influência muito grande no meio acadêmico. Acho que pesou menos nos temas ligados à violência e ao crime, mas claro que esteve presente. Depois, Foucault teve uma importância muito grande, sobretudo com *Vigiar e Punir* (1975), obra que causou enorme impacto na sociologia brasileira, nas ciências sociais do país de um modo geral, e particularmente nos estudos sobre violência, crime, prisões. Depois, foram sendo feitas várias outras conexões. Norbert Elias tem tido influência acentuada, o Bourdieu também. Acho que em determinadas épocas algumas referências têm pesado mais do que outras. Porém, isto não é específico da vida acadêmica no Brasil. Mas é inegável que essas influências se sucedem no tempo. Ao contrário do que se passa nos Estados Unidos e na Europa ocidental, ao menos, é difícil reconhecer, no meio acadêmico brasileiro, que tal autor, tal pesquisador pertence ou está filiado a tal ou qual escola de pensamento ou de sociologia.

No ramo da sociologia francesa existem dois autores que marcam muito a sua trajetória, o seu plano de estudos. Sempre tive curiosidade para saber qual o papel que você atribui a esses dois, de um lado o Foucault e de outro o Durkheim.

O Foucault evidentemente foi e continua sendo um autor de fundo, sobretudo em virtude dos desarranjos que promoveu nos hábitos acadêmicos: a de pensar temas como o poder anônimo, as relações de força na sociedade moderna sob a perspectiva da microfísica, a questão do corpo e do Estado. O Foucault para mim continua sendo uma inspiração extremamente importante. Isso não significa que eu incorpore Foucault a ponto de reproduzir sem mais seus conceitos e perspectivas nos estudos que venho desenvolvendo no campo da sociologia da violência, mas é uma fonte de inspiração importante.

Você é considerado o sociólogo que mais se dedicou aos estudos sobre Foucault no Brasil.

Sim. Acho que fui. Dei e continuo dando curso na pós-graduação a respeito do impacto de seu pensamento nas ciências sociais, sobretudo na sociologia; mas não publiquei os resultados das leituras como deveria ter feito. Continuo gostando de ler, em especial sua obra publicada após sua morte, seus cursos no Collège de France e o conjunto de suas entrevistas.

O Durkheim me interessa como sociólogo. Admiro muito sua coragem como construtor de uma disciplina, os debates que enfrentou em sua época, o exercício para incorporar a sociedade como objeto de conhecimento e explicação científicos. Ao lado dos avanços, me interesso igualmente por suas deficiências. Ultimamente, ando mais interessado em uma ideia que aparece com muita força tanto na *Divisão do Trabalho* (1893) e, sobretudo, no *Suicídio* (1897), e depois também nas *Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912). Trata-se da ideia de efervescência social. É um conceito que, de alguma maneira, tenta entender por que em determinados momentos da história de uma sociedade se observa certa inflexão na dinâmica da vida social que permite, por exemplo, explicar acontecimentos como crises econômicas abruptas, rupturas em regimentos políticos, movimentos de protestos coletivos. Tenho me interessado por seus possíveis usos para explicar os ataques do crime organizado em São Paulo, em 2006. Mas é um autor e uma contribuição teórica que precisam ser lidos evidentemente com o olhar crítico do século XXI.

Durkheim certamente foi um pensador muito sagaz para compreender os problemas da sua época, mas certamente hoje seu olhar é estreito para compreender a complexidade do século XXI. Mesmo assim, acho que também é uma fonte que não pode ser ignorada. Norbert Elias é outro autor que tem sido muito importante para entender as singularidades de civilizador em sociedades como a brasileira. Não acho que se deva abandonar as inspirações clássicas e contemporâneas, mas também não acho que se deva simplesmente utilizá-las para colocá-las à prova ou para demonstrar, por exemplo, que determinado conceito ainda hoje é válido. Entendo que o fundamental é construir adequadamente os problemas de investigação e, conforme essa construção, nos valermos de um quadro teórico robusto que possa oferecer pistas explicativas interessantes.

À luz das questões contemporâneas, existe uma certa sensação de que chegamos em um momento de esgotamento de algumas questões do Foucault e de alguma retomada do Durkheim. O que você acha?

Acho que não dá para sustentar essa conclusão. A obra de Foucault não está totalmente esgotada. O Foucault que trabalha a questão da biopolítica é cada vez mais atual. A ideia da biopolítica está presente em muitos estudos, inclusive na ciência política, que foi sempre meio refratária às ideais desse pensador. Se você olha, por exemplo, hoje, vários autores mais identificados com essa disciplina reconhecem que o conceito de biopolítica é extremamente importante pra entender as singularidades das sociedades complexas contemporâneas. A biopolítica, na verdade, é não só estratégia de controle dos corpos, como controle também de populações. Por isso, pode-se dar conta de problemas contemporâneos relacionados à fluidez das fronteiras do Estado e a esse caráter multifacetado das sociedades contemporâneas. Acho que Foucault não está totalmente superado, portanto.

O Durkheim sim, num certo sentido, está superado à medida que, quando ele pensou a sociologia, a complexidade da sociedade moderna é muito diferente da sociedade contemporânea atual. Então, por exemplo, a ideia de se pensar a solidariedade orgânica como Durkheim pensou, ou pensar mesmo a estruturação da sociedade moderna fundada na divisão do trabalho social, está completamente superado. O tema da moralidade é

importante, todavia necessita ser reconstruído sob bases completamente distintas. Pode-se entender como ele trabalhou o tema da moralidade para explicar a sociedade moderna, mas certamente depois de toda discussão da moralidade no campo da sociologia hermenêutica, toda contribuição da psicanálise e da psicologia social para esse tema, não dá para dizer que a contribuição de Durkheim para esse domínio está ainda atual. Ao contrário, ele de alguma maneira está superado porque sua sociologia está fundada em argumentos hoje completamente inaceitáveis, como a de pensar a "sociedade como coisa", independentemente do que se passa no domínio dos sujeitos e da subjetividade. A despeito das inflexões que aparecem em sua obra final, pressupostos como este se apresentam como muito questionáveis. Quer dizer, 100 anos depois, não dá mais para aceitar argumentos dessa natureza. Então, eu diria que Foucault é mais atual. Claro, a obra de Durkheim é para você reler e rever, e buscar, digamos, fragmentos que permitam de alguma maneira explorar melhor certos fragmentos da própria vida contemporânea, como tentei fazer mais recentemente com o conceito de anomia, na coletânea que o Departamento de Sociologia organizou para rememorar os 150 anos de seu nascimento.[1]

Enquanto você falava, lembrava-me da crítica em relação à questão da racionalidade que o Garland faz na perspectiva do Foucault. Garland é hoje conhecido como um dos autores que mais tem sido mobilizado na explicação dos estudos sobre justiça, violência e crime. Está aí, aparentemente num campo reaberto de disputas teóricas, conformando o debate sobre uma sociologia da violência, do crime. Isso puxa para uma questão que tem provocado a análise dos dados que tenho obtido e que tem trazido uma curiosidade interessante. Sei que você simpatiza com a ideia da dupla formação, por exemplo, entre cientistas sociais e direito. Mas tenho percebido que a dupla formação tem essa característica de mobilizar os autores mais tradicionais... Fica-se numa posição muito normativa ou pouco metodológica. Como é que você vê esse processo de multidisciplinaridade e reprodução acrítica?

São duas questões que têm de ser tratadas de maneiras diferentes. Quanto à primeira delas, acho o seguinte: a transversalidade dos saberes e dos conhecimentos é um dado contemporâneo. Cada vez mais é muito difícil você ficar encerrado dentro de um campo disciplinar dizendo que a sociologia começa aqui e termina ali ou que o mesmo ocorre com o direito. Nem sei se isso alguma vez existiu de fato. Hoje, quando leio, por exemplo, um livro *La découverte du social, naissance de la sociologia en France* (1998) de Laurent Mucchielli, aliás um livro belíssimo que faz uma análise das raízes da formação do pensamento sociológico da França. Mucchielli mostra claramente que a sociologia, desde o seu nascimento, dialogou o tempo todo com a geografia, a psicologia social, a história, a antropologia, a economia e com os estudos literários. Na verdade, o pressuposto de que cada disciplina científica possui um objeto exclusivamente seu parece de mais utopia do que uma realidade. Entendo que agora esse processo está se radicali-

1 Massela e outros,[2009] *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte, Argvmentvm.

zando: é muito difícil, por exemplo, ser sociólogo sem, de alguma maneira, ultrapassar barreiras do seu campo disciplinar. Fazer sociologia exige um modo de olhar problemas e de construir explicações. O que implica em conceitos, hábitos narrativos, estratégias de observações e explicação da realidade que não são próprias de outros campos disciplinares, como o direito, por exemplo. Por exemplo, juristas e profissionais do campo jurídico tendem a ler a produção das ciências sociais sob o prisma exclusivamente normativo, que é senão apenas uma de suas facetas. Por exemplo, juristas se perguntam como é que os atores agiriam se seguissem as regras da sociedade. Nós sociólogos, embora até possamos fazer raciocínios desta ordem, trabalhamos a orientação normativa como uma possibilidade, mas sabemos que, na prática, o encadeamento de ações envolve múltiplas motivações, procedentes dos mais distintos campos da existência humana, não apenas a orientação normativa.

Nas minhas atividades de ensino e orientação, tenho frequentemente trabalho com alunos com formação em direito. Um dos principais desafios é que eles consigam entender a lógica discursiva, narrativa, explicativa das ciências sociais, em particular da sociologia. Alguns têm maior êxito. Significa o quê? Significa você se despojar de alguns pressupostos, entre as quais o caráter absoluto da visão normativa. Pensar sociologicamente implica a crítica à normatividade do social como critério de verdade e de julgamento das ações sociais. A segunda exigência é que é preciso formação nos fundamentos da pesquisa científica. Normalmente, as escolas de direito não proporcionam essa formação. A lógica da ciência não é puramente retórica. A lógica da ciência supõe experimentação, embora nas ciências sociais se possa discutir diferentes modelos através dos quais essa exigência é realizada.

De qualquer forma, a despeito das diferenças e das dificuldades, considero importante essa aproximação entre a formação em direito e a formação em ciências sociais, sobretudo com o propósito de adensar os estudos que se realizam na interface entre direito e sociedade num campo, que poderia dizer grosso modo chamar de sociologia do direito ou de sociologia jurídica. Acho importante porque os juristas de alguma maneira são capazes de ler as entrelinhas das leis, das instituições e de alguma maneira são capazes, se estiverem bem formados, de contribuir para reescrever essa leitura no campo das ciências sociais. Então, o meu trabalho é um pouco este. Entendo que alguns alunos e orientandos fizeram isso com muita competência. Outros, com menos êxito. De um modo geral, a experiência é boa. O que é ruim é quando o aluno se entusiasma pelas ciências sociais, mas lê a contribuição das ciências sociais absolutamente a partir da ótica normativa do direito. A meu ver, para o êxito na comunicação entre sociólogos e juristas impõe-se desmontar essa armadilha do pensamento normativo absoluto, uma tarefa que cabe a nós, sociólogos.

Isso também atualiza um campo de estudos sobre justiça, crime e segurança que não é mais tributário de um tema de fronteira, como era quando você começou a trabalhar nele... Ao falar desse campo, identificamos pouquíssimos nomes como os seus pioneiros, e o seu está entre eles. E, conversando com você, Michel [Misse], Alba

[Zaluar], localizo talvez um ponto de inflexão, que é o Seminário do Paulo Sérgio [Pinheiro], e eu queria que você voltasse na história e falasse um pouco sobre esse Seminário. E a partir daí, como você avalia hoje, no campo da própria produção acadêmica brasileira, e em particular das Ciências Sociais, sobre a absorção desse tema e/ou campo para agenda de pesquisa da pós-graduação brasileira?

Como é que Paulo Sérgio surgiu no meio acadêmico brasileiro? Na verdade, ele tem graduação em direito, todavia com uma forte inclinação para os estudos da história política. Ele defendeu uma tese de doutorado *Science Politique*, em Paris, sobre política e trabalho. Sempre foi muito interessado pelo processo político brasileiro, pela formação da democracia no Brasil e, sobretudo, se dedicou durante muito tempo aos estudos sobre classe operária, cultura operária, cultura política operária, durante a passagem do século XIX para o XX e ao longo de todo o Período Republicano. Quando ele volta da França, após seu doutorado, estávamos entre o final da ditadura e o início do processo de transição da democracia. Ele vai para a Unicamp desenvolver uma destacada atividade de ensino e pesquisa e ao mesmo tempo se engaja nas lutas pelo retorno do Estado democrático de direito no Brasil. Ele começa a se dar conta de que a tortura, os maus tratos, a violência contra os pobres tinham uma história muito mais longa do que pensávamos e que ultrapassava a violência empregada contra a dissidência política na interrupção dos regimes democráticos. Ele começa a sublinhar, tanto em seus estudos quanto em suas intervenções públicas que a repressão, a tortura e os maus tratos não eram típicos apenas dos períodos de suspensão do estado de direito, como em 1937 e 1964. Inclusive, seu estudo que resultou na tese de livre-docência demonstra a presença de campos de concentração no Brasil, na década de 1930. Com isso, ele começa a organizar os seminários abordando relações entre crime e política, crime e o Estado exercendo o controle social. Esses seminários acabaram de alguma maneira construindo uma problemática nova, respeito do controle da sociedade sobre a violência durante os períodos de transição das ditaduras para as democracias.

Foi nesse período também, junto com o Guilhermo O'Donnell, que eles desenvolveram um conceito, o de *autoritarismo socialmente implantado*, que teve impacto muito grande nas ciências sociais. Eles tinham descoberto que, com o fim da ditadura, a violência não tinha acabado no Brasil. E por que não havia acabado? Porque havia um lastro autoritário na sociedade. A persistência do autoritarismo no Estado era apenas uma expressão do autoritarismo da sociedade. Foi muito importante, um marco. Depois, o Paulo Sérgio realizou cursos no Departamento de Ciência Política da USP e, posteriormente, começou a dar aulas, na França, em Oxford e, depois, nos EUA. De alguma maneira, ele foi refinando a problemática da violência, dos direitos humanos, da democracia, vertentes importantes no campo dos estudos sobre violência no Brasil. Não são únicas, por certo, mas são importantes na construção do campo de estudos sobre violência no Brasil. Paulo Sérgio é realmente um dos construtores temáticos e teóricos dos estudos sobre violência, política e direitos humanos.

Agora, os desdobramentos contemporâneos. Por que o tema tem tido impacto nos debates acadêmicos e públicos? Porque de alguma maneira a violência se transfor-

mou em problema cotidiano dos cidadãos, e grave. Não se restringe a uma ameaça ao patrimônio dos cidadãos. É o fato que a violência, em suas múltiplas formas foi se tornando mais agressiva e cada vez mais percebida como ameaçadora, justamente porque atingindo a integridade física de qualquer um e sobretudo colocando em risco a vida de maior número. Ao mesmo tempo avançava a marcha da sociedade democrática no Brasil, o que parecia em si um paradoxo. Então, o problema da violência começou a se transformar num problema central. Vários de nós, que principiamos por estudá-lo, observamos desde logo que crime e violência estão na narrativa cotidiana, todo mundo tem uma história a contar, ou já ouviu falar, ou assiste às narrativas cotidianas de segurança que são veiculadas através da mídia, da imprensa e assim por diante. Virou um tema central, portanto, porque está conectado com qualidade de vida, e acima de tudo, com as perspectivas futuras de ver-se consolidada a sociedade democrática, baseada nas leis, na justiça, e, sobretudo, internamente pacificada, no sentido elisiano do termo.

Então, podemos dizer que existe esse campo constituído e com uma conexão muito intensa com as políticas públicas... E, não à toa, a Universidade incorporou essa dinâmica. São quase mil trabalhos, no campo das ciências sociais. A sociologia é a quarta disciplina que mais tem teses e dissertações sobre este tema. Nesse processo, se olharmos o Banco de Teses da CAPES, você se caracteriza, junto com o José Vicente Tavares [dos Santos], como um dos professores que mais orientou trabalhos com a palavra-chave "violência"... Como pensarmos a produção acadêmica tão grande que tem sido feita?

Por que o tema das políticas públicas de segurança entrou na Universidade? Por várias razões. O controle democrático da violência foi se impondo no debate público e exigindo respostas baseadas em investigação científica. Como explicar que justamente no curso da transição democrática, quando se coloca em discussão problemas relacionados à reconstrução das instituições, a retomada do estado de direito, ocorre simultaneamente um processo de ruptura permanente da ordem, das regras que protegem a vida, o patrimônio etc. Isso coloca um ponto de interrogação. É preciso entender como o processo de reconstrução democrática é contemporâneo desta emergência da violência nos seus mais diferentes aspectos. O problema é que não tínhamos no Brasil uma tradição de estudos nessa área. Não tínhamos uma reflexão minimamente consolidada, estudos empíricos acumulados e, sobretudo, uma série de dados qualificados que permitissem o desenvolvimento de pesquisas que, por sua vez, oferecessem respostas para esses problemas. Então, na primeira geração de estudos, se colocou a questão de que era preciso dispor de fontes confiáveis de informação. Se estas fontes não existem, é preciso construí-las ou, ao menos, colaborar para que os formuladores de políticas de segurança possam fazê-lo. Agora, quem pode fazer isso? A Universidade. Com o treinamento que a Universidade proporciona e com o rigor da sua formação acadêmica. Não podemos esquecer que a época em que esses estudos estão aparecendo coincide com a expansão e renovação das ciências sociais no Brasil, em especial no domínio da pós-graduação. Nesse mesmo período, ocorre ainda a expansão dos centros de pesquisa, externos à universidade, porém a

ela vinculados. Eu diria que são fatores que vão se completando. Vai se formando a necessidade de oferecer respostas baseadas em resultados de pesquisa, o que exigiu ao mesmo tempo formar novos pesquisadores que pudessem num espaço de tempo razoável, dentro de uma ou duas gerações, estar em condições de pautar agenda tanto de temas e questões para investigação quanto de desafios para as políticas públicas. Assim, foi se um campo com a reflexão própria capaz de dialogar com os outros campos. Após sua constituição, tornou-se possível falar dos problemas da área com maior propriedade, consistência e autoridade do que, por exemplo, há 20 ou 30 anos, quando tínhamos, quando muito, hipóteses interessantes. Agora, por outro lado, é forçoso reconhecer que este é um campo, no qual o pesquisador muito raramente pode ficar encerrado em seu gabinete, lendo seus livros e sua bibliografia especializada, analisando dados. Ainda que essas exigências sejam legítimas e imperativas para o avanço da investigação, esse é um campo com forte conexão com questões prementes da sociedade.

Todos nós que trabalhamos nessa área, desde muito cedo, somos demandados a responder perguntas, questões formuladas pelos cidadãos de maneira geral ou por aqueles que são encarregados de formar opiniões – jornalistas, editores da mídia, da grande imprensa, e também por autoridades. Durante esses anos todos, todos nós aprendemos a conversar com policiais, juristas, promotores e poder escutá-los e ao mesmo tempo fazer com que eles comecem a nos escutar e entender um pouco o que temos a dizer. Essa é uma área onde a pesquisa aplicada é muito forte. A necessidade de se produzir conhecimento e que ele seja transferido à sociedade sob formas de políticas públicas é uma exigência do próprio objeto. De maneira geral qualquer um que se dedique aos estudos nesta área vive o tempo todo sob essa interface. Dialogando por quê? Porque de alguma maneira para que se possa produzir políticas mais consequentes, com impacto, que de alguma maneira contribuam para transformar o cenário de violência existente, é indispensável dispor de informações qualificadas bem como ter conhecimento capaz de dissipar preconceitos, orientações institucionais equivocadas etc. Eu vejo isso. É uma área de conhecimento que tem essa dupla face: uma, acadêmica, teórica, que observa todos os rigores da ciência e tal como elas estão definidas pelo campo das ciências sociais, por exemplo; mas, ao mesmo tempo, ela tem que ter respostas concretas para problemas muito concretos da sociedade. Portanto, essa conexão com políticas públicas é inevitável.

Uma das críticas que eu já ouvi, e até para utilizar uma ideia que você usa bastante, existe algumas interpretações que dão conta de afirmar que a produção das Ciências Sociais fica no problema social e não avança no problema sociológico. Considero isso um pouco exagerado, mas, de qualquer maneira, revela uma tensão sempre muito constante entre política pública, programas sociais e os objetos da sociologia...

A formulação, em si, da política pública não é um problema sociológico. É um problema político, envolve os agentes encarregados de traduzir conhecimentos em políticas, enfrentar dilemas e produzir programas e planos de ação. Discordo que nós, como sociólogos, tenhamos que dar receita do que deve ser feito. O que devemos fazer

como sociólogos é a análise dos problemas, entender as suas configurações, entender aonde as questões são social e politicamente mais sensíveis, colaborar para a formação da vontade política, para uma vez mais lembrar Foucault. Agora, a receita de como transformar as mentalidades, de como formular políticas efetivas, isso é resultado de uma complexa operação, que envolve não só conhecimentos produzidos pelos sociólogos, mas sobretudo os pontos de vistas dos profissionais da área, dos formadores de opinião, daqueles que têm a capacidade de influenciar, por exemplo, a escolha dos representantes nas casas legislativas, ou seja, os eleitores.

Então, acho que o processo é político, correto? Não estou com isso querendo dizer que o conhecimento sociológico é politicamente neutro. Estou querendo dizer que as decisões políticas não cabem aos sociólogos. Mesmo quando resultados de pesquisa sugerem o que pode ser mais eficiente do ponto de vista de uma política pública, não está em sua esfera de competência aplicar tais resultados em políticas públicas, o que não impede sociólogos de participar, de distintos modos, da formação da vontade política e mesmo da tomada de decisão... No momento que me coloco na posição de formulador ou executor de políticas públicas, estou, na verdade, me associando com outros atores num espaço social determinado, que é o mundo das instituições políticas ou públicas também civis, mas estou de alguma maneira agindo segundo uma perspectiva diferente. Discordo e sempre discordei de que nossos discursos são abstratos e distanciados dos fatos. Por um lado, se no início, quando não se contava ainda com estoque de conhecimento que hoje dispomos, os trabalhos tinham um caráter mais de ensaios, talvez essas imagens e preconceitos tivessem até algum fundamento. Mas, hoje, com quase quatro décadas de estudos consistentes, não se pode aceitar essa crítica sem mais. Por outro, pode-se dizer também que muitos dos que nos imputam abstração e distanciamento igualmente poderiam ser acusados de ficarem prisioneiros do mundo imediato de suas ações. Qualquer programa da ação que parta de uma percepção puramente imediata, sem uma compreensão do cenário social e institucional no qual intervem, tende também a não produzir os resultados esperados. Para sintetizar, acho que o sociólogo tem um papel muito importante, mas não lhe cabe a responsabilidade pela aplicação de tal ou qual políticas de segurança. Nisto reside justamente sua autonomia, a de poder fazer a crítica.

Você toca num ponto que tem grande importância e que cada vez mais tenho ouvido de policiais e até de pesquisadores mais vinculados a execução de políticas públicas e das políticas de segurança pública. Há uma frase quase que literal e que diz que temos muita literatura ou da sociologia da violência nas academias de polícia e menos disciplinas aplicadas, como administração, engenharia, tecnologia; e que isso seria um indício desse grande *gap* que você acaba de citar. Qual sua análise sobre essa percepção, tanto dos policias, como de uma parcela da academia?

Penso que essa crítica tem que ser dirigida a quem tem a incumbência de formular os programas de formação dos operadores técnicos do direito no campo do sistema de justiça criminal e penal. Não somos nós que temos que fazer isso. Quem tem de

fazer são os formadores. Entendo que eles não têm muita clareza, efetivamente, do que querem. Recordo-me que, lá no núcleo [NEV/USP], realizamos dois estudos sobre formação de policiais, promotores públicos e juízes. Lembro que, em um dos seminários de apresentação dos resultados da pesquisa para a PM fizemos uma crítica da seguinte ordem: eu falei para os policiais militares presentes: "Olha, vocês têm um programa de ensino da sociologia na Academia Militar que vai de Aristóteles à Revolução Francesa. E, na verdade, a pergunta é: o que vocês querem com isso? Como é que vocês vão garantir que essa formação especializada contribua para o policial que vai estar nas ruas ou para o policial que vai fazer planejamento de ações?". Aí, um profissional da área da PM olhou para mim e disse: "Boa pergunta. O que o senhor tem a sugerir?".

Eu falei, "tenho a sugerir que vocês deveriam elaborar um programa de sociologia de problemas sociais. Está certo? Quer dizer, quais são os problemas sociais? Uma sociologia que permita ao policial militar entender em qual espaço social está atuando, qual a natureza social dos problemas com que ele se defronta cotidianamente, qual o perfil social dos grupos mais vulneráveis à violência e mais propensos ao envolvimento com o crime, etc". Meu interlocutor então disse-me: "Ótimo! O senhor não quer formular isso para nós?". Então, tem um pouco isso. Essa crítica é improcedente porque exterioriza na verdade uma dificuldade, que é a do próprio operador do sistema de entender o que nós, como sociólogos, fazemos. Eu, por exemplo, se fosse chamado para colaborar na formulação de um programa de sociologia numa instituição policial, proporia brevíssima introdução a respeito da história da sociologia, afinal é um conhecimento indispensável, a concentração do conteúdo programático deveria se ater ao que poderíamos chamar de uma sociologia da sociedade brasileira, dos seus problemas sociais, dos acontecimentos após a transição democrática ou sobre o que é juventude no Brasil hoje, o que são relações geracionais, o que são as relações entre os homens e as mulheres, o papel dos movimentos sociais. Creio que conhecimentos desta ordem, bem ministrados, com base em fontes de informações confiáveis, podem oferecer aos policiais uma visão sociológica dos problemas de transgressão e de lei e ordem nesta sociedade. Trata-se de um conhecimento que pode auxiliar na mudança de mentalidade dos agentes policiais, que lhes permita entender o espaço no qual eles estão atuando. O ensino da sociologia, em um propósito como esse, tem que ser uma disciplina cujo conhecimento vá contribuir para refinar a capacidade de um operador – um policial, por exemplo – interpretar um cenário na qual ele está inserido.

Você reproduziu na sua livre docência uma frase que me marcou muito, de um agente carcerário ou diretor, não me recordo bem, que é "*não temos mortes a lamentar sobre a rebelião*".

Foi uma frase tornada pública, proferida como se fosse uma sentença pelo então coordenador da COESPE [Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo] à época de uma rebelião em penitenciária do estado de São Paulo, no final da década de 1980. Como resultado da rebelião e da intervenção policial, houve mortos. Daí a frase, digamos infeliz.

Exato, e ela demonstra uma forma de pensar e executar políticas públicas, e para quem essa política é desenvolvida. Você acredita que, dentro desse contexto, os formuladores de políticas públicas hoje no Brasil continuam achando que não temos mortes a lamentar?

Não. Acho que esta frase lamentável ainda povoa o imaginário de não poucos operadores desse sistema e, inclusive, pessoas que acham que pensam assim porque estariam interpretando o que a sociedade pensa. "Eu penso assim porque na verdade a sociedade quer o delinquente seja morto". Neste caso, esses operadores que assim pensam se julgam capazes de interpretar a vontade dos cidadãos, como se, por patrulhar ruas e vigiar os espaços públicos, fossem os únicos qualificados para auscultar a vontade dos cidadãos. Estudos mostram que, se parte dos cidadãos, nos mais distintos grupos e classes sociais, podem até pensar que não há mortes a lamentar quando a vítima é bandido ou delinqüente, esse pensamento não é consensual. Muita coisa mudou entre aquele cenário do final dos anos 1980 e 1990 e o atual. Apesar dos problemas ainda existentes, é maior a profissionalização hoje na esfera da segurança pública. Há profissionais nessa área, que reconhecem que as tarefas de controle legal e de promover segurança pública, sobre as quais estão incumbidos, são complexas e não dependem exclusivamente do campo policial. Mas, para a maioria daqueles que vão para a linha de frente, que vão exercer funções repressivas nas ruas, a política correta é, em grande medida, tirar o problema da frente. E tirar o problema da frente é eliminá-lo. Inclusive, e se necessário for, matar pessoas. Com isso, reforça-se aquela sensação de que não temos mortes a lamentar e que aparece como se fosse justificável, ou seja, "não estou fazendo nada de errado, a sociedade quer... O dia que a sociedade disser não quero mais, bom, aí vou dizer que estou errado".

Eu diria a você que acho que essa mentalidade ainda é forte, apesar de que o cenário entre o final dos anos 1980 e o todo este final já quase de primeira década de século 21, esteja em processo de mudança.

Você bem sabe que eu tenho uma tese, que vem ganhando força, sobre o que eu estou chamando de opacidade do nosso sistema de justiça e segurança. Acho que, como requisito da democracia, a transparência ganhou o protagonismo e caminhamos mais lentamente nos mecanismos de controle público do poder. Nessa tensão, muitas das questões que aparentemente são transparentes, na verdade permitem a manutenção desses raciocínios como os que você descreveu acima - talvez até como resultado do autoritarismo socialmente implantado e ainda um conceito válido para explicar algumas questões atuais...

Bem, qual seria a agenda de um programa de pesquisa das ciências sociais brasileiras para o nosso campo. Aparentemente, vários dos nossos colegas dizem que temos que vincular mais fortemente a questões das políticas públicas. Por um lado, se você for trabalhar como político, como executor de fato, podemos dar essa contribuição. Mas, em termos de projeto da Universidade, que é o que te marca muito, qual seria a agenda atual de pesquisa e estudos?

Respeito muito a autonomia do campo científico e o fato de os meus colegas, os sociólogos de maneira geral, serem bastante sensíveis para compreenderem o que se está em jogo num determinado momento tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista do campo científico, e, com isso, formularem sérios problemas de pesquisas e responderem às inquietações da sociedade. Acredito que políticas públicas são uma das dimensões da pesquisa na área. Acho que produzir conhecimentos que contribuam para formulação de políticas mais consequentes e mais competentes é parte dos desafios científicos. Agora, toda ciência avança quando tem sua autonomia assegurada. Quando se é capaz de pensar não sob a pressão da sociedade, dos partidos, do Estado, mas de alguma maneira, a despeito dessas pressões, é possível assegurar a autonomia científica, reflexiva e crítica. Quando essa exigência é satisfeita, os resultados das investigações podem oferecer respostas que muitas vezes sequer são imaginadas pelos formuladores de políticas e pela sociedade de maneira geral. A ciência avança quando os cientistas são capazes de ler mais a frente. São capazes, de alguma maneira, de visualizar algo que ainda não está socialmente e/ou politicamente perceptível pela sociedade em geral ou mesmo por aqueles encarregados de formular políticas e de tomar decisões. Eu diria o seguinte: política pública é uma dimensão importante que não pode ser ignorada nas agendas de investigação, só que não se pode fazer ciência atrelada à política pública porque senão seremos de alguma maneira porta-vozes de grupos sociais que têm a maior capacidade de influenciar os tomadores de decisão. Penso que isso, do ponto de vista da ciência, não é uma boa política. A boa política é aquela que assegura, de alguma maneira, a autonomia dos pesquisadores. Se você me perguntar qual é uma agenda, diria que a agenda urgente é essa que está presentemente no campo. Compreende estudos sobre polícia, justiça, modalidades de crime, impacto da violência na vida dos cidadãos. O interessante é que, neste campo, os pesquisadores tem tido um papel de protagonistas na agenda institucional e governamental de investigações sobre segurança pública, por exemplo. Mas, faltam ainda mais estudos sobre o sistema penitenciário. Há poucos bons estudos, mas o que sabemos é ainda bastante insuficiente.

Não obstante a hipótese que você e o Michel [Misse] desenvolveram, do campo ter sido criado a partir dele [prisões]...

A partir dele. E a partir da influência do Foucault mostrando que a prisão é um objeto muito concreto, que permite desenvolver a pesquisa numa área onde não há tradição no Brasil. Agora, acho que houve um impulso inicial e esse impulso não teve sequência. Foram realizados bons estudos sobre as modalidades de violência, sobre o crime, o tráfico de drogas, e menos sobre crime organizado. Este último, na sua complexidade, nas suas diferentes modalidades, ainda não foi estudado profundamente. Certamente, o envolvimento de cidadãos pobres, saídos das classes trabalhadoras urbanas de baixa renda, com o crime organizado foi aspecto que avançou bastante, mais no Rio de Janeiro do que em outros estados da federação. Todavia, penso ser uma área que ensejará mais estudos, estudos mais densos, com metodologias inovadoras. Mas não é uma área que foi esquecida. Falta estudar melhor as práticas judici-

árias de condenação, assim como o sistema penitenciário. Não temos pesquisa sobre delinquência juvenil. Eu e você fizemos aquele estudo cobrindo o período de 1988 a 1996, ou seja, 12 anos depois, não sabemos mais o que aconteceu.[2] Conheço alguns estudos que foram feitos no interior do estado de São Paulo. Mas, de fato, não temos uma série histórica. Dispor da série histórica seria muito importante porque os estudos americanos mostram que uma das variáveis mais importantes para compreender por que o crime, os homicídios estão caindo, é entender a evolução da delinquência juvenil numa década. No Brasil, a respeito da delinqüência juvenil temos algumas hipóteses, algumas informações, inferências indiretas, mas efetivamente não sabemos o que aconteceu. Sabemos do envolvimento de adolescentes e jovens com o mundo do crime, em especial com o crime violento e com o crime organizado, todavia pouco ou nada sabemos quanto à caracterização da evolução da delinqüência juvenil no tempo. Sei que você tem se dedicado ao tema, mas ainda, sob meu ponto de vista, nosso conhecimento ainda é restrito ao que necessitamos saber De qualquer forma, acredito que a agenda deve resultar daquilo que os pesquisadores estão produzindo e acompanhando. A sociologia da polícia, por exemplo, avançou bastante e a área policial é aquela, no interior do sistema de justiça criminal, que melhor conhecemos em termos de organização, funcionamento, identidade etc., mesmo que se considere que há ainda muito a fazer, que seja necessário adensar o conhecimento disponível, explorar melhor hipóteses. Mas, se comparado com os outros segmentos do sistema de justiça, creio que a área policial dispõe um estoque de conhecimento acumulado, no Brasil, maior do que, por exemplo, a estrutura, funcionamento, funções desempenhadas pelo Ministério Público, Poder Judiciário e prisões; além do papel do sistema de justiça aplicado à infância e adolescência.

Acho que foi extremamente interessante o que se colocou, e recuperando um pouco a sua biografia, foi proposital fazer essa pergunta agora. Diante de toda essa trajetória e do enfoque muito forte da autonomia do pesquisador, eu te pergunto como você avalia o projeto acadêmico da Faculdade de Filosofia da USP à época da sua graduação e qual o impacto que teve nessa forma de fazer e pensar Sociologia?

O impacto é inegável. Porque tive uma formação tanto teórica quanto de pesquisa empírica sólida. A formação não foi completa, por certo. Eu cheguei à universidade logo após a aposentadoria compulsória das maiores lideranças acadêmico-científicas e do ensino. Jovens professores tiveram que assumir enormes responsabilidades, muitos dos quais ainda se encontram em fase de sua própria formação. Porém, mantiveram a elevada qualidade do ensino. Se a formação não me ensinou tudo, ensinou-me onde e como estudar, como formular e buscar respostas para inquietações. Sempre penso assim: "Ah! Poderia ter estudado mais tal perspectiva teórica, ter completado a minha formação". Mas penso

2 Adorno, S.; Bordini, E. e Lima, R.S. 'O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana'. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4): 62-74, 1999. Adorno, S.; Bordini, E.; Lima, R.S. *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério ds Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

que minha formação foi tão boa porque tenho clareza dos limites e ao mesmo tempo sei o que é preciso fazer para superá-los. Acho que hoje temos uma enorme vantagem pelo fato de que dispomos de instrumentos de pesquisa muito mais avançados do que tínhamos no passado: o fato de as informações estarem cada vez mais públicas; há maior transparência dos dados e isso facilita a formação do pesquisador, sem dúvida.

Por outro lado, caimos muitas vezes no perigo de ter muita informação e menos análise e interpretação. Vivemos sempre com essa pressão de querer dar respostas rápidas para os problemas emergentes. Eu mesmo sinto que não consegui, até agora, escrever um livro, apesar de todos os artigos que escrevi, etc., consolidando os trabalhos que fiz. Não consegui porque para fazê-lo preciso me afastar, por assim dizer, do calor dos acontecimentos. É necessário certo distanciamento, que lhe permita diálogo contínuo com a literatura que você está trabalhando – clássica ou contemporânea –, com os autores que você leu e outros autores e obras que terá ainda que ler. Para tanto, é indispensável certa solidão, que hoje é quase impossível diante das pressões do cotidiano acadêmico. O que está nos faltando é aumentar o volume de estudos e pesquisas mais densos. Acho que temos estudos bons e de qualidade. Na pesquisa, leio trabalhos dos meus colegas, dos meus alunos e, de um modo geral, tenho muita dificuldade de criticá-los porque gosto mais do que desgosto do que eu leio. Agora, penso que está faltando adensar a área, a ponto de se poder algo como: "Este é um livro que daqui para a frente reorganiza o debate e as discussões'! Não que tenha que virar um modelo, mas que deva, de alguma maneira, perturbar. Veja um pouco o que acontece comigo hoje. Acho que estou me repetindo. Então, romper com a repetição é fundamental. A ideia de que o intelectual, o pesquisador tem de experimentar, ter a ousadia de poder experimentar hipóteses que jamais imaginou, é fundamental. Para isso, precisa do distanciamento. Salvo exceções, a maior parte de todos nós está muito envolvida com suas equipes de pesquisa, com elevado número de orientandos, com carga didática e várias comissões, dentro e fora da universidade, além de ter de responder às inquietações públicas, participando de debates, atendendo à mídia.

Caminhando para o final, há uma pergunta que não fiz e deveria ter feito lá atrás. Fale um pouco a história do NEV. Começou lá na sua sala de departamento em 1986. Como se deu o encontro com o Paulo Sérgio?

Na verdade, conheci o Paulo Sérgio quando ele era assessor no Governo do Estado de São Paulo, na gestão Montoro, e eu o convidei para ser membro do Comitê Editorial da revista "Temas Imesc", da qual eu era editor no Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo. Ele ia às reuniões do Comitê Editorial e dava muitas sugestões, fazia muitas propostas. Em 1986, prestei concurso e fui admitido como professor do Departamento de Ciências Sociais na USP. Paulo Sérgio Pinheiro já era docente do mesmo Departamento, embora naquele ano, se não me engano, ele estava viajando. No ano seguinte, 1987, nos encontramos no Departamento e ele propôs que nos associássemos e criássemos o Núcleo de Estudo da Violência, que inicialmente havia sido pensado como Núcleo de Estudos de Direitos Humanos.

Como ficamos receosos de que fosse haver resistências por parte da Faculdade de Direito, resolvemos criar um Núcleo de Estudos da Violência. Esse núcleo foi criado nos Departamentos de Sociologia e Ciência Política recém-criados, egressos do antigo Departamento de Ciências Sociais. Funcionava na minha sala e na sala dele, que eram contíguas. Pensamos inclusive, naquela época em tirar a divisória entre as salas e criar uma sala comum. Fomos, Paulo Sérgio e eu, à Fundação Ford. Naquela época, o chefe de escritório da Fundação Ford era o professor Peter Fry, que acolheu com muito entusiasmo a proposta de criação do Núcleo de Estudo da Violência. Apresentamos um projeto, reunindo colaboração de alguns professores e recrutando alguns alunos de graduação e de pós para execução de poucos projetos de pesquisa. Foi com este esforço inicial, com o apoio da Fundação Ford e aceitação dos Departamentos que demos início ao NEV que funcionou informalmente entre 1987 e 1990, quando então nos tornamos um Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP. Aí, a história seguiu. Foi a partir desse ponto de partida, ao qual logo em seguida se associou Nancy Cardia, que o NEV surge.

Existe essa sua característica com rigor acadêmico, mas você nunca se furtou ao debate público de política pública, não só pela história do NEV e pelas suas próprias incursões executivas no Conselho da FEBEM, no IMESC. É importante pensar que você fala a partir, também, de uma experiência de políticas públicas.

Claro. Acho que pensar a produção desse conhecimento, cujos resultados possam ser apropriados por políticas públicas, também é fundamental. Mas também acho que não podemos reduzir tudo a políticas públicas, porque aquilo que muitas vezes é um problema em uma determinada época, pode ser superado e os pesquisadores têm que estar de alguma maneira pensando além das políticas do momento. Nesse sentido que reafirmo que possamos, e mesmo devemos (embora isso não possa ser entendido como obrigação) contribuir para a formação da vontade política, mas não devemos ficar restritos ao campo dos operadores e das políticas propriamente ditas.

Penso que sua trajetória é uma visão muito mais europeia do que norte-americana. Vem em um embate de duas perspectivas de mundo e que, de alguma forma, estão novamente em jogo de novo e não só nas discussões das ciências sociais.

Tem um pouco dessa questão. Há uma característica típica da vida acadêmica brasileira: o enorme envolvimento dos intelectuais com os postos públicos. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, esse comprometimento é menor. Aquele que tem uma carreira acadêmica e está na pesquisa, em geral, não se envolve com a coisa pública. Ele contribui para o debate público ou contribui para o debate científico. Ele permite que seus estudos sejam lidos e relidos e apropriados pela política pública, mas, em geral, o intelectual-cientista é um intelectual-cientista. Eventualmente, pode até participar de um projeto de governos, mas não ocupa posto. No Brasil é diferente. Os europeus não entendem como um sociólogo como o Fernando Henrique, vira presidente da República mas mantém sua atividade intelectual. Como um sociólogo vira

Ministro de Estado. Não entendem a atração dos sociólogos brasileiros pela política e pelo Estado, não apenas como objetos de investigação, porém como campo de ação. O Paulo Pinheiro tem uma reflexão bem interessante sobre essas relações, tendo ele passado pelo governo. Ele fez uma instigante apresentação em uma mesa-redonda que organizei, anos atrás, para a ANPOCS, justamente sobre esse tema.

Eu te faço, aqui, um último conjunto de questões, sobre a quantidade de atribuições administrativas que os professores nas Universidades assumem atualmente. Qual a avaliação que você faz, tanto no nível pessoal quanto no institucional, a partir da sua experiência na CAPES, em relação ao campo das ciências sociais brasileiras, e não só especificamente à sociologia da violência?

Quero falar duas coisas que julgo importantes. Estava conversando aqui [em Barcelona] com o José Ricardo Ramalho, professor da UFRJ e que foi coordenador adjunto da área de Sociologia da CAPES. Perguntei para ele se ele achava que os nossos professores, que ganharam alguma notoriedade no campo científico e intelectual em geral, tinham as mesmas atribuições que temos atualmente? Ele falou: 'Jamais!'. Você não tinha alguém tão envolvido na CAPES e no CNPq. A inserção internacional era muito pessoal. Eu e meus colegas de mesma geração nem bem alcançamos relativa maturidade intelectual e tivemos que assumir responsabilidades no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Hoje, tenho clareza, que eu e vários outros colegas ajudamos a construir, a institucionalizar esse campo. A geração que nos sucede já encontrou o espaço pronto, institucionalizado. Quer dizer, essas atribuições que temos na CAPES, no CNPq e em outras agências, a despeito de sua inegável importância, são atribuições de construção de políticas. Por exemplo, ninguém tem que discutir se deva ou não publicar resultados de suas pesquisas em veículos qualificados. Vai publicar porque sabe que essa exigência faz parte das regras do jogo na vida acadêmica. A minha geração teve que pensar como construir diretrizes e mais, como convencer os resistentes na comunidade acadêmica.

A CAPES teve um papel muito importante não só na expansão e avaliação da pós-graduação. Quando eu ainda fazia o doutorado, o título de doutor para além de uma qualificação tinha uma significação honorífica. Lembro-me que ligava para CAPES, CNPq, FAPESP para tratar de algum assunto de pesquisa ou algo. O tratamento era muito respeitoso, com a mais elevada deferência. Hoje, é um título cujo acesso está sendo facultado a maior número. Quer dizer, chegar a um doutorado não é mais uma meta impossível, reservada a uns poucos privilegiados, ainda que se deva reconhecer que o número de doutores no país ainda está aquém de suas reais necessidades de formação de novos pesquisadores. É uma qualificação que hoje é esperada como um destino escolar possível. Quanto mais doutores, mais pesquisadores e mais profissionais qualificados. Então, o cumprimento desta meta tem sido muito bom para o país em seu conjunto. A minha geração foi um pouco sacrificada porque tivemos que fazer tudo isso e, ao mesmo tempo, produzir conhecimento. A frustração é que minha possibilidade de hoje ter períodos de estudos contínuos são muito mais

limitados. Eu somente posso dispor dessa condição de trabalho quando, no final do ano, fico um mês fora para algum programa acadêmico e é uma felicidade, porque posso ler, ir às livrarias, bibliotecas, ver o que está acontecendo. Essa condição de trabalho deveria ser sistemática. Porque quero simplesmente pensar como é que vai ser a minha trajetória nos próximos dois ou três anos, e nunca se tem muito tempo para isso para uma reflexão nessa direção

Não só a CAPES, mas as agências de apoio à pesquisa, têm tido um papel extremamente importante não apenas na institucionalização das ciências sociais e, em particular, da sociologia da violência. Se não fosse CNPq, FAPESP, Fundação Ford, não teríamos construído o campo de pesquisa que temos no Brasil atualmente. Hoje, pode-se dizer que em todas as áreas do conhecimento há um mínimo de uma estrutura de pesquisa consolidada, ainda que em algumas mais desenvolvidas, outras, menos, mas, existente. Isso foi e continua sendo fundamental. O papel das agências de fomento continua sendo fundamental. Está cada vez mais claro, sobretudo para os administradores, que dispor conhecimento científico qualificado é fundamental do ponto de vista da inserção do país na competição internacional assim como para reverter ganhos em mais justiça social, democracia e qualidade de vida.

Como lidar com uma relativa dicotomia, que vários dos seus colegas colocam: de um lado a democratização – a ampliação que é inegável –, e de outro a qualidade e ainda mais tensionada pela questão da métrica, que não necessariamente a métrica das ciências sociais?

Se você tomar a métrica como finalidade é um desastre, porque a tentação de aperfeiçoar a métrica, sem entender qual é a sua finalidade, é inevitável. A métrica se impôs por uma razão clara. À medida que você expande o número de mestres e doutores, devem ser criados instrumentos, de alguma maneira qualitativos e com expressão quantitativa, para avaliar o volume de egressos dos programas de mestrado e doutorado. Qual a finalidade da avaliação da CAPES? A CAPES não avalia grupos de pesquisa, o profissional, o mestre ou o doutor. Ela avalia a qualidade de mestres e doutores formados nos programas de pós-graduação. O que isso significa? Significa muitas coisas, ao menos duas. A primeira delas é que, além dos atributos e exigências que pesam hoje sobre a conduta do pesquisador – a qualidade de seu trabalho científico, as publicações que realiza, o grupo que coordena ou lidera etc. – é preciso colaborar em projetos institucionais voltados para a formação e qualificação de recursos humanos. Não basta ser um excelente pesquisador, ou bom professor. É preciso também exercer com empenho as tarefas de orientação em todos os níveis, da iniciação científica ao pós-doutorado. Em segundo lugar, a formação de recursos humanos qualificados assegura que os novos formadores transmitirão, ao menos, os mesmos padrões e exigências para as gerações subseqüentes. No tempo, essa cadeia tem repercussões em múltiplas direções, do mercado às políticas sociais, do fortalecimento da sociedade civil organizada à burocracia estatal. Agora, a métrica só tem sentido se for um instrumento meio e não um instrumento fim; se for capaz de traduzir quantidade em qualidade.

E nós, em relação à sociologia?

Está melhorando muito também, porque está aumentando muito a produção. Não sei se você sabe, mas o Brasil está crescendo significativamente em volume de trabalhos científicos publicados e as ciências sociais têm tido papel muito importante nesse processo. O crescimento foi destacado nas ciências sociais comparativamente às outras ciências. Agora, é claro que se você me perguntar se estou satisfeito com as ciências sociais produzidas no Brasil, respondo que ainda não estou satisfeito.

O desequilíbrio ainda é grande. Há programas bons, excelentes, e outros com vários problemas de qualidade. Eu gostaria que o padrão de qualidade fosse o padrão médio ou modal, e esta meta ainda não foi alcançada. Espero que a tendência seja a de chegar a um padrão médio. O que eu chamaria de um padrão médio? Penso que esse padrão poderia atender a alguns requisitos: um mestre e um doutor têm que saber as teorias fundamentais tanto da sociologia clássica quanto contemporânea, deve saber construir de modo adequado problemas de investigação e traduzi-los em adequados projetos, deve ter o domínio mínimo das técnicas mais usuais no campo das ciências sociais, deve saber lidar bem com a linguagem científica. Esses requisitos ainda estão desproporcionalmente desenvolvidos e distribuídos nas ciências sociais e mesmo na sociologia no Brasil. Acho que quando conseguirmos alcançar um patamar médio e, enfrentarmos novos desafios para elevar esse padrão, ficarei mais feliz.

Luciano de Oliveira

José Luciano Góis de Oliveira nasceu no dia 03 de julho de 1952, em Itabaiana (SE). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal de Sergipe, em 1976. Concluiu seu mestrado em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1984, e seu doutorado em sociologia pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS,* França, em 1991. Atualmente é professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Entrevista

Luciano de Oliveira
Recife, abril de 2011

Por José Luiz Ratton

Luciano de Oliveira, fale um pouco sobre sua formação.

Venho do direito. Estudei na Faculdade de Direito de Sergipe. Sergipe é um estado periférico, sem importância política, mas era a época da ditadura de Médici e a repressão terminou chegando por lá já no fim do regime. Eu fazia parte da turma dos "comunistas" da faculdade, mas não chegava a ser um militante fervoroso, apenas fazia jornal mural, panfletos, participava da ala jovem do MDB, essas coisas. Fui um aluno displicente, e meu interesse era por filosofia, história, literatura, sociologia... Mas minha noção de sociologia era aquela confusão, que ainda hoje a gente às vezes vê, entre sociologia e socialismo. Lógico, Marx era o único autor entre os clássicos que eu conhecia. No duro mesmo, um conhecimento de manual... Acho que nunca tinha ouvido falar em Durkheim. De Max Weber provavelmente já tinha ouvido dizer alguma coisa, mas não foi um nome que gravei. Mas, enfim, por que vim para Recife fazer sociologia? Porque, apesar de ter até um bom emprego em Aracaju como assessor jurídico, tinha esse velho sonho de mudar de área, queria tornar-me professor da Universidade Federal de Sergipe, e aqui em Recife havia uma pós-graduação em sociologia. Eu tinha amigos aqui em Pernambuco, gente que eu conhecia da época de militância contra o regime militar, o que facilitou as coisas para mim. Vim, fiz a seleção e passei em último lugar. Acho até que por generosidade da banca que me entrevistou, porque quando hoje me lembro do anteprojeto que eu trouxe para a seleção, fico vermelho de vergonha pela minha inocência. Em resumo, eu queria descobrir por que, sendo o direito tão bom e perfeito, o Brasil era tão injusto. Meu Deus do céu!...

Então vim, em 1980, fazer o mestrado em Sociologia, desconhecendo inteiramente o campo, inteiramente mesmo. Eu não sabia sequer que existia uma coisa especificamente chamada sociologia jurídica, e muito menos que aqui, no Recife, na época, na pós-graduação em sociologia tinha uma área de concentração dedicada a isso, que era tocada por Cláudio Souto, um dos fundadores da disciplina no Brasil, pela esposa dele, Solange Souto, e por um nome que foi muito importante para mim, sem o qual minha vida intelectual e até pessoal não teria sido o que foi, Joaquim Falcão, que, aliás, ainda hoje é um nome importante, sobretudo nos bastidores das coisas relevantes que acontecem em termos de reforma do Judiciário brasileiro.

E sua experiência no Mestrado em Sociologia na UFPE?

Bem, cheguei sem conhecer nada e fui designado pela coordenação para ser orientando de um deles, Cláudio Souto. Como tinha vindo a Recife para fazer só isso, eu era desses raros alunos de pós-graduação que costumam passar o dia na universidade, lá no ambiente da pós. Então, porque comecei a fazer leitura dirigida com ele, comecei a me aproximar de Joaquim Falcão. Na verdade comecei a me interessar mais pelo que ele fazia do que pelo trabalho de Cláudio, que era um trabalho muito teórico. Cláudio sempre foi uma pessoa com uma vocação bem mais teórica e tinha uns interesses em sentimento de justiça, umas pesquisas de laboratório para medir o sentimento de justiça das pessoas que não me entusiasmavam muito. Veja, como eu vinha de uma formação (estou sendo muito generoso comigo mesmo) marxista, Joaquim me interessou mais porque, mesmo sem ser de forma alguma marxista, na época ele estava coordenando uma pesquisa, que veio a ser bastante conhecida no Brasil, sobre conflitos de propriedade aqui no Recife. Ele se perguntava: o que faz o Judiciário quando ocorrem ocupações de terras (na época a gente chamava de "invasões") e o problema é levado ao juiz e depois ao tribunal? Joaquim queria estudar a inadequação do Judiciário para lidar com esse tipo de questão. Lógico que isso me interessou mais, tanto mais que, na época, quem estava aqui era Boaventura Santos. Foi Joaquim quem trouxe Boaventura para o Brasil, em todo caso quem o trouxe para Recife.

Ele trabalhou com pesquisa na UFPE junto com o Joaquim Falcão?

Ele não trabalhou propriamente na Federal, mas era consultor dessa pesquisa de Joaquim. Eram amigos e ele até estava hospedado na casa dele. Boaventura tinha feito aquela pesquisa sobre Pasárgada, que todo aprendiz de sociologia jurídica na época conhecia e admirava, e eu também me empolguei nessa admiração. Conheci-o, tive conversas com ele e foi assim que me aproximei mais desse mundo em torno de Joaquim Falcão e, paulatinamente, me afastei ou nunca me aproximei muito do mundo de Cláudio. É preciso dizer que este, com generosidade e grandeza de espírito, percebeu a coisa e foi ele mesmo quem, um dia, perguntou a seu contrafeito orientando se ele queria mudar de orientador... Joaquim, apesar de ter raízes pernambucanas, era carioca. Mas nessa época, começo dos anos 1980, ele estava casado com uma pernambucana da gema e tinha se mudado para aqui. Como ele era professor da Universidade Federal do

Rio de Janeiro, acho que na época ele simplesmente conseguiu uma transferência para a Universidade Federal de Pernambuco, de modo que, quando aqui cheguei, encontrei-o "pernambucanizado", como diria Gilberto Freyre.

Mas Joaquim era professor apenas da Pós-Graduação em Sociologia?

Sim, mas ele dava aula também na graduação. Naquela época ele já era um nome importante e viajava muito, e dei muita aula no lugar dele (risos), isso que todo aprendiz faz. A universidade tem muito de estrutura antiga de corporação, com mestre e aprendiz, que vejo com simpatia, aliás, e fui de certa forma o "menino de Joaquim". Aproximei-me muito dele nessa época, vivia na sua sala com livros e mais livros à minha disposição. Joaquim sempre foi muito dinâmico. Em 1979 ou 1980, não sei mais, ele tinha criado, no âmbito da Anpocs, um grupo de trabalho, Direito e Sociedade, do qual obviamente era o coordenador. Coordenador tinha um mandato de dois anos; então, em 1981 – eu não tinha nenhuma vivência nesse mundo –, Joaquim se vira para mim e diz que ia me levar para a Anpocs, que eu me preparasse para ir lá e apresentar um trabalho. Fui. Mas, mais do que isso, como havia eleição para designar o seu sucessor, ele apresentou a minha candidatura, que foi, obviamente, votada por aclamação de todos os presentes. Então, terminei virando coordenador do grupo Direito e Sociedade da Anpocs, coordenando gente como Miranda Rosa...

Como mestrando em Sociologia...

Ainda como mestrando. Aqui volto um pouco atrás. Como disse, eu vim para Recife querendo salvar o mundo. E foi em Recife que comecei a ler de verdade autores como Marx. Foi Joaquim que pôs na minha mão *Vigiar e punir*, de Michel Foucault. Tive um susto. Alguém que vem de uma tradição humanista – um humanismo muito aguado, é verdade, humanismo de manual de faculdade de Direito –, defrontado-se com o que Foucault diz sobre o humanismo penal, toma um choque. Foi quando li também a *Questão judaica*, de Marx, em que ele faz uma crítica astutíssima e radical a essa noção de direitos do homem, que só faz sentido numa sociedade atomizada, numa comunidade que foi destruída pelas relações capitalistas; que os direitos humanos são os direitos do homem egoísta, burguês ensimesmado, etc.

Tudo isso para mim foi uma coisa impressionante. Comecei a ler autores que estudavam o papel do direito no desenvolvimento da sociedade capitalista, essa coisa toda. Tomei conhecimento de Althusser, daqueles estruturalistas franceses, provoquei uma revolução na minha cabeça. Veja: nessa época, cheguei a pensar em fazer uma dissertação sobre isso, porque eu tinha vindo de uma experiência em Aracaju onde, não eu, mas colegas meus, foram torturados pelo regime militar. Era já naquela fase em que Geisel chamava o pessoal dos "porões" de "revolucionários sinceros, mas radicais". Esse pessoal, ou seja, a comunidade de torturadores, estava tentando solapar o processo de distensão de Geisel, e cometendo aquelas provocações pavorosas, que incluem a morte de Herzog, a morte de Manoel Fiel Filho, do pessoal do Partido Comunista Brasileiro que, apesar de nunca ter sido a favor da luta armada, foi destroçado. E essa coisa chegou até Aracaju,

por incrível que pareça, em fevereiro de 1976, durante um fim de semana que antecedeu um carnaval. Muitas pessoas em Aracaju do meu círculo de amizades começaram a desaparecer: sindicalistas, estudantes, professores, advogados, etc. Passei um fim de semana pavoroso, esperando minha vez de ser levado sabia-se lá para onde! Mesmo não sendo um comunista de carteirinha, pois sempre fui agnóstico até em matéria de marxismo...

O processo de distensão já em curso.

Já em curso! Então todos desapareceram numa noite de sexta-feira e reapareceram uma semana depois, pois já não havia os famosos "desaparecimentos", mas todos saíram com marcas de tortura, inclusive amigos meus bem próximos. Isso foi uma coisa que me chocou muito e, definitivamente, me marcou como pessoa e intelectual. Veja, eu vinha de uma formação de bacharel em direito, imbuído das ideias de Beccaria e todos aqueles humanistas penais, e quando me defrontei com toda essa epistemologia crítica do direito feita a partir de um campo marxista, em primeiro lugar o próprio Marx, quis escrever alguma coisa ambiciosa, uma leitura crítica da leitura crítica que essa tradição marxista tinha feito da noção de direitos humanos. Lembro-me que conversei com Joaquim, mas ele, que sempre foi um sujeito muito pragmático, muito voltado para uma sociologia que resolve problemas (estou dizendo isso como elogio, não como uma crítica), me chamou atenção para o fato de que isso exigiria uma formação teórica muito mais sólida, insistindo que eu fizesse um trabalho com uma base empírica, que fosse uma coisa mais factível para um mestrando de sociologia vindo do direito. Digamos que ele me puxou pra baixo, mas foi esse "pra baixo" que depois me jogou pra cima.

Veja o que aconteceu: nessa época, justamente por conta da descoberta do trabalho de Boaventura Santos, no Brasil, e da própria redemocratização em curso, estava em voga toda uma tendência, que depois desembocou no chamado direito alternativo, que era a de enaltecer e procurar um direito fora do estado. Acho que isso refletia o fato de que o direito do Estado do qual estávamos saindo era, mais do que um direito de classe, um direito opressivo. Confundiam-se aí sistema capitalista e ditadura militar, e como Boaventura tinha feito aquele trabalho numa favela do Rio de Janeiro a que deu o nome de *Pasárgada*, que mostrava a própria comunidade criando e exercendo o direito, aquilo virou uma coqueluche. É como se todo mundo quisesse, de repente, encontrar a sua Pasárgada! Literalmente, muita gente no Brasil nessa época saiu procurando sua Pasárgada, e eu também. Bom, mas a Pasárgada que achei primeiro era uma anti-Pasárgada por excelência.

Havia um programa policial na época que se chamava "Blitz: Ação Policial", apresentado por um sujeito chamado Jota Ferreira. Esse camarada, como ainda hoje você vê em programas de gente da qualidade de Ratinho, tinha uma parte do programa que era dedicada a supostamente resolver questões jurídicas no ar: brigas de vizinhos, essas coisas. E de repente pensei: por que não fazer um trabalho sobre isso? Joaquim me incentivou, e fui conhecer a coisa. Conversei com Jota Ferreira, assisti a um programa *in loco*, não apenas ao programa, mas aos bastidores, e logo me desiludi com aquilo, porque não havia nada de resolução de casos. Os casos eram escolhidos à base

do potencial de escândalo que teriam, os mais escabrosos sendo os preferidos: histórias de "chifrudos", etc. E depois que terminava o programa Jota Ferreira simplesmente despachava as pessoas: "Vão procurar um advogado, vão para a polícia..." Enfim, era um engodo, e voltei à estaca zero.

Estava sem saber o que fazer, quando um belo dia... Vou contar essa história que eu já contei a todos os meus alunos, há tantos anos e tantas vezes, que nem conto mais. Um belo dia, como dizia, caí num buraco! Estou falando literalmente: sofri um acidente. Uma tampa de esgoto aqui do Recife fora de lugar e eu, distraído, parecendo coisa de filósofo caminhando pelos campos, lendo distraído e caindo numa ravina, num cenário de romantismo do século XIX... Só que caí num buraco de esgoto, na Cidade Universitária do Recife! Isso foi em meados de 1981. Quebrei costelas, fui medicado numa urgência de hospital público e fui para casa todo cheio de dores. Nesse mesmo dia, à noite, recebi em minha casa, todo dolorido e inchado, uma professora do mestrado que morava perto de mim e foi me levar, em mãos, um ofício que tinha chegado da Capes. Lembre-se de que, naquela época, nem todo mundo tinha telefone em casa. Nós, eu e minha esposa, que vivíamos de bolsa, não tínhamos. Pois bem: o tal ofício avisava aos bolsistas da Capes que aqueles que não tivessem um projeto de pesquisa aprovado até o dia tal, acho que uns quinze dias, perderiam a bolsa! Lembro-me bem de que, naquele momento, tive a impressão de que a minha aventura recifense tinha acabado. Nas condições em que estava, precisando fazer um projeto que envolvia conhecer realidades empíricas, deslocar-me, talvez ir a uma comunidade popular ver se tinha alguma Pasárgada por lá, entrevistar gente, eu não tinha mobilidade para essa coisa toda. No dia seguinte fui a um orelhão, liguei para Joaquim e contei o que tinha acontecido e ele perguntou se eu podia ir à sala dele lá no *campus* no dia seguinte. Na época tínhamos uma Brasília velha que trouxemos de Aracaju, e minha esposa me levou.

Era Bebé?

Era Bebé, uma francesa chamada Thérèse com quem eu era casado, que eu chamava carinhosamente assim. E fui lá conversar com Joaquim, que me fez uma proposta. Foi ele que me entregou de mão beijada meu objeto de pesquisa, que depois virou "Sua Excelência o Comissário". Na época, Joaquim estava metido com aquele grupo em Brasília que no Ministério da Desburocratização estava cuidando da primeira legislação no Brasil que abriu as portas para essa justiça das pequenas causas. Era um grupo do então ministro Hélio Beltrão. O chefe era João Geraldo Piquet Carneiro, velho amigo de Joaquim, que fazia parte desse grupo de reflexão sobre o assunto. Joaquim estava colhendo material para mostrar o que era a justiça no Brasil, que o Poder Judiciário não funcionava, coisas desse tipo. E ele teve a ideia de pedir a alunos seus de graduação que fossem em delegacias de polícia aqui em Recife ver o que acontecia com os casos que eram resolvidos lá mesmo. Todo mundo sabia que isso ocorria, mas não se tinha nenhum conhecimento sistematizado, científico, digamos assim, sobre o assunto. Muitos alunos foram e alguns fizeram trabalhos razoáveis, que estavam na mesa dele. E ele me disse: "Leve isso pra casa e vê se com isso dá pra fazer um projeto de pesquisa". Foi a mi-

nha salvação. Levei aqueles trabalhos para casa e com base neles vi o que é fundamental num trabalho empírico, que é você saber, primeiro, se o objeto existe e, em segundo lugar, se você vai ter acesso ao seu objeto. Vi que havia um objeto e que eu poderia ter acesso, como os alunos de Joaquim tiveram. Afinal de contas, isso foi em 1981, já se vão trinta anos, eu ainda não era tão careca como sou hoje e nem tinha nenhum fio de barba branca. Então, de chinelo, eu passava por um estudante de Direito. Foi assim que nasceu a minha dissertação de mestrado, que ainda hoje é o meu *best-seller*.

Já fiz muita coisa depois, já escrevi livros, todos sucessos da crítica dos amigos, nenhum sucesso de público! A pesquisa foi realizada entre 1982 e 1983 e a defesa da dissertação ocorreu em 1984. Publiquei artigos aqui e ali, apresentei comunicações em tudo quanto foi lugar. Foi um trabalho que terminou virando uma referência na Sociologia Jurídica de base empírica no Brasil, mas que só veio a ser publicado em livro, ainda que de forma resumida, não faz muito tempo.[1] Veio por mero acidente, como você vê. Fiz o trabalho, mas o pai da ideia é Joaquim Falcão. De tanto apresentá-lo, Alexandrina Moura, uma velha amiga minha desde essa época, uma vez fez uma brincadeira comigo quando fui apresentá-lo mais uma vez e ela perguntou: "Vai de novo tocar o *Bolero* de Ravel?"... (risos)

Depois disso, tive a curiosidade de escutar o *Bolero* e contar: ele repete aquele motivo dezessete vezes na peça musical. Acho que não cheguei a apresentar dezessete vezes, mas comecei depois de certo tempo a ficar encabulado com essa história de comissários. Bem, essa é a história. Uma última anedota é a seguinte: eu costumava brincar com os meus alunos dizendo que Isaac Newton teve mais sorte do que eu, porque nossas grandes descobertas deram-se por causa de dois acidentes, mas ele teve mais sorte duplamente. Por quê? Primeiro porque com ele foi uma simples maçã que lhe caiu na cabeça, enquanto eu caí num buraco, quebrei costelas, o diabo. Depois, vem o mais difícil de engolir de tudo isso: ele se tornou mais famoso do que eu!

Fale um pouco da convivência do grupo da ANPOCS: quem você conheceu?

O grupo da Anpocs foi mais uma criação de Joaquim para aproximar o que, na época, eram dois grupos totalmente distantes, o mundo do direito e o das ciências sociais, então ele criou o grupo Direito e Sociedade. Mas o grupo atraiu pouquíssimos cientistas sociais. Que eu me lembre, de gente com formação nas ciências sociais, o grupo, pelo menos na minha época, atraiu apenas Margarida Maria Moura e Roberto Kant de Lima, ambos antropólogos. Quem fazia parte do grupo e comparecia regularmente era gente de direito. Ocasionalmente compareciam sociólogos. Continuou um grupo de juristas meio estranho na Anpocs. Mas reuniu um grupo de juristas críticos que fez história no direito brasileiro e que depois gerou o direito alternativo. Era um pessoal do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina liderados por um argentino, que fa-

1 OLIVEIRA, Luciano. *Sua Excelência o comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

leceu recentemente, chamado Luis Alberto Warat, que foi um nome muito importante nessa abertura das pós-graduações em direito no Brasil para outra coisa que não fosse a dogmática jurídica. Warat era um tipo meio caótico e surrealista, misturava Psicanálise, ciência política e o diabo a quatro com direito.

Em 1982 aconteceu uma coisa importante na minha vida. Eu deveria ter terminado meu mestrado e voltar para Aracaju, mas Joaquim me convidou para ficar aqui trabalhando na Fundação Joaquim Nabuco, onde ele, a convite de Gilberto Freyre, tinha fundado um Departamento de ciência política, mas que, no fundo e pelas pessoas que levou, era mais um Departamento de Sociologia Jurídica. Ele obteve carta branca de Gilberto Freyre para formar a equipe, e não levou ninguém da família *nabuquiana*, chamemos assim. Ele levou Alexandrina Moura, recém-formada em direito, e Affonso Pereira, ainda estudante, para trabalhar com ele. Ambos tinham trabalhado na pesquisa dos conflitos de propriedade. Havia outra pessoa, Constança Pereira de Sá, e ela e Joaquim se ocupavam da parte da ciência política propriamente dita. Entrei depois, quando ele mandou Alexandrina fazer doutorado nos Estados Unidos e assumi a vaga dela.

Não voltou mais para Aracaju?

Não voltei mais para Aracaju, ficando aqui até hoje. Logo depois Joaquim saiu da direção do Departamento, porque foi convidado para outro cargo mais importante na Fundação, e designou Affonso como seu substituto. Depois Alexandrina voltou dos Estados Unidos e reintegrou-se, assumindo a direção do Departamento. Mas de certa forma Joaquim continuava sendo nossa eminência parda. Éramos todos muito jovens e inexperientes. Só que depois o próprio Joaquim saiu da Fundação Joaquim Nabuco, pois, com a redemocratização e a eleição de Tancredo, depois a posse de Sarney, foi chamado para trabalhar em Brasília, com Fernando Lyra, no Ministério da Justiça. Isso foi em 1985. Então ficamos aqui, eu, Affonso e Alexandrina, num departamento que nominalmente era de ciência política, mas nenhum de nós era exatamente um cientista político no sentido *hard* da palavra. Na época, eu e Affonso fizemos duas pesquisas que hoje vejo como foram importantes: uma sobre conflitos coletivos e acesso à justiça no Brasil, que terminou rendendo um livro;[2] e outra que foi uma das pioneiras no país a respeito da opinião pública sobre a polícia.

Nesses anos começou a aparecer no Brasil toda uma literatura, durante muito tempo reprimida, sobre polícia no Brasil, sobre o que é e sempre foi a polícia no Brasil. Foi quando veio à tona tudo isso que uma cultura crítica hoje conhece, todo o horror que sempre foi a repressão policial no Brasil contra os desprivilegiados, coisas de que ainda hoje, passado tanto tempo, de vez em quando a gente ainda vê na televisão. Um nome de grande referência nessa época era Paulo Sérgio Pinheiro, de São Paulo. Foi dentro dessas descobertas da polícia como uma instituição fundamental no Brasil,

2 OLIVEIRA, Luciano; PEREIRA, Affonso. *Conflitos coletivos e acesso à justiça*. Recife: Editora Massangana, 1988.

embora completamente desconhecida, que fizemos essa pesquisa, que se chamou "A polícia na boca do povo". Foi uma pesquisa grande, com uma equipe interdisciplinar que tivemos condições de montar porque tivemos recursos do Ministério da Justiça, onde Joaquim estava. Então realmente foi uma pesquisa científica, digamos assim, de porte. Só que foi pouco explorada, inclusive por mim, porque nessa época eu já estava empenhado em partir para o meu doutorado no exterior. Em termos de publicação, o que ficou, se não me falha a memória, foi apenas um artigo que eu e Affonso publicamos conjuntamente.[3]

Isso em 1985?

Sim, e fui para o exterior em 1986 fazer meu doutorado. Voltando ao começo da entrevista, retomei minha velha ideia de fazer alguma coisa em termos de direitos humanos, marxismo, leitura crítica de Marx, essa coisa toda. Fui aceito por Claude Lefort, lá em Paris, com o meu projeto cujo resultado final se chamou "Os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil", que foi minha tese de doutorado. Passei, portanto, quatro anos afastado do Departamento da Fundação, e as pessoas que ficaram foram paulatinamente cuidar de outras coisas na vida. Affonso Pereira abandonou completamente o mundo da pesquisa, Alexandrina voltou-se para o tema do meio ambiente e o próprio grupo Direito e Sociedade da Anpocs acabou. E acabou de uma maneira até curiosa de ser lembrada. Os grupos da Anpocs teoricamente seriam provisórios. A ideia era: você cria um grupo de trabalho e, ao fim do trabalho, o grupo se desfaz. Mas você sabe que isso é uma coisa, outra coisa é o fato de que toda instituição que se constitui não se autodissolve; toda instituição cria seus próprios interesses e, portanto, tenta se perpetuar no tempo. O exemplo mais clássico é a famosa ditadura do proletariado, que foi criada para extinguir o Estado, imagine, e terminou criando o Estado soviético, uma das ditaduras mais ferozes de que se têm notícia na história. Bom, então entrava ano, saía ano e nenhum grupo da Anpocs se desfazia. Então, quando eu já estava na Europa, acho que isso foi em 1988, ela baixou um "ato institucional" e extinguiu todos os grupos, abrindo a possibilidade de reinscrição. Óbvio, todos os grupos extintos se reinscreveram, a maioria foi reconduzida e uns poucos, eu não lembro mais quais eram, não foram. E um dos que não foram foi justamente o Direito e Sociedade. Então esse povo todo se dispersou

E o Antônio Luiz Paixão nesse grupo??

O Paixão, nesse grupo, não me lembro. Conheci o Paixão, na verdade, num seminário no Rio. Lembra aquela história do *Bolero* de Ravel? Marcos Bretas, isso acho que foi em 1985, organizou no Rio um grande seminário nacional sobre polícia e me convidou para participar. Foi aí que eu conheci Paixão, que também tinha feito um

3 OLIVEIRA, Luciano; PEREIRA, Affonso A Polícia na boca do povo. *Symposium*, Recife, Universidade Católica de Pernambuco, v. 29, n. 2, 1987.

trabalho etnográfico sobre uma delegacia de polícia em Belo Horizonte. Mas nunca cheguei propriamente a trabalhar com ele. Foi depois da minha volta da França que nos reencontramos, não me lembro mais como, e foi aí que nos tornamos amigos.

E o Doutorado? Como foi sua aproximação com o tema da tortura?

Óbvio. Em primeiro lugar, porque foi a tortura dos meus colegas em Aracaju que me levou a pensar nisso como um possível objeto teórico, como um objeto acadêmico. Meu trabalho tem uma vertente que pode ser chamada de sociológica, mas, sobretudo, tem uma vertente com um pé na filosofia política, que pessoalmente acho mais interessante. Meu trabalho empreende um diálogo crítico com a tradição, digamos assim, historicista, marxista e mesmo foucaultiana sobre a questão do sujeito, dos direitos humanos, do surgimento dessa problemática. O trabalho é até certo ponto sociológico, na medida em que levantei muitos dados sobre o aparecimento desse tema no seio do pensamento político da esquerda brasileira. Li muita coisa, entrevistei gente e tal, mas depois fiz uma reflexão que é mais de filosofia política do que propriamente sociológica sobre a questão dos direitos humanos.

Bem, quando voltei para o Brasil, em 1991, eu estava distante do que tinha feito antes na Fundação Joaquim Nabuco. Estava meio perdido, tratando de traduzir minha tese, essa coisa toda que normalmente se faz depois de um doutorado no exterior. Depois de penar a espera e depois da negativa de algumas editoras importantes, terminei publicando a tese numa pequena editora local que um amigo meu estava tentando fundar. Foi um fiasco, tanto que meu livro é o único editado pela editora natimorta.[4] Mas a Brasiliense, que não tinha topado publicar a tese, encomendou-me um livrinho para a coleção *Tudo é História*. Aí extraí da tese um pequeno volume a respeito da tortura no mundo, a que dei um título profético: *Do nunca mais ao eterno retorno*, que foi publicado em 1995 e republicado, numa versão maior e atualizada, há dois anos.[5]

No momento da minha volta, Sociologia Jurídica era uma coisa distante das minhas preocupações, e aí o que acontece? Um belo dia sou convidado a ir para a Universidade. Por quê? Porque a pós-graduação em ciência política estava numa crise muito grande, precisando de doutores. Eu tinha recém-chegado da Europa com doutorado e a Universidade abriu as portas para mim. Simplificando bastante, quando ingressei na universidade o Departamento para onde fui, o de Ciências Sociais, era responsável pela disciplina sociologia jurídica na Faculdade de Direito, e aí, por conta desse meu passado todo, fui designado para dar essa disciplina, de modo que retomei o meu contato com o direito e com a sociologia do direito, que mantenho até hoje. Bem, os direitos humanos entram

4 OLIVEIRA, Luciano. *Imagens da democracia*: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil. Recife: Editora Pindorama, 1996.

5 OLIVEIRA, Luciano *Do nunca mais ao eterno retorno*: uma reflexão sobre a tortura. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

também aí, mas não os abordo do pondo de vista jurídico. Comecei a escrever muita coisa sobre o problema, mas nunca escrevi no registro normativo da denúncia.

Academicamente falando, sempre procurei tratar desses assuntos com certo distanciamento, com certa objetividade. Uma das questões de que desde então me ocupo é o problema dos direitos humanos, como valor e como prática, numa sociedade com a tradição escravocrata que sempre foi a nossa, agravada, a partir sobretudo dos anos 1980, com os níveis de violência que temos e com o aparelho de Estado da polícia, tradicionalmente habituada às barbaridades mais absurdas, mas "normais", legitimadas por uma população amedrontada, e para as quais ninguém antes tinha dado a mínima bola. Quer dizer, quando surge essa consciência, essa cultura crítica da violência policial, isso se dá no rescaldo da luta contra a ditadura. Foi durante o regime militar que descobrimos o que era o inferno das prisões brasileiras, e devemos isso a gente como Gabeira, Betinho e vários outros que produziram toda aquela literatura memorialista que veio à luz logo depois da abertura política, relatando o que se passava nos porões do regime, mas que as classes populares brasileiras conheciam muito bem desde sempre.

Quais foram suas principais influências teóricas neste momento?

Voltando um pouco atrás, na época de *Sua Excelência o comissário*, a grande influência foi Boaventura Santos, que era o meu marco teórico, para usar essa expressão consagrada. Boaventura tinha posto em voga, aqui no Brasil, aquela história de pluralismo jurídico, a partir de sua pesquisa em Pasárgada. E eu o adotei, obviamente. Mas aí aconteceu o seguinte: no decorrer da minha pesquisa, comecei a achar que não tinha nenhum sentido falar em pluralismo jurídico uma vez que eu estava trabalhando dentro do aparelho mais estatal que pode existir, que é a polícia. Aí pensei: "que pluralismo é esse?" Ainda cogitei elaborar um conceito derivado do pluralismo jurídico, que seria pluralismo judicial, pluralismo processual, mas não sabia direito como explorar isso e abandonei o conceito de Boaventura, tanto que, tenho quase certeza, o conceito sequer aparece na minha dissertação final. Comecei a falar em direito informal, com base numa literatura americana que Joaquim me passou, aquela literatura americana bem empírica. Ao lado disso, nunca deixei de me interessar, lógico, pelo velho projeto sobre marxismo e direitos humanos, e logo depois descobri o trabalho de Lefort, num contexto outra vez fortuito. Lembre-se de que, no começo, eu queria fazer uma crítica da leitura crítica que o marxismo tinha feito dos direitos do homem. Pois bem. Num outro belo dia, em 1984, Lefort cai de bandeja nas minhas mãos, por meio de uma estagiária da Fundação Joaquim Nabuco, que estava fazendo uma resenha do seu livro que, na época, estava fazendo muito sucesso no Brasil, *A invenção democrática*. A resenha veio para mim, para eu dar meu parecer, e, quando ela me passou a resenha e o livro, encontrei ali um texto, "Direitos do homem e política", que chamou minha atenção. Li e fiquei encantado, porque ele estava dizendo as coisas que eu estava pensando, lógico que do jeito dele, mas exatamente como eu pensava. Descobri meu segundo marco teórico! É ótimo para um autor ainda inseguro descobrir um nome de renome, e na época Lefort no Brasil gozava de muito renome, que está dizendo aquilo que ele pensa. Você percebe que não está pensando besteira e se sente

seguro. Assim Lefort foi realmente a grande referência teórica para o meu trabalho de doutorado. Foi uma época também em que descobri muitos autores liberais; li Hobbes, Locke, Rousseau, Tocqueville, toda essa gente. Enfim, tomei contato pra valer com o pensamento moderno sobre a democracia, os direitos do homem, etc. Estando na França, tudo isso era muito mais natural. O ano de 1989 foi o bicentenário da revolução francesa, então todas as discussões que houve no momento, coincidindo com o desabamento do socialismo real, foram muito importantes para mim.

Fale um pouco do seu pós-doutorado na França e do trabalho que você lá desenvolveu.

O pós-doutorado foi pra renovar o meu visto de residente na França. (risos)

Veja, falando sério. O pós-doutorado, você sabe, foi uma coisa que inventaram porque, depois do doutorado – e hoje em dia tem muita gente que faz o doutorado ainda jovem –, o sujeito fica na Universidade o resto da vida sem mais nenhum título a alcançar, e foi daí que surgiu o pós-doutorado.

Fale sobre o seu livro *A Vergonha do Carrasco*, que é produto desse pós-doutorado, e tente reconstituir um tema de seu interesse que já vem de outros momentos da sua trajetória.

Existe, sim, uma linha de continuidade entre os acontecimentos em 1976, em Aracaju, a minha tese de doutorado sobre direitos humanos e o livro sobre a pena de morte. Então o pós-doutorado foi realmente uma coisa que fez sentido. Acontece o seguinte: quando fiquei fascinado, mas ao mesmo tempo intuitivamente insatisfeito, com o que Marx diz na *Questão judaica* sobre os direitos humanos e o que Foucault diz sobre a "sociedade disciplinar" que abole a tortura e adota punições que adestram a alma, isto é, punições não físicas, fiquei com um dilema. Isso que eles dizem, digamos assim, é verdadeiro como objeto de especulação sociológica, ou histórica. Quando Marx diz que os direitos humanos só fazem sentido numa sociedade que tenha erigido o indivíduo à condição de fundamento da ordem jurídica, ele está falando realmente de uma sociedade que destroçou a comunidade medieval, a sociedade capitalista, em que os indivíduos estão atomizados e se relacionam a partir de interesses que se encontram no mercado, no sentido mais lato da palavra. É o meu direito, de um lado, *contra* o seu direito, de outro. Ora, mas se isso é verdade, e é verdade, nós hoje, mesmo sendo produtos dessa situação histórica, temos determinados níveis de exigência em relação aos poderes e à gênese da sociedade que nos criou, à medida que criticamos esse processo genético: o fim da comunidade humana, a criação da sociedade no sentido sociológico dos indivíduos separados, etc. Somos indivíduos separados, certo, mas temos algumas coisas em comum, e uma delas é a sensibilidade à dor que todos temos. Suponho mesmo que as pessoas que morriam na fogueira na Idade Média não morriam sem sofrer... Foi aí que descobri aquela história da piedade em Rousseau.

Bom, veja: o que eu queria dizer quando pensei em fazer uma crítica, seja de Foucault, seja de Marx, era que havia uma coisa-em-si que eu poderia chamar, ado-

tando um expressivo galicismo, de *acontecimento* ("événement") e que eu tinha vivido – não na pele, porque não fui torturado, mas colegas meus foram – que não se satisfazia com as leituras desse tipo de sociologia; que precisava de uma abordagem que visse a coisa em si como algo irredutível às explicações usuais. É como se essas explicações usassem uma grade conceitual que deixava escapar alguma coisa do fenômeno em si, digamos a palavra, a crueldade em si. Sei que a crueldade também é pervagada pela história, sei que o que sentimos também é pervagado pela história, que a sensibilidade de um grego é diferente da minha sensibilidade de hoje, que os democratas, que os homens maravilhosos que inventaram a democracia na Grécia não consideravam que as mulheres sequer fossem seres humanos plenos... Acho que nem essa expressão faz sentido. Havia gregos, não havia seres humanos; as mulheres eram mulheres e só. Era outro mundo e, no entanto, quando Sócrates está preso, antes de morrer, e alguém tira uma corrente que o estava prendendo pelo calcanhar, ele sente um alívio e acaricia a perna sentindo o conforto de não estar mais sendo incomodado pelos ferros.

O que quero dizer com isso é que, nesse sentido, sou até certo ponto um jusnaturalista, porque acho que há determinadas coisas que são humanas justamente porque partilham de coisas que são da animalidade em geral, o que possibilita um enfoque da realidade social que, mesmo não deixando de ser histórica, tem determinadas constâncias que são permanentes, apesar dos acidentes da história. É isso que eu queria dizer com relação a essa coisa da tortura.

Bem, me apropriando de um *approach* que Lefort usa nas análises da democracia, utilizei a maneira dele de se aproximar do acontecimento democrático, ou seja, não tentando explicar por que a democracia surge, mas o que ela é em si, o que ela significa como prática, independentemente das explicações que terminam dessacralizando alguma coisa que nos é valiosa. Aplicando esse *approach* ao problema da tortura, detive-me no horror em si da tortura, algo que faz com que ela seja uma forma de violência *sui generis*, num certo sentido pior do que a simples execução. Digo "num certo sentido" querendo dizer o seguinte: você tem testemunhas de muitas pessoas que passaram pela tortura que no momento queriam morrer. Essas pessoas sobreviveram, certamente estão felizes por terem sobrevivido, mas no momento da tortura elas prefeririam ter sido mortas, tamanho é o horror daquilo por que elas estão passando. Então é como a tortura tivesse um *plus*, uma coisa que torna ela uma forma de violência especial, talvez a forma de violência mais irredutível, aquela que não se pode ultrapassar, a violência última.

Então, quando comecei a pensar no livro sobre a pena de morte, quis fazer isso também, e aí, digamos assim, fiz um pequeno exercício epistemológico com uma questão que acho bem interessante, que é a seguinte: geralmente, os argumentos das pessoas que são a favor da pena de morte fazem apelos de tipo emotivo, pensando na vítima, na crueldade do ato de quem pratica um estupro seguido de morte, etc., porque, emotivamente falando, a vingança é uma coisa natural, é um sentimento humano natural, não tem por que a gente ter vergonha dele. Alguém que faz um mal desse tamanho, queremos fazer um mal também a essa pessoa; isso é perfeitamente

humano. Justamente porque isto é humano, os militantes contrários à pena de morte têm medo desse argumento e preferem aqueles mais racionais, mais sociológicos, mostrando que a abolição não faz aumentar a taxa de criminalidade, etc. Mas tudo isso é muito nebuloso, porque é difícil saber, por exemplo, se a possibilidade de alguém ser morto por determinado crime não deteve a mão de algum possível criminoso. Em números agregados, a gente não entra nos casos particulares, e é impossível conhecê-los em sua especificidade. Enfim, resumindo, geralmente os argumentos contrários são racionais, digamos assim, e aqueles a favor são emotivos. E o que eu quis fazer no meu livro sobre pena de morte foi, utilizando a mesma estratégia já empregada em relação à tortura, inverter a coisa, ou seja, utilizar argumentos emocionais contra a pena de morte, enfocando a coisa em si, a execução, o fato de que, independentemente do que tenha feito o assassino, no momento em que você pega alguém completamente desprotegido numa cela, tremendo de medo, apavorado, vomitando, defecando (as pessoas não sabem, mas em muitos desses rituais os executados usam fraldas porque vão se borrar na hora de enfrentar o carrasco), e o segura, e o arrasta por um corredor, o amarra numa cadeira e aplica-lhe mil *volts*, e vê aquele corpo estourar, os olhos saltarem das orbitas e o sujeito queimar, é uma coisa tão horrorosa, que a última invenção, a da injeção letal, é bem mais humana. Na verdade a maneira mais humana, por incrível que pareça, talvez seja o famoso tiro na nuca da justiça chinesa, pois se supõe que o tiro na nuca imediatamente elimina qualquer sofrimento. Mas é um negócio meio grotesco a gente imaginar hoje, no mundo em que vivemos, você pegar um sujeito, fazê-lo ajoelhar-se no chão, pôr um revolver na nuca dele e disparar. É uma coisa tão horrível que em pelotões de fuzilamento um deles recebe um cartucho vazio, para que cada um dos que atiram possa ficar com a suspeita benéfica de que não foi ele quem matou... Foi isso que eu quis fazer, e fiz. É difícil dizer, retrospectivamente, como surgiu essa ideia, mas tenho a impressão de que a ideia de escrever o livro me surgiu quando (isso foi em 1996, o ano do meu pós-doutorado) vi o filme *Os últimos passos de um homem*, que fez um grande sucesso. Sean Penn e Susan Sarandon estão espetaculares. Vi o filme e fiquei impressionado, porque o filme tratava justamente disso, do ritual da morte.

Não foi quando você assistiu ao filme Não Matarás, de Krzysztof Kieślowski? Creio você já me falou sobre isso.

Talvez...

Tenho a impressão que você me disse, certa ocasião, que a segunda parte do filme, voltada para a forma como o assassino do taxista é condenado e morto, o ajudou a construir a hipótese central do seu livro.

Aí não sei... Eu teria que rever minhas velhas agendas, para saber quem vem primeiro. De todo jeito, *Não matarás* é um filme mais antigo. Tenho a impressão de que o tinha visto anteriormente, e que o revi depois, quando estava escrevendo o livro e pensando na hipótese que queria desenvolver.

Para fazer o livro.

Sim. Li também uma coisa que me impressionou muito, o livro *O pullover vermelho,* sobre o último executado na França pela guilhotina, um sujeito chamado Ranucci, que foi condenado pelo sequestro, estupro e morte de um garoto, embora até hoje haja dúvidas se foi ele mesmo o assassino.

Isso foi na década de 1970?

Isso foi em 1977, já no governo de Giscard d'Estaing, que até hoje ainda se sente mal quando pensa no assunto. Ele não teve coragem de afrontar o clamor público. Ranucci teve um azar desgraçado, porque na França o presidente tem o poder de graça sobre condenados à morte, e tem sempre uma audiência entre o presidente e o advogado do condenado, antes da execução. No dia em que o presidente teve uma audiência com o advogado de Ranucci, ocorreu um caso exatamente igual de um menino que foi sequestrado, estuprado, depois encontrado morto, e Giscard, nessas condições, não teve coragem de salvar Ranucci. Quando estava escrevendo o livro cheguei a entrevistar Robert Badinter, que foi o ministro da Justiça de Mitterrand, principal responsável pela abolição da pena de morte na França. Além disso, ele tinha sido advogado de dois condenados que foram executados antes de Ranucci; dois malfeitores que estavam cumprindo pena e fizeram uma rebelião na cadeia, tomando uma enfermeira como refém. Chamavam-se Beaufret e Bontemps. Quando a polícia invadiu a enfermaria onde estavam, a refém foi morta, esfaqueada por um deles. Ambos foram condenados à morte. Um deles era, de certa forma, inocente da morte da enfermeira, mas, no clima de emoção que tomou conta da França, os dois foram igualmente condenados. Badinter conta algo que foi marcante demais para ele, já que o advogado era obrigado a estar presente na sessão da execução. Ele foi, tinha que ir. Na hora, houve uma reunião com o carrasco para definir quem seria executado primeiro, e ele, como advogado dos dois, decidiu que o "inocente" seria executado primeiro, para sofrer menos tempo... É um negócio terrível. Então explorei isso...

Que poderíamos chamar de uma fenomenologia...

Uma fenomenologia da pena de morte, sem dúvida! Vou lhe confessar uma coisa. É um dos textos que escrevi de que mais gosto. Mas, de novo, não consegui publicá-lo numa editora que assegurasse uma boa distribuição. Terminou sendo publicado pelo próprio Mestrado em Ciência Política da UFPE, numa edição que, antes de se esgotar, já tinha sido esquecida...[6]

E será que é possível pensar que já havia em sua dissertação de mestrado uma fenomenológica acerca da atividade policial? A polícia como ela é, a polícia para além, digamos, do que ela deve ser?

6 OLIVEIRA, Luciano *A vergonha do carrasco*. Recife, Mestrado em Ciência Política da UFPE, 2000.

Não sei... Veja, pensando na minha dissertação de mestrado, não vejo uma continuidade, digamos, teórica com o que vem depois, não.

Mas a postura metodológica...

Bom, é verdade que como postura metodológica sempre fui uma pessoa muito ligada ao *acontecimento*. Acho que sou muito sensível aos eventos, às coisas em si.

Duas coisas para terminarmos: suas recentes reflexões sobre a recepção de Foucault no Brasil e sobre a questão da festa na cultura brasileira. Foucault é uma volta ao começo da sua carreira...

É, mas agora já com outro sentido, já com outra intenção. Eu gostaria até de dizer que também não vejo uma linha de continuidade entre uma leitura crítica que fiz de Foucault, na época do meu doutorado sobre direitos humanos, e minha releitura de Foucault hoje, aí já não numa linha crítica de Foucault, mas da recepção de Foucault no Brasil. Me interessei por Foucault muito cedo, mas basicamente por *Vigiar e punir*. Na época todo mundo também lia a *Microfísica do poder*. Era aquele período foucaultiano do começo dos anos 1970, bem antidisciplinar, digamos assim. Isto é uma coisa, mas há outra vertente do meu trabalho em que, como disse, sempre procurei abordar esse tema dos direitos humanos de uma maneira não normativa, tentando entender e explicar a hostilidade das pessoas comuns ao tema, que na visão distorcida delas termina sendo um "privilégio de bandidos", para usar a expressão consagrada por Tereza Caldeira. Numa sociedade como a brasileira, os direitos humanos são violados com tanta complacência, que em determinado momento comecei a desenvolver a hipótese de que uma das razões pelas quais você não tem aqui um devido processo legal que assegure para toda a criminalidade todos os direitos e garantias individuais, é porque temos uma criminalidade muito alta, sendo impossível tratar tudo bonitinho, de acordo com a lei. A hipótese é perigosa, eu sei, e é preciso tateá-la e tratá-la com muito cuidado.

Por outro lado, a justiça é totalmente ineficiente.

Sim, também para os desclassificados, por incrível que pareça, ela é muito ineficiente. É uma ideia que comecei a desenvolver, a de que a verdadeira repressão no Brasil, com uma impunidade tão alta, se dá por fora do Judiciário. Qual é o percentual de homicídios que chegam a julgamento, depois vão à condenação e cumprimento de pena no Brasil? Você mesmo fez um trabalho sobre isso e sabe que o grau de punibilidade chega a ser irrisório. Mas também em relação a crimes contra a propriedade a justiça brasileira é muito ineficiente. Ela sempre foi pavorosamente injusta, ela sempre foi pavorosamente preconceituosa, mas quando a justiça, o aparelho oficial de repressão em si, é muito ineficiente, inclusive para os desclassificados, a verdadeira repressão se dá em outro nível, no nível policial, no nível do pistoleiro, do justiçamento, do extermínio, do linchamento, essa coisa toda. Aí comecei a pensar numa leitura de Foucault, no contrapé de Foucault, sobre uma sociedade disciplinar; isto é, comecei a desenvolver a ideia de que, se queremos uma sociedade minimamente civilizada, precisamos de uma coisa que

Foucault, com um olhar muito crítico e que ainda hoje é placidamente e ingenuamente reproduzido entre nós, chamou de sociedade disciplinar, quando pode ser que tenha sido justamente a existência de uma sociedade disciplinar que reduziu a criminalidade a níveis suportáveis, a ponto de poder ser tratada de acordo com o devido processo legal.

Disciplina como garantia da liberdade.

Sim! Mais recentemente reli Foucault dentro desse espírito e me defrontei com uma frase dele que achei extraordinária, que posso não ser capaz de citar literalmente de memória, mas que é mais ou menos assim: os dispositivos disciplinares são o subsolo que torna possível o exercício das liberdades e dos direitos. Isto é, não há sociedade civilizada, não há sociedade respeitadora das leis sem disciplina, aquilo que Foucault, mais pelo viés da ironia do que propriamente da condenação normativa, tanto criticou. Foucault... Bem, não vamos falar de Foucault, porque levaria muito longe e é outra história, mas as pessoas no Brasil adotam as categorias críticas das sociedades disciplinares de Foucault como se isto aqui fosse uma sociedade disciplinar. Definitivamente não é, até porque, numa sociedade disciplinar, a prisão é uma espécie de depósito do resíduo, para onde vão os que não conseguem nela inserir-se. A verdadeira sociedade disciplinar, tecnicamente falando, é aquela em que funcionaram os dispositivos disciplinares, a saber: a escola, a fábrica, o hospital e o serviço militar. Um europeu do século XIX e até boa parte do século XX ia para a escola, obrigatoriamente, desde que era menino, pobre ou rico, de manhã e de tarde, durante muitos e muitos anos; depois, quando saía da escola, passava dois anos no serviço militar, porque a Europa vivia fazendo guerra, adestrando-se; e depois, se era pobre, tornava-se um trabalhador na fábrica. Isto é uma sociedade disciplinar. Lógico que isto não abrange todo mundo e tem aqueles que vão para o cárcere. Ora, o Brasil nunca teve isso. Então, veja, é a partir disso que surge esse projeto no qual estou envolvido atualmente, o de que o Brasil é uma sociedade indisciplinar. Não estou dizendo se isso é bom ou ruim. Estou até me lembrando e levando a sério um livro que li recentemente de Giannetti sobre a felicidade, em que ele sustenta a hipótese de que, no fundo no fundo, somos um povo que tem graus enormes de felicidade. É aí que entra a história da festa permanente que também estou explorando. Ocorre que, juntamente com essa nossa vocação histórica para a festa, digamos assim, o mundo da economia entrou num processo, que parece irreversível, em que a fábrica, um dispositivo disciplinar por excelência, tornou-se obsoleta. É o mundo de hoje, em que as ocupações mais numerosas estão no setor terciário, e um dos setores terciários mais importantes num país como o Brasil é o setor da festa; e a festa é, por excelência, um dispositivo indisciplinador, porque na festa se consomem drogas, se consome álcool, e álcool é um desencadeador de violência. O volume de homicídios que estão envolvidos em episódios de ingestão alcoólica é muito alto, e por aí vai. Então os olhos com que hoje leio Foucault são bastante diversos dos olhos com que li Foucault há trinta anos. Aliás, foi interessante essa retomada, porque tive a oportunidade de voltar a ler um autor fascinante. O que eu conhecia de Foucault era basicamente *Vigiar*

e punir e *Microfísica do poder*. Mas *História da loucura* é um livro excepcionalmente lindo, como são os dois últimos livros dele sobre a sexualidade na Grécia e na Roma antigas. Como disse Rouanet, são livros da serenidade, livros de quem estava se preparando para morrer, o que, aliás, aconteceu logo depois... Ufa! Muita coisa ficou de fora, mas é isso aí: a arte é longa e a vida... digo, a entrevista é breve. Obrigado!

Roberto Kant de Lima

Roberto Kant de Lima nasceu no dia 13 de abril de 1944, no Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1968. Concluiu seu mestrado em antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1978, e seu doutorado pela *Harvard University, EUA*, em 1986. Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do INEaC/CNPq.

Entrevista

Roberto Kant de Lima
Rio de Janeiro, fevereiro de 2009

Por Jacqueline Sinhoretto

Gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória, sua entrada no campo da segurança. Quando você começou a escrever sobre polícia, o contexto era totalmente diferente de hoje. Você é um dos pioneiros.

Bom, acho que minha entrada nesse campo se deu de forma peculiar. Essa maneira peculiar permaneceu como um marco dessa minha intervenção. Isso fez com que os sociólogos e os cientistas políticos se ressentissem um pouco, vamos dizer, do meu ceticismo com relação a algumas questões, quanto à eficácia dessas políticas públicas, etc. Porque entrei nesse campo por causa de uma etnografia que fiz, durante três anos, sobre o sistema de justiça criminal aqui no Rio de Janeiro e, depois, durante seis meses, um contraponto dela, em Birmingham, Alabama, e em San Francisco, Califórnia, nos EUA.

Que foi quando?

No Brasil, do início de 1982 ao final de 1984; nos EUA, em 1990.

Era para o seu doutorado?

No Brasil, sim. Mas meu doutorado não era sobre a polícia, era sobre o sistema judicial criminal brasileiro e dos EUA. Porque naquele tempo eu não sabia nada... Nem eu nem ninguém havia escrito nada etnográfico sobre isso. Aí, achei que essa coisa era estranha porque, dos países da tradição da *civil law*, só no Brasil existe isso, o *tribunal do júri*. Na Europa você tem o *escabinado* e na *common law* você tem o *trial by jury*. A diferença entre júri e *escabinado* é que, no júri, são pessoas leigas que julgam e o *escabinado* é misto,

são juízes e leigos. Como é na França, na Itália, não existe o julgamento só pelos jurados leigos. Essa era minha ideia original e a pesquisa ainda está em andamento. Parte dela constituiu minha tese de titular de Antropologia para a UFF. Em breve espero publicá-la.[1]

Só que, na imensa maioria de processos do júri, o trabalho começa na polícia. Há o inquérito policial, a denúncia do Ministério Público e isso tudo; então precisei também fazer etnografia na polícia, para ver esses homicídios, como é que eles eram tratados. Mas depois fui para a Vara Criminal, fui para o Tribunal do Júri e fiz trabalho de campo na segunda instância também. A razão de a tese de doutorado ser sobre a polícia é a mais prosaica possível: não deu tempo de escrever tudo o que eu gostaria porque acabou o prazo da bolsa da Capes. Aí, nunca mais escrevi o resto e o material está lá em casa. Quando escrevi a primeira parte, havia 120 fitas gravadas, mas apenas cinco foram usadas para fazer a tese, que foram as entrevistas com a polícia. As outras 115 estão lá em casa mofando (risos). Inclusive, gravei mais de 100 julgamentos de júri e xeroquei os autos de uma dezena deles. Quer dizer, tenho um material enorme. Deve ter mofado mesmo, sinceramente, depois de 25 anos.

Então, é uma coincidência essa coisa da polícia, pois, em primeiro lugar, ela está sempre associada ao sistema de justiça criminal. Nunca pensei na polícia, nunca pensei que fosse possível pensar polícia no Brasil de forma afastada dessa questão da posição que a polícia judiciária ocupa no Brasil. Essa posição é a de uma instância hierarquicamente inferior no sistema de justiça criminal. Não existe lugar no mundo ocidental em que isso aconteça, de você ter o tal do inquérito policial. Quer dizer, 25 anos depois da pesquisa, uma nova Constituição, e o inquérito policial está aí, as pessoas ficam reclamando do inquérito, mas ele continua aí. Para alguma coisa deve servir, não é? A gente bem sabe o poder do delegado na nossa sociedade, o que ele representa em termos políticos e várias outras articulações que se fazem, em torno dos delegados, na Polícia Civil. Por outro lado, é também essa articulação que coloca uma dicotomia que não existe em outros países, que é essa dicotomia de uma polícia que não tem poder de chegar ao Judiciário e uma polícia que tem o exclusivo poder de levar o caso para o Judiciário. Quer dizer, a PM não pode levar para o Judiciário suas questões imediatas, ela tem que passar pela Polícia Civil ou precisa ter uma relação com o promotor, como é o caso aqui do Rio de Janeiro, que tem uma central de promotores com policiais civis, mas também policiais militares, trabalhando para o Ministério Público. Mas tudo isso é feito com o jeitinho brasileiro, que, no caso, tenta imitar um pouco o desenho dos EUA, onde o Ministério Público tem uma polícia que vai investigar. Ou da Argentina... Tem que ter uma polícia. Mas, na verdade, não é bem isso que está na nossa legislação.

Então, a característica da etnografia e a característica de olhar a polícia como uma parte do Sistema Judiciário marcaram, de certa maneira, a minha presença nesse campo. De alguma forma isso me opôs, muitas vezes, a sociólogos e cientistas políticos do

1 LIMA, Roberto Kant de. **Da inquirição ao júri, do trial by jury à plea bargaining:** modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada (Brasil/Estados Unidos). 1995. 110f. Tese. (Titular). Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

campo, porque eles têm uma perspectiva normativa, de como deve ser, ou de como é em outros sistemas de justiça criminal – sobre alguns deles até existem etnografias –, mas meu ponto de vista é o das instituições estudadas, como antropólogo que sou. Quer dizer, procurei saber o que a polícia pensa do sistema de justiça criminal; o que o sistema de justiça criminal pensa da polícia, no Brasil e nos EUA.

Em segundo lugar, o que acho grave, do ponto de vista sociológico, é que muitas vezes trata-se isso naturalizando a representação que o sistema de justiça criminal faz dele mesmo. Quer dizer que a justiça criminal é uma coisa e a segurança pública é outra. Também é uma coisa muito interessante, no Brasil, essa ideia que você não diz que é um sistema de justiça criminal. Você diz que a segurança pública é do Executivo e a justiça criminal é do Judiciário. Ora, isso também é uma coisa muito estranha porque, em qualquer lugar, pela própria denominação que se dá às instituições, falar de sistema judicial e da segurança pública inclui, necessariamente, as prisões. Nos EUA, quando você fala em *criminal justice system* você começa na polícia e termina lá na liberdade condicional.

Assim, geralmente, todas essas instituições estão pensadas, orientadas por um mesmo princípio sistêmico e precisam estar dessa forma articuladas, embora aqui não estejam, evidentemente. Mas, aqui, essa desarticulação é considerada normal, porque a justiça é uma coisa, mas o poder judiciário são os juízes, a magistratura, mais os promotores e os advogados, reunidos, todos, em corporações distintas que frequentemente se opõem e competem por privilégios e posições de poder. E ninguém quer ser avaliado, haja vista a dificuldade e a polêmica que foi a criação e é a atuação do Conselho Nacional de Justiça, que era acusado de exercer o controle "externo" do Judiciário, porque incluía representantes do Ministério Público e da OAB! E o Executivo é outro poder. Recentemente saiu no jornal *O Globo* que a Assembleia Legislativa aprovou, aqui no Rio de Janeiro, a obrigação de todos os funcionários estaduais deixarem suas declarações de renda e de patrimônio na Assembleia, mas o governador vetou a lei dizendo que isso é uma interferência nos três poderes. Entendeu? Porque o Judiciário é o Judiciário, e o Executivo é o Executivo. A Assembleia Legislativa é a Assembleia Legislativa e ela não tem nada que ver com a declaração de renda dos juízes e nem do Executivo. Ou seja, essa suposta separação de poderes cria uma falta de transparência com relação a eles mesmos e ao público em geral. Se eu não posso mostrar para a Assembleia Legislativa, então eu não vou mostrar para ninguém mais...

Nunca me esqueço de ter encontrado, nessa pesquisa, policiais, juízes e promotores que diziam que não mostravam o contracheque deles para ninguém. Mas o meu contracheque, ao contrário, está aqui, sou funcionário público, pô! Quem quiser olhar devia poder entrar na Internet e ver quanto o cara ganha e porque ele ganha. Aí me respondiam: "Não! Meu contracheque é sigiloso, é um direito constitucional que tenho em não mostrar". Como assim? [risos]. Isso representa uma particularização de um recurso público. Porque o dinheiro que eles ganham somos nós que pagamos, como é que não posso saber quanto eles ganham e porque eles ganham? Quer dizer, é uma coisa muito inquisitorial, muito sigilosa. Ele tem o poder, então ele sabe que o que ele sabe não interessa para ninguém porque só interessa a ele, que é "autoridade".

Então, é uma etnografia com todas as implicações que isso tem, que são implicações inclusive morais, sérias e que, às vezes, me separam de certos movimentos de direitos humanos, que são também normativos, maniqueístas, doutrinários, a respeito de certas coisas... Às vezes me sinto como aquele antropólogo que fez uma etnografia dos racistas da África do Sul, com os quais certamente não tinha nenhuma empatia, mas foi estudar os segregacionistas da África do Sul para saber porque eles são segregacionistas, porque eles acham aquelas coisas todas sobre os brancos e os não brancos. Para isso aí não preciso acreditar neles nem gostar deles. Mas isso pode levar a entender o que provocou todo esse regime. A mesma coisa comigo: não sou da polícia, nunca tive nenhuma empatia com a instituição policial, mas quero entender porque a polícia faz o que faz. E acho que entendi...

Como a pesquisa abrangeu os acusados/condenados também, falei com muitas pessoas. Os caras estavam sendo julgados, os réus, os acusados, alguns condenados em liberdade condicional, outros ainda sendo processados. Conversava com eles também. Então, obtive uma visão do sistema bastante ampla, desde os réus até a polícia, passando por todo esse sistema. Naturalmente, muitas vezes me identificava mais com o sujeito que estava sendo processado e com o advogado dele do que com um policial que o torturou e prendeu.

Você acha que essa coisa da etnografia, a recepção que isso teve dentro da comunidade, foi uma recepção que tomou partido da polícia?

Não acho, porque tenho uma história. Recentemente, aqui no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, o Departamento de Antropologia, estimulado pela direção do ICHF, propôs um curso de graduação em segurança pública e social, e deu uma confusão e foi isso que apareceu, porque disseram que era um curso para a polícia, e eu virei o diabo nesse negócio todo. Mas acredito que na antropologia todo mundo entende isso perfeitamente, que não sou lá da polícia. São os embates que eu digo... Não acho, por exemplo, que deva existir uma comunidade específica que estude segurança pública. Sou um antropólogo e minha tribo são os antropólogos. Fui presidente da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia durante oito anos e fui vice-presidente da ABA. É na ABA que tenho as minhas referências éticas e profissionais, e lá ninguém achou nada disso de mim, nunca. Tenho posições muito claras, sempre. A favor do que acho que deve ser e contra o que acho que não deve ser. Isso não me impede de entender, porque acho que isso é uma coisa dos antropólogos, o ponto de vista dos entrevistados. O que é uma coisa muito importante. Porque você está falando sobre políticas públicas, e isso é um ponto absolutamente crítico e, por isso, estou enfatizando a relevância do método etnográfico. Isso não é só com a polícia, emas sim em qualquer processo de mudança social. Alguns sociólogos ou se esqueceram disso, ou não aprenderam isso. Porque os sociólogos, pelo menos entre aqueles de tradição americana, estão carecas de saber disso, que mudança social não se faz sobre o vazio. Você atua sobre um sistema de valores e aqueles que acreditam naquele sistema de crenças precisam aderir, e as pessoas precisam trocar de sistema de valores para poder aderir. Isso

aconteceu com a sociologia rural dos EUA, com a transformação do campo, com a mecanização, com a transformação das formas de organização da produção. E aqui no Brasil, houve uma polêmica enorme na década de 1970 acerca das formas como as sociedades, na época, denominadas de "camponesas" estavam sendo submetidas a isso que hoje se chama de agroindústria. Essa tensão existe até hoje, entre o que se convencionou a chamar de "agricultura familiar", que tem um Ministério, e a agroindústria, que tem outro!!!! Na época, queriam que os ditos "camponeses" e os pescadores se transformassem em pequenos produtores e empresários da pesca. Quer dizer, no caso dos pescadores chamados de artesanais, os "pescadores de beira de praia", ainda era bem pior, porque eles têm outra lógica econômica, uma lógica de caçadores e não uma lógica de agricultores, muito menos de operários da indústria.[2] Essas lógicas, ou racionalidades econômicas, sobre as quais Bourdieu e Godelier escreveram e os antropólogos todos seguiram escrevendo sobre isso, funcionam também no caso da polícia. Prova disso é esse artigo publicado por nós na coletânea da Anpocs, sobre o Programa Delegacia Legal, não é?[3] Quer dizer, como é que as transformações tecnológicas operadas na vida das delegacias não tiveram o efeito desejado, embora essa política pública esperasse que elas avançassem? Por quê? Porque os valores que estão internalizados nessas pessoas que lidam com essas máquinas ainda são valores que consideram que o conhecimento válido é aquele sigiloso, que está sob controle do seu proprietário, que o apropriou particularizadamente!!! Então, essas máquinas são apenas uma forma de controle externo, espúrio, portanto. Além do mais, no que diz respeito às ações da polícia judiciária, efetuando procedimentos nos autos do inquérito, essas ações são obrigatórias, o que implica dizer que não há opções para os agentes. E, como não há opções, não há possibilidade de responsabilização dos sujeitos, somente de culpabilização, se o sujeito erra ou se omite. Essa técnica aponta para um controle que se situa externamente às pessoas e que, portanto, inspira-lhes medo e desconfiança. Isso é tão absurdo que até programas internacionais traduziram *accountability*, que é uma forma de responsabilização dos agentes que optaram por agir de determinada maneira, por controle externo da polícia, o que é um paradoxo que beira o absurdo!!!

Esse trabalho sobre a Delegacia Legal foi o resultado de uma pesquisa realizada por meio de um edital da Faperj, bancado pela Secretaria de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, envolvendo muitas pessoas delegacias. Teve muita gente fazendo e se você ler aquilo, vai dizer que a delegacia continua a mesma coisa, só que colocaram um computador ali dentro, entendeu? O que mudou foi isso, o computador. Aí, tem que armar o computador. Tem que armar a descrição do bandido, tem que armar tudo o que antes se armava com a máquina de escrever. Agora tem que fazer aquilo

2 LIMA, Roberto Kant de.; PEREIRA, Luciana F. **Pescadores de Itaipu.** Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro. Niterói, EdUFF, 1997.

3 KANT DE LIMA, Roberto; PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía. Constituição e segurança pública: exercício de direitos, construção de verdade e a administração de conflitos. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (Orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed.; ANPOCS, 2008, p. 152-190.

naquele sisteminha, e aí diz que a culpa é do sistema, o sistema não funcionou, não aceita. E a mulher diz: "Quem me assaltou foi um cara branco, de olhos azuis e bem vestido." E o policial responde: "Humm! Negro de sandálias." "Não, era um cara branco!" Mas ele não quer cadastrar a informação sobre o cara de olhos azuis, porque ou o cara está articulado com ele, ou ele quer alguma coisa, ou vai tirar dinheiro do cara, ou simplesmente porque ele não quer que apareça nenhuma novidade na área para ele ter que investigar. Quer dizer, ele tem lá um interesse particular e não vai deixar a informação fluir como era de se esperar. Cansei de dizer isso, que delegacia não deixava de ser um cartório porque tinha um computador. Porque enquanto tiver inquérito policial, aquilo é um cartório. Aquilo é um cartório com computador, sem processo, sem livro, virtual, mas é um cartório. Está escrito no código de processo penal que aquilo é um cartório e que produz autos de um inquérito policial. Não entendiam isso os administradores, os cientistas políticos...

Estou falando isso porque várias vezes houve essas confusões com administradores, com cientistas políticos e com sociólogos e tal, por causa da etnografia. Porque as pessoas acham que vão fazer uma regra. Lembro-me de um amigo, muito querido, lá do Iuperj, que dizia que isso é um problema de autoridade, de vontade política, o administrador chega lá e manda fazer e eles têm que fazer. Mas eu dizia, para esse meu amigo, que numa delegacia ninguém manda, não existe quem mande. No Rio de Janeiro ninguém manda nos delegados. Cada um manda no seu pedaço. Não se mete no pedaço do outro porque, se se meter, dá conflito sério. Então, cada um na sua. É como uma cascata, o secretário de Segurança não manda em ninguém, o chefe de polícia não manda em ninguém, os delegados não mandam em ninguém. Todos negociam tudo para o sistema ir funcionando de uma maneira mais ou menos satisfatória, equilibrada, servindo sempre aos interesses particulares, desde que não causem muita celeuma na Polícia Civil.

A Polícia Militar é a mesma coisa, mas, como é militar, parece mais vulnerável. A Polícia Civil é menos vulnerável por causa da sua categoria judiciária, das garantias que os funcionários dessa polícia judiciária têm e que os policiais militares não têm. Então, acho que isso marcou de certa maneira minha intervenção. Acho que marca até hoje e marcou também a produção que foi feita aqui no PPGA/UFF, no NUFEP/UFF, que é toda de caráter etnográfico. Hoje há mais de 30 pessoas trabalhando e todas têm essa marca; fazemos etnografias, trabalho de campo. Aí, vou dizer outra coisa antes que você pergunte. É o seguinte: acho que essa metodologia é necessária para todo o campo; para o campo do direito e não só para o da polícia. Isso no direito é a mesma coisa. Se você for falar com o desembargador, com o juiz, com o promotor, é a mesma coisa, eles dizem uma coisa e você vai olhar é outra coisa. Entendeu? Então, no Brasil, essa área toda, que eu diria da cultura jurídica ou da cultura judiciária, como queira o nome da categoria, está permeada com uma falta de reflexividade dos operadores sobre a sua própria atividade. Não é que eles não queiram dizer, não é que eles estejam enganando você, mas é que se acostumaram a falar uma coisa e a fazer outra. Escreve uma coisa na lei, no regulamento, e faz outra. Isso aí é uma coisa naturalizada, não lhes causa espécie. Você vai lá no código de processo civil, vê como deveria funcionar. Aí, você entra com a petição e ela chega lá no

cartório. A pilha está desse tamanho, e a sua vai entrar debaixo dessa pilha. Mas não é bem assim. O Judiciário está informatizado, você entra lá naquele terminal, puxa o processo e ele diz que está lá, que está na pilha do cara. Mas a pilha é do cara. Ninguém mete a mão naquela pilha porque ali é a fonte de renda dele. Então, bota processo em cima da pilha e tira de cima da pilha, para adiantar, ou para atrasar; e quando ele sai, tranca no armário e mete o cadeado. Se ele ficar doente, a mãe ficar doente ou não sei o quê, só depois que ele voltar que vai dar andamento. A não ser que ele morra, aí vai ter que arrombar o cadeado. Ali ninguém mexe: "Ah! Fulano está de licença, o senhor tem que voltar outro dia." Fala para o advogado. E ele acha isso natural. Ele não gosta disso, mas acha que é natural. E o ritmo dos processos vai depender das idiossincrasias do cartório, de seus funcionários e das relações entre eles com o juiz e com os interessados, para adiantar, ou para atrasar. E quando alguém fala em reformas, fala em reformar os códigos de processo, para evitar recursos, ninguém fala de intervir nas práticas cartoriais. Por que será?

Então, isso só vai aparecer nas etnografias. Esse livro da Bárbara Lupetti, sobre a oralidade nos tribunais, é a dissertação de mestrado de uma advogada que fez uma etnografia. Agora vai sair a etnografia de Regina Lúcia Teixeira Mendes, que é sua tese de doutorado, sobre o livre convencimento motivado do juiz; a tese de doutorado do Marco Aurélio sobre a presunção da inocência; o livro do Luiz Figueira, sua tese de doutorado, já publicada, sobre o que o Ministério Público, os advogados e o juiz acham que é prova! É Fantástico![4] Entretanto, embora aos cientistas sociais seja estranho que possa haver tantos paradoxos, aos operadores tudo parece normal. Isso é muito devido à forma discursiva de constituição do campo, do saber jurídico brasileiro em cima de uma ideia medieval da *disputatio*, da chamada lógica do contraditório. Essa é uma ideia que afirma a possibilidade de você ter várias teses absolutamente opostas e sem nenhum comprometimento com nenhum fato consensual, e que então, alguém com autoridade, sempre um terceiro, vai resolver quem é o que ganha, e o que perde. Então, não há comprometimento fático, nem ético, com o meu discurso. O meu discurso é para ganhar.

É instrumental, não é?

Absolutamente instrumental. E a minha ética é defender o meu cliente da melhor maneira possível. Aí, pegou o cara lá, está aí no jornal, não sei se você viu, o advogado dizendo para o acusado que, na hora em que assinasse para fazer a perícia grafotécnica, colocasse uma bolinha em cima do "i" da assinatura. O advogado, aconselhando um cliente na hora que fosse conferir a assinatura: "Faça uma assinatura diferente, com

4 BAPTISTA, Barbara Gomes Lupetti. **Os rituais judiciários e o princípio da oralidade**: construção da verdade no processo civil brasileiro. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008. 335 p.; MENDES, Regina Lúcia Teixeira. **Do princípio do livre convencimento motivado**: doutrina, legislação e interpretação de juízes. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011 (no prelo); FERREIRA, Marco Aurélio Goçalves. A presunção da inocência e a prova no direito processual penal: contrastes e confrontos. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, no prelo; FIGUEIRA, Luiz Eduardo. **O ritual judiciário do tribunal do júri**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editora, 2008. 264 p.

uma bolinha em cima, para o perito não poder comparar." Gravaram num microfone de longa distância e colocaram isso no jornal, na primeira página do jornal. Não aconteceu nada com ele, porque ele estava instrumentalmente defendendo o cliente da melhor maneira possível, porque senão feriria a ética dos advogados. Então, tem que entender isso, porque senão o sistema fica completamente incompreensível. A olhos exteriores, parece que são todos corruptos. Mas não! Porque o sistema judiciário e o sistema de crenças que compõem o saber jurídico, a própria construção da verdade, do conhecimento, estão vinculados a um sistema lógico – o sistema do contraditório – que é estranho ao sistema da ciência, e muito mais estranho ao sistema de uma política pública, formada democraticamente em termos de consensos sucessivos.

Quando imaginou fazer a pesquisa desse jeito, fazer a etnografia, havia um debate com outras pessoas?

Não. Nada. Tive um incidente muito desagradável em Harvard. Havia uma professora que não era a minha orientadora, mas ela estava na minha banca e era considerada a especialista em antropologia jurídica. Quando entreguei minha tese, ela olhou a bibliografia e disse: "Mas o senhor não colocou a bibliografia sobre a polícia!". Falei que havia colocado a bibliografia que eu encontrei. Ela então me disse uma coisa que em inglês é uma ofensa, ela disse: "Mas isso daí eu duvido". Ela telefonou para a secretária e disse para ela consultar na biblioteca para verificar, e mandou eu voltar em uma semana.

Ela achou que você não pesquisou a bibliografia brasileira?

É. Brasileira e latino-americana. Depois, ela veio se desculpar, porque realmente não havia bibliografia sobre isso e, a que existia, coloquei. Ela disse: "acho isso uma loucura, como é que pode na América Latina as pessoas não estudarem esse assunto! Pode isso? Para mim, na América Latina me parecia uma coisa inconcebível. Você me desculpe!" E aí assinou o papel aprovando a tese, porque lá não tem defesa de tese. Você apresenta a tese a três pessoas e discute com elas. Com meu orientador discuti dois meses, com o outro discuti um mês. A defesa da tese demora uns três, quatro meses. Até porque as teses são consensuais. Você tem que chegar a um consenso, o texto é consensual. O orientador vai falando, "isso aqui eu não entendi", e ou você explica mais ou você tira. É absolutamente consensualizada a forma de produzir o conhecimento nesse Departamento de Harvard. O negócio é o fato, a evidência, a prova. Tudo tem que concordar. Não concordando, não valeu.

Problemático isso...

Médio... Porque fica um texto consensual. O professor dizia: "Essa tese não é minha nem sua, a tese é do Departamento de Antropologia de Harvard. Então, essa tese tem que ser de acordo com aquilo que achamos, eu e meus colegas e você, e vamos chegar a um consenso." Imagina, acostumado a defender tese aqui no Brasil, muitas vezes no sistema do contraditório, isso era uma coisa completamente incrível, um aprendizado nesse modelo chamado adversário de construir o conhecimento por consensos sucessivos...

Depois que fez isso, ela assinou, o que me interessava. Fui embora, mas com os outros dois eu penei para chegar a um texto consensual. A bibliografia registrou quem eu encontrei. Por exemplo, tinha o Paixão, o Paulo Sérgio Pinheiro.

O Edmundo?
Exatamente.

Tinha alguma coisa sendo produzida sobre prisões, o Sérgio Adorno...
O negócio das prisões de Sérgio Adorno não entrou porque eu não estava falando de prisão, como eu disse, não falei sobre prisão, nem mesmo muito detidamente sobre o Judiciário. Dos contemporâneos, que me lembre, foram Paixão, Paulo Sérgio Pinheiro e Edmundo. Mas havia outros, também: Joaquim Falcão, Helio Bicudo, Heloisa Fernandes, Thomas Flory, Luciano Oliveira, Ruben Oliven, Boaventura de Souza Santos, Stuart B. Schwartz, Gilberto Velho, Augusto Thompson... E mais as referências estritamente jurídicas, é claro.

Mesmo em Harvard não havia?
Não. E lá tem tudo. E fiz uma confusão no início, eu que estava estudando inicialmente o tribunal do júri. Em Harvard há uma biblioteca sobre direito brasileiro, na Law School, que é enorme. Eu estava estudando nessa biblioteca e aí, vim para o Brasil fazer a etnografia. E imaginei, se Harvard tem, no Brasil tem, não preciso levar os livros. Mas aqui não se encontravam os livros! Não tinha em lugar nenhum. Os livros que eu estava lendo em Harvard só se encontravam nas bibliotecas particulares das pessoas.

Que eram...?
Sobre o direito, sobre o júri.

Literatura jurídica?
Sim. Mas não havia, não estava disponível nas bibliotecas públicas. Aí, eu tinha que pedir emprestado; tenho até hoje cópias lá em casa de livros esgotados, que não existem até hoje disponíveis e que lá estavam. E lá havia todas as revistas, do mundo inteiro. Uma coisa impensável, só vendo! Difícil de acreditar, né? Tem do mundo inteiro, Europa Oriental, Ásia...

Em seguida aconteceu que defendi a tese em 1986 e só consegui apresentar alguma discussão da tese em 1996, na ABA, num grupo de trabalho chamado *O Ofício da Justiça*, que foi proposto pelo professor Luiz de Castro Faria. Acho que havia uns quatro ou cinco pesquisadores, Lana Lage, Mello, eu, Castro e alguns estudantes de graduação e pós-graduação. Lá em Salvador, numa sala de auditório, vazia, vazia... Então, na época não tinha ninguém interessado nisso, além de nós, do PPGA/UFF. Isso em 1996.

De 1986 a 1996 você não tinha interlocutor.
Eu ia à Anpocs desde 1981, mas, naquela época, a Anpocs estava dominada, con-

trolada, possuída, vamos dizer assim, por uma coisa muito complicada que era uma divisão interna num grupo chamado "Direito e Sociedade", entre os juristas e os sociólogos. Os juristas falavam uma coisa e os sociólogos falavam outra. Como eu era formado em Direito e era antropólogo, isso dava uma confusão danada. Porque o cara falava que isso era Direito e eu dizia que não era. Então, eu ficava numa roda-viva muito desgastante, ou seja, a discussão não evoluía. Por exemplo, esse grupo que a gente tem atualmente lá na pós-graduação em direito da Gama Filho, coordenado pela professora Maria Stella Amorim, a gente nota que ele vai andando. Às vezes têm umas coisas a menos, umas coisas a mais, mas a gente vai apresentando novas perspectivas para o direito, que se refletem, também, nas ciências sociais, especialmente no Nufep/UFF e no PPGA/UFF. Mas aquele grupo não andava. Aquele grupo ficava estacionado numa espécie de surdez recíproca. Todo mundo falava, mas ninguém ouvia. Mas todos saíam felizes com o certificado lá da Anpocs, pois haviam estado no grupo apresentando trabalhos. Que eu me lembre, daquele tempo, com quem eu conversei academicamente com proveito foi com o Joaquim Falcão, que me convidou para um seminário em que apresentei meu primeiro artigo sobre o assunto, "Por uma antropologia do direito, no Brasil".[5] E também Christian Caubet, um professor lá de Santa Catarina, da pós-graduação em direito. Ele é um estrangeiro que fez, ou faz, parte do Tribunal da Água. Ele me levou lá para Santa Catarina onde dei um curso de doutorado de direito, em 1988, acho. Alguma coisa assim.

No Departamento de direito?

Foi no programa de pós-graduação, no doutorado, em direito em Santa Catarina. Mas lá também fiz seminários na graduação. Ele gostava muito do meu trabalho, porque ele era estrangeiro e entendia perfeitamente o valor e a necessidade da etnografia num sistema desses. Depois ele saiu de lá. Mas foi quem me acolheu, acolheu o meu trabalho.

Depois disso fui me convencendo aos poucos de que era necessário fazer um programa de pós-graduação. Aí, em 1994, fundamos aqui esse programa, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

Quando você instituiu a disciplina de graduação relativa a esse curso?

Foi depois que voltei do doutorado.

Depois de 1994?

Não, de 1986, na graduação de ciências sociais. Aí, eu tinha a disciplina e dei continuidade à minha carreira de pesquisador de produtividade do CNPq. E comecei a ter alunos bolsistas, inicialmente de iniciação científica, depois de aperfeiçoamento, na época. A Ana Paula Miranda, o Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, a Glaucia Mouzinho, a Rosane Carreteiro... Alguns são hoje professores da UFF e do PPGA. Eles

5 LIMA, Roberto Kant de. Por uma antropologia do direito no Brasil. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda. **Pesquisa científica e Direito.** Recife: Editora Massangana, 1983, p. 90-116.

eram alunos de graduação nessa época de oitenta e poucos, já se reuniam em torno dessa discussão. Só depois, em 1994, é que a disciplina foi para a pós-graduação.

O que você abordava em sua disciplina?

Isso aí é outra história, isso não é assim tão linear, como tudo na vida não é tão linear. Começa quando fiz mestrado no Museu Nacional, de 1974 a 1978. Minha pesquisa foi sobre os pescadores de beira de praia, em Itaipu, Niterói. Aconteceu o seguinte: o professor Roberto DaMatta, que era o coordenador do PPGAS/MN, convidou o professor Robert Shirley, que era um doutor em antropologia por Stanford e que trabalhava na Universidade de Toronto, para ser professor visitante do PPGAS/MN. Ele era especialista em antropologia do direito, mas escreveu uma tese sobre Cunha, chamada "O fim de uma tradição". Depois do PPGAS/MN, ele trabalhou no PPGAS/UFRGS e também em São Paulo, no Direito da USP, com Dalmo Dallari, onde ele deu um curso lá na USP e publicou um livro, *Antropologia jurídica*.[6]

Enfim, Roberto DaMatta convidou o Robert Shirley para dar um curso no Museu Nacional de Antropologia do Direito, isso em 1975. Mas ninguém se matriculou no curso e o Shirley já tinha sido contratado. Então, o Roberto DaMatta, que era meu orientador, me chamou e disse: "Olha Kant, há um problema, porque eu convidei um professor que é muito interessante e inovador e ninguém se matriculou. Então, você vai ter que se matricular no curso".

Porque você já tinha estudado...

É. Porque eu era formado em direito. Mas respondi: "Eu resolvi ser antropólogo e não quero mais saber de direito na minha vida. Há outros colegas que também são formados em direito!" Mas o DaMatta respondeu: "Eu sinto muito Kant, mas você vai se matricular!"

Então, fui o único aluno do Shirley, era tipo uma aula particular. Depois, a gente vinha aqui para Niterói, para Itaipu, comer peixe, tomar caipirinha, cerveja, meu colega Marco Antonio Mello também estava sempre junto. O Shirley adquiriu, para dar o curso, uma bibliografia especializada em antropologia jurídica para o Museu Nacional. Inclusive, recentemente, andei catando desesperadamente essa lista, porque ele faleceu e ninguém parece ter guardado o original. A cópia que tenho é incompleta e está apagada, naquele tempo não se xerocava, era cópia de mimeógrafo. Mas foi nessa época que fiquei sabendo que existia uma coisa chamada antropologia do direito. Até então eu nunca havia ouvido falar naquilo. Então, isso ficou lá guardadinho na minha cabeça.

Quando terminei a tese de doutorado e voltei para a UFF, acrescentei na ementa do departamento uma matéria de antropologia do direito, que fiz à imagem e semelhança, é claro que com adaptações, do que eu tinha aprendido com o Shirley, mais a bibliografia atualizada que tinha disponível. Mas havia muito pouco em português, basicamente textos de Margarida Maria Moura, Lygia Sygaud...

---

6 SHIRLEY, Robert Weaver. **Antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1987. 99 p.

Mas o que era importante para os alunos naquela época não era a disciplina de graduação, era a bolsa do CNPq, que se vinculava ao projeto de pesquisa chamado "Religião, Direito, Sociedade em uma Perspectiva Comparada". E nós então derivamos para estudar essa questão da inquisitorialidade, que era o que mais me interessava. E fomos derivando para o estudo das leis que sustentavam essa característica dos processos de produção da verdade, com a ajuda de amigos juristas, como o Augusto Thompson, a Rosa Cardoso... Nessa época, em 1987, o Paixão, que era membro da comissão editorial da RBCS, me convidou para publicar um artigo. Mandei o artigo e ele foi desqualificado por um advogado que era um consultor da revista. Ele dizia que o meu artigo faltava com a verdade, mentia, que não era nada daquilo que a minha etnografia descrevia, porque na Constituição dizia isso e no Código de Processo Penal dizia aquilo, e o meu artigo dizia outra coisa!!! Coisas do tipo: que a Polícia Civil não faz ronda, vigilância, a Polícia Civil, e de acordo com a Constituição, trata do inquérito policial, e quem faz ronda é a PM. Então, esse artigo só foi publicado em 1989, porque a editoria da RBCS mudou para o Rio. Mandou me chamar e disse: "professor, mas esse seu artigo, como é que fica?". E eu respondi: "Fica. Eu já escrevi o que é, eu já respondi o que o consultor criticou. Isso daí é uma maluquice". Na minha resposta critiquei, inclusive, a RBCS, como uma *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vai perguntar para um jurista o que ele acha do que um etnógrafo fez? Quais são os critérios científicos disso? O que um jurista tem a ver e que poder ele tem para desqualificar o trabalho sociológico dessa maneira? Ele dizia: "falta com a verdade". O interessante é que, no final, ele dizia que podia publicar! Ele se expressava assim, referindo-se à verdade e à mentira, como se estivéssemos num sistema de contraditório! Tenho o parecer até hoje. Então a editora da RBCS disse que ia publicar porque era uma coisa polêmica, era bom publicar logo de uma vez. Então, publicou, embora pedissem para alterar o título, que falava de "ética policial" e pediram para substituir, coloquei "práticas policiais".[7] E começou a aparecer a grande dificuldade desse diálogo entre o campo do direito e a etnografia das ciências sociais, a relação entre o sistema normativo e a empiria, e a falta de reflexividade dos operadores e os efeitos da normatividade nos cientistas sociais...

Quer dizer, até isso foi difícil, o primeiro artigo, e foi o Paixão que tinha convidado, porque ele era meu amigo. Eu tinha uma discussão complicada com ele porque ele tinha o modelo e a literatura etnográfica da polícia dos EUA na cabeça, e eu dizia para ele que a inquisitorialidade da polícia brasileira não era a da polícia dos EUA. Porque a polícia dos EUA, para ser efetiva, não pode ser inquisitorial, ela é obrigada a ser adversária, a lidar com a empiria, a produzir evidências e fatos! Aqui, como ela estava ligada a este sistema jurídico/judiciário, que não produz fatos, mas meros indícios, opiniões, ela era inquisitorial e contaminava a PM também. Comecei a estudar, junto com aqueles meus alunos

7 LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Ensaios de Antropologia e de Direito**. Acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2008, p. 39-88.

de graduação, essas questões da inquisitorialidade. Naquele tempo, como até hoje, o que articulava a pesquisa era isso: religião, direito e sociedade em uma perspectiva comparada.

E para tornar essa perspectiva comparativa mais consistente empiricamente, passei seis meses nos EUA, com uma bolsa de pós-doutorado da Fulbrigth, para estudar práticas policiais, sediado na University of Alabama, em Birmingham, onde eles tinham um curso de graduação em *criminal justice* e pude fazer um estágio na departamento de drogas (*Vice*) da polícia da cidade e em San Francisco, Califórnia, onde fiz um estágio com a Defensoria Pública da cidade.[8]

Essa era a pesquisa que você tinha?

Isso, com financiamento do CNPq. O apoio do CNPq é responsável, certamente, pela institucionalização da nossa pesquisa. Somente depois de 1994, com a criação do PPGACP/UFF – hoje separados em PPGA/UFF e PPGCP/UFF – foi que começou esse interesse pela polícia. Foram Jorge da Silva e Ronaldo Granja, dois coronéis aposentados da PM, que vieram fazer o mestrado em ciência política – ciência política, note bem!!! – e fizeram um curso comigo sobre essa questão da inquisitorialidade, da burocracia. Leram o meu livro sobre a polícia e, em 1995, comecei a ser convidado para falar sobre temas de polícia. Fui falar disso dez anos depois de ter feito a tese. Mesmo porque somente em 1994 foi publicado meu livro, inicialmente pela Polícia Militar e depois, em 1995, pela Editora Forense.[9] A publicação pela Polícia Militar se deu quando o coronel Nazareth Cerqueira era o comandante da PM e secretário da PMERJ, naquela época do Brizola. Ele fez a apresentação. Na Forense, foi o Augusto Thompson que indicou para publicação e prefaciou...

Então, realmente há um diálogo entre a política pública de segurança e o que acontece na Academia?

No meu caso, sim. Certamente. Mas decorre daí que estou pouco preocupado em discutir a política pública de segurança. A política pública de segurança do Estado do Rio de Janeiro não tem tido nada a ver com isso que estamos falando. É a política pública do "pau puro", até, pelo menos, chegar essa história de o Rio virar *commodity*, cidade internacional mercantilizada para grandes eventos e começarem a ser criadas as UPPs, que, aliás, são também uma polícia "especial", para lugares "especiais"... Não é bem isso que as pessoas dali querem! Essa convivência, no entanto, foi muito interessante; tanto que já lançamos três livros, com as monografias dos alunos do curso de especialização. Vamos lançar quatro volumes. Cinco, na verdade, mas quatro já estão listados, que foram financiados pelo Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Ja-

8 LIMA, Roberto Kant de. Bureaucratic rationality in Brazil and in the United States: criminal justice systems in comparative perspective. In: HESS, David; DA MATTA, Roberto (Eds.). **The brazilian puzzle**. Culture on the borderlands of the western world. New York: Columbia University Press, 1995, p. 241-269

9 LIMA, Roberto Kant de. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

neiro, O ISP, o mesmo que financiava o curso. Quando fiz o primeiro lançamento, convidei todos os coordenadores desses seis cursos de especialização aqui no Rio, que hoje pertencem à Renaesp, mas só apareceram Luiz Alfredo Salomão do Iuperj e a Bárbara Soares da Ucam. Mas também apareceu o coronel Mário Sérgio, atual comandante da PMERJ, na época diretor-presidente do ISP, que lá havia substituído a Ana Paula Miranda. Ele assistiu ao seminário que os alunos-autores fizeram e, porque tinha sido aluno aqui, ele desculpou-se em público com a universidade porque tinha sido muito grosseiro na sua época de aluno aqui.

Eu não entendi...

Como presidente do ISP, ele, ex-aluno do curso, veio aqui assistir ao seminário, pois quem financiou isso foi o ISP.

Entendi.

Nessa ocasião, surpreendentemente, ele ficou pedindo desculpas à universidade e aos professores, porque ele tinha sido arrogante quando fez o curso aqui e na época ele achava que o curso não tinha sentido nenhum.

Você tinha uma disciplina lá de graduação. Você formou o primeiro grupo de pesquisadores e depois se institucionalizou uma disciplina de pós, também nessa área de antropologia do direito.

Isso. Uma se chama antropologia jurídica, outra é antropologia do direito, a outra disciplina da pós chama-se "Cultura, Direito e Política."

E como é que apareceu essa coisa do curso de especialização?

É como eu dizia, apareceu em 1994, com essa história do Jorge e do Ronaldo. O Ronaldo Granja, que era professor da Escola Superior Militar, me convidou para fazer uma palestra no Curso Superior de Polícia da ESPM/PMERJ, e isso finalmente se concretizou em 1997. Quando eles me convidaram, eu disse que daria a palestra se os alunos do Curso Superior de Polícia viessem à universidade, porque eu não daria aula lá no quartel da polícia. Aí, eles vieram. Desembarcou do ônibus um monte de policiais, e os alunos do ICHF vieram me chamar porque achavam que estavam invadindo a universidade. Mas eu disse: "Não, são todos alunos. Fui eu que convidei." Os alunos não acreditavam. Naquele tempo, eles achavam que eu era de esquerda, agora alguns não acham mais (risos).

Ao final, o comandante da ESPM/PMERJ, coronel Lenine, gostou da palestra e me convidou para organizar um curso de extensão, e me pediram para convidar os professores da UFF. Convidei os professores e vi quem estava interessado. Foram a Delma Pessanha, a Simone Guedes, o Marco Antonio Mello, o Ari Abreu, o Antonio Serra, o Renato Lessa. Então, em 1997 e 1998, tivemos dois cursos de 60 horas por semestre, que combinaram os temas de interesse da polícia e as nossas possibilidades. Em seguida, foi solicitado um curso de especialização, que fosse feito na universidade, para que os alunos pudessem obter o título de especialista, porque naquele tempo o Exército não deixava os cursos que a Polícia Militar ministrava nos quartéis deles titularem, os cursos deles só valiam na Polícia.

E era só policial militar?

Só policial militar, mas o curso tinha vagas para não policiais. Inclusive, vários bacharéis em ciências sociais se matricularam, alguns hoje são doutores em antropologia, como a Haydée Caruso, que está na UnB, o Edilson Marcio da Silva, que está no PPGA/UFF, a Luciane Patrício, que está na Senasp/MJ... Os policiais civis só entraram quando a Ana Paula Miranda estava no ISP e o Álvaro Lins como chefe da Polícia Civil, em 2004. Mas o curso começou em 2000 com a primeira turma com esse pessoal do Curso Superior de Polícia da PMERJ, majores e tenentes-coronéis. Inclusive, o coronel Mario Sérgio foi da primeira turma. Era um módulo do curso da PM e tinha a seguinte característica: todos os alunos da PM, todos os oficiais superiores de polícia, majores, tenentes-coronéis, todos tinham que fazer o curso para se qualificarem à promoção de posto para coronéis. Eles tinham que fazer o curso e passar nas matérias e as notas iam para o histórico do curso superior de polícia deles, e aqueles que quisessem fazer a monografia ganhariam o título de especialista da UFF. Ou seja, era um curso da UFF, não era um curso da polícia. Isso foi uma condição que coloquei: curso de especialização só se for da universidade e com os alunos à paisana e o comandante da ESPM, na época o coronel Santos, concordou. Não vamos dar curso encomendado pela polícia, e temos que controlar o curso, o colegiado. A polícia não controla o curso. Quem decide são os professores, como em qualquer curso da universidade. É claro que a Polícia tinha assento nas reuniões e era ouvida e, dentro do possível, suas reivindicações eram atendidas. Mas o cara está na universidade, então, tem um colegiado que decide, inclusive o regime disciplinar. Eles toparam e o curso ficou assim.

O curso foi financiado inicialmente pela Fundação Ford, por intermédio da Elizabeth Leeds, por dois anos, em 2000 e 2001. Depois, disse que iria acabar o financiamento, mas dava mais um ano se o Estado assumisse um ano de curso. Então, a Fundação Ford pagou 2002; aí, em 2003, o Estado do Rio de Janeiro, por meio do ISP, assumiu. De 2003 em diante o Estado sustentou isso, até 2006, quando, com a mudança de governo, o curso passou para Fundação Getúlio Vargas, e agora não tem mais nada aqui. Em 2003 entraram os capitães, em um módulo do curso de Aperfeiçoamento dos Oficiais da ESPM/PMERJ, no mesmo esquema do CSP; em 2004 entraram os delegados da Polícia Civil, porque foi criado pelo ISP o Curso Integrado Superior de Polícia, para juntar os delegados e os oficiais da PM. Então, foi esse o curso. Essas datas e estatísticas estão todas nos livros das monografias.[10]

---

10 MIRANDA, Ana Paula Mendes de; LIMA, Lana Lage da Gama (Org.). **Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal.** Niterói, RJ: EdUFF, 2008. 585 p. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 43. Série Justiça Criminal e Segurança pública, v.1).
PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucia (Org.). **Políticas públicas de segurança e práticas policiais no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 2009. 558 p. (Coleção Antropologia e Ciências Políticas, 45. Série Justiça Criminal e segurança pública, v.2).
MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MOTA, Fabio Reis (Org.). **Práticas punitivas, sistema prisional e justiça**. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. 547 p. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 47. Série Justiça Criminal E Segurança Pública; v.3).
GUEDES, Simoni Lahud; SILVA, Edílson Márcio Almeida da. (Org.). **Conflitos sociais no espaço urbano.** Niterói, RJ: EdUFF, 2011. (Coleção Antropologia e Ciência Política. Série Justiça Criminal e Segurança pública, v.4, no prelo).

O modelo da Renaesp tem uma proposta parecida de integração.

Mas esse curso era diferente. Esse curso difere da Renaesp porque era um curso obrigatório para promoção de oficias. Mais de 500 policiais fizeram esse curso obrigatoriamente. A minha opinião sobre este curso é a seguinte: primeira coisa – e isso está escrito também nessas introduções aos livros das monografias já mencionados –, não importou muito o conteúdo do curso, isso é o que menos importava, embora fosse de alta qualidade, ministrado quase todo por doutores com experiência de pesquisa na área. Quando começou a especialização, deixou de ser só o pessoal da UFF, veio o Michel Misse, a Jacqueline Muniz e outros, que ampliaram extraordinariamente o curso, inclusive o Jorge da Silva, o Santos, que eram da PMERJ, mas tinham titulação acadêmica.

Mas descobri logo essa lógica do contraditório, que os alunos ficavam fazendo com você. Você dizia que era assim e eles diziam que era assado, quer dizer, a conversa não andava. Não havia como discutir fatos, tudo era opinião! Então, comecei a falar da lei e aí mudou, eu estava na empiria da inquisitorialidade e fui para a lei, porque a lei eles não poderiam discutir. Olha, essa lei é toda cheia de privilégios, ela tem prisão especial, ela tem foros privilegiados, essa é uma sociedade de desiguais no processo penal, juridicamente desigual, uma sociedade do antigo regime. Aí, ficava todo mundo quieto. Iam dizer o que? Que a lei não era lei? Até hoje eles ficam olhando para mim com aquela cara, e falam: "Mas esse cara é comunista." Diferentemente dos alunos do ICHF, que me acham de direita, alguns deles acham que sou comunista (risos). Aliás, muitos deles achavam que o T.H. Marshall também era comunista, por causa daquele livro sobre cidadania. É divertido...

Por que mudei minha postura? Porque discutir a etnografia das práticas não andava, porque o contraditório não tem compromisso com a realidade. O desafio era fazê-los aprender a discutir, aprender a manter uma discussão que não fosse pelo sistema lógico do contraditório entre eles também. Quando entraram os delegados, aí é que o pau comeu, os delegados têm um nível de instrução, em geral, muito mais alto do que os policiais, porque os policiais que estudaram apenas na Academia de Polícia não conseguem aprender nada, a não ser a serem militares.[11] Por pior que os delegados tenham estudado, estudaram numa faculdade de direito e fizeram um concurso público para delegado. Então, o nível dos delegados, na média, fazia uma diferença muito grande. Mas não era essa a questão, porque eles, ao mesmo tempo, tinham internalizado muito mais o contraditório! Então, a questão era a metodologia da discussão, não o conteúdo da discussão: a aprendizagem do método científico, um método de construção de consenso sobre fatos, em que, primeiro, temos que saber os fatos. No contraditório, não sei quais são os fatos, vira tudo poeira. Então, é o que eles estão acostumados a fazer. Aqui, porém, eles tinham que aprender a discutir com os professores e entre eles, policiais militares e civis! Porque, antes desse curso, dito por eles mesmos, aqueles que queriam fazer algo de diferente não tinham com quem conversar na polícia. Depois desse curso, apareceram colegas, interlocutores,

11 SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua:** o dilema do "pato". Uma análise antropológica da instituição militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI. Niterói, RJ: EdUFF, 2011. No prelo.

quer dizer, o curso deu a essas pessoas uma linguagem, no sentido psicanalítico do termo. Deu a eles uma expressão linguística para se contrapor a uma outra expressão linguística dominante, que era essa da repressão que alguns achavam que não devia ser a única forma de exercer o papel policial. Estimo em 20%, no máximo 30%, os que acham que não tinham que "matar os bandidos" e manter a ordem na base do "pau puro", e que não tinham como expressar isso linguisticamente. No curso, aprenderam a expressar e começaram a falar. O cara começa a falar e diz uma coisa e o outro diz outra. Então, quando um cara vai comandar um batalhão lá, ele fala: "Aqui tem que fazer assim"; "porque é assim que eu quero que faça". Porque ele sempre achou que tinha que fazer dessa maneira, mas agora ele pode dizer o porquê ele acha que tem que ser assim para o comandante dele: "Olha, eu faço assim porque lá no curso, porque segundo o Michel Misse", "E está aqui a coisa da prevenção do crime, é caso para administração dos conflitos". Entendeu? Ele instrumentalizou linguisticamente, vamos dizer, anseios inexprimíveis por meio da linguagem da instituição, tanto da Polícia Civil quanto da Militar. Acho que esse é o mérito do curso. Não propriamente que eles tenham aprendido antropologia, sociologia, mas aprenderam uma linguagem que não é a que eles tinham. E alguns poucos, mesmo, seguiram carreira acadêmica, cursando mestrados e doutorados na área de ciências sociais...

Alguns defendem que nas academias de polícia existem muitos livros de sociologia da violência, mas que o foco teria que ser na gestão.

Sei. Sou contra isso. Isso é outra diferença grande.

O que entendo por essa fala é que há um hiato entre o que se pesquisa e o que se precisa aprender...

Esse é o discurso tradicional da polícia e por isso o curso obrigatório mudou-se da UFF para a Fundação Getúlio Vargas/RJ, porque lá se ensina gestão, e o camarada da FGV, o coordenador do curso, deu uma entrevista no jornal dizendo que, a partir de agora, a polícia vai aprender a gerir melhor os seus recursos. Ela vai gerir melhor os recursos, vai economizar por ano uns R$ 20 milhões e vai comprar mais armamento, mais veículos de combate. Ele não vai discutir o que a polícia faz. Vai prepará-la para fazer mais do mesmo, como diz o Jorge da Silva. A polícia vai fazer mais do mesmo, melhor e com mais equipamento e mais munição e mais fuzil! Mas craques na gestão...

Isso é outra coisa importantíssima que me esqueci de dizer: fiz questão de tratar esse curso com o melhor que tínhamos, porque a polícia tinha sido extremamente mal tratada na UERJ, por exemplo, quando o Nazareth Cerqueira iniciou um curso lá. Não deu certo porque eles não assistiam às aulas junto com os outros alunos, não participavam da universidade, eles ficaram numa sala separada e acharam aquilo uma coisa discriminatória. Eles tinham medo que aqui fosse assim. Mas não, aqui eles tinham aulas nas salas dos alunos dos cursos do ICHF e vinham à paisana, para que nem as insígnias dos postos, nem as armas fossem empecilhos à discussão e comunicação entre eles e entre eles e os professores e os demais alunos. Então, aqui era tudo academicamente do bom e do melhor. Vinham pessoas do Canadá, da França, de Portugal, e eles

podiam não estar entendendo muito daquilo, mas não podiam dizer que estavam sendo menosprezados na academia. Isso era uma coisa muito importante, porque muitos deles, embora graduados em outras instituições que não a Academia Militar, não foram a uma universidade pública. Então, a primeira experiência de universidade pública que eles tinham era essa e eles achavam aquilo... "Eu fiz um curso da UFF!" Não porque é a UFF, mas por ser uma universidade pública. Porque muitos desses militares são formados sempre em universidade particular e só conseguem fazer o curso à noite. Eu queria que a universidade pública não os tratasse de maneira desigual.

Quanto a essa questão da gestão, já escrevi um artigo sobre isso, publicado na revista do IBCCRIM.[12] Estamos tratando de um processo de mudança, e a polícia não quer mudar nada, não quer mudar os valores, resiste. Para mudar seus valores, como disse, a pessoa tem que aderir, e para a pessoa aderir tem que ser, entre aspas, convencida de que seus valores podem mudar, de que existe possibilidade de mudança. Isso demora. Não vai ser em um ano que se vai fazer uma coisa dessas. Isso teria que ser em um curso de quatro anos. Por isso, propus um curso de segurança pública e social como graduação e fui triturado por uma suposta esquerda aqui no ICHF da UFF. Porque o que se poderia chamar de direita ficou lá olhando. Por que aqui tem um curso de pós-graduação em defesa nacional e ninguém nunca falou nada, a suposta esquerda não falou nada? Esse curso tem convênio com a Escola Superior de Guerra, Escola de Guerra Naval e Escola Superior da Aeronáutica... Essas escolas, que abrigaram os ideólogos da ditadura militar e que estão nas escolas superiores de guerra e ninguém diz nada deles. Não que eu seja contra essa aproximação, mas por que nesses casos não houve nenhuma celeuma e no caso da segurança pública houve?

Falou em segurança pública, o pau comeu. Talvez possamos identificar algumas razões, de caráter interno e corporativo, focalizadas numa disputa entre departamentos e disciplinas, no ICHF, pelo "campo" da segurança pública, que estava sendo apropriado, na graduação, pela antropologia, o que lhe daria mais alunos de graduação, índices de poder na universidade. Depois, por circunstâncias e alianças eleitorais na universidade, coisa completamente conjuntural, que produziu alianças e recuos táticos nos projetos individuais de poder, o que resultou em que os alunos foram mal informados, achando que segurança pública é negócio de polícia, e essa coisa da polícia é uma coisa ruim, repressiva. A universidade não deveria se meter com a polícia. Muitas vezes vários professores falaram em público sobre isso: assunto da polícia não deve ser assunto da universidade. Assunto da polícia é lá com a polícia.

Afirmavam que fazer curso de segurança pública é formar repressores, formar gente que vai ser especialista na repressão. Leram Foucault, mas não leram Foucault. O saber das ciências humanas é todo normativo, não é isso? Não tem jeito. Mas eles acham que não. Só o curso de segurança publica é que é normativo; mas a sociologia também

12 LIMA, Roberto Kant de. Direitos civis, estado de direito e "cultura policial": a formação policial em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 11, n. 41, p. 241-256, jan./mar. 2003.

é normativa, a ciência política é normativa. Nós antropólogos achamos que isso tudo é normativo. Tem que ser, né? Não tem jeito. Mas trata-se de saberes não-jurídicos, normalizadores, não têm caráter repressor. É difícil imaginar um estado democrático de direito sem polícia, sem segurança pública, sem direitos humanos. Como é que você vai garantir os direitos humanos se você não tem uma segurança pública democrática? Vai resolver isso com curso focalizado em gestão?

É contraditório...

Alguns colegas foram até falar com o ministro secretário dos direitos humanos. O ministro disse que esse curso era contra os direitos humanos, que era um curso de segurança pública. O que é importante disso daí, primeiro, é que essa foi uma conjuntura que tinha muito de política conjuntural e brigas pessoais. Mas a outra coisa que observamos foi um profundo desconhecimento sobre o que é a segurança pública, isso ficou claro. Os professores e os alunos não sabem nada sobre isso, mas não sabem mesmo. A imprensa, em geral, também não tem ideia, entendeu? O confronto que houve foi um negócio de surdos-mudos. Não havia debates. A gente falava uma coisa e eles respondiam outra. Assim, como não havia debates na polícia antes, e aqui eles aprenderam a discutir academicamente, seria necessário haver um curso aqui na UFF para debater com os alunos e professores essa questão, para que eles também aprendessem a ouvir.

O curso de segurança pública não tinha foco na polícia?

Isso! Não tinha nada de polícia! Queríamos formar um profissional que, pelo contrário, e está escrito no projeto, vá competir com a polícia. Não para se opor, para entrar em conflito, mas para ter uma habilitação profissional na área de segurança pública, com legitimidade. Pode ser assessor lá da Senasp, do ISP, dos prefeitos, dos municípios, em segurança pública. Porque está tudo controlado pelos oficiais da PM ou pelos delegados. Eles controlam todo esse mercado, um mercado enorme no Brasil. Não o mercado da polícia, que certamente é deles, mas o mercado da segurança pública e privada, que é muito maior e mais rentável! Em geral, na segurança privada, o cara pode trabalhar com muitas coisas. É profissional de segurança pública civil... Hmmm, não é a palavra...

Não corporativo?

Exatamente. E tem um mercado para ele. Como não tem mercado? O profissional deverá concorrer nesse mercado com a polícia. Ah! Mas isso é uma coisa muito ousada? Por quê? A universidade tem que criar o mercado, tem que criar o profissional. A universidade tem que ficar andando atrás do mercado? É o mercado que diz o que ela vai formar? Não! A universidade pública é que tem que dizer para o mercado o que ele precisa, é ela que intervém no mercado. Diz o que o mercado tem que engolir, tem que fazer, com a qualidade de seus produtos acadêmicos. Isso é o que fazemos aqui o tempo todo. Estou esperando que o mercado goste de mim? O mercado tem que me engolir, como diz o Zagalo. O mercado que me engula. Senão não é possível fazer nem extensão universitária e a universidade pública vira mera prestadora de serviços...

Você fala do seu pioneirismo, pelo fato de que quando você começou não havia muito debate, não tinha ninguém escrevendo sobre isso.

Não é bem pioneirismo, pois eu não estava com isso na cabeça, não estava querendo ser o primeiro, nem pioneiro. Fiz uma tese sobre um assunto que, pessoalmente, achei interessante, talvez por ser formado em direito no Brasil e depois ir conviver diuturnamente com as formas de controle social dos EUA, que eram diferentes, e vi com outros olhos aquelas de controle social no Brasil, e não encontrei nada escrito sobre isso. Eu ficava muito desconfortável porque todo mundo nos EUA, inclusive os colegas brasileiros, dizia que a América do Sul é suja, é violenta, barulhenta, desorganizada e não sei mais o quê, e os EUA eram uma maravilha de ordem. Maravilha, nada! E resolvi escrever uma tese sobre isso para quê? Para compreender algo que eu não compreendia, para satisfazer o meu espírito! Então, eu não estava querendo ser pioneiro... Nesse sentido, a palavra pioneiro parece que a pessoa tinha um...

Projeto?

Isso! E eu não tinha projeto nenhum. O meu projeto era isso, era um desconforto muito grande com as explicações que eu achava profundamente etnocêntricas sobre o que se chama de violência institucional na América Latina, e eu achava que isso não podia ser bem assim, pois violência institucional tem em qualquer lugar, mas é claro que ela é diferente e há mecanismos de controle diferentes. E quais são os daqui? Aí, ninguém fala. Parece que todos são um bando de loucos ou bandidos, é uma loucura! Não pode ser, porque estudei direito, tem alguma coisa aí que não está explicada. Não está entendida e vou tentar entender isso. Era um propósito puramente especulativo. É isso que quero dizer, para ser sincero, já que é uma entrevista. Era uma coisa especulativa, aliás, como é até hoje. Só continuo nesse negócio porque continua a me provocar, fazendo pensar, especular. No dia em que isso não for assim, o pesquisador não pesquisa...

Mas vemos que atualmente há uma mudança daquela situação de isolamento, hoje existe um campo. Você tem uma avaliação sobre isso?

Eu, Ana Paula Miranda e Michel Misse fizemos uma avaliação para o BIB/Anpocs, em 2000-2001, e isso foi uma coisa que começamos a ver, que esse campo da violência é uma coisa complicada. Não trabalho com violência, trabalho com coisas que chamo de processos institucionais de administração de conflitos. Não sei o que é violência. Por exemplo, Luis Roberto Cardoso de Oliveira[13] tem insistido, e há trabalhos etnográficos confirmando isso, que grandes segmentos da sociedade consideram que há violência quando ocorre um insulto moral. Quer dizer, uma humilhação que pode ser ou não física. Daí a pessoa passar a dizer que foi violência, houve uso de violência, "ele foi violento comigo". Tapa na cara, enfiar a garrafa, faca, nos outros nem sempre se acha que é

13 CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito Legal e Insulto Moral**. Dilemas da cidadania no Brasil, Québec e EUA. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002. 157 p.

violência. "Ele foi violento porque me humilhou". Entendeu? "Fez uma coisa na frente de minha mulher e aí eu perdi o controle." Está ligada à honra, à presença de um insulto moral. Há uma moralidade. Nós, inclusive, em nosso Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC),[14] temos uma forte articulação em torno disso: moralidades diferenciais, desiguais, no tratamento de conflitos que são, e não são, criminais. Os conflitos chamados de menor potencial ofensivo e a macrocriminalidade, ou macroprocessos. Quer dizer, nem todo mundo está investindo somente para compreender a criminalidade representada pelo crime, pela violência, pelos bandidos e pelo tráfico de drogas.

Esses dois lugares onde a natureza dos conflitos é pouco conhecida – os conflitos de proximidade e os macroconflitos –provocam grande parte dessa outra coisa, os chamados crimes, que ficam mascarados e todo mundo acha que não é crime. Sustentam, inclusive, uma aura de impunidade. Em São Paulo, por exemplo, aqueles prefeitos assassinados, acaba que aquilo não tem crime nenhum mesmo...

Em Santo André?

Santo André e outros. Todo aquele negócio não se apura, e quando se processa, não termina o processo. Agora, o "bandido" roubou não sei o quê e a polícia está toda preparada, treinada para reprimir um tipo de criminalidade que é associada a um tipo de violência, mas essa outra onda de conflitos não é associada à violência, e nem esse conflito doméstico é associado à violência. Então, a violência, pura e simples, não significa nada para mim, pois há a violência rural, a violência da terra, da propriedade e da posse, há aquela mulher que foi assassinada lá, aquela freira americana... Tem a violência urbana, a grilagem, a exclusão dos direitos de propriedade. Há também a violência nas escolas e das escolas sobre os alunos, há a violência no e do trânsito... Quer dizer, tem um feixe de violências e eu gostaria da chamá-las todas de violências, mas isso não me diz nada sobre a natureza dos conflitos que as desencadeiam. O Lenin Pires[15] também fala, no seu livro *Esculhamba, mas não esculacha*, sobre a diferença entre a esculhambação e o esculacho, entre os camelôs dos trens da Central do Brasil, em que o vigilante pode tirar a mercadoria do ambulante que está trabalhando dentro do trem e não há reação. Não pode é dar tapa na cara, porque se der tapa na cara ele vai lá à polícia e diz que foi roubado. Leva a nota fiscal na delegacia, e fala que o vigilante roubou. Mas se o cara não der tapa na cara, ele não vai à polícia porque ele acha que está certo porque é proibido fazer. Entendeu? Ele realmente estava fora da regra, ele foi pego, ele fica na dele. Agora, se "esculachou ele"...

---

14 INSTITUTO DE ESTUDOS COMPARADOS EM ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL DE CONFLITOS. INCT- InEAC. Disponível em: <www.proppi.uff/ineac>.

15 PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha**: uma etnografia dos usos dos trens urbanos no Rio de Janeiro. Niterói, RJ: EdUFF, 2011. 158 p. No prelo.
PIRES, Lenin. **Arregar não é pedir arrego**: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). PPGA/UFF, 2010.

Então, tem uma coisa moral que é importante investigar, de pensar isso, do quanto isso vai nos esclarecer ou não numa sociedade de juridicamente desiguais, em que os limites da igualdade, portanto, não estão inscritos na ordem jurídica. Então, esse rótulo acho muito pouco significativo em termos de estatística, entendeu? Porque eu teria que ver o que esses estudos estão chamando de violência e de segurança pública. Porque, inclusive, essa categoria "pública", em segurança pública, tem muita associação com o Estado, e não com a sociedade, como se viu naquele debate louco na UFF. É uma antiga leitura da categoria "público", no Brasil, como estatal, e a representação que temos de que a sociedade e o Estado estão separados; sendo que a sociedade, muitas vezes, nessa área, é vista como tutelada pelo Estado...

Por exemplo, o estudo do direito sobre violência. Não sei o que um advogado acharia disso, não tenho a menor ideia. Teria que perguntar primeiro o que ele acha que é violência. Só para ter um exemplo, outro dia uma aluna estava querendo fazer um trabalho e acabou não fazendo, mas era interessantíssimo, era sobre esse negócio de lesão corporal, os tipos penais de lesão corporal grave e lesão corporal leve. Um cara apanha na cara, um homossexual apanhou na cara e ficou com o olho todo inchado e aquela coisa toda e apareceu no jornal. Mas, no exame médico legal, a lesão corporal grave é só a que causa sequela. Aquela é leve, vai para o Jecrim, para o agressor, se for condenado, pagar cesta básica ou prestar serviços. Mas moralmente ela é grave. Estamos falando de uma coisa e o direito de outra coisa. Então, porque dizer que todo mundo está falando de violência? Não está, não da mesma violência.

Você chegou a minha provocação! Você estava falando do mercado, e aí joguei o negócio do mercado da pesquisa, né? Constituiu-se um mercado...

Ah, sim. Claro! Acho uma coisa ótima, sou a favor do mercado. Olha só, deixa eu qualificar o que disse: acho ótimo que eu tenha alunos interessados em estudar esses temas que antes não existiam, porque antes éramos meia dúzia de gatos pingados e não tinha mais ninguém. Hoje em dia você chega aqui toda segunda-feira, pode contar aqui, essas cadeiras não dão para os alunos de mestrado, doutorado, da graduação. Isso aqui fica cheio de gente de fora. Devem ter mais de 30, 40 pessoas. E não vêm todos os dias, mas toda segunda-feira tem uma reunião aqui. E acho ótimo poder coordenar esse projeto do InEAC com mais de 50 doutores, entre seniores e juniores, com pesquisas vinculadas a nossas linhas de formação, investigação e divulgação acadêmica.[16] Acho ótimo isso! Seja lá o que for, isso daí vai produzir conhecimento, massa crítica, livros, seminários, e é só assim que a ciência social pode avançar. Não sou um cientista natural que fica num laboratório mexendo em alguma coisa para ver se explode ou não. O nosso negócio é falar, mas a pesquisa das ciências sociais só avança se ela for divulgada, se for discutida. É diferente da pesquisa das ciências naturais que avança se for patenteada, quer dizer, se for apropriada particularizadamente.

16 <www.proppi.uff.br/ineac>.

A nossa patente é a política pública. Fizemos trabalhos em São Gonçalo, Mesquita, Niterói, São Pedro d'Aldeia, vamos fazer em Cabo Frio. São planos de segurança pública, diagnósticos de segurança pública, cursos para Guardas Municipais... Isso é que é o avanço, a inovação tecnológica possível pelas ciências sociais. Só por políticas públicas discutidas e ampliadas na construção da interação delas com a população a que se destinam. No caso das ciências sociais, o nosso negócio é sermos lidos e ouvidos. Sem sermos lidos e ouvidos não vamos a lugar nenhum, porque não temos nada para mostrar. Então, acho ótimo esses financiamentos públicos por meio de editais, que produzam financiamento e quanto mais, melhor. Quero inclusive ganhar todos e quero que os meus colegas ganhem também (risos).

Eu estava dizendo, numa discussão aqui sobre o curso de segurança pública e social na UFF, que se alegava que é o mercado que tem que pedir para a gente poder fazer. Não! Para isso é que existe a pesquisa e a universidade, os institutos de ciências. Onde eu vejo uma lacuna, eu aponto, sinalizo, o mercado está precisando disso! Está precisando de um profissional assim. Está precisando de uma política pública assim. Vamos concorrer com outras políticas públicas dos coronéis, dos delegados, do secretário de segurança, da FGV/RJ. Tudo bem, mercado é mercado. Haverá municípios que vão querer assim e outros que não. Isso é parte da democracia e do mercado também. Agora, não pode querer só de um lugar! O Estado se voltou para a FGV e ficamos aqui meio de patinho feio. Mas isso vai passar. Entendeu o que estou dizendo? Não tenho nada contra o mercado. A situação do mercado nessa área, como acabei de dizer para você, acho que essa discussão é absolutamente incipiente, ela não se deu. A prova é isso: esse auditório aí, que você está vendo do lado, estava cheio de gente, de alunos... E eles não entendiam nada! Depois vinham falar: "Kant, eu nunca havia ouvido falar, não sabia que era isso, não tinha ideia". Os alunos estão aqui estudando filosofia, ciências sociais, psicologia, história e não sabem o que é isso! E acham que estamos trabalhando para polícia! Um sujeito como eu trabalhar para a polícia, no sentido de aumentar a repressão? Que história é essa?! (risos).

Não faz nenhum sentido mascarar a discussão, há muito ainda que esclarecer. Porque as pessoas ainda estão vinculadas a essa ideia de que segurança pública é polícia, polícia é violência do Estado; e violência é repressão do Estado. Pronto, é uma atrás da outra! E, portanto, o que uma universidade vai ter com esse tema? Polícia, violência e repressão do Estado? Nada. Mas não desistimos, esse curso ainda vai sair. Talvez não aqui no ICHF, mas em outro lugar da universidade...

Ao mesmo tempo você descreveu, quer dizer, essa ignorância padrão...

Do estudante e dos colegas professores!

Isso, padrão do estudante.

Um estudante de uma universidade pública. Talvez, até o estudante da faculdade particular saiba mais sobre isso do que esse daqui, né? Lá em Nova Iguaçu o estudante da faculdade particular é experiente na prática dele, tem mais necessidade de discutir e se informar sobre isso do que um cara que está aqui protegido, de classe média.

Você também falou do crescimento do interesse. Você tem uma avaliação do motivo desse crescimento?

Escrevi sobre isso, está publicado no meu livro um artigo em que eu dizia "Estado mínimo desde que com repressão máxima".[17] Quer dizer, acho que tem a ver com essa política neoliberal do governo, junto com a expansão do mercado e com essa maior duração do período do que se chama Estado Democrático de Direito, e que se fala que todo mundo tem direitos iguais e que o mercado deve assimilar todo mundo. Isso desnaturalizou uma série de situações de humilhação ou de desigualdade explícita, que não eram vistas como passíveis de provocar conflitos. Os conflitos aumentaram porque as pessoas começaram a reivindicar mais sua posição de igualdade na sociedade e sua inclusão nos vários tipos de mercado. Falo do mercado econômico, do mercado do cidadão, do mercado político, o mercado da sociedade aberta. Acho que isso aumentou o número de conflitos e não necessariamente o número de crimes. E a nossa sociedade tem muita dificuldade de ter instituições de administração de conflitos que tratem desses conflitos de uma maneira adequada. Porque esses conflitos são considerados, na sociedade hierarquizada, uma coisa para ser resolvida particularmente, privadamente, manda quem pode e obedece quem tem juízo. Se o cara não se segura, então, ó, problema dele. Não é a polícia que vai se envolver nesse tipo de conflito, é "feijoada", vai "bicar."[18]

Então, acho que essa mudança, ou melhor, não gosto dessa palavra, essa explicitação mais ampla desse paradoxo da sociedade brasileira, que diz que todo mundo é igual perante a lei e, ao mesmo tempo, tem uma série de instituições jurídicas, políticas, universitárias, que afirmam a desigualdade formal e, portanto, deixam a pessoa numa situação de humilhação, em situação potencial de participar de um conflito de forma assimétrica. O que antes era considerado um conflito absolutamente indesejável e seria rapidamente debelado, agora não é. Então, acho que isso aumentou esse nível de explicitação da conflitualidade... Aumentou a visibilidade pela explicitação pública mais clara desses conflitos que existiam, mas que estavam submersos, estavam sujeitos a uma invisibilidade pública, vamos dizer assim. Apareciam no privado e não apareciam no público.

Essa visibilidade pública tem a ver com a democratização...

Ah! Acho que sim. Mas essa é uma democratização muito relativa. Acho que todas as democracias são semidemocracias, como diz nosso colega Jorge Zaverucha, porque não há nenhum modelo de democracia que sirva. A universalização democrática é mui-

---

17 LIMA, Roberto Kant de. Estado mínimo, desde que com repressão máxima? **Ensaios de Antropologia e de Direito:** acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008, p. 223-232.

18 KANT DE LIMA, Roberto; PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía. Constituição e segurança pública: exercício de direitos, construção de verdade e a administração de conflitos. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (Orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed.; Anpocs, 2008, p. 152-190.

to nova, muito recente na sociedade ocidental. A democracia, como diz Renato Lessa, é, em geral, demófoba! Mas é isso, acho que lidamos o tempo todo com duas ideias de igualdade. A ideia de igualdade pela diferença, que os diferentes são iguais. E a ideia de que não, os diferentes são desiguais e os que são iguais são os semelhantes. Como em Rui Barbosa: a regra da igualdade é tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam... Acho que esse paradoxo, de que a ideia de igualdade nos desperta representações muitas vezes contraditórias, inconciliáveis, paradoxais, isso é uma ideia da democracia ocidental. Está junto com a ideia de indivíduo, está junto com a ideia de igualdade e liberdade. Limitação da liberdade pela igualdade. A igualdade limita a liberdade. A igualdade dos diferentes não leva à supressão do diferente, mas sim à negociação com o diferente, e isso restringe a todos...

Não sou sociólogo e nem cientista político. Não sou nem cientista social! Então não tenho crenças, não acredito que vai aperfeiçoar, melhorar, desenvolver, que a mudança é para melhor. Não acredito! Como antropólogo, tenho dificuldade em acreditar na mudança só para melhor. Acredito que ela pode ser para melhor, ou ser para pior. Então, não tem esse negócio de acreditar. Mas hoje sinto as mudanças e as transformações. Hoje, viajamos para tudo quanto é lado, os alunos se deslocam para o mundo inteiro, beneficiando-se de convênios que fazemos com instituições de pesquisa na África, França, Portugal, Canadá, EUA, Argentina, com a maior naturalidade. Eu não fazia isso! Imagina eu sair daqui nos anos 1980? Faziam festa pra mim! O primeiro sujeito daquela geração que vai sair, vai fazer um curso em Harvard! Um acontecimento! Entende o que estou falando? Não estou naturalizando. Estamos no estado democrático de direito, temos um presidente que é do PT, que era um operário. Isso é uma coisa... Ele aqui e Obama lá. Operário presidente do Brasil? É o seguinte: pode falar o que quiser. Não estou necessariamente, ou automaticamente, a favor dele. Mas um operário! Como é que poderia imaginar uma coisa dessas num país como esse? Elitista, hierarquizado... Que primeiro tem Fernando Henrique, o príncipe da Sorbonne, e depois vem Lula. Sem um dedo em uma das mãos porque o torno mecânico esmagou...

Não dá para dizer que isso não é uma mudança, algo simbólico. O povo sente! Se Lula está lá! Não vou dizer que pode ser como nos EUA: se o Obama está eu também posso chegar lá. Porque aqui não se pensa desse jeito, não. Mas se ele está lá eu mereço algum respeito. Também não vai me tratar assim. Sou operário igual a ele!

Cria uma expectativa.
É isso que eu falo.

É diferente.
Não que necessariamente seja de determinada maneira, mas que não seja a coisa como era. A coisa mudou... A elite não está preparada para lidar com o conflito, nem com os direitos de cidadania... dos outros! Só com os dela! Há muitos livros sobre acesso à justiça, de juristas, desembargadores, dizendo que os juizados aumentaram a conflitualidade. Isso é um absurdo! Que a justiça deveria ser obrigatoriamente cobrada

das pessoas, para elas não "abusarem" da justiça... Aqui no Rio, há muitos livros dizendo isso, que conflito é ruim, que as indenizações geram enriquecimento ilícito... Por sentença judicial?! Só se for para os outros! A democracia sem conflito não vai! Como é que vai ter democracia sem conflito? Vou ficar fugindo de conflito? Eu não. Acho que muita gente também não. Muita mulher não atura mais. Muitos filhos não aturam mais. Muitos empregados não aturam mais. Você entendeu o que eu estou dizendo? Você falou a palavra correta: é a expectativa. Acho que a expectativa leva a uma maior explicitação do conflito. Expectativa de mudança. Porque a mudança e a transformação foram sempre dinâmicas e a dinâmica é sempre conflituosa nas relações sociais. Então, o que falta são instituições preparadas para administrar, institucionalmente, respeitosamente, esses conflitos! E você procura, procura, e ainda não acha!

Mais uma coisa que eu queria perguntar por último. Acho que é particularmente importante para você, que tem formação em direito e antropologia. E há uma crescente produção de alunos com dupla formação, em direito e ciências sociais. Há pessoas com certo receio de uma utilização de conceitos híbridos, que sejam pouco embasados tanto num campo quanto no outro. Você vê isso?

Essa última pergunta sua, vai me desculpar, nem sei quem diz isso, mas isso demonstra uma ignorância crassa sobre esse assunto, com todo o respeito! O que acontece é que o direito é uma coisa dogmática. Dogmático quer dizer que não é científico. O direito brasileiro, apesar de se autoproclamar como "ciência", não utiliza o método científico, pois ele constrói o conhecimento jurídico através de uma tradição que eles, às vezes, chamam de "Coimbrã", de Coimbra, Portugal, que é a tradição medieval da *disputatio* e do contraditório. Então, o direito brasileiro não tem conceitos, ele não tem teoria nenhuma, só tem doutrina. Com raríssimas exceções, contadas nos dedos de uma mão, os juristas brasileiros propõem, no máximo, modelos filosóficos normativos. Então, o que eles têm são doutrinas, o que é outra coisa. Diferente da teoria, que tem poder explicativo sobre fatos. Eles não têm fatos, não podem ter teoria. Já a doutrina não precisa de fatos. É como se fosse uma opinião. Só que é uma opinião normativa! E se eu tenho uma e você tem outra, preciso sempre de uma autoridade para desempatar, não formo consenso entre as partes! E associo o saber ao poder, como expliquei em recente artigo.[19] Vamos ver quem é que ganha: uma hora você ganha outra hora eu ganho. Na teoria não existe ganhador e perdedor. Como se fosse possível perguntar, a sério: quem ganha, Marx ou Weber?

Assim, os fatos científicos são consensuais, se não têm fatos não pode ter teoria, portanto, só existem doutrinas. Onde têm conceitos é na área de ciências sociais. Agora, se as pessoas de direito querem usar, e é o que eles têm feito, as teorias e os conceitos das ciências sociais para refletir sobre o direito, sobre o fenômeno jurídico, sobre o direito brasileiro, as práticas, as instituições, as doutrinas... O que essas doutrinas querem dizer? Por que elas

19 LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do Direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**. Brasília, DF: UNB, v. 2, p. 25-51, 2009/2010.

existem? Por que elas são do jeito que são? Agora mesmo dei um curso na Gama Filho, chamada *Pensamento Social Brasileiro*. Foi um escândalo. O que Nina Rodrigues acha? O que Euclides da Cunha acha? Não é nada disso! O pensamento social do direito vive no século XIX! E os alunos são pessoas cultas, que nunca aprenderam isso, porque o direito não ensina teoria, só doutrina. Doutrina de Euclides da Cunha. Doutrina de Nina Rodrigues. Existe até a categoria de "doutrinador"... Aí, ficam lá falando aquele monte de loucuras...

Mas tenho muitos alunos que são de direito e estão fazendo doutorado em direito e fazem tese sobre o direito e usam esses conceitos das ciências sociais. Então, acho que é possível que isso daí vá mudar. Acredito nessa coisa de dar aula. Acredito que a atividade pedagógica muda alguma coisa. Senão eu não dava aula e não era professor, eu ia fazer outra coisa. Ser operador da bolsa, advogado. Até já fui da Marinha, fui tudo isso. Isso, de levar o cara a pensar, demora e tem consequências. Um cursinho rápido de especialização aqui na UFF, como o nosso, de dez meses, mas ele teve consequências que me esqueci de dizer para você. Uma das consequências que ele teve, sabe o que foi? Interessante... Esse pessoal que fez o curso aqui e adquiriu essa linguagem está pedindo para ir para os municípios. Pode ser secretário de segurança municipal não sei de onde; pode ser diretor da guarda municipal não sei de onde... Aí, vai para o batalhão e já se articula com o delegado que também fez o curso. Eles estão pensando nessa outra área.

Na constituição de outras políticas.

Assim, no que eles têm em comum aqui que é o curso da UFF, dizem, nós somos da UFF...

E essa linguagem está sendo institucionalizada em políticas...

Eu acho. Mas é uma impressão que tenho. O delegado fez o curso, o comandante do batalhão fez o curso, o comandante da guarda municipal, o secretário de segurança fez o mestrado, um curso comigo. Eles é que dizem, não sou eu. Mas acho que pode ter efeito. Se hoje até o comandante das UPPs é ex-aluno do mestrado, outro ex-aluno foi secretário de segurança pública municipal do mais populoso município do Rio de Janeiro... [20]

Tudo nessa área é a médio e longo prazo. Isso não muda há 200 anos. Você vai querer mudar já? Primeiro temos que desconstruir preconceitos. É ou não é? Explicitar preconceitos. É para a pessoa saber que tem preconceito, porque ela nem sabe: "Eu tenho preconceito contra crioulo? Eu? Imagina! Tenho vários camaradas negros! Agora, aquele desgraçado fazendo xixi ali, só pode ser crioulo." Ele não sabe que tem preconceito, e isso é um processo dolorosíssimo, tanto para os juristas, tanto para a polícia e para nós também. Essa experiência do curso, nesses dez anos, foi uma coisa dolorosa

20 Respectivamente, SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do pato.Uma análise antropológica da instituição policial militar. Dissertação (Mestrado). PPGA/UFF, 2009; e BOTELHO, Paulo Roberto Storani. **Vitória sobre a morte**: a glória prometida. O rito de passagem na construção da identidade dos caveiras do Batalhão de Operações Policiais – BOPE. Dissertação (Mestrado). PPGA/UFF, 2008

por causa disso, explicitar o preconceito que existia contra essa "coisa" da segurança pública, de um lado, e contra as ciências sociais, de outro, foi uma explosão, ou uma implosão... Assim mesmo, muita gente nem acha ainda que tem preconceito. Tem gente achando que estamos trabalhando para a polícia. Mas o que o antropólogo faz o tempo todo é lidar com o preconceito. Não foge à nossa competência, digamos assim, observar o desenvolvimento e as consequências da mudança social para os grupos e para as trajetórias daqueles que passaram por isso, aqui e em outros lugares.

Luiz Antonio Machado da Silva

Luiz Antonio Machado da Silva nasceu no dia 19 de agosto de 1941, no Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) em 1964. Concluiu seu mestrado em antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1971, e seu doutorado em sociologia pela *The State University of New Jersey,* Rutgeres, EUA, em 1979. Atualmente é professor da UFRJ e da UERJ.

Entrevista

Luiz Antonio Machado da Silva

Rio de Janeiro, agosto de 2011

Por Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Gostaria de começar falando um pouco sobre sua infância e a atividade de seus pais.

Sou carioca e até os 14 anos vivi no Leme, fui garoto de praia. Depois minha mãe se mudou – sou órfão de pai desde os cinco anos de idade – para Copacabana. No segundo ano da faculdade, fiz o que deveria ter sido um programa de pós-graduação na Bahia, mas não houve demanda suficiente e, então, o programa foi transformado em uma espécie de curso de especialização *avant la lettre*, porque na época esta expressão não existia. Alguns colegas da PUC-Rio, Moacir Palmeira, Sérgio Lemos, Otávio Velho e eu fizemos o concurso. Eu tinha 18 anos, foi quando saí da casa de minha mãe pela primeira vez e nunca mais voltei em definitivo, apenas passei algumas curtas temporadas.

E como foi sua escolha pela sociologia?

Foi uma coisa vergonhosa. Desde adolescente, sempre gostei de ler romances, houve época em que conhecia muito bem a literatura brasileira, só nos últimos anos perdi um pouco o pé sobre isso. Também lia um bocado de história, principalmente história do Brasil. Mas não sabia muito bem o que fazer e naquela época havia duas opções de ensino médio: o clássico ou o científico. Eu deveria ter escolhido o clássico, mas todas as pessoas ao meu redor escolheram o científico, e aí fui para o científico também, como Maria-vai-com-as-outras. Não era bom aluno, porque não tinha interesse nas matérias principais, como física, química etc. Fiz vestibular para engenharia e não passei, pois não estudei nada. Isso foi a minha sorte! Resolvi, então, me inscrever

em um cursinho para estudar direito, mas achei chatíssimo, insuportável. Eu estava tão interessado em estudar direito que acabei perdendo o prazo da inscrição (risos). Aí um dia me encontrei com o Otávio Velho na praia e ele falou que estava saindo para se inscrever no vestibular de sociologia da PUC. Eu não sabia bem o que era sociologia, mas gostei da possibilidade, me inscrevi também e passei. Naquela época, o curso de sociologia era uma espécie de pré-vestibular para o Itamaraty, embora também houvesse pessoas interessadas na sociologia, como nós. Quando começaram as aulas foi um deslumbramento, e de lá para cá virei sociólogo. Sou cientista social apesar de mim mesmo (risos).

E sobre o curso de especialização que você fez na Bahia, qual foi a grande temática que este curso lhe despertou?

O curso propriamente, nenhuma. Mas no curso a professora Maria de Azevedo Brandão estava envolvida numa pesquisa financiada por algum órgão internacional, não me lembro qual, em Camaçari, na zona do coco, por conta da implantação de uma unidade da Petrobrás que estava chegando lá. Eu era uma espécie de assistente da Maria. Nunca mais estudei áreas de enclave, atividades rurais, de modo que o trabalho na pesquisa não teve grande impacto na configuração de meus interesses, embora tenha sido uma experiência muito rica. Por outro lado, o curso foi importantíssimo na minha formação teórica, pois eu tinha tempo integral para estudar e ótimos professores. Chegamos a morar na casa de um deles, que foi quem nos levou para Salvador, o Geraldo Semenzato. Parsons estava na moda, e lembro que ficávamos tomando cerveja e discutindo os livros mais importantes da primeira etapa da obra dele nos fins de semana. Em termos de interesse de pesquisa na origem de minha formação, o professor José Arthur Rios, de quem o Otávio Velho e eu fomos uma espécie de monitores na PUC-Rio, antes de minha ida para Salvador, me influenciou muito mais. Dávamos aula de sociologia urbana para ele, e acho que foi essa experiência que levou o Otávio a organizar a coletânea *O fenômeno urbano*, que é famosa até hoje.

Você se formou em 1964. Como foi se formar no ano do golpe militar?

Pois é, foi uma coisa estranha. Eu estava chegando da Bahia e não estava entendendo muito bem o que ocorria, porque lá eu só estudava, de 8 a 10 horas por dia. A lembrança mais forte que tenho é do dia do golpe, eu estava na sede da UNE e tivemos que abandonar às pressas o prédio. Voltei para casa a pé, porque não havia condução, muito triste e com um sentimento de derrota. Mas, pensando retrospectivamente, confesso que não tinha a dimensão do que era um golpe de Estado, embora, é claro, fosse favorável às "forças da legalidade", como depois o Brizola denominou a resistência.

E quando você começou a ter essa dimensão?

Logo depois, no mesmo ano, comecei a trabalhar com o método Paulo Freire, que não foi extinto logo. Durante essa atividade, passei por um intenso processo de politização e comecei a ter opiniões mais firmes, a entender melhor de política... Até

aquele momento, eu tinha interesse na política e algumas referências teóricas, mas eram marcações muito abstratas. Acho que custei mais do que o normal para ajustar minha compreensão ao estilo da linguagem política, cheia de subtextos e referências implícitas aos conflitos.

E nesse período de cinco anos até o doutorado?

Nesse período trabalhei com pesquisa. Não era nada comum fazer pós-graduação naquela época, na realidade nem havia pós-graduação em sociologia. Então, a sequência natural era se formar e trabalhar. Mas dei muita sorte, porque, desde o começo, meu trabalho sempre foi de pesquisa. Inicialmente trabalhei em um órgão ligado à Secretaria de Economia, se eu não me engano. Era um projeto piloto de serviço social em comunidade que também envolvia pesquisa de campo, um convênio entre esta secretaria e a Usaid Brasil. Estive ali durante uns dois anos, me tornei uma espécie de subchefe, lidava com muitas assistentes sociais, mas eu era muito crítico desse tipo de atividade. Neste momento, conheci o Anthony Leeds, que foi para mim uma espécie de pai intelectual. Ele já trabalhava nas favelas e foi contratado para fazer uma avaliação do projeto que eu estava. Por meio dele, conheci muitos "Peace Corps" que o Tony reunia em torno dele, que moravam e pesquisavam em diversas favelas. "Peace Corp" era um programa do governo americano de relações públicas, que visava "aproximar as nações amigas" a partir do melhor entendimento das respectivas culturas nacionais, enviando jovens universitários para uma imersão nos países da América Latina. É claro que todo o programa é altamente problemático, mas não vem ao caso discutir as modalidades do imperialismo americano no final dos anos 1960.

Nesse período em que você apenas trabalhava, teve alguma oportunidade de fazer algum tipo de pesquisa?

O trabalho era de pesquisa, basicamente. Fazíamos muito levantamento socioeconômico; minha atividade cotidiana era fazer pesquisa, indo às favelas para montar os questionários e supervisionando a aplicação dos questionários pelas muitas assistentes sociais com as quais eu trabalhava. Eu mesmo era responsável por isso, a concepção que tínhamos era totalmente positivista e formalista. E como a gente não tinha condições de definir uma amostra, porque não sabíamos nada sobre o perfil dos moradores de favela, não possuíamos mapa, nem nada, sempre fazíamos inacabáveis levantamentos completos com toda a população (risos). Lembro-me que veio um assessor do consulado americano e me sugeriu: "Ah, você entrevista 200 ou 300 pessoas, focalizando o que você quiser", e eu falava: "Pô, mas isso não seria representativo!" (risos). Mas, a pedido da secretaria, fiz também uma pesquisa na zona do Mangue, de prostituição, que foi muito interessante. Pena que o relatório esteja perdido...

Quando acabou o financiamento do projeto, logo consegui outro emprego, desta vez na Codesco, que era da Secretaria de Economia também. Era um programa de urbanização de favelas, que só conseguiu urbanizar as favelas de Brás de

Pina e Morro União. Lá, fazíamos pesquisas um pouco diferentes... Também era um levantamento socioeconômico, mas aí tinha outro sentido, porque era efetivamente necessário para fazer urbanização. A organização do questionário foi muito discutida e bem pensada, muito mais do que meus questionários antigos, porque tínhamos um objetivo concreto, que era a urbanização com regularização fundiária. A Codesco contratou um escritório de arquitetura chamado Quadra, eram quatro arquitetos e urbanistas super jovens, recém-formados. E com estas quatro pessoas, eu era contratado diretamente pela Secretaria de Economia. Discuti longamente com eles como formular um questionário com vistas a captar as informações necessárias para formular um programa de urbanização. Na época, o governador era o Francisco Negrão de Lima, do MDB, oposição ao governo militar, que obviamente não tinha muita força política. Então, para distinguir sua atuação da Cohab, que era o braço do Banco Nacional de Habitação no Rio, ele criou, na Secretaria de Economia, um pequeno programa de urbanização, oposto à orientação federal de remoção que comandava a atuação da Cohab.

Aprendi muito, porque precisava articular as informações necessárias para a regularização fundiária com a regulamentação urbanística, e com a situação concreta socioeconômica própria da população local. Sabíamos que a moradia popular, especialmente nas favelas, não era igual à da classe média. Havia muitos casos em que uma parte da família morava aqui, outra ali, mas todos pertenciam à mesma unidade de consumo, ou seja, ao que os americanos chamam de *household*. Este padrão precisava ser considerado, assim como outros menos comuns, para uma proposta sensata de distribuição de lotes, que evitasse grandes conflitos e injustiças.

E você ficou neste projeto até acabar?

Não, fiquei neste projeto durante uns dois anos, mais ou menos, porque neste meio tempo me encontrei com o Roberto Cardoso de Oliveira, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS do Museu Nacional. Naquela época, ao contrário da atualidade, havia pouca demanda, então, o Roberto perguntou se eu não queria fazer o mestrado, e aceitei. Não havia propriamente uma seleção formal como hoje.

Realmente, é bem diferente...

Eu me inscrevi e comecei a fazer o mestrado junto com o trabalho na Codesco. Já estava casado nesta época, com minha primeira mulher. E não tinha bolsa porque trabalhava, a bolsa era umas dez vezes menor do que meu salário. Fiz o primeiro semestre, e vi que não ia dar para estudar e trabalhar ao mesmo tempo, porque no curso havia uma bibliografia muito grande. Então, optei pela bolsa da Fundação Ford e pedi demissão da Codesco. Fiquei no Museu por mais um ano e defendi a dissertação, na segunda turma formada pelo PPGAS. Fiz o mestrado em apenas um ano e meio, mas isso não foi vantagem, porque quando entrei já tinha praticamente todos os dados que usei, devido aos empregos anteriores.

E sua dissertação no Museu é sobre mercados metropolitanos de trabalho manual. Como você chegou neste tema?

Eu lidava, de início, com a organização da demanda por serviços urbanos nas favelas, e depois com regularização fundiária e urbanização, nos levantamentos da Codesco. Aos poucos, fui me dando conta da importância de conhecer as especificidades do mercado de trabalho popular, para os favelados, vamos dizer assim. Quando entrei no Museu, nos *papers* de curso fazia vários ensaios sobre minhas ideias a respeito dos processos de informalidade, sobre o que, na época, chamava-se de marginalidade, pois essa era a discussão que estava na moda. Então, escrevi a dissertação como uma espécie de recusa das implicações teóricas da noção de marginalidade, mas aceitando o significante empírico, que era o fracionamento das relações sociais, a segmentação do mercado de trabalho, essas coisas. Em vez de pensar em termos de oposição entre setores, como em geral se fazia – acho que essa foi minha contribuição –, eu afirmava que era um *continuum*, que existia algum trânsito entre as posições, e que havia certa manipulação pelas famílias dos trabalhadores, visando maximizar suas condições de reprodução social. Em suma, eu discutia a polarização e oposição entre os segmentos do mercado.

Essas coisas estão concatenadas.

Então, ao invés da minha dissertação ser uma dissertação de sociologia econômica, era, ao contrário, uma dissertação de economia sociológica.

E você trabalhou em uma comunidade específica, ou foi uma discussão mais geral?

Quando eu estava na Codesco, assim como no projeto Bemdoc, aquele das muitas assistentes sociais, conheci, com níveis variados de detalhe, grande número de localidades, porque uma das coisas que os projetos queriam era saber para onde se expandir. Então, eu ia visitar um monte de favelas para entender como se dava a organização interna, as condições de vida; eu conversava com várias lideranças, para que os diretores pudessem escolher onde entrar.

Mas voltando para a sua dissertação, você fez trabalho de campo durante as suas pesquisas?

É o que eu estava dizendo; eu já conhecia muitas favelas. Na Codesco também passei a conhecer muitas outras, pois a intervenção da Codesco em Brás de Pina seria apenas a primeira de uma série marcada pela alternativa à política de remoção do governo federal por meio do BNH e seus braços locais, as Cohabs. Era uma forma de marcar a diferença entre direita e esquerda, ou melhor, entre situação e oposição, entre os governos militares e a oposição a estes governos. Chegamos a visitar umas 50 favelas com vistas a escolher as que seriam objeto do trabalho futuro da Codesco, e a dissertação pega isso tudo, porque, quando íamos, passávamos dias por lá, almoçávamos com as pessoas. Foi um trabalho de pesquisa para outra finalidade, e nada sistemática quanto à discussão específica da dissertação, mas muito ampla e rica.

E no ano seguinte você entrou no doutorado nos Estados Unidos. Como foi essa mudança?

Mais uma vez, o Roberto Cardoso de Oliveira me ofereceu a oportunidade de uma bolsa da Fundação Ford para cursar o doutorado em sociologia. Naquela época, essa era a linha da Fundação Ford, de dar suporte ao desenvolvimento da universidade. Comecei a pesquisar sobre as principais universidades americanas nas ciências sociais, e minhas primeiras opções eram o MIT, Harvard ou Northwestern University. Solicitei os *applications* e desisti, porque os formulários eram verdadeiros livros; eu levaria dias para preencher tudo aquilo, sem saber se seria aceito. Aí mudei minhas alternativas.

É, você escolheu as três melhores, e são até hoje.

Não sei se são as melhores, mas com certeza são as mais conhecidas. Mas, conversando com o meu orientador de mestrado, Roger Boyd Walker, ele me falou sobre Rutgers e sobre o Irving Louis Horowitz. Quando descobri quem era o Horowitz, fiquei muito bem impressionado, porque ele era ligado ao Wright Mills, simpático à esquerda americana e estava organizando a ciência social de um *campus*, porque Rutgers tem vários, cuja orientação era o que se chamava de "radical sociology". Pela mediação do Roger e da Neuma Aguiar, que tinha sido orientada pelo Horowitz e também foi minha professora no Museu, fui aceito e, como já tinha a aprovação informal, acabei só preenchendo o *application* de Rutgers, que também era muito grande, porém menor do que os outros. Só que neste meio tempo, você deve se lembrar, eu tinha saído do meu emprego e vivia apenas com a bolsa. Com a defesa da dissertação, minha bolsa acabou. Eu precisava engatar logo a do doutorado e viajar, porque ficaria sem fonte de renda nenhuma. Além disso, nessa mesma época, me separei da minha primeira mulher. Mas acontece que a Universidade perdeu o meu *application*...

Não acredito!

Pois é... Um dia recebi uma carta do Horowitz furibundo. Ele é um cara enorme, tipo jogador de futebol americano, uma figura assustadora (risos). Mas me dei muito bem com ele. Recebi uma carta dele irritadíssimo, dizendo que perderam minha documentação e eu não tinha sido avaliado pelo comitê encarregado da seleção, portanto, não poderia ir naquele período (um *term* não equivale a um semestre). Aí o Roberto Cardoso... Mais uma vez ele, acho que ele não fazia ideia de quanto me ajudou. O Roberto disse que me daria uma pequena verba para fazer a pesquisa que eu quisesse até ser finalmente avaliado em Rutgers. Lá fui eu para o Nordeste, fazer a pesquisa sobre re-migração que mencionei antes, sobre o desenraizamento, etc. Visitei inúmeras feiras no Nordeste, em Pernambuco, Alagoas e Paraíba, não me lembro porque escolhi estes Estados. Escolhi as feiras porque queria estar em lugares com grandes concentrações de pessoas, foi muito interessante esse período.

Então esta foi sua primeira grande pesquisa autoral?

Foi, se o material para a dissertação e os outros textos não forem considerados assim

por não derivarem de projetos formais de pesquisa. Passei uns três meses no Nordeste e fui a umas 12 feiras em Pernambuco, Alagoas e Paraíba, porque eu achava que nas feiras eu poderia conversar com possíveis migrantes, e eu ia mais para o interior porque não queria fazer pesquisa nas capitais, que eu já conhecia. Aí foi uma pesquisa sistemática. A da dissertação foi ampla e até mesmo detalhada, mas, como eu disse, era um subproduto de trabalhos com outros objetivos. Mas, quando voltei, não dava para escrever nada, porque eu já tinha mandado tudo outra vez para Rutgers e fui aprovado. E eu queria chegar antes de começar as aulas, porque aconteceu uma coisa, de novo, um pouco vergonhosa (risos): eu lia em inglês sem grandes dificuldades, mas não falava uma palavra, nunca estudei inglês fora do colégio. Quando o Roberto me ofereceu a bolsa, eu estava certo de que não conseguiria, porque para ganhar a bolsa tinha que fazer o TOEFL, o teste de domínio da língua para estrangeiros e eu não sabia nada. Mas aí na hora da prova eu vi um conhecido que estudou na Inglaterra, falei com ele para me dar uma cobertura, e colei a prova inteira dele (risos). Acabei passando muito bem no teste. Mas eu sabia que não sabia nada, então precisava chegar antes do início do curso para aprender alguma coisa. Você não imagina a dificuldade para um sujeito fazer um curso quase sem entender a língua. Logo no começo houve uma matéria em que os alunos tinham que fazer uma exposição. Fiquei dias armando a minha, escrevendo em inglês e treinando a fala, porque, se eu fosse pensar tudo na hora só com um esqueminha, não sairia nada. Foi a pior experiência que tive na minha vida, porque eu olhava para a sala, inclusive para o professor, e estava na cara que ninguém entendia absolutamente nada do que eu estava dizendo. Era evidente que eu tinha que me esforçar ao máximo, porque, é claro, queria boas notas. Estudei o triplo do que faria em condições normais.

E era um tema que você dominava, você tinha feito uma dissertação de mestrado sobre isso...

É, foi uma coisa horrorosa, mas aos poucos fui aprendendo, e do segundo semestre em diante minha vida melhorou muito. Fui para uma casa subdividida em dois ou três apartamentos, e as pessoas eram da universidade, nos dávamos muito bem. Depois que acabou o frio, passamos a nos encontrar mais e fizemos amizade, de modo que aprendi muito inglês com eles. Antes eu morava na ala de estrangeiros do dormitório e, como não falava inglês, tinha pouquíssimas interações com os colegas. Mas até hoje falo com muita dificuldade; para escrever também não tenho fluência, mas me saio melhor. Língua estrangeira, para mim, é uma barreira difícil de superar.

Quantos anos você ficou nos Estados Unidos?

Eu fiz assim: deixei para pedir reconhecimento de alguns créditos do mestrado compatíveis com os requisitos de Rutgers depois de fazer o primeiro semestre, porque eu achava que um latino-americano que pede para reconhecer créditos obtidos em uma universidade não americana só será atendido se tiver bom desempenho em disciplinas cursadas nos Estados Unidos. E foi o que aconteceu: fui muito bem, inclusive na disciplina em que minha apresentação foi horrorosa, pois me recuperei em outro trabalho e acho que o

professor ficou com pena (risos). Fiz os cursos necessários, tive créditos reconhecidos de três matérias, e fiz o *qualifying*, que era um terror, tudo em um ano e meio. Eu poderia, com a bolsa da Fundação Ford, continuar em Rutgers ou qualquer outro lugar do mundo por até sete anos, mas se voltasse para meu país de origem a bolsa seria suspensa. Só que eu achava que, como minha tese era sobre o Brasil, precisava saber em primeira mão o que estava acontecendo por aqui. Então voltei ao Brasil, abri mão da bolsa, e fui para o Iuperj. Recebi também um convite para a Unicamp, mas não gostei de lá, me pareceu que a cidade não gostava da universidade, e eu não queria viver uma vida estritamente universitária.

Aí vim para o Iuperj a convite da Neuma Aguiar, que estava organizando o programa de sociologia. Éramos o Carlos Hasenbalg, o Fernando Uricoechea, a Neuma, o Edmundo Campos e eu, que me lembre. Parei completamente de pensar na tese, que já estava mais ou menos pronta em minha cabeça, porque recebi uma ducha de água fria. Quando cheguei de volta ao Rio, o Lucio Kowarick, meu amigo de muitos anos, me mandou a tese que ele tinha acabado de defender e que deu origem ao livro que é muito conhecido. Comecei a ler, e era exatamente a mesma ideia que a minha, é impressionante! Era igualzinho, até a maior parte da bibliografia, e aí pensei: "Poxa, não tenho mais tese! O Lúcio fez a minha tese!!!" Até hoje acho incrível, porque conversamos pouco sobre o assunto, não trocamos pedaços já escritos, nada. Aí abandonei o que estava pensando e, com isso, a própria ideia de escrever a tese. Mas, por sorte, de novo, a sorte sempre me protege (risos), o Horowitz veio ao Brasil uns três ou quatro anos depois que eu já estava dando aula no Iuperj, a convite da Neuma, para umas atividades. Ele entrou na minha sala e disse, sem papas na língua: "Você é um idiota, tá velho, careca, porque não defende a tese?" Eu tentando explicar a ele, e ele falava: "Que besteira, a tese não é o trabalho da sua vida, não!" Na realidade o Horowitz me disse a mesma coisa que digo para meus alunos (risos). A consequência foi que escrevi a tese apenas para obter o título, e ficou muito ruim... A de mestrado acho legal, mas a de doutorado é muito ruim, não tem nada de novo, é burocrática.

A tese de doutorado é sobre a realidade do Recife, né?

Ali havia uma base empírica muito ampla, diversificada e sistemática. Neste meio tempo, no Museu, o Moacir Palmeira, o Sérgio Leite Lopes e o Afrânio Garcia armaram uma grande pesquisa para estudar as mudanças que estavam ocorrendo no Nordeste naquele período, e me chamaram para participar. Topei, e participei do eixo urbano desta pesquisa, que deu origem a dois livros, além de várias teses e dissertações. Um dos livros foi organizado pelo Moacir e pelo Afrânio, o outro pelo Sérgio e por mim. Por conta desta pesquisa, que abrangia o Nordeste todo, circulamos muito para escolher os casos e depois, com a pesquisa em andamento, para conversar com os pesquisadores.

Então você não aproveitou a base daquela pesquisa cujo financiamento o Roberto Cardoso...

Não, o material era outro. E aí, por conta desta pesquisa, fiquei em Recife acho que uns cinco meses. Uma das agências financiadoras da pesquisa do Moacir era a Sudene.

Nosso contato na Sudene perguntou se eu não queria também fazer uma pesquisa com o mesmo tema em Recife, que não fazia parte das cidades escolhidas para o trabalho do Museu, e aceitei. A tese de doutorado é baseada no material empírico desta pesquisa, que era uma espécie de braço menor da pesquisa do Moacir. Mas eu não estava com vontade de escrever, porque o que eu queria escrever o Lucio já tinha escrito (risos). Sabe quando você apenas se desincumbe de uma formalidade, sem maior engajamento? Minha tese de doutorado foi mais ou menos isso. Não é bonito, mas é a verdade.

Mas foi uma formalidade que te permitiu algum tipo de inserção diferenciada depois disso?

Permitiu um pouco, mas eu já era professor do Iuperj, já dava aulas na pós-graduação. Naquele momento, muito poucas pessoas tinham o doutorado, de modo que este título não era uma exigência trivial como agora. Evidentemente o doutorado era muito valorizado, mas colegas da minha geração, muito mais competentes do que eu, nunca obtiveram o título de doutor e nem por isso deixaram de ter reconhecimento e uma carreira brilhante. Lembro o Edmundo Campos como exemplo; ele já morreu e não vai ficar zangado com esta minha indiscrição (risos).

Minha geração é de transição, muitos colegas tiveram destaque, fizeram carreira, sem se doutorar. Mesmo formalmente, dava para viver sem o título. Sei disso por experiência própria. No começo dos anos 1980, a Alice Rangel de Paiva Abreu me convidou para participar de um grupo de pesquisa que pretendia traçar um perfil do trabalhador carioca, como professor visitante na pós-graduação do IFCS, que estava passando por grandes mudanças. Aceitei porque o projeto de pesquisa era muito interessante e eu teria que lecionar na graduação, experiência que nunca tinha tido. A dedicação exclusiva não era um requisito universal, como agora, de modo que eu poderia continuar no Iuperj. Poucos anos depois, abriu um concurso e decidi fazer. Mas houve um problema com a minha inscrição. Aconteceu o seguinte: quando defendi a tese, peguei meu diploma, botei debaixo do braço e vim embora. Eu simplesmente não sabia que precisava ter registrado o diploma no consulado.

Você não pediu a validação do diploma?

Não pedi, eu nem sabia que precisava. Quando fui fazer a inscrição no concurso da UFRJ, faltou isso. Eu já estava desistindo, pois não haveria tempo de obter a validação, quando a Stella Amorim, uma colega que se aposentou há alguns anos na UFRJ, me perguntou se eu não era o professor do Iuperj. Quando respondi que era, ela falou: "Mas o Iuperj não é um curso de mestrado e doutorado? Então você não precisa do diploma, pois o ministério já reconheceu, de fato, que você tem formação equivalente ao doutorado, caso contrário não poderia dar aulas neste nível." Em resumo, pedi uma declaração da Capes de que eu era professor regular do curso e entrei com este documento como se fosse o diploma. Fiz o concurso e fui aprovado. Depois, não me lembro quem, foi aos Estados Unidos e levou o diploma em mãos, e aí reconheceram tudo direitinho. Ou seja, fiz o concurso sem diploma porque, na prática, ele era dispensável naquela época.

E você fez o concurso porque queria trabalhar no grupo da pesquisa sobre o trabalhador carioca?

Isso, era um grupo grande, com umas dez pessoas, era muito bom. Além disso, tinha o *plus* de dar aula na graduação, coisa que provavelmente não farei mais, porém, naquela época, achava fundamental para minha formação (risos).

Bom, você está no Iuperj desde 1963...

Na verdade, estou no Iuperj antes de existir o Iuperj, porque, num desses momentos em que eu estava trabalhando fora da universidade, participei de duas pesquisas, uma coordenada pela Ana Judith de Carvalho e outra pela Miriam Limoeiro, que eram resultados de convênios entre o Ministério da Educação e a Universidade Cândido Mendes. Ficávamos ligados diretamente ao gabinete da reitoria, e isso foi uma espécie de embrião do Iuperj. Mas, quando as pesquisas acabaram, eu já tinha saído para aqueles empregos de que falei antes.

O fato é que você voltou quando o Iuperj já estava criado...

Quando voltei, acho que em 1973, o Iuperj já estava criado e a Neuma estava organizando a área de sociologia. Originalmente, o Iuperj só tinha a área de ciência política, um pouco depois é que a Neuma criou a de sociologia.

Mas, neste primeiro momento, que pesquisas você desenvolveu?

Eu fazia muita pesquisa por intermédio dos alunos. Um levantamento feito numa dessas comemorações de aniversário do Iuperj, sobre os professores e as quantidades de teses orientadas, mostrou que eu tinha em torno de 50% das orientações de sociologia naquele período. Então eu fazia pesquisa por meio deles e, além disso, fazia também o que pode ser chamado de pesquisa "artesanal", pelo caráter difuso e assistemático da observação. Identifico-me mal com a visão de mundo de meu próprio estrato social, sempre preferi me relacionar com pessoas mais pobres – com as camadas subalternas, para usar uma expressão bonitinha para sair no livro (risos). Eu me sinto bem no meio da marginália, não a criminal, mas o pobre, o cachaceiro, o desviado... Mas isso não quer dizer que deixo de fazer uma observação crítica, porque, se você é cientista social, será cientista social em qualquer circunstância...

Mas é verdade...

Tenho um artigo folclórico, que terá uma segunda reedição, se é que já não saiu, sobre a sociabilidade no botequim. É porque eu era amigo de cachaceiro, eu bebia cachaça, os cachaceiros conversavam comigo e eu observava tudo. Fazia etnografia sem usar este rótulo. Então, uma grande parte das pesquisas que faço é assim. Aconteceu a mesma coisa quando trabalhei com associações de moradores: eu tinha contato com várias delas (acho que conheci bem umas cem favelas), não porque eu estava estudando as associações com um projeto sistemático, mas por conta do meu trabalho, e ali no meio da liderança e da militância, eu me sentia bem. Escrevi vários textos sobre movimentos

de bairro, frutos deste tipo de observação, que em geral produz grande riqueza empírica, especialmente se você pode se dar ao luxo de não ter um prazo para terminar. E isso só pode acontecer se for uma atividade subsidiária, intersticial e não institucionalizada.

Então você não foi um antropólogo, digamos, disciplinado?

Nunca fui. Ninguém fala isso na minha frente, talvez porque eu tenha cara de mau (risos), mas sei que os alunos dizem: "Ah, o Machado não faz campo!". Não faço o campo ortodoxo da antropologia convencional, mas faço campo a vida inteira, até mesmo sem querer. Não sou contra as exigências formais das pesquisas institucionais, mas tenho certeza de que se despreza muita fonte de reflexão que tenha pretensão de validade empírica por não se encaixar neste padrão. Mas isso é uma questão que daria margem a outra entrevista...

Mas é interessante, porque ao mesmo tempo em que você sempre fez esse campo sem querer, você nunca o deixou ultrapassar certo limite; por exemplo, você nunca foi um militante muito ferrenho, você nunca assumiu nenhum cargo político, o que hoje é muito comum. Então como você conseguiu separar isso?

Talvez por isso eu não supervalorize a pesquisa sistemática, tenho um problema insuperável com qualquer coisa que me cheire a burocracia. Neste plano sou errado, não acerto nada que implique compromissos burocráticos, engajamentos pessoais em atividades de organizações formais. "Vestir a camisa", esta expressão tão comum que mistura adesão a valores da instituição com aceitação de suas regras de procedimento e atenção a elas, me horroriza. Minha vida pessoal administrativa é muito confusa. Não é porque quero ser diferente, mas simplesmente porque não consigo me organizar. Intelectualmente, me considero disciplinado até demais, porém, nas atividades práticas, minha atenção e controle se perdem. Então tenho horror a cargos, estou aqui, antes no Iuperj, agora no Iesp, há mais de 30 anos, e só fui três vezes coordenador de área... Porque não sei, não faço bem, me atrapalho, erro, não sei explicar esta incapacidade. O grupo de pesquisa do qual participo há uns seis ou sete anos tem vários financiamentos de pesquisa (não sou coordenador de todos, mas participo de todos), mas os colegas me ajudam na administração.

E você já foi convidado para este tipo de cargo político?

Não, e acho que nunca serei, porque é preciso entrar num circuito que não é o meu. Não tenho competência para fazer o que os americanos chamam de *institution building*. Não é só porque não sei ou só porque não gosto, mas porque já me acostumei e passei a gostar de não saber e de não gostar (risos).

Em termos de formação, você fez pós-doutorado muito recentemente, na Universidade de Lisboa, né?

Olha só: falo inglês apenas medianamente, entendo francês, mas não falo francês, arranho o espanhol, consigo ler razoavelmente e entender um pouco de italiano. Mas

tenho uma grande dificuldade com línguas. Interagir em uma língua estrangeira me provoca exaustão literal no fim do dia. Parece que roda permanentemente em minha cabeça um programinha que diz: "Machado, as pessoas não estão entendendo o que você está querendo dizer!". É sufocante! Tive esse problema nos Estados Unidos, na Costa Rica, no Uruguai, na Argentina, na Alemanha, na Bélgica, na França. Então, não tenho nenhum prazer, nenhuma motivação em ir a um lugar em que eu tenha que falar outra língua. Não porque eu ache que não vou aprender, mas por causa do desconforto. Então fui para Portugal, que é quase, e o "quase" deve ser sublinhado, a mesma língua. Tive uma experiência institucional e intelectual muito boa, com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vou voltar agora, ganhei uma bolsa do próprio instituto, vou em setembro e volto em dezembro. Fiz amizade com uma pesquisadora de lá, com quem vou trabalhar, a Susana Durão, e tenho vários outros contatos, dentro e fora da academia, que pretendo manter e aprofundar.

Ah, ela é conhecida.

Pois é, vou passar três meses trabalhando com ela. Então, primeiro: é a mesma língua. Segundo: gostei muito de Lisboa, é uma cidade muito charmosa. Terceiro: vou trabalhar como se estivesse aqui, mas sem o peso da rotina e com gente igualmente muito competente.

Agora eu queria que você contasse um pouco mais sobre o seu interesse pelo crime, pela violência. Você começou trabalhando com essa coisa dos movimentos sociais, do botequim, do jogo do bicho. Como você saiu desses temas e veio para a questão da criminalidade, da violência urbana?

Há alguns anos, dei uma aula inaugural naquele curso de especialização em sociologia urbana da UERJ. Eu não sabia muito bem o que dizer, então resolvi fazer um comentário sobre a relação entre a minha trajetória pessoal e a história dos temas da sociologia urbana dominantes no período em que trabalhei, entre 1960 e 2005, por aí. Até saiu publicado em uma coletânea organizada pela Maria Josefina Gabriel Sant´Anna e pela Sandra de Sá Carneiro. Vejo uma relação muito clara entre a variação de meus temas de pesquisa e a discussão dominante em diferentes momentos. Não é algo intencional de minha parte, mas sempre fui muito influenciado pelos problemas centrais na agenda da pesquisa urbana no Brasil. Sou uma espécie de Maria-vai-com--as-outras (risos).

Quando comecei minha carreira, trabalhava com favela e o tema dominante era o problema habitacional, por causa das migrações e da urbanização acelerada. Mas, logo em seguida, vi que a questão habitacional dependia muito fortemente das condições de vida das pessoas. Isso é mais ou menos óbvio, mas não me ocorria com essa clareza até aquele momento. Percebi que não bastava estudar as dificuldades construtivas dos favelados, os mutirões, a organização política local, etc., se eu não encaixasse isso numa discussão mais ampla sobre como as pessoas se reproduziam na cidade. E este era um

problema que remetia ao mercado de trabalho. Naquela época, a sociologia econômica na América Latina era muito fortemente uma sociologia do mercado de trabalho, por causa da segmentação claríssima, mas o viés era na linha da macroeconomia ou da cultura, da psicologia social. Neste ponto, se não fui a primeira, fui uma das primeiras pessoas a escrever sobre a ideia de adotar o ponto de vista das pessoas para discutir a combinação entre um mercado formal e outro informal, só que em vez de chamar de mercado informal, eu chamava de mercado não formalizado, porque achava que, se chamasse esse segmento do mercado de informal, eu o estaria qualificando de inorgânico, o que não era verdade. Durante bastante tempo estudei a informalidade do mercado de trabalho para as camadas populares. Foi meu trabalho de mestrado, foi o tema central de minha contribuição para aquela pesquisa no Nordeste, e antes, quando acabei morando numa favela de Fortaleza, acho que já comentei isso...

Não, isso não. Você comentou que fez a pesquisa, mas não que tinha residido numa favela.

Eu era uma espécie de pesquisador júnior do Centro Latino-americano de Ciências Sociais da Unesco. Um pesquisador francês que tinha o cargo de perito internacional no Centro, uma colega e eu moramos uns cinco meses em Fortaleza, para estudar o impacto de uma atividade da Igreja Católica em uma grande favela da cidade. Morei lá não por alguma razão transcendente, mas porque achei mais fácil morar onde eu iria trabalhar. A pesquisa tinha um aspecto que incluía a discussão sobre movimentos sociais, que na época não estava posta nestes termos. Havia um trabalho social de um padre, muito autoritário (em geral os padres acham que sabem o que o povo pensa e quer), mas pensado como mobilização popular visando a demanda por serviços e urbanização. Nessa época, eu estava interessado nos processos de informalidade local e voltei a me interessar pelos problemas habitacionais, fundiários, etc. Então, em Fortaleza, juntei esses três temas, que acabaram se sucedendo nas discussões da sociologia urbana: primeiramente habitação; depois o mercado; e em seguida os movimentos sociais. Eu já estava interessado há muito tempo nos movimentos sociais, mas como algo mais ou menos lateral, que fazia parte menos da minha atividade de pesquisa e mais da minha experiência de vida, porque, como eu trabalhava com favela, sempre me relacionava com associações de moradores, tanto por obrigação quanto por opção ideológica.

Por que opção ideológica?

Porque eu era favorável à associação de moradores, era contra a remoção, a favor de tudo o que a esquerda achava legal (risos). A reforma urbana, não essa de hoje, mas a da época das "reformas de base", era um tema dos anos 1960. Enfim, estive muitos anos com os movimentos sociais, trabalhei uma porção de textos, participações em seminários, coordenei aquele grupo de trabalho da Anpocs que ficou muito famoso na época, em que os movimentos sociais eram um objeto importante. Era um GT muito bom, mas também tinha muita coisa ruim, porque as pessoas confundiam a descrição e análise sociológica com a militância, e isso não dá trabalhos criativos. Aliás, por conta

dessa minha discussão sobre movimentos sociais e do GT da Anpocs, voltei a fazer pesquisa no Nordeste, fazia seminário, orientava gente no Nordeste por meio virtual... no começo até por carta.

Sim, porque estamos falando do começo dos anos 1980.

Eu ia lá muitas vezes, conheço razoavelmente bem o Nordeste, por questões de pesquisa. E aí quando chegou mais ou menos no começo dos anos 1980, o primeiro texto que escrevi sobre violência foi "Violência como representação social", ou alguma coisa assim. Eu estava começando a me preocupar com o tema do crime violento... Hoje em dia todo mundo diz isso, mas naquela época já era óbvio para mim que o debate e a prática política mudavam muito por conta da visibilidade do crime violento, que não era mais percebido como intersticial e socialmente secundário e isso dificultava muito o trabalho político de base, porque a população ficava cada vez mais desconfiada, não apenas das associações, mas também entre si; havia um sentimento de insegurança em relação aos pares também.

E se transforma em um sentimento de desconfiança...

Isso, a insegurança produz uma desconfiança generalizada, que por sua vez produz uma expectativa de afastamento do outro, um rompimento da alteridade. Isso é o que estou dizendo agora, não é o que eu dizia em 1980, mas foi essa a razão pela qual comecei a pesquisar e discutir a violência criminal. Afastei-me da discussão sobre movimentos sociais, primeiramente porque esta discussão morreu, pois, com o passar do tempo, tornou-se uma discussão político-eleitoral. A partir da redemocratização, não era mais pensada como relações conflitivas entre organizações civis e o Estado, que era o mote dos debates sobre movimentos sociais. E, segundo, porque a violência física tornou-se decisiva para a constituição das relações sociais, nas favelas e nas cidades em geral.

E qual a ligação deste tema com a temática do jogo do bicho? Tem outra linha que problematiza que, apesar de o jogo do bicho viabilizar a constituição de determinados grupos e padrões de sociabilidade, ele também leva ao esgarçamento de outro tipo de relação. Como é a relação entre esse tema sobre o jogo do bicho e seu interesse por ele, ou pela violência?

Minha mulher é antropóloga e estudava as escolas de samba, e eu morava perto de um bar que tinha um ponto de coleta de jogo do bicho em frente. Fui ficando amigo dos bicheiros, de vez em quando dava carona para algum deles até a "fortaleza", o local de apuração das apostas, tomava cerveja com eles, essas coisas. Fiquei conhecendo razoavelmente bem como era o funcionamento de um ponto de jogo do bicho. Formalmente, eu não estava fazendo uma pesquisa sobre o jogo do bicho, mas cientista social não para de fazer pesquisa, é um inferno (risos). Aí passei a observar sistematicamente o ponto, e os bicheiros sempre referiam-se ao carnaval. Como minha esposa estudava o carnaval, conversávamos sobre estas relações. Antes disso, escrevi com o Ademir Figueiredo um artigo que proporcionou meus 15 minutos de fama, apresentado na reunião

da SBPC, que na época era um mega evento por conta da luta contra a ditadura. Foi em uma sessão organizada pela Eunice Durham, que nos chamou para apresentar o trabalho. Não lembro porque, mas o Ademir não foi e fui sozinho. Quando cheguei, levei um susto, porque a sala estava lotada, com gente sentada pelo chão, duas pessoas sentadas na mesma cadeira... Muito antes eu tinha escrito um artigo sobre o botequim, que também tem sido comentado, provavelmente por causa do aspecto, digamos, folclórico (já tem três edições em periódicos diferentes). Isso ocorreu de novo com o texto sobre o jogo do bicho... Como disse, tenho certa queda existencial e cognitiva pela marginália; no caso do jogo do bicho e do botequim foi a experiência de vida que empurrou a pesquisa.

Em suma, escrevi com minha mulher, Filippina Chinelli, um artigo sobre a relação do jogo do bicho, a organização do carnaval e a incorporação política das camadas subalternas, que saiu na *Revista do Rio de Janeiro*, editada pela UERJ, que acho que não existe mais. Embora seja uma contravenção, o jogo do bicho tem um enraizamento social e cultural muito forte, e serviu de base política para o movimento de incorporação das camadas subalternas pela via cultural, processo distinto da via propriamente política, mais conhecida e comentada. Foi ótima essa incursão muito superficial, reconheço, na interface entre cultura e política, porque passei a ter uma ideia de como estava organizado o jogo do bicho, e isso foi importantíssimo para marcar a diferença com a organização do crime violento, do tráfico de drogas, etc. Porque o jogo do bicho é organizado como se fosse uma máfia, há uma ideologia interna de convivência, de solidariedade, baseada na honra pessoal e no princípio de lealdade familiar. A máfia tem um monte de rituais de parentesco metafórico, e o jogo do bicho é isso. Ele sempre teve um braço armado atuante, mas regulado por este tipo de orientação moral. A força se restringe a circunstâncias e momentos de crise – por exemplo, você invade o território controlado pelo vizinho e, se for possível, o vizinho te mata. Isso implica uma confrontação que envolve a violência física, porque o jogo do bicho não conta com um quadro institucionalizado de resolução pacífica de conflitos, uma vez que está criminalizado. E aí entra também a polícia, como ela se relaciona com isso, a corrupção, por exemplo, mas o princípio da organização é este. Como o jogo do bicho evoluiu para uma oligarquia e se consolidou empresarialmente como um oligopólio, o braço armado continuou presente, mas tornou-se secundário, perdeu boa parte da função. Com a morte do Castor de Andrade, parece que mudou tudo novamente, porque o oligopólio, que era organizado em torno dele, se desmanchou, e o conflito armado voltou a ser significativo. Além disso, o jogo do bicho é voltado para acumulação, uma atividade capitalista, e creio que nos anos 1980 tinha chegado ao limite de crescimento, de modo que havia uma sobreacumulação. Uma parte do dinheiro era lavada e entrava na riqueza pessoal dos banqueiros. Mas a outra parte não tinha mais espaço para ser reinvestida no próprio jogo do bicho, e parece que, apesar de muita resistência interna, foi dirigida para o tráfico. Até aí, o jogo do bicho e o tráfico tinham trajetórias diferentes; a partir daquele momento, tudo leva a crer que passaram a se entrecruzar.

Quando você percebeu essa quase dissolução de fronteiras entre o jogo do bicho e o tráfico?

Temporalmente, acho que é no final dos anos 1980, quando a acumulação no tráfico é exponencial, e no jogo do bicho não tem onde se aplicar. A reprodução do jogo do bicho ficou prejudicada porque se esgotou a possibilidade de expansão interna (todas as bancas passaram a explorar também os jogos eletrônicos, por exemplo) e, ao mesmo tempo, ao lado do bicho, como atividade criminalizada, houve uma expansão exponencial de valorização do capital com a cocaína. Mas isso é uma especulação, porque tenho pouca informação, nunca escrevi sobre isso. É uma especulação que me satisfaz, uma convicção íntima, mas tenho muito pouca evidência empírica.

Você fala como esses dois temas se entrelaçam... Há algum trabalho de campo ou alguma localidade onde você estivesse fazendo um trabalho de campo, que seja especialmente importante para a análise desse tema, na sua trajetória?

Não. Claro que há pontos de apostas nas favelas, e muitos, mas os territórios das bancas são muito mais amplos. Conhecer a dinâmica dos pontos não ajuda a entender as estratégias econômicas dos banqueiros, que são uma verdadeira caixa preta.

Em geral, as etnografias realizadas no Rio de Janeiro são muito localizadas, situadas... Na sua trajetória isso não ocorre?

Acho que neste assunto não tenho apoio em conhecimento etnográfico, cuja produção seria muito difícil. Nem sei como desenvolvi essa ideia, mas certamente ela resulta de minha circulação, conversando com aluno, com bicheiros, lendo jornal... Não sou capaz de reconstituir o processo de reflexão que chegou a esta conclusão especulativa. Com certeza não foi a partir de um lugar específico, até porque este comentário não é sobre uma unidade operacional, uma empresa de jogo do bicho, é sobre a lógica econômica do conjunto do setor e não dos seus atores. Especificamente quanto a etnografias, mesmo quando a observação se concentra em algum lugar definido, o que não é sempre o caso, o trabalho bem feito não pode ser considerado "micro" ou casuístico. Mas, é claro, nem todas as etnografias são bem feitas, como acontece em qualquer atividade.

Pensando um pouco na lógica do sistema, quando você faz uma analogia entre o jogo do bicho e a máfia, durante muito tempo se pensou o crime organizado no Brasil a partir desta lógica de máfia. Como você vê este pensamento?

Há tempos houve um seminário na UFRJ organizado pelo Luiz Eduardo Soares, patrocinado pelo Fórum de Ciência e Cultura. Vieram umas pessoas da Colômbia, do México, de diferentes países, falar sobre o tráfico. Há até uma publicação com as palestras. Fui chamado para ser debatedor em uma mesa e assisti algumas outras. Via todo o enquadramento da discussão em torno de dois modelos de organização: o modelo máfia e o modelo exército, até porque há muita proximidade entre os dois, em termos dos valores institucionais. Eu sabia que o modelo máfia se encaixava muito bem no jogo do bicho, porque tinha comprovado isso empiricamente. Mas também sabia que

não se encaixava no crime violento, pois, como eu estudava movimentos sociais, vi o tipo de dificuldade que os movimentos sociais enfrentavam por conta, justamente, do caráter peculiar da violência associada ao tráfico. Foi a partir desta confrontação que comecei a pensar na ideia de sociabilidade violenta, em que venho trabalhando há muitos anos. Existem várias especificidades e, entre estas, a de uma organização muito diferente. No caso da máfia os princípios de honra e lealdade caminham juntos, são valores que organizam a ação, de modo que pode haver quebra deles, mas isto é um desvio que implica punição prevista. O mesmo vale para outras organizações, como o exército. Mas o tráfico não se organiza em torno da honra ou da lealdade. O princípio que articula as relações entre as gangues é a distribuição, sempre contingente e variável, da força do próprio ator confrontada com a resistência de objetos e/ou outros atores. No caso da honra como modelo de ordem social, a violência é, como Weber diz, um meio de obtenção de interesses regulado por regras compartilhadas. Isso é válido para o jogo do bicho, mas não para o tráfico.

Sim, e há diversos rituais para reforçar estas ideias.

Isso se encaixa perfeitamente bem na ideia de máfia e de forças armadas. Mas não se encaixa no que chamo de sociabilidade violenta, eu via isso. Naquele seminário, falei exatamente isso, foi a primeira vez que articulei esta diferença. São dois modelos de organização moral, a máfia e a sociabilidade violenta, se é que se pode falar em moral no caso da sociabilidade violenta, cuja lógica é quase totalmente instrumental e sem transcendência. A milícia, uma terceira organização ilícita, funciona de forma equivalente à máfia, por isso não é comparável ao tráfico, apesar de também ser violenta, como foi o jogo do bicho antes de se tornar um oligopólio. O principal resultado desta diferença é que as máfias precisam se explicar, precisam justificar suas ações, pois têm compromissos morais com os outros, por mais cruéis que sejam, e na sociabilidade violenta esta necessidade não se coloca. Isso implica, no caso das máfias, uma redução da intensidade da violência intragrupo e uma regulação substantiva, não apenas instrumental, da violência contra outros grupos. Na sociabilidade violenta o emprego da força, seja intra ou extragrupo, só é limitado, ou regulado, pelo cálculo das quantidades relativas de força disponível.

Por quê? Quais seriam as diferenças principais entre a milícia, o que você chama de sociabilidade violenta, e a máfia?

Vamos fazer uma reflexão bem esquemática: há um tipo de organização cujo fundamento é um sistema compartilhado de valores intersubjetivos que garantem, controlam e favorecem o exercício da alteridade; e existe outro tipo em que os interesses particulares têm pouquíssima relação com ideais de conduta compartilhados, de modo que a alteridade é reduzida ao mínimo, sendo que a característica mais presente nas interações é a redução do outro à condição de objeto que favorece ou dificulta a obtenção de interesses particulares. Evidentemente, não estou me referindo ao liberalismo, que justifica o individualismo, e deixemos de lado a eventual discussão sobre a relação entre

ele e a sociabilidade violenta, que não cabe aqui. Essa suspensão ou esvaziamento da alteridade não impede a organização da sociabilidade, embora, em geral, se pense que a violência aberta persistente corresponde a uma interrupção da sociabilidade. Mas as relações entre os bandos de traficantes e dentro de cada um deles são um exemplo de que a violência física pode articular um padrão estável de sociabilidade, sem interferir decisivamente sobre outras dimensões do processo social. A sociabilidade violenta, um dos padrões da ordem social na ponta do consumo final de drogas ilícitas, é compatível com a acumulação capitalista, por exemplo.

Durante uma Anpocs um colega que estudava religião reclamou, muito ansioso, que eu descrevia um padrão de sociabilidade sem relação com qualquer moralidade, porque ele estava pensando que qualquer relação intersubjetiva era indissociável de algum sistema de valores compartilhados. Respondi: "É, quase não tem mesmo, o que eu posso fazer?" (risos). Isso provocou enorme discussão e fiquei apenas ouvindo. Um exemplo empírico, bom para se pensar a regulação por valores, é o jogo do bicho, que não é lícito, embora tenha um fundamento de legitimidade popular muito forte. Mesmo criminalizado, o jogo do bicho pode regular o uso da violência física por meio de uma moral baseada na honra pessoal. O tráfico não pode justificar moralmente a produção de cocaína, que é uma mercadoria moralmente repudiada pela maioria da população. Os próprios traficantes, que cheiram dia e noite – claro que nem todos cheiram –, dizem que o fazem para não dormir. Eles só conseguem justificar o uso da cocaína como remédio. E é explorando a ilegitimidade da mercadoria transacionada pelo tráfico que as milícias constroem sua legitimação, como sabemos, e assim se aproxima da regulação por valores.

Para os traficantes estarem num estado permanente de vigilância.

Entende? É uma forma de limpar simbolicamente, limpar essa coisa suja, feia, imoral, do mal, que é a cocaína. Os traficantes dizem isso, é claro, quando não estão se orientando pela sociabilidade violenta. O trânsito entre as duas ordens, que são contíguas, existe, mas é pouco estudado. No caso da sociabilidade violenta não há um lastro cultural de aprovação que permita desenvolver uma equivalência com o jogo do bicho. É possível que, ao longo do tempo, o tráfico nas bocas fixas venha a se organizar de forma distinta da sociabilidade violenta, mas a história do Rio não tem mostrado isso.

Mas e a milícia neste contraponto?

Pois é, eu ia chegar lá. Por que a milícia e os traficantes estão relacionados? Por conta da hierarquia de força física, ou seja, sou submisso a você apenas enquanto não tenho mais força que você, porque, quando eu tiver, passarei a régua em você. Não posso produzir uma crítica que demande justificação, ninguém pode pedir nem precisa dar explicações sobre os próprios atos, eles são autoexplicativos, não são passíveis de transcendência. Só que, nesse confronto, a milícia se justifica quanto à violência que emprega justamente afirmando a imoralidade da violência do tráfico, não fosse ela uma extensão privatizada da atividade institucional de alguns policiais.

Não tem nenhuma elaboração em termos de prática discursiva.

Isso. Há um artigo ótimo de um autor cujo nome não me lembro, que constrói o conceito de *account*, algo como um relato explicativo sobre o que foi ou está sendo feito. Em uma interação em que o que está ligando os atores é estritamente a força, a própria noção de *account* faz pouco sentido. Mas isso funciona para o tráfico, não para a milícia, porque esta faz parte do crime, usa meios violentos, mas precisa justificar a violência que usa, isto é, produzir *accounts*. Disso decorre que a violência das milícias é moralmente regulada, como venho dizendo.

Ou seja, a violência pode até reforçar o princípio de organização, mas ela não é o que estrutura...

Weber não diz exatamente isso, mas essa é a minha leitura dele: uma ação coletiva é orgânica sempre que as pessoas cumpram mandatos de autoridades que consideram legítimas. Por exemplo, mando você escrever as coisas que estou falando. Se eu disser isso na qualidade de professor, e você reconhecer a autoridade do professor, você vai escrever. Em termos lógicos, minha ordem vai ser válida *depois* da legitimação da minha posição por quem a recebeu e a cumpre. Em outras palavras, pode-se dizer que, para Weber, a legitimidade é um fundamento lógica e cognitivamente anterior à validade da ordem. Mas isso não quer dizer que esta relação possa existir no vazio, e é aí que ele desenvolve a ideia de "garantias externas", ou seja, é preciso que, na relação entre autoridade e quem aceita a autoridade, exista um terceiro elemento, um corpo de funcionários que sustentem a relação. Então, a violência real ou potencial dos funcionários da ordem é o fundamento da garantia externa. Porém, como esta violência é legítima, mais do que um problema ela se constitui em uma condição do funcionamento regular da ordem social. Este é o centro da sociologia política weberiana, que pode ser aplicado a qualquer tipo de atividade que estiver sendo considerado. Sempre há legitimação, garantias externas e validade, exceto na sociabilidade violenta, pela razão que tentei sugerir.

E em alguns momentos você tem a ausência de previsibilidade, né?

Sim, mas em termos, porque, ao contrário do que se pensa, a violência pode fundamentar uma ordem social dotada de alguma continuidade. Meu ponto é que, independente de como se trabalha a noção de ator, a auto-organização de sua prática é indispensável no entendimento da produção da sociabilidade, mas este pressuposto não precisa estar atrelado a alguma moralidade transcendente que regule o emprego da força nas relações sociais. E, onde há auto-organização, com ou sem "metafísica" justificadora, há estruturação, e onde estas duas condições estão presentes, há alguma previsibilidade – evidentemente, com imensas variações quantitativas entre as diferentes situações. Isso não é incompatível com uma alta instabilidade nas posições dos atores nas hierarquias, como o caso do tráfico demonstra muito bem. Falar de previsibilidade, no caso da sociabilidade violenta, não implica falar em ausência de mobilidade social, cujas altas doses, diga-se de passagem, não afetam em nada o processo de valorização do capital. No caso da milícia,

do jogo do bicho, da sociedade estatal, há muito mais estabilidade e a propriedade estável de capital é um elemento decisivo na estratificação social.

Você está falando de Weber, e, dentro de estudos mais contemporâneos da sociologia do crime, há um debate sobre a superação da influência do Foucault e a retomada do Durkheim, em termos de sociabilidade, de solidariedade...

Tenho uma explicação, na verdade uma especulação, sobre a sociologia do conhecimento coletivo. Jamais escreverei sobre isso, porque não tenho competência nos temas da metateoria, mas lhe respondo oralmente, já que palavras o vento leva e não me comprometerão (risos).

Um dos elementos centrais da percepção da contemporaneidade como crise, e não esqueçamos de que se trata de um entendimento coletivo e não de um fato bruto, é a insegurança vivida, experimentada, de uma maneira muito particular de que falarei em seguida. Esquemática e muito resumidamente, eu diria que isso tem levado ao esgotamento de uma linguagem tradicionalmente praticada no conflito social e seu deslocamento para poucos nichos de atividade. Por muito tempo o conflito social esteve organizado em termos de luta de classes, o que significa, fundamentalmente, uma relação de alteridade entre categorias sociais que se reconhecem como opostas estruturalmente. Não falo apenas das teorias acadêmicas, mas da autoimagem das formações sociais. Este padrão de sociabilidade se estabilizou e pacificou com a experiência da social-democracia europeia, na forma de um *trade off* entre os interesses conflitantes, representado pela expansão constante da proteção social sob a responsabilidade do Estado. Foi exportado para todo o ocidente, produzindo nos diferentes países distintas configurações, cujo debate está no centro dos conflitos que envolvem as políticas estatais.

Proteção social é a demanda das classes subalternas, negociada, pactuada, com as classes dominantes sob a mediação estatal, de modo que é esta função do Estado que avaliza a estabilização e a pacificação das relações de classe, garantindo, mas também limitando, a reprodução da dominação e da exploração. Evidentemente, não podemos tratar das imensas complicações que este comentário genérico esconde. Mas acho fundamental ressaltar que a linguagem que constituía a autoimagem da sociedade e a prática dos conflitos dela decorrentes é a dos direitos humanos.

O Brasil incorporou os termos gerais desse quadro perfeitamente bem, especialmente a partir da primeira redemocratização. Também tivemos nossos "anos gloriosos", embora refratados pela nossa brutal desigualdade social, que nunca foi resolvida. O auge foi a Constituição de 1988, mas já no começo dos anos 1980 a expansão da entrada da cocaína funciona como catalizador de uma série de processos conjugados, tornando visível certo desconforto coletivo que alimenta uma profunda alteração na experiência social.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, mas o processo pode variar localmente, isso se explicita com uma hiperpolitização do debate sobre a segurança pública no primeiro governo Brizola. Ele queria interferir na política econômica brasileira, mas, com os

instrumentos institucionais e o peso político do governo estadual, suas possibilidades neste terreno eram limitadas. Então, para demonstrar que, eleito, não abandonara sua base social, cujo núcleo constituía-se nos estratos mais baixos das camadas populares, tomou uma série de medidas de defesa dos interesses populares, entre as quais a mais conhecida é o programa dos "Brizolões". A mais polêmica, porém, foi o acordo com as lideranças das favelas, de suspensão das grandes operações policiais nessas localidades, feito justamente no momento em que se consolidava a visibilidade pública da violência ligada ao tráfico em pontos fixos, as "bocas", quase todas situadas nos "territórios da pobreza". O resultado foi a ideia de que o governo Brizola era defensor de bandido. Assim se hiperpolitizou a questão da segurança pública, ao mesmo tempo em que se reduzia, no debate sobre as políticas públicas, o tema geral da segurança: um aspecto da discussão sobre a proteção social, a manutenção da ordem, torna-se sinônimo de segurança, e o foco do conflito, que até aquele momento apontava para a estrutura de classes, reduz-se à questão da continuidade das rotinas cotidianas.

Nas disputas públicas, a relevância da compreensão de riscos e ameaças na organização da reprodução social permanece, e com ela a ideia geral de "classes perigosas". Mas ela é resignificada, à medida que o crime violento deixa de ser compreendido como intersticial, mero desvio de conduta que não se afasta das regras dominantes. Esta transformação de sentido, que pouco a pouco se constituía, tornou-se visível, no caso de Rio de Janeiro, no primeiro governo Brizola, marcando a consolidação da linguagem da violência urbana. Ela não elimina a linguagem dos direitos, até porque continua a falar de direitos, embora fortemente resignificados, mas a desloca do centro das práticas constitutivas da agenda pública e a restringe a conteúdos específicos da ação coletiva. O resultado, como é óbvio, é que as polícias tornam-se elemento central do debate.

Mesmo porque saía-se de um momento autoritário em que a polícia tinha muito esse papel, não de polícia de classe propriamente dita, mas quase de uma polícia ideológica, da defesa do Estado, e não um instrumento capaz de viabilizar a segurança, pelo contrário...

Como venho sugerindo, o que estava em discussão durante o processo de redemocratização era a questão da proteção social. E a segurança pública, "proteção social" no sentido mais básico e geral do termo, não era compreendida apenas como manutenção da ordem, era muito mais do que isso – tinha a ver com o acesso e a disponibilidade de recursos institucionais que constituem o conjunto de direitos de cidadania. Neste quadro, o papel, aberto ou tácito, socialmente atribuído à polícia depende da correlação de forças que constituem o debate sobre a proteção social. Mas você tem razão, porque o Estado, em certas circunstâncias, precisa agir para preservar pelo menos alguma autonomia, condição para o exercício de sua função de mediação. Como isso será implementado, dependendo de como cada governo define em cada conjuntura, o que é e/ou deve ser entendido por "autonomia" do Estado. A questão da proteção social articula uma linguagem específica do conflito, e linguagem é prática. A variação de repertórios possíveis é imensa, cada um implicando uma combinação específica entre, de um lado, democracia

e pluralismo e, de outro, autoritarismo e corporativismo. Meu ponto é que estas questões se alteram com a linguagem que passa a constituir a agenda e a prática pública. A experiência da "violência urbana" recoloca todas estas questões de uma forma "achatada", pois elas são enfocadas como questões relativas à continuidade das rotinas cotidianas, que, é claro, dependem basicamente da manutenção da ordem pública.

A função estatal de mediação a que me referi antes está longe de desaparecer, mas altera-se profundamente o padrão de sociabilidade que define a forma da relação de alteridade. Primeiro, porque a atividade policial repressiva assume protagonismo central. Porém, mais importante do que isso, é que sua função precípua deixa de regular os procedimentos constitutivos do debate entre as classes. A função passa a ser evitar, e não mais regular, o contato com o outro, a fim de garantir que estejam afastados os riscos que ele, o outro, representa para a continuidade das rotinas de todos e cada um. Estranha mediação, que ao invés de unir, afasta... De qualquer maneira, ela fecha o círculo que produz desconforto, insegurança e medo. Mas a verdadeira novidade é a compreensão do "desencapsulamento" do crime violento constituído pela sociabilidade violenta, ou seja, o reconhecimento da desconcentração da violência que, visto sob o pano de fundo da longa experiência social anterior, aparece como crise e fragmentação, formulados, agora, em outra linguagem, a linguagem da violência urbana. Mudou a linguagem, mudou a natureza do conflito, mudou a modalidade de organização da sociabilidade. Essa é a minha ideia central.

Qual foi a repercussão disso na academia? Minha suspeita é que, consideradas as ideias dominantes, ela tem recorrido, pelo menos implicitamente, a Durkheim, daí o *revival* que comentamos. Com ele, se reafirma o que gostaríamos de ter: a violência como desvio e a alteridade como solidariedade, estas espécies de ideais que foram construídos na análise durkheimiana da experiência social do seu tempo. Todas essas coisas boas, positivas, características da esperança por melhores dias, que superem a compreensão das ameaças atuais, conduzem a uma certa nostalgia da obra de Durkheim. E toda a discussão sobre o lado ruim, o lado do poder, da submissão, do assujeitamento, se relaciona com Foucault. Foucault também tem um lado crítico-propositivo de uma estética da existência que se adequa ao clima de hoje, mas não é muito trabalhado na ciência social brasileira. Eles são um par que, na Academia, expressa essa dupla face: um, uma crítica arrasadora; o outro, uma compreensão positiva e otimista dos processos de integração social.

Uma das questões muito visíveis no campo que estamos chamando de sociologia do crime no Brasil é que temos na verdade diversos objetos de estudo: crime, segurança pública, Judiciário, prisões... E para alguns, isso não é um campo único, mas vários campos em permanente conflito. Como você vê isso?

Acho que a produção de fato não constitui um *corpus* orgânico. Isso é um fato, independente de o avaliarmos positiva ou negativamente. Mas, exatamente por causa desta desestruturação, na prática de pesquisa e no debate acadêmico, estes vários objetos se entrecruzam, porque todos tematizamos os tópicos que estão na agenda pública,

que, por sua vez, é pautada pela linguagem da violência urbana. É claro que o entrecruzamento é muito conflitivo, e também acho que ele expressa o que Giddens chamou de dupla hermenêutica, esta noção tão debatida. Mas, pessoalmente, não acho que o conhecimento avança por adição, de modo que considero mais esta situação pelo lado de sua riqueza para o entendimento da vida social. Além disso, não acredito na possibilidade de uma totalização que supere ou unifique a diversidade de perspectivas, pontos de vista, etc., nem sequer como horizonte de um processo possível. Nem a experiência social é uniforme, nem suas racionalizações.

Pensando em Bourdieu e no que ele elabora ao pensar a questão da educação?

Mas, em vez de campos, eu falaria em perspectivas e objetos construídos. Sempre se pode generalizar, mas nunca se pode abandonar a perspectiva que governa a totalização. De certa maneira, a tomada de posição metodológica de Bourdieu reconhece isso, embora na minha opinião um pouco contragosto. Mas deixemos este autor.

Considero que há um *continuum* de perspectivas que articulam os vários problemas de investigação, pontos de vista que tendem para, de um lado, um ângulo jurídico-institucional, estatal, associado à moralidade dominante, instituída, que fundamenta muitos debates e pesquisas, por exemplo, toda a discussão sobre o funcionamento e as práticas específicas dos subsistemas penitenciário, policial, Judiciário. Neste caso, as atividades criminais e o processamento das disputas estão, é claro, presentes, mas o foco da análise é o funcionamento das estruturas institucionais.

Há outra perspectiva, que podemos chamar de "societal", em que o que está em questão não é o funcionamento das organizações estatais e sua moralidade, mas sim as práticas e vivências da população sobre a qual o Estado exerce sua soberania (o que os americanos chamam de *constituency*). Nesta linha, é claro que os aparelhos de Estado estão presentes, porém como referências axiológicas lidas pelos atores. Note que não estou falando de conteúdos, mas de perspectivas, pontos de vista, ângulos de abordagem. Em ambos os casos, o argumento substantivo pode ser, e muitas vezes é, altamente crítico, mas não há síntese possível entre eles. As duas perspectivas são inseparáveis, até porque tematizam as mesmas práticas e organizações. Por isso podemos dizer que são complementares, como fizemos pouco antes, mas é impossível fundi-las em uma terceira que as englobe.

Mas é interessante isso. Estou pensando num levantamento que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública fez, com recursos da Fapesp a partir do banco de dados da Capes, sobre as teses e dissertações que trataram destes temas. Foi mapeado que nos últimos anos, ao contrário de trabalhos como os do Antônio Luiz Paixão, que defendia que os aparatos para o controle do crime eram mais temidos do que conhecidos, hoje temos uma vasta produção nesta área. Mas, pensando esta produção, vemos uma ênfase nesta perspectiva estatista, sobre esta capacidade do Estado em induzir políticas públicas, e isso tem chamado muito a atenção dos sociólogos, chegando a ter este embricamento entre pessoas

que eram acadêmicas e que vêm para a área de gestão. Como você vê este embricamento? Ele seria positivo ou negativo?

Sua questão me lembra a experiência da Escola de Chicago no começo do século XX.

Por quê?

Chicago estava experimentando enormes transformações com a explosão econômica, as migrações, a intensa urbanização, que lembram vagamente as grandes cidades brasileiras no imediato pós-guerra. E os pesquisadores da universidade começaram a estudar vários aspectos daquilo que era vivido como caos, financiados em inúmeros casos pela demanda estatal. Não se tratava de uma relação espúria, de mercantilização da universidade – nada disso. Aconteceu que, por razões diferentes – os pesquisadores por interesse cognitivo, os órgãos estatais pelo interesse em organizar as relações sociais na cidade –, havia uma forte ênfase, consensual, sobre a relevância de estudar as melhores formas de administrar o que era percebido por todos como uma série de "problemas sociais". Entender os problemas e resolvê-los por meio da gestão estatal uniu pesquisadores e administradores. A Escola de Chicago muitas vezes recusava, com críticas empiricamente fundamentadas, as preferências dos gestores, mas nunca recusou a relação substantiva entre problemas sociais, políticas públicas e ação estatal, de modo que se pode dizer que sua crítica era "interna". Apresentou-se como instrumento da política pública sem fazer, ela mesma, política pública. Este comentário pode ir longe, pois é mais ou menos isso que Durkheim diz sobre a divisão de funções entre o Estado e a ciência como instituição, mas paremos por aqui.

Fiz uma analogia com a Escola de Chicago apenas para descrever como está localizada a pesquisa acadêmica no Brasil, porque acho os dois casos muito parecidos. Mas não quero, com isso, desqualificar a excelência da produção de Chicago ou da nossa. A analogia me parece adequada exatamente devido à alta reputação da Escola de Chicago. Por outro lado, desde o começo de nossa conversa, venho dizendo que a vida social se organiza pelo conflito, o que, aliás, não é nenhuma novidade, e na universidade as coisas não são diferentes. Há boa quantidade de pesquisas que se constroem a partir da perspectiva societal, apesar de minoritárias e menos consideradas. Evidentemente, isso provoca uma estratificação dos pesquisadores, mas esta é outra questão. Só quero sugerir que os processos de regulação institucional são dominantes na canalização do financiamento de pesquisa, o que é inteiramente compreensível. Mas é claro que "dominante" não quer dizer exclusivo, tem havido espaço também para financiar pesquisas orientadas pela segunda perspectiva.

Mesmo porque ela produz uma reflexão que é complementar à outra perspectiva.

É complementar, sim, mas insisto em que as duas não podem ser fundidas. Fiz esta analogia apenas para dizer que a perspectiva que compreende a vida social a partir do Estado e seus valores é irredutível à que compreende a vida social a partir da sociedade e vice versa, e que ambas estão presentes na universidade em proporções e com

status diferentes. Em conjunto, elas constituem a autoimagem da formação social e são cruciais para a reprodução/transformação da sociabilidade. Neste sentido, são complementares. Porém, uma vez que as diferenças de fundo não podem ser superadas, são também antagônicas.

Tomemos um exemplo. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma organização aberta e democrática, da qual tenho participado eventualmente e na qual tenho muitos amigos. Não foi iniciativa do governo nem é um órgão do Estado e definitivamente está muito longe de ser uma organização "chapa branca". Mas, apesar disso tudo, é a perspectiva estatal que orienta seu interesse cognitivo e suas proposições, pois o móvel de sua reflexão é a regulação institucional das relações sociais. É claro que esta afirmação não desqualifica um milímetro que seja o conhecimento produzido ou as ações que o Fórum orienta. Pelo menos até segunda ordem, estou convencido de que não é possível uma fusão com a perspectiva societal. Esta, para ser incorporada, não pode deixar de ser "traduzida" e, como se sabe, *tradutori, traditore*.

É o lado das políticas públicas falando...

É. Há uma incompatibilidade com o ponto de vista societal, mas não um divórcio, porque as duas perspectivas, embora distintas, são inseparáveis. Basta reconhecer isso. São, ambas, parte da autoimagem da mesma sociedade...

Porque pode viabilizar um casamento duradouro.

Pois é, como em qualquer casamento, sempre haverá discordância. O que estou tentando por em questão é o quadro que fundamenta o modo de construir o objeto da reflexão. Os processos abordados podem ser os mesmos, mas o modo de reconhecê-los e tratá-los será sempre bastante diferente.

Sobre esta analogia com a Escola de Chicago, que influenciava políticas públicas sem produzi-las diretamente, acho que no Brasil há nuances diferentes, que deveriam ser consideradas. Primeiramente, é possível perceber que as universidades assumem um papel muito forte de consultoria para o Estado, como, por exemplo, o Crisp da UFMG. Além disso, você traz parte desse Estado para dentro da universidade, a partir de programas de formação, por exemplo, para policiais, operadores do sistema judicial, como no caso da UFF. Ou seja, há este processo de a Academia se apropriar de uma parte do Estado, o que não aconteceu com a Escola de Chicago, ou pelo menos não foi tão evidente, como ocorre no Brasil. Como você vê este processo? Isso é, de fato, uma diferença?

Vou começar com três observações genéricas. Primeira: por mais autonomia intelectual, econômica, político-administrativa, etc. que tenha, ao menos no ocidente moderno, a universidade é parte das instituições estatais, é um "aparelho de Estado", mesmo se juridicamente for privada. Segunda: conflitividade, disputa, divergência, ou como queiramos chamar a experiência dos desencontros entre as pessoas, são aspectos constitutivos, inerentes a qualquer interação social minimamente duradoura.

Durkheim não conseguiu perceber que o conflito é parte da "solidariedade". Este é o pecado de uma obra, sob todos os aspectos, fundamental. Ironicamente, isto talvez ajude a explicar o *revival* durkheimiano das últimas décadas. Terceira: uma perspectiva não é um conteúdo, é um ângulo de observação/reflexão. Estou propondo que costuma haver uma ampla variedade de pontos de vista, porém, em geral, eles convergem para dois ângulos fundamentais. Por sua vez, a substância da observação/reflexão é a experiência vivida, esse amálgama de práticas suficientemente organizadas para serem compreensíveis, no qual sempre estamos metidos até a raiz dos cabelos. O resultado disso pode ser frouxamente chamado de "teoria", na medida em que é uma autoimagem reflexiva da formação social. Venho sugerindo que não há uma "teoria" (leiga ou de especialistas como nós) uniforme, mas sim uma convergência para dois conjuntos, ambos referidos à mesma experiência compartilhada, mas vivida e percebida desde pontos de vista cognitivos, morais, etc., em uma palavra, "existenciais" diferentes.

Ditas todas essas coisas, voltemos à sua questão. A universidade, como, aliás, todas as instituições sociais, é condicionada por tudo o que acabo de mencionar. As duas perspectivas estão presentes nela, mas de uma forma desequilibrada, pois a perspectiva societal é minoritária, recebe menos financiamento, tem menos reputação, etc. Isso me parece claro, por exemplo, no caso dos estudos sobre segurança pública: os temas que interessam às políticas de controle institucional do crime, da violência, etc., obviamente, recebem muito mais atenção da universidade, não porque falte democracia interna, mas porque nós, da universidade, tendemos a privilegiar esses temas devido à nossa adesão majoritária à perspectiva estatal. Foi por isso que me lembrei da Escola de Chicago dos anos 1920, onde ocorreu algo semelhante. Finalmente, você tem razão quanto ao crescente interesse universitário na formação de policiais. Como sempre, este não é um movimento inteiramente pacífico, pois há muita resistência, mas acho que vai continuar se expandindo, pois ele se fundamenta, com um viés democratizante, no aperfeiçoamento do controle institucional do crime, ou na sua "racionalização", como diriam os weberianos. Pessoalmente, acho que este movimento é muito positivo, embora meus interesses de pesquisa tendam a se organizar a partir da perspectiva societal.

Mas eu estava pensando mais na forma como você vê os policiais e os outros operadores do sistema sendo chamados para dentro da universidade, por exemplo, nos cursos de especialização oferecidos pelo Ministério da Justiça, incentivando instituições educacionais a formarem esses operadores dentro de uma perspectiva muito mais sociológica, numa tentativa de formação de um novo profissional.

O que a ciência social faz não é muito mais do que uma reformulação dos mesmos problemas postos em questão pelas pessoas comuns. Eu não chegaria a dizer que os problemas sociológicos andam a reboque dos problemas ordinários. Eles caminham juntos, mas as questões da sociologia sempre se põem depois, ou a partir da produção dos problemas coletivos pelas pessoas comuns. Devido a esta simetria entre as questões da agenda pública e as da ciência social, quando esta desfruta de legitimidade, ela é chamada para a discussão sobre as políticas estatais que devem ser melhoradas ou

inventadas. Sua pergunta indica que a ciência social tem gozado de bastante legitimidade, o que torna a aproximação entre a universidade e a atividade policial algo mais ou menos "natural". Pessoalmente, minha avaliação deste casamento é que ele tem sido positivo para o processo de expansão da democracia, mas, obviamente, está longe de ser uma panaceia. Nós, pesquisadores, não temos a chave do paraíso, como supõem os tecnocratas. Acho que apenas pela ação da/na academia não se produzirá um "novo profissional", porque há muito mais em jogo do que a melhoria do conhecimento racionalizado, que é o coração da prática universitária. E isso vale mesmo nos casos em que a orientação de cursos e consultorias se concentra na mudança das mentalidades e, portanto, envolve uma interferência sobre os repertórios da linguagem ordinária e não apenas o aprimoramento dos aspectos técnicos da atividade. A universidade pode ser, e tem sido, um lugar de transformação da prática, mas não é o principal.

Estou pensando no que você falou sobre a sua experiência na organização da mesa sobre movimentos sociais na Anpocs e na dificuldade que algumas pessoas tinham em refletir sobre o que você está nomeando como verdade de base, e como isso comprometia a qualidade do trabalho. Pensando no que está sendo produzido a partir deste intercâmbio entre academia e operadores do sistema de justiça criminal, você acha que pode haver esta mesma dificuldade dessas pessoas que vêm fazer um curso, um mestrado, um doutorado, em se distanciarem de sua verdade de base e serem capazes de efetivamente realizar uma reflexão sociológica?

Creio que qualquer que seja a maneira de pensar uma atividade de formação, educação no sentido lato do termo, implica, por parte de quem é responsável por ela, o pressuposto de que é possível interferir sobre a mentalidade das pessoas. E, do ponto de vista das pessoas, implica o pressuposto de que elas não apenas podem, mas querem se esclarecer, no sentido de ouvir outras verdades, senão a formação não é formação...

Vira treinamento.

Exatamente, vira condicionamento, coerção. Isso ocorre muito, até se pode dizer que muitas atividades de formação não são formativas. Mas é um risco que a atividade de formação corre, é uma pena, mas é da vida. Porém, é perfeitamente possível imaginar a transformação da produção de verdades pela indicação, demonstração, de outras verdades. Isso implica, é claro, a disposição para uma transformação ativa, por parte dos próprios atores, de sua mentalidade. Porque a verdade é histórica e dialógica, não precisa ser habermasiano para dizer isso. Por outro lado, se aceitarmos a diferença que você sugeriu entre formação e treinamento, sempre será necessário um fundamento compartilhado na atividade de formação, um engajamento comum entre professores e programas, de um lado, e alunos, de outro, o que nem sempre ocorre. Se não houver, não haverá diálogo, mas um monólogo a dois. Em outras palavras, para que o diálogo venha a ocorrer, modificando a produção da verdade compartilhada, será sempre necessária alguma proximidade prévia, cognitiva e moral, entre os atores, lastreando o engajamento comum no processo de formação. Isso quer dizer que o resultado de

qualquer programa de formação ou de qualquer consultoria é uma questão empírica, não pode ser pressuposto. E, como questão empírica, precisa ser descrito caso a caso, pois jamais será uniforme.

Ela, a formação, é construída.

Construída na interação. Por exemplo, é difícil falar em produção de verdade na sociabilidade violenta, porque esta prática, além do cálculo instrumental da própria força e a dos outros pelos atores, não se organiza segundo um saber compartilhado exterior à própria prática. Produzir verdades implica refletir coletivamente, mesmo quando se acredita que este seja um processo impessoal. Sem querer entrar nesta imensa discussão, penso que o sucesso da atividade formativa não pode ser predefinido, porque depende de como ela se desenvolve concretamente e das disposições subjetivas dos alunos. Entretanto, se pré-julgar o resultado da atividade formativa é impossível, pré-julgar o valor de programas de formação não é. Quando bem construídos, eles são válidos como uma chance de reorganização das mentalidades.

Para finalizar nossa entrevista, na sua opinião, qual sua maior contribuição não apenas para a sociologia brasileira, mas também para a agenda pública do país?

Do ponto de vista propriamente acadêmico, duas professoras, ex-alunas minhas, escreveram um artigo sobre a minha obra. Fiquei constrangido, porque não tenho obra (risos). Como já disse, tenho plena consciência de que em meu trabalho tenho sido empurrado pelas circunstâncias, e uma obra não se faz assim, ela determina ou, no mínimo, condiciona os contextos nos quais é produzida. Alguma relevância no sentido de ser lido e ouvido por uns poucos incautos eu até tenho, mas isso não é vantagem. Escrevo desde o final dos anos 1960, alguma coisa alguém vai ler, não é mesmo? (risos).

Mas você está se desprezando muito!

Não é desprezo, é evidente que uma pessoa com cerca de 50 anos de atividade tem que ser ouvida, porque senão ela sairia de cena. Então, do ponto de vista acadêmico, não tenho obra, e do ponto de vista político, menos ainda (risos). Nunca fiz política diretamente, mas sempre fui indiretamente envolvido com política: passei pelo método Paulo Freire, estava engajado em todas as discussões sobre movimentos de base, etc., mesmo sem jamais ter sido um ativista militante. O Roberto Kant de Lima me chamou para participar de uma mesa nesta última RAM, com a professora Sofia Ticornia, que atua como perita no Tribunal Interamericano de Direitos Humanos. No subtítulo da mesa havia uma expressão interessante, "ativismo universitário", que evidentemente referia-se à atuação dela. Este é um lado minoritário e pouco trabalhado da atividade acadêmica, porque, quando se pensa na universidade, em geral se acredita que o que ela faz é distanciar-se da vida prática para fazer análises, comentários, escrever... De minha parte, não tenho um ativismo universitário, já que não sou *expert* em nenhuma instância institucional, mas tenho uma participação política indireta de uns 50 anos. Desde quando eu estudava habitação, mercado, movimentos sociais, violência, sempre

estive envolvido com a análise da atividade pública. Mas sempre como pesquisador, embora visando contribuir para abrir a universidade para o que julgo serem os interesses populares. Acho que esta é a minha contribuição. Institucionalmente, para a abertura da universidade a interesses que estou chamando nesta entrevista de "societais". Politicamente, na forma de uma constante crítica interna ao ativismo militante, extra-acadêmico. Uma forma de resumir esta dimensão de minha autoimagem é que não me considero um ativista, um militante. Por outro lado, minha atividade reflexiva, acadêmica, sempre foi politicamente engajada. Dizer isso pode parecer paradoxal, mas na prática diária nunca foi um problema para mim.

José Vicente Tavares dos Santos

José Vicente Tavares dos Santos nasceu no dia 29 de janeiro de 1949, em Paris, França. Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1971. Concluiu seu mestrado em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1977, e seu doutorado em sociologia pela *Université de Paris X,* Nanterre, França, em 1987. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador do GPVC/UFRGS.

Entrevista

José Vicente Tavares dos Santos
Porto Alegre, agosto de 2009

Por Renato Sérgio de Lima

Caro, em uma pesquisa desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, descobriu-se que você aparece, juntamente com o Sérgio Adorno, como as duas pessoas que mais orientaram teses e dissertações com a palavra-chave violência. Agora, queria refletir um pouco com você sobre o que significam esses trabalhos para a academia, sobretudo para conexões teóricas e metodológicas com as políticas públicas. Qual a contribuição – ou a não contribuição – que a academia deu nesses últimos 30 anos para a formulação e execução de políticas públicas de segurança?

A questão da violência nasceu como uma questão social durante a ditadura militar, com as denúncias e as campanhas contra a tortura e pela anistia. Surgiu no bojo de uma luta contra a ditadura, e isso marca, talvez como tenham sido as greves no século XIX, sua emocionalidade e grande dramaticidade. Quando se passa à democracia, é outra face da violência, expressa pelo conceito de [Guillermo] O'Donnell, em "o autoritarismo socialmente implantado". Vem daí a trajetória do NEV/USP.

Quando estávamos passando do estudo sobre o campesinato e a colonização de novas terras para os estudos acerca da violência rural, comecei a dialogar com os pesquisadores do NEV, e eles não tinham nenhuma tradição nessa temática. Eu já vinha de uma experiência de cinco anos fazendo cursos para a Comissão Pastoral da Terra sobre sociologia contemporânea, principalmente na Amazônia. Lembro de que havia muitos relatos de violência rural, morte e sofrimento. Muitos estavam estudando esses fenômenos, portanto, não é por acaso que vários agraristas passaram a ser estudiosos da violência.

Quais outros "agraristas"?

O César Barreira, a Maria Grossi Porto, o Wilson Barp, o próprio José de Sousa Martins, que estava fazendo um estudo sobre linchamentos.

Foi um trabalho de construção sociológica de um objeto, sem nunca perder a relação tensa com a questão social. Isso trouxe uma exigência de rigor de pesquisa e metodológico. Por quê? Por um lado, havia a emocionalidade que impregnava o objeto social e contaminava a construção do objeto sociológico, mas também existia uma segunda dimensão teórica, pois o estudo do crime e da violência naquela época, no início dos anos 1990, salvo honrosas exceções, basicamente era penalista, e a criminologia estava confinada às escolas de direito e de polícia, na tradição da antropologia criminal positivista. A *labelling theory*, a teoria da rotulação, a noção de pluralismo jurídico, somente chegava a alguns: o José Eduardo Farias, na USP; o Nilo Batista, no Rio de Janeiro; e poucos outros.

Quando quisemos construir o objeto de pesquisa "violência", tivemos que estudar o saber sobre o crime, e aqui há outro tipo de contaminação: o positivismo que marcava a criminologia ensinada no Brasil, que é diferente de outros países. Tanto que o livro do Lombroso, *O homem criminal*, foi traduzido e novamente publicado pela Universidade Estácio de Sá, em 1983, com prefácio do reitor elogiando a obra, falando em "Lombroso ressuscitado". Nesse contexto, fomos estudar a criminologia; e descobrimos, como já havíamos estudado os interacionistas simbólicos, que era fácil compreender a Teoria da Rotulação. Por outro lado, havia a produção dos italianos, o [Alessandro] Baratta e o [Massimo] Pavarini, e o [Juan] Pegoraro na Argentina, que faziam a crítica da criminologia positiva, construindo a criminologia crítica. Depois encontramos os ingleses, Reiner, Young e outros.

Por outro lado, nós brasileiros, ao ler Durkheim, percebemos que havia uma diferença entre violência e crime. Lembro-me de uma conversa com Sérgio Adorno, no Congresso Mundial de Sociologia, no Canadá em 1998, em que ele dizia sobre o Grupo de Controle Social e Desvio: "isso não tem nada a ver conosco!". Porque a violência era outra história. Interessante, essa distinção entre violência e crime e como fomos construindo, no Brasil e na América Latina, uma sociologia da violência.

Ao começar a viajar pela América Latina o que descobri? O primeiro livro de sociologia colombiana se chama *La violencia*, de Orlando Fals Borda e mais outros autores. É um livro sobre a guerra civil rural entre o partido conservador e o liberal que se transforma numa guerra rural e dá origem às FARC. Nessa época fui a Bogotá e vi que as pessoas tinham um cartão de visita no qual se apresentam como "violentólogos".

Daí fizemos uma espécie de arqueologia da violência na sociologia brasileira. Descobrimos que a violência foi pensada, primeiro, como violência rural, pela Maria Isaura, para não falar de Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Maria Sylvia. Só que o pessoal do crime também não sabia isso. Então, pouco a pouco, foi se construindo a violência como objeto sociológico.

Como isso se refletiu no campo das políticas públicas? Primeiro, no debate público. Naquele momento, começavam as mudanças da sociedade preparando o período da mundialização de conflitos. Novos conflitos, a violência difusa, sendo que os penalistas,

os criminólogos, não sabiam explicá-la, porque era diferente do crime. Às vezes a violência não era ainda tipificada como crime, às vezes já não o era mais. Desde a violência doméstica, da violência contra a mulher até outros tipos de violência que deixaram de ser tipificadas, porém continuaram a existir; a violência simbólica é raramente tipificada. Quando íamos ao debate público, essas pessoas possuíam poucos recursos intelectuais para além de uma dogmática jurídica; sabiam os códigos de cor. Eles tinham também uma herança da criminologia positiva. Quando isso se reflete em políticas públicas, nos anos 1990, em algumas eleições estaduais o tema da segurança foi colocado na arena pública, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O primeiro plano federal é o Plano Nacional de Direitos Humanos, que o Paulo Sérgio [Pinheiro] e o NEV coordenaram, fazendo audiências públicas em vários Estados, em 1995 e 1996. Começou, então, uma ligação mais orgânica entre a sociologia da violência e as políticas públicas.

E o Paixão, no início dos anos 1980?

Ele foi para os Estados Unidos e aprendeu novas teorias, a *label theory* e outras, e aprendeu a metodologia de análise de dados estatísticos. Ele é realmente um pioneiro, mas como fenômeno de grupo isso só foi aparecer nos anos 1990.

Em termos de projeto acadêmico, os anos 1990 e o NEV?

O NEV era a referência dos anos 1990, pouco a pouco a questão foi se espraiando, e o impacto político disso se corporificou na discussão sobre o Plano Nacional dos Direitos Humanos.

A emocionalidade da questão social permanece até hoje. Se olharmos o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, em 2000, e a Lei de Crimes Hediondos, a Lei Maria da Penha, são legislações que derivaram de situações de alta emocionalidade social, de um pânico social, situações em que o legislador transforma o medo em lei. Até foram intituladas como a legislação do pânico. Ou seja, sai da esfera do pensamento científico. Então, mesmo com essa interação com as políticas públicas, a primeira vez que os candidatos a presidente têm planos estruturados vem da segunda eleição do Fernando Henrique Cardoso. Anteriormente não havia este contexto. Na eleição de 2002, os três candidatos tinham planos, o Garotinho tinha um plano enorme, o Serra possuía um plano substantivo, o Lula também. Aliás, se compararmos os três planos retrospectivamente, talvez a semelhança chegue a 80% dos conteúdos. Algo a refletir.

No limite, as pessoas eram integrantes de um mesmo pensamento, de alguma forma comungavam de princípios comuns, tanto do partido do Serra quanto do partido do Lula e o do Garotinho. Para usar um termo do Garland, essas pessoas tinham a ideia do bem-estar social penal: a política de prevenção ao crime e à violência, polícias de proximidade, sistemas penais correcionalistas e de reabilitação, penas alternativas.

Você acha que essa ideia de bem-estar social penal veio exclusivamente da academia?

É interessante porque as questões da segurança e do crime só chegaram à esfera

pública, no sentido de Habermas, como esfera política, nos anos 1990. Antes existia escondida, como uma espécie de governo escondido. Ou seja, a esfera da justiça criminal na América Latina – é lógico que seja diferente dos países que viviam o Estado de Bem-Estar Social – era a que garantia a exclusão social.

O Estado de Bem-Estar social penal chegou ao Brasil depois que estava se dissolvendo há um tempo em outros lugares: quando está se dissolvendo no centro do sistema mundial, ele está se construindo aqui. Até hoje é assim: quando aparece como questão pública, aparece com aquele matiz, mas tardiamente. O Brasil está avançado em relação à América Latina: nos outros países continua muito a emocionalidade ou a denúncia.

E o que nós fizemos? A denúncia é importante, mas a tarefa da sociologia é transformar a emoção, a denúncia, o senso comum, o dado imediato num objeto de ciência e organizar o debate. Precisamos organizar o debate público, mas apenas organizar. Depois, os atores políticos vão tomar as decisões. Não nos cabe tomar as decisões. Nas eleições presidenciais entre Serra e Lula, em 2002, isso estava corporificado, e desde então entra na agenda pública nos âmbitos federal e estaduais e, hoje, na esfera municipal.

Parece-me que a contribuição da sociologia da violência é substantiva, seja ajudando a construir quadros – a Renaesp (Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública) é um exemplo –, seja auxiliando as análises, porque o que ocorreu nesse período foi uma redução da capacidade analítica do Estado, que, nessa esfera, chegou quase a zero, porque o Estado não tinha nem capacidade de produção do dado. O dado nacional começou a ser construído em 2003. Temos, então, a sociologia ajudando a formar quadros, a analisar e a produzir metodologias para estudar os dados. Muitos quadros saem da universidade e vão para os aparelhos do Estado para produzir ou criar sistemas de informação.

Além disso, a sociologia continua com a análise dos fenômenos da violência. O que se percebe é que a questão política é extremamente marcada pela dramaticidade, pela desrazão, em termos foucaultianos e, portanto, sem essa tecnologia social racional que chegou às esferas da habitação, educação, produção agrícola, produção industrial. Ou seja, os pilares do Estado do Bem-Estar Social não chegaram à área da segurança. A área da segurança chegou à tecnologia como sinônimo de viatura, armas e construção de presídios. Muito recentemente é que a ideia de educação policial aparece. Ou seja, é o setor, mais do que outros ao qual cabe à sociologia dar sua contribuição.

Pode-se dizer que, durante os anos 1990, os dados, os estudos atuais e suas referências transformaram um tema de fronteira, como era a violência, o crime e a segurança, em um tema que ganhou o protagonismo das ciências sociais. Mas percebo que existe certo modismo acadêmico, e aí há a assunção de reprodução de modelos internacionais, teorias importadas ou simplesmente reproduzidas. Tem estudo que se baseia muito na perspectiva do Foucault, outro que se baseia muito na perspectiva do Bourdieu... Em termos de conhecimento, isso não revelaria o esgotamento dessa capacidade de inovação que você destaca?

O que você chama de modismo poderia ser chamado de paradigma de uma ciência normal, uma sociologia da violência. Nesse ponto ela se iguala às outras ciências, aos outros ramos da sociologia.

Primeiro, gostaria de abrir um parêntese em relação ao Rio: o Rio de Janeiro é a grande vitrine, por várias razões, tais como presença do estrangeiro, das agências internacionais, etc. Só que o Rio é uma vitrine que não é reproduzida em nenhuma outra cidade brasileira, talvez num gradiente, mas nenhuma outra cidade reproduz a conjunção da criminalidade organizada, a corrupção dentro da policia, a brutalidade policial, o tráfico de armas, um alto mercado de consumo de drogas, nacional e internacional, etc. Isso só se reproduz como mimese, pela qual o Brasil seria um sinônimo do Rio. Tanto que muitas vezes as políticas públicas, as federais, dependendo do partido e dos personagens, apenas parecem refletir a situação do Rio para o Brasil e outras de São Paulo para o Brasil. Mas, se olharmos bem, e observei isso na prática, muitos dizem: "esse documento não reflete a minha cidade; moro em Belém, em Fortaleza, em Porto Alegre. Não é o Rio, não é São Paulo."

Fechando o parêntese, existe sim a questão do modismo. Isso não é somente da sociologia da violência ou do saber sobre o crime, é geral nas ciências sociais. Fui à Anpocs, apresentei um trabalho no qual afirmei que nos seminários de teoria sociológica, em todos os programas de graduação, mestrado e doutorado no Brasil, não havia nenhum autor que não fosse alemão, norte-americano, inglês ou francês. Continuo com a hipótese que internalizamos a colonização: Lévi-Strauss escrevia, em *Tristes trópicos*, que a elite paulista queria sempre chegar à última novidade intelectual sem se dar ao trabalho de percorrer os caminhos para lá chegar. Então, há uma sociologia colonizada, em todos os campos.

Veja, quando aparece o termo violência nas estantes, ou na produção intelectual norte-americana e francesa? É depois da brasileira, já é nos anos 2000. Os dois grandes livros de referência sobre a violência na França são o do Wieviorka,[1] publicado em 2004, e a teoria sobre a violência na escola, de Debarbieux,[2] editado em 2006. Nos Estados Unidos, Collins[3] publicou, em 2008, um grande tratado sobre a violência. Embora houvesse uma infinidade de estudos nos Estados Unidos, a suma teórica ele fez recentemente.

Com a mudança do mundo, não temos mais um modelo da violência típica em Londres, Nova Iorque, etc., que se refletiria aqui, como havia, no século XIX, a fábrica em Londres, Manchester, Lyon ou Chicago. A violência aparece aos poucos em vários lugares e há que ter uma compreensão planetária para entendê-la. Aí, estamos mais do que equipados, quer dizer, fazemos da necessidade virtude, pois, como sempre, lemos as várias tradições sociológicas; desde o exemplo do Florestan Fernandes, temos mais

1 WIEVIORKA, Michel. *La violence*: voix et regards. Paris: Balland, 2004.

2 DEBARBIEUX, Eric. *Violence à l´ecole*: un défi mundial? Paris: Armand Colin, 2006.

3 COLLINS, Randall. *Violence*: a micro-sociological theory. Princeton: Princeton University Press, 2008.

condições de elaborar teorias sociológicas sobre a violência e as conflitualidades. Para fazê-lo, entretanto, há que romper um limite do inconsciente intelectual, pois nos sentimos incapazes de produzir teoria e acreditamos que somente somos capazes de fazer estudos de casos, análises empíricas. E não nos consideramos capazes de teorizar sobre os nossos próprios materiais empíricos. Deixamos, docilmente, que outros o façam.

O que acontece na sociologia da violência é o mesmo que acontece em todas as áreas da sociologia. Porém, paradoxalmente, na sociologia da violência há possibilidades: temos a dramaticidade dos fatos e a tradição da antropofagia sociológica, como dizia o Oswald de Andrade sobre a antropofagia cultural. Temos todas as condições de criar inovações teórico-metodológicas e modos interpretativos originais no contexto mundial.

O Gláucio Soares costuma destacar bastante o que ele chama de "viés ensaístico" em relação à sociologia brasileira, uma ausência de evidência empírica, de dados que possam corroborar a tese.

Ele está se referindo a dados quantitativos. Talvez ele tenha razão, até porque os dados quantitativos sobre esse tema são precários, como você mesmo já demonstrou. Agora não penso que ele tenha razão quanto aos dados qualitativos: há uma infinidade de estudos de caso, de análises de situação, de análises qualitativas, de análises com entrevistas, de análises da imprensa, de políticas públicas, etc. Ele está se reportando a uma dimensão dos estudos sobre a violência que é mais sobre o crime, pois, às vezes, a diferença entre crime e violência é difícil de ser quantificada, exatamente porque a violência tem visibilidades e invisibilidades.

O que percebi na história da sociologia da violência é que reencontramos algo que tínhamos encontrado nas décadas de nossos estudos agrários, o que Comte chamava de "engenheiros sociais". Quando fazíamos estudos agrários, sempre entrávamos em debate com engenheiros agrônomos, veterinários, as pessoas que detinham um saber prático. E os agentes do saber prático não legitimavam o saber sociológico. Essa tensão permanece até hoje, na sociologia rural, na extensão rural, nos estudos ambientais, etc. No caso da sociologia da violência e do crime, nos encontramos novamente com os "engenheiros sociais", ou seja, os penalistas, os criminalistas e os policiais civis, militares, bombeiros e os policiais federais. Porque a área da segurança era uma espécie de feudo desse setor do conhecimento, do que podemos chamar, em termos foucaultianos, de um dispositivo de poder-saber, o qual o próprio CNPq e a Capes reconheceram como o setor da segurança pública. Essa tensão permanece, uma tensão essencial e produtiva para a ciência, porque nos obriga a não sermos servos do poder e, ao mesmo tempo, nos obriga a não fazermos uma ciência instrumental. Isso não quer dizer que não se reconheça, como Florestan Fernandes ou o próprio Marx nas Teses sobre Feuerbach, que existem ciência básica e ciência aplicada, porém estão em conjunção. Na ciência contemporânea, essa distinção não existe mais.

Alguns policiais e pesquisadores das ciências sociais dizem que se chegou a um ponto, no que diz respeito aos estudos sobre polícia e ao ser e fazer polícia no Brasil,

que temos sociologia demais e outras disciplinas de menos, como tecnologia, administração, gestão. Que temos muitos diagnósticos, porém, na hora de implementar políticas, há pouco referencial teórico-metodológico. O que você acha disso?

Discordo completamente. Em primeiro lugar, isso não é verdade: é empiricamente demonstrável que temos carência de estudos de sociologia da violência, sociologia das instituições vinculadas à segurança pública. Se compararmos a produção intelectual americana e a inglesa, a produção brasileira ainda engatinha. Ela é absolutamente insuficiente, há um enorme trabalho a ser feito. Quantas teses existem sobre a Polícia Federal? Quantas teses existem sobre o Ministério Público? Quantas teses existem sobre guardas municipais? Quantas teses existem – como em minha atual pesquisa – sobre escolas de polícia? Não chegam a uma ou duas dezenas. Ou seja, em primeiro lugar, falta sociologia, falta boa sociologia, aquela que caminha no tripé de reflexão metodológica, teórica e epistemológica para construir um objeto sociológico.

Em segundo lugar, é uma questão eminentemente complexa e multissetorial, multidisciplinar. Por que continuo acreditando que a sociologia tem mais capacidade analítica para dar conta da interpretação desses fenômenos? Porque a sociologia vinculada à complexidade e à transformação consegue compreender os diversos pontos de vista e englobá-los numa explicação mais totalizante. Os "engenheiros sociais" do setor da segurança são saberes especializados, evidentemente necessários, porém são saberes fragmentários e incapazes, sozinhos, de produzir uma explicação abrangente que possa redundar em políticas sociais ou em políticas públicas de segurança.

Mas a nossa sociologia, a sociologia brasileira, teria essa característica?

Em todos os fóruns internacionais, nos últimos 20 anos, nós brasileiros apresentamos trabalhos da mesma qualidade que pesquisadores de outros países. Certamente, temos carência de estudos empíricos quantitativos, mesmo porque, nos casos americano, inglês e francês, há uma produção oficial de dados de alta qualidade. Os sociólogos já têm os dados, enquanto por aqui, muitas vezes, temos que construir os dados brutos. Para os sociólogos daqueles países o dado está na Internet. Aqui temos que construir os dados e romper o segredo.

Em pesquisa recente, demorei sete meses para obter dados públicos sobre ocorrências policiais no Rio Grande do Sul, e isso com um mandato de uma autoridade estatal. Não tenho dúvida de que falta uma enorme quantidade de estudos que deveriam ser feitos. Mas se o sistema brasileiro de ciência e tecnologia tem essa capacidade, certamente não a têm isoladamente os "engenheiros sociais" da segurança pública.

Numa pesquisa sobre o ensino policial, tenho visitado escolas de polícia no Brasil, cerca de 20 unidades, e em outros países – Argentina, Colômbia, Uruguai, El Salvador, Venezuela, Estados Unidos, Reino Unido (Irlanda do Norte e Inglaterra), França, Portugal, Suécia e México. As escolas de polícia do Brasil são pedagogicamente arcaicas e conceitualmente atrasadas. Em relação ao crime e à violência, elas são herdeiras de um positivismo geneticista. A Academia da Polícia Federal, por exemplo, que é ótima em termos de tecnologias policiais, não tem uma disciplina de ciências sociais ou de

ciências humanas. As outras que verifiquei seguiam um padrão: em cerca de 2.000 horas/aula, havia 200 horas/aula de ciências sociais. Nas escolas de Polícia Civil, há uma mimese em papel carbono – o papel carbono que se usava na máquina de escrever para fazer cópia – de escolas de direito, mas os alunos, que já são bacharéis, acabam repetindo durante dois anos um curso de direito, às vezes apequenado. Nas escolas de Polícia Militar, um enorme tempo é utilizado na ritualística militar. Analiso e quantifico currículos e propostas pedagógicas quando as encontro: cheguei a encontrar 400 horas/aula de férias ou 200 horas/aula de paradas, de rituais, etc. Para os temas sobre investigação policial, mediação de conflitos, prevenção da violência, sociologia da violência, a quantidade de horas/aula é insignificante, em currículos enormes. São estruturas curriculares arcaicas, pois o mundo moderno trabalha com currículos menores acompanhados da formação permanente.

Os profissionais de segurança pública não têm uma formação adequada para compreender o próprio contexto social da sua atividade prática. Daí uma repetição do atraso, uma repetição da brutalidade policial. Um saber prático não reflexivo, dizem alguns: "Aqui na academia você estuda uma coisa, mas o saber da polícia só ocorre quando você chega ao quartel ou à delegacia". Quer dizer, é uma negação do saber científico, inclusive do saber científico e tecnológico aplicado às tarefas da segurança pública. O que é lamentável cientificamente, e lamentável do ponto de vista público, pois há um recurso público que sai dos impostos nem sempre bem aplicado aos seus fins educacionais.

Mas isso também não revelaria certa inapetência do sociólogo de falar com o profissional de segurança? Um pouco do que você falou no início, das tensões, das resistências, da instrumentalização das polícias...

Isso existe em qualquer área do conhecimento. Na sociologia da indústria, o executivo da indústria, o chefe da produção vai querer te cooptar. Se você faz sociologia rural, o agrônomo vai querer subsumir seu trabalho. Se você faz sociologia dos movimentos sociais, o líder do movimento sindical, do movimento social também vai enquadrá-lo. Essa tensão, por vezes angustiante e solitária, é constitutiva do saber das ciências sociais.

Neste caso, talvez por ser ainda recente a sociologia da violência, a distância é ainda maior. Quer dizer, há um estranhamento. Esse estranhamento tem várias razões; uma delas é que o saber sociológico sobre a violência é capaz de situar, objetivar e explicar o saber prático. Aqueles que somente detêm o saber prático reagem, porque eles se veem desmascarados, ou desencantados. Em segundo lugar, da parte dos sociólogos da violência, também há estranhamento, pois viemos de uma ditadura na qual houve, na minha geração, tortura, tive amigos que foram mortos, foram torturados; corri muito da polícia e, por felicidade ou por sorte, nunca fui preso. A polícia era realmente o aparelho repressor do Estado. Dentro da universidade, finalmente, começa a haver menos preconceito dos colegas em relação a nós que dialogamos com os policiais, que construímos a Renaesp, os cursos de especialização para policiais e colocamos policiais em sala de aula, uniformizados e até armados, pois muitos estudam após o dia de tra-

balho. Porém, se olharmos os últimos 15 anos, houve um enorme crescimento. Curiosamente, o poder teórico da sociologia da violência deu uma legitimidade enorme aos sociólogos que a praticam com a sociedade, na legitimidade dos espaços públicos. Por outro lado, os próprios policiais começaram a reconhecer a importância da sociologia; cada vez mais policiais vem fazer o curso na área de ciências humanas, sociologia, ciência política, antropologia.

A carência de inovação nas tecnologias policiais deve-se a um saber prático pouco reflexivo. Vou dar o exemplo de armas não letais: é muito recente a discussão no Brasil sobre armas não letais ou menos letais, enquanto em outros países isso já existe, tais como o uso de artes marciais, o controle de pessoas ou de grupos, o que aqui é muito recente. Ou a deontologia do uso da arma de fogo. A tecnologia policial, no Brasil, ainda não incorporou a inovação científica e tecnológica na própria tecnologia policial disponível na atualidade. As penas alternativas, por exemplo, são escassíssimas no Brasil. A Lei de Crimes Hediondos e a Lei da Maria da Penha, assim como o trabalho de Helena Singer sobre os movimentos em relação à reação social aos linchamentos, mostram que existe uma consciência coletiva marcada por um direito repressivo, um direito de vingança. Contamina-se pela dramaticidade, não havendo espaço para a inovação conceitual e tecnológica.

Inclusive alguns intelectuais dizem que a policia é assim porque a sociedade é assim. Bem, se assim pensarmos, nada mudará no mundo, não mudariam a educação, a alimentação, a habitação, o transporte, porque sem soluções totais não mudaríamos setores da sociedade. Isso é uma soma zero que, na realidade, esconde uma falta de reflexão sobre a historicidade e sobre qual é o papel da segurança em uma sociedade de tardia modernidade.

Podemos pensar que existe, mesmo que como um processo histórico, um projeto acadêmico com capacidade para fazer uma passagem da questão da violência e de seus referenciais empíricos na sociedade, seja a polícia, sejam as prisões, seja a violência nas escolas, etc., para aquilo que você tem chamado provocativamente de uma "sociologia do policiar"? Estamos incorporando as ferramentas da sociologia das organizações, ou não?

Quando falo "sociologia do policiar", que é uma noção ainda a ser construída, vem da ideia de que existem tecnologias sociais que funcionam na sociedade; o conceito é do Mannheim de 1951, refletindo sobre a planificação soviética dos anos 1920: cabe à sociologia aplicada pensar essas tecnologias sociais, pensar modos pelos quais vamos intervir entre grupos sociais. Essa é a esperança intelectual da sociologia, da conjunção de sociologia geral e sociologia aplicada. Para isso é preciso desenvolver uma saber dialógico que dialogue com os práticos do setor e que transmita uma ethos intelectual da reflexividade, de pensar alternativas de como fazer. Porque na realidade, quando estamos falando de sociologia do policiar, estamos falando em modos de regulação de uma sociedade pautada na modernidade. Os modos de regulação podem conter possibilidades emancipatórias, como diz meu amigo Boaventura de Souza Santos. E

veja como é curioso: Paulo Freire pensa em emancipação para a educação desde os anos 1960. Estamos pensando o mesmo processo, uma pedagogia da liberdade para a área de segurança, somente 40 anos depois. Com todas as transformações da vertigem da modernidade tardia, escreve Jock Young, ou a incerteza de Bauman como componente crucial da sociedade.

Você poderia falar sobre alguns desses elementos de explicação dos 40 anos de atraso?

Primeiro, porque a ditadura militar produziu a militarização da segurança pública no Brasil, a partir de 1967, desmobilizando inclusive iniciativas pioneiras de policiamento ostensivo, como as duplas de policiais a pé, denominadas de Cosme e Damião ou de Pedro e Paulo, uma alusão sagrada a um modo de policiar. Segundo, a censura não era apenas proibir, é o que ela deixava de poder fazer. Então, construir um objeto científico "violência" durante a ditadura era difícil, era feito em termos das campanhas da Anistia.

Agora, para construir uma sociologia do policiar no sentido de pensar como a sociedade vai se autorregular em termos de um controle social emancipatório, somente é possível em um espaço social de liberdade, de democracia, de alta inventividade sociológica e social. Tais condições estão dadas no Brasil e na América Latina. Mais do que isso, a sociedade está a exigir, pois, se olharmos o panorama brasileiro e latino-americano, a sociedade não mais aceita a brutalidade policial, a sociedade não aceita mais a corrupção. Talvez até a sociedade aceite algumas medidas repressivas, como o encarceramento. Mas há dúvidas, principalmente quando a brutalidade policial alcança setores de classe média ou chega a absurdos que são midiatizados. Nesse espaço a sociedade está exigindo uma nova forma de regular condutas, portanto, uma nova forma de policiar.

Nesse seu exemplo de uma nova forma de regulação me veio à cabeça a intolerância diante de alguns segmentos, com uma reivindicação de vingança ainda muito forte. Veio-me à cabeça exatamente o caso escabroso do menino João Hélio, que foi morto por jovens. O problema é que, quando eles foram apresentados à sociedade pela polícia, tinham claras marcas de agressão, e isso jamais foi citado. Porque o crime cometido por eles era de tal forma brutal para sociedade que, de alguma forma, contradiz isso que você disse sobre a intolerância. Nesse caso a vingança se fez mais presente.

Talvez a categoria crueldade seja interessante: quando se chega à crueldade, ao limite da violência, há uma intolerância e há um sentimento de vingança muito forte. Mas isso são casos extremos. Novamente a dramaticidade de que Susan Sontag fala em um livro impressionante, *Diante da dor dos outros,* em que pergunta, e responde via Freud, por que as pessoas, desde a Guerra da Criméia de 1848, compram, veem e gostam de cenas cruéis, quadros sobre violência, fotografias de violências físicas? Ou os quadros sobre a I Guerra Mundial dos pintores expressionistas alemães. Ou seja, há um processo civilizatório para superar esse Estado de um Direito de vingança. Só que no

caso da violência, nem sempre se chega mais rápido do que outros: como se houvesse o inconsciente coletivo vingativo. Obviamente que isso tem um filtro da seletividade social: é muito mais aceita a tortura contra pessoas pobres, geralmente de raça negra ou parda, ou indígena (lembrem-se do índio queimado por jovens em Brasília) do que a tortura contra pessoa de classe média branca. Temos uma sociedade muito desigual, com sistemas classificatórios absolutamente marcados pela desigualdade social, no qual as classificações são desiguais e a justiça é seletiva. Não só a justiça como sistema, mas também a justiça como representação coletiva.

O impacto que sofremos é porque a violência diz respeito a algo que é profundo, diz respeito à dor, ao sofrimento, a essas pulsões de vida e morte que povoam a personalidade de cada um, como Freud o demonstrou e a literatura romântica, e o romance policial, também. Ou seja, as pulsões de vida e de morte coexistem na personalidade de cada um. O processo civilizatório seria exatamente trabalhar essas punções de modo que a vida tivesse prioridade em relação ao desejo de morte, o que não está resolvido na sociedade contemporânea. A recente sociologia da violência nos países centrais – Zizek, Wieviorka, Collins, Bauman – apresenta um pouco de renúncia à possibilidade de que se reduzam a criminalidade e a violência. Estamos em um mundo kafkiano, num castelo emparedado, também a conclusão de Garland. Nesses autores, há uma espécie de lição pós-moderna em reação às possibilidades de uma transformação social, com um laivo de não explicar a "violência sem sentido". Porém, esta é a tarefa da sociologia da conflitualidade.

Participei, em Porto Alegre, de todos os Fóruns Sociais Mundiais, em 2006 em Caracas e 2009 em Belém. No Fórum Social Mundial, onde estavam pessoas de mais de cem países, cerca de 100 mil homens e mulheres discutindo "outro mundo é possível", tentamos colocar a questão da segurança. No primeiro não conseguimos, mas a partir do segundo a colocamos, até mesmo junto com sindicatos de policiais. E colocamos de novo em Belém do Pará. Mas é difícil – essa é uma boa pergunta – porque é muito mais difícil pensar alternativas, a pedagogia da não violência, uma cultura da paz, do que pensar numa pedagogia do oprimido, uma pedagogia da liberdade. Por quê?

Lembro-me de uma exposição, em que estavam Marilena Chauí, Maria Stela Grossi Porto e Sérgio Adorno, em 1991, em São Paulo, em um seminário chamado *A Violência e a Margem*. Curiosamente, o livro nunca foi publicado, o que talvez seja explicável também: publicaram os livros sobre o amor, o afeto, a paixão, mas não sobre a violência. Embora a chamada fosse interessante: *a violência e a margem*. Todavia, a violência não está mais na margem, passou ao centro da vida social, até como norma. Por exemplo, em alguns grupos sociais, Collins escreve que 85% das famílias norte-americanas batem nos filhos: três vezes por semana de 2 a 4 anos; e duas vezes por semana, de 4 a 6 anos. Isso com base em vários estudos empíricos. A brutalidade policial é outro exemplo, que é aceita para alguns setores. A brutalidade, a violência doméstica, no fundo, socialmente é aceita. Quer dizer, esta é umas das diferenças entre violência e crime: para Durkheim, o crime era um ato que ofendia a consciência coletiva. Porém, a violência muitas vezes é legitimada pela consciência coletiva.

Estamos em face de um objeto que é difícil, mas por isso fascinante, mesclado de visibilidades e invisibilidades. A violência é um modo de excesso de poder que tenta causar um dano físico ou simbólico ao outro. Tanto mais é invisível quanto mais é eficaz: Bourdieu chama de naturalização ou de dominação simbólica. Reside aí uma das dificuldades para objetivar a violência: fácil é fazer uma ONG contra a violência, denunciar a polícia brutal; mas não é simples denunciar a mãe ou o pai que usa o castigo corporal como forma pedagógica usual. É muito mais difícil transformar esses fenômenos em objetos de ciência sem perder a tessitura humana e social que eles têm. Ou seja, aquilo que Devereaux denomina de mecanismos de contratransferência atuam muito quando se fabrica a sociologia da violência.

Sua fala me fez pensar que talvez a violência seja, na verdade, um referencial empírico ou a gramática de uma nova conflitualidade, a forma de conflitualidade contemporânea. Deslocar a discussão para os conflitos tem a ver com isso. Porém, se a violência é a tradução da conflitualidade contemporânea, como disse o próprio Simmel, você consegue perceber como uma sociedade se descreve, se organiza e se estrutura por meio da conflitualidade. Um exemplo recente e pouquíssimo estudado e não menos polêmico é a grande redução dos homicídios de São Paulo, mais de 70% em seis anos. Isso é atribuído a múltiplos fatores, com ênfase sobre a questão da gestão de polícia, das políticas públicas, de inúmeras aproximações levadas pelas ciências sociais. Mas alguns policiais têm uma tese, que na academia começou a ganhar corpo derivada dos estudos sobre pobreza e ilegalismo, na pessoa-chave da Vera Telles, da USP, que percebeu que, sobretudo na periferia da cidade de São Paulo, algumas regiões viviam sobre certos interditos culturais e morais, que eram fixados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), que coordena o crime organizado em SP. Então, a decisão de vida e morte, em alguns locais, estaria na mão do PCC. Paradoxalmente, essa é uma decisão comercial, segundo os policiais, de pacificar os territórios para não atrapalhar o comércio ilegal de drogas, e provocou ou contribuiu para redução de homicídios. Se isso de fato se manifesta dessa forma, teríamos uma espécie de paz anticivilizatória. Como você analisa isso?

Em primeiro lugar, falta um elemento na explicação que é a organização da sociedade, no caso de São Paulo. Hoje há uma multiplicação de iniciativas, de ONGs, de empresas públicas e privadas, de igrejas, que criaram ou recriaram laços sociais. O que também explicaria muito a redução da violência. Isso implica que essas pessoas estão dando, principalmente aos jovens, mecanismos de reconhecimento social que muitas vezes não existiam: o não reconhecimento resulta numa ação violenta. A violência é uma espécie de expressão, uma impossibilidade de falar e não ser escutado, de uma violência difusa. Por outro lado, existe essa característica da sociedade de territorialização por organizações criminosas, o poder de territorializar, no qual, muitas vezes, infelizmente, membros das polícias fazem parte, como no caso da corrupção de policiais, algumas vezes chegando a membros do Judiciário e do Legislativo.

Tais fenômenos mostram claramente que a violência não está mais na margem, que a violência é uma forma de regulação de condutas. Por vezes a violência é uma regra de conduta – dentro de casa, nas organizações policiais, nas organizações criminosas, nas prisões (tanto do lado dos agentes penitenciários quanto dos apenados) –, uma forma de regulação de conflitos, de orientação de condutas, uma norma de sociação. A sociedade é muito mais violenta do que ela mesmo quer admitir, pois há uma violência invisível. Então, é preciso construir uma cultura da não violência, de mediação de conflitos. Se a violência é uma forma de regulação de conduta, não está mais na margem, o que torna mais difícil pensar a cultura da paz. Ou, mais imperativo. Adentramos em outro obstáculo epistemológico: "O que é a paz?", "o que é não violência?" Há uma enorme tarefa para a sociologia: transformar a questão social "paz" ou "não violência" em objeto sociológico. Construir, no modo de subjetividade, um conceito de paz que não seja metafísico e que não esteja afastado das práticas sociais.

Se a violência é uma das configurações da conflitualidade contemporânea, somos herdeiros de uma sociologia do conflito. Porém, nos anos 2000, a noção de conflitualidade social começa a ser usada por diferentes pessoas, como em Portugal na imprensa diária, e principia a fabricação do conceito.

Pelo que você está dizendo, hoje temos um conceito de paz que é construído por oposição à violência?

Completamente metafísico e desenraizado de práticas sociais: não há uma cultura da paz no sentido de cultura enquanto conjunto de livre manifestação coletiva num contexto social. Há discursos, religiosos, metafísicos.

Hoje pensamos a sociedade das novas tecnologias, das novas formas de alimentação, dos novos meios de transporte, dos novos modos de habitação, das novas formas de saúde, mas temos muita dificuldade de pensar numa sociedade na qual haja uma expressiva redução da violência. Parece que há um interdito social, na verdade é um obstáculo epistemológico, obstáculo de conhecimento, para pensar numa sociedade em que a paz seja uma norma de conduta. Isso existe em várias sociedades, há exemplos de sociedades como a indiana, as escandinavas, algumas outras pelo mundo afora, ou as próprias sociedades guaranis aqui perto. Mas como é difícil para essa sociedade da modernidade tardia pensar algo que vá além do super-herói, além da novela, onde a violência é uma forma de ascensão social, que vá além de uma polícia que usa e exalta o uso da arma de fogo, mais além do encarceramento daqueles que falharam numa sociedade de perdedores e vencedores. Como é difícil!

Volta-se ao início da sociedade moderna: pensar um espaço social no qual as relações possam se cimentar de outras formas que não pela violência ou pelo medo. Quer dizer, continuamos sendo herdeiros de Hobbes, fazemos o contrato social porque temos medo do outro; e legamos a uma autoridade superior a regulação das nossas condutas. Mas como fazer a regulação de condutas numa sociedade multicultural, heterogênea, desigual? Diria Richard Sennett, como construir o respeito numa sociedade desigual? Como escrevia Marshall, como fazer a cidadania, mesmo numa sociedade de classes? Em outras

palavras, é difícil pensar o social além do presente, ou da repetição do passado, como se a utopia tivesse sido afastada do pensamento sociológico e do pensamento social. Vivemos o fetichismo das coisas, as coisas é que se movem: a arma, o avião, o aparelho que faz o exame médico, a nova tecnologia de construção da casa, o carro com novo combustível, outro tipo de alimentação. Mas temos uma enorme dificuldade de pensar além: estamos presos ao presente, projetamos o passado no futuro – veja os filmes de ficção científica que reproduzem formas sociais do passado – e temos dificuldade de pensar outro futuro.

Podemos pensar, em termos de conexão entre produção acadêmica e políticas públicas como um avanço, e com uma agenda em aberto ainda bastante ampla e tentando pensar um futuro, qual seria o projeto acadêmico da universidade brasileira hoje em relação às políticas públicas? Quais os principais itens de agenda?

O primeiro papel da universidade é ser cada vez mais universidade, é desenvolver pesquisa, ensino e extensão com rigor e audácia. Sou contra a ciência normal, até mesmo porque hoje o mecanismo de avaliação das nossas carreiras reflete uma ciência normal. Quem trabalha num paradigma estabelecido pode produzir mais do que quem trabalha com a tensão científica, com a revolução científica. Parece que o paradigma da normalidade é muito mais forte do que o da transformação do conhecimento, da descoberta. É um campo de disputas, há que estar na luta.

Segundo, a universidade tem que ter a audácia de transformar em objetos de ciência, no caso das ciências sociais, aquilo que faz parte do senso comum, parte do cotidiano, aquilo que parece estar tão estatuído, que funciona como um automatismo. Os ingleses usam muito a palavra "fabricação do social", os pós-modernos faziam o "desconstrucionismo". É preciso mostrar que os modos pelos quais a sociedade pensa, produz, fala, age, sonha, são modos fabricados. Bachelard já dizia que o conhecimento do senso comum de hoje é o conhecimento científico de ontem. Temos hoje um Freud de senso comum, um lombrosianismo de senso comum. Você nem percebe como se transformou em senso comum. Então é preciso essa ruptura epistemológica como vetor da prática sociológica, e a segunda ruptura proposta por Boaventura de Sousa Santos, a qual pode vir a construir um novo senso comum.

Em terceiro lugar, a universidade pode contribuir na politização das questões sociais. Politização no sentido de tirá-las de sua desrazão, tirá-las de sua dramaticidade, sem esquecer a dramaticidade, sem esquecer a desrazão, mas transformá-las em objetos de política. Política no sentido clássico do termo, de decisões sobre como conduzir os destinos de uma pólis. Transformar questões muitas vezes pensadas como privadas em questões públicas: o movimento de mulheres o fez nos últimos 60 anos, faltam os movimentos de crianças, dos diferentes, dos alternativos. Ou falta o movimento dos apenados; falta um movimento de policiais contra a violência policial; ou o reconhecimento da legitimidade das greves de policiais, frequentes e expressivas no Brasil desde 1997. Em minha pesquisa sobre as elites policiais no Brasil, em dez Estados, pude perceber que há uma tensão entre modelos de conduta policial: há um processo não linear de mudança, linhas que vão e vêm.

Claramente a categoria "tendência" não serve mais para nada, do ponto de vista explicativo: nem a tendência estatística, nem a tendência marxista ortodoxa. Vivemos processos complexos, fractais, não lineares. Buscando retomar Durkheim e o conceito de efervescência: a sociedade está efervescente, a segurança é um campo efervescente.

O acadêmico quer, frequentemente, que sua vontade de saber se transforme em vontade de poder, mas seus resultados nem sempre são os melhores, nem para o saber nem para o poder. Isso faz parte de idiossincrasias individuais. O que talvez seja interessante é exatamente reafirmar a vontade de saber, transformar questões sociais em questões sociológicas e, adiante, transformá-las em questões públicas, politizando a vida social. Essa é a nossa função.

Para isso tenho, com alguns amigos, introduzido nesse processo algumas pistas de pensamento: sociologia das conflitualidades; modos de policiar; educação policial; segurança cidadã; práticas de cuidado-de-si; formas de sociações de paz; campo intelectual "segurança pública e sociedade". Figuram como migalhas intelectuais ou sementes de utopias, linhas de práticas alternativas. Enfim, outra segurança pode vir a ser fabricada para outro mundo possível, como dizem os jovens mundiais em seus fóruns planeta afora...

César Barreira

César Barreira nasceu no dia 08 de dezembro de 1947, em Fortaleza (CE). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFCE) em 1972. Concluiu seu mestrado em sociologia pela Universidade de Brasília em 1977, e seu doutorado em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1987. Atualmente é professor da Universidade Federal do Ceará (UFCE) e coordenador do LEV/UFC.

Entrevista

César Barreira

Fortaleza, junho de 2011

Por José Luiz Ratton

Fale um pouco sobre sua trajetória nas ciências sociais

Fiz ciências sociais, curso de licenciatura, na Universidade Federal do Ceará. Entrei na turma de 1969 e conclui em 1972. Esta foi a segunda turma formada em ciências sociais no Ceará. Minha escolha por este curso foi carregada de idas e vindas. Nos primeiros momentos, muitas dúvidas; depois, certeza absoluta. Identifiquei-me profundamente com as ciências sociais – livros, reflexões e pesquisas. Meu pai gostaria que eu tivesse feito medicina. Ele achava que eu tinha jeito e cara de médico, mas a minha mãe queria que eu tivesse sido padre. O meu pai era agrônomo, funcionário do Ministério da Agricultura, e minha mãe professora primária e exercia realmente o papel de dona de casa. Eles eram primos legítimos, com fortes relações no meio rural, filhos de proprietários rurais e naturais de Quixadá, município do sertão do estado. Passei sempre as férias escolares com todos os irmãos e primos, na fazenda do meu pai, vindo daí o meu interesse por compreender esta região.

Tive forte influencia da religião católica. Estudei sempre em instituições particulares e católicas, ficando, inclusive, dois anos interno em colégio jesuíta, que era um misto de um sistema de internato e seminário. Toda a orientação religiosa e pedagógica era de um seminário, muito rígido, mas bom em termos intelectuais. Tive oportunidade de estudar Latim no antigo 5º primário ou admissão. Fui muito influenciado e vinculado aos padres jesuítas, até mais ou menos quando tinha 16 anos. Depois entrei para o movimento estudantil secundarista, tendo militado no PC do B de 1971 a 1987. Acho que estas duas passagens, pela igreja e pelo movimento estudantil, explicam, em

grande parte, a minha escolha pelas ciências sociais. A igreja me levou a ter uma vinculação com os mais necessitados por meio de suas ações, conhecidas como de "caridade". Também conhecia e frequentava alguns bairros pobres de Fortaleza, prática que ia, em princípio, contra os meus laços familiares. Minha família era muito tradicional, com valores muito burgueses. Uma típica família de classe média, com vínculos rurais e muito católica, frequentadora dos "bons clubes sociais" de Fortaleza. Naquele tempo, década de 1960, a vida social se desenvolvia em torno dos clubes sociais. Sempre tive um comportamento diferente dos meus oito irmãos.

Quando fiz a escolha por ciências sociais, curso novo e desconhecido, criei algumas polêmicas familiares que foram logo sanadas. Realizei o curso em regime de "dedicação exclusiva". Passava o dia na faculdade, estudando e participando das atividades do centro acadêmico. Minha vida acadêmica era totalmente ocupada com os trabalhos em equipe (estudávamos muito em grupo), incluindo as leituras na biblioteca. Fui representante dos estudantes no Departamento de Ciências Sociais e no Conselho Universitário da UFC. As atividades políticas nesse momento foram, em grande parte, continuidade das minhas participações no movimento estudantil secundarista de 1968. Neste período de grande agitação estudantil, com alguns embates com a polícia (pode ter sido daí que surgiram minhas preocupações com a área da segurança), eu era presidente do Centro Estudantil Secundarista do Ceará. Esta entidade teve intensiva participação nas mobilizações de 1968, provocando perseguição política aos seus adeptos, entre os quais me incluo. Em 1971, fui proibido, pela Policia Federal, de participar de um congresso dos estudantes de ciências sociais em Belo Horizonte. Quando terminei o curso, fui indicado pelo Departamento de Ciências Sociais para ser professor horista, mas o setor de informação existente na época na UFC não permitiu, alegando que eu tinha umas "ideias comunistas" e era perigoso passar a "minha ideologia" para os jovens estudantes.

Depois fiz um curso de especialização em Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais. No segundo semestre de 1973, passei a trabalhar no Piauí, coordenando o setor de pesquisa da Fundação Projeto Piauí. Esta foi uma ótima experiência em trabalho de campo, que me permitiu realizar algumas pesquisas, principalmente sobre o trabalho artesanal, incluindo também avaliação das políticas sociais do governo do Estado.

Em março de 1975, iniciei o mestrado em Sociologia na UnB, com uma bolsa da Embrapa, iniciando, então, os meus estudos sobre os problemas agrários. Fiz a dissertação de mestrado sobre as relações de trabalho na cultura do algodão, defendendo-a em 1977. A minha orientação foi dividida entre Barbara Freitag, no primeiro período, e Vilma Figueiredo, na etapa final. Trabalhei depois em Campina Grande e, em 1979, fiz concurso para a UFC, conseguindo finalmente entrar nessa universidade.

Em 1982, comecei o doutorado na USP. Fui orientado por Paulo Silveira e fiz a tese sobre estrutura de poder e movimentos sociais no meio rural. Esta temática foi influenciada pelo período em que trabalhei em Campina Grande, no mestrado em sociologia rural. O grupo organizado em torno dessa temática foi muito importante nos

debates nacionais sobre questão agrária, que aconteceram em todo o Brasil. O período do doutorado na USP foi muito importante para consolidar minhas reflexões sobre poder, movimentos sociais e campesinato, sendo um momento muito rico em termos de estabelecimento de redes acadêmicas. No período comecei a participar dos encontros da Anpocs e de alguns grupos de pesquisa de outras universidades. O momento do doutorado na USP foi fundamental para conhecer bem mais as ciências sociais no Brasil. Tive também muito contato com os pesquisadores do Museu Nacional, reforçando o interesse pelo trabalho de campo.

E como você chegou ao tema da violência, César?

Cheguei ao tema da violência a partir de pesquisas que eu vinha realizando, para o meu doutorado, sobre a temática de estruturas de poder e movimentos sociais no sertão. Nesse período, ocorreram vários crimes caracterizados, pelos órgãos de segurança e meios de comunicação, como crimes por encomenda ou crimes de pistolagem. Dois grandes acontecimentos com repercussão nacional e internacional, de certa forma, marcaram profundamente esse cenário da violência no campo, que foi o assassinato da Margarida Alves, uma líder camponesa da Paraíba, e o de Chico Mendes, líder camponês do Acre. Com base nesses crimes, comecei a me preocupar com a temática da violência no campo, principalmente assassinatos de camponeses. Outro dado a considerar é que, no estado do Ceará, local privilegiado das minhas pesquisas, ocorreram alguns assassinatos de trabalhadores rurais. No município de Trairi, situado na região litorânea do estado, foram assassinados quatro camponeses por pistoleiros, a mando do proprietário da terra. Assisti à missa de sétimo dia desses trabalhadores, que se tornou um marco, no Ceará, da luta contra a violência no campo.

Eu era muito vinculado e muito próximo aos movimentos dos trabalhadores rurais e da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Tenho como hipótese o fato de que os diferentes embates, enfrentados pelos movimentos sociais, a partir de 1970, impulsionaram, direta ou indiretamente, uma reflexão sobre o assunto violência. O movimento feminista, por exemplo, que no começo tinha como temática a desigualdade social, passou a ocupar-se com as denúncias de violência contra as mulheres. Os movimentos dos negros, dos trabalhadores rurais e os de bairros e favelas passaram a situar a violência no centro não só das atenções dos poderes públicos, mas também dos interesses acadêmicos.

Ao lado dos movimentos sociais, as entidades voltadas para a luta por direitos humanos ocuparam um lugar de relevo na denúncia da situação dos presídios, da violência contra crianças e adolescentes pobres, da violência contra os camponeses e a recorrência ao emprego da tortura, por parte dos órgãos de segurança pública.

Neste plano, a CPT ocupa um lugar central, fazendo, desde a década de 1980, um levantamento dos assassinatos no campo, muito detalhado e preciso. Eu participava todos os anos da apresentação deste documento, sendo um momento singular para acompanhar a evolução da violência no campo. O José Vicente Tavares dos Santos e o José de Sousa Martins também tinham vinculações com os movimentos sociais rurais.

E em que ano foi isso, César?

Isso foi basicamente no início da década de 1980, mais especificamente entre 1983 e 1985, período do trabalho de campo da minha tese de doutorado. Quando terminei essa tese, em 1987, comecei a coletar materiais de jornais que se reportavam à temática da violência. Eu tinha um bolsista de iniciação científica que todos os dias recortava as matérias sobre violência e conflitos sociais, nos jornais locais e alguns jornais de âmbito nacional. O trabalho restringia-se, fundamentalmente, ao recorte, de uma forma bem artesanal, de matérias de jornais sobre esta temática. Fizemos praticamente um banco de dados sobre a violência no campo.

O Laboratório de Estudos da Violência, ao qual pertenço, possui um material muito rico de recortes de jornais desde a década de 1980. Usei esse material quando fui fazer pós-doutorado, em 1989, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales,* com o grupo do Pierre Bourdieu. Li esse material, buscando me familiarizar com as notícias dos jornais, e a leitura foi bastante surpreendente, começando a me dar uma ideia muito forte, não só da violência do campo, mas também especificamente da temática de crimes por encomenda.

Na época, em 1987, ocorreu uma campanha para acabar com a pistolagem no estado do Ceará, organizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. A campanha começou a dar visibilidade a esses crimes por encomenda e à prática dos crimes de pistolagem. Eram matérias nos jornais locais sobre algum pistoleiro que tinha sido pego, ou uma gangue que tinha sido presa, ou uma pessoa que fazia parte da rede de pistolagem que foi presa e mesmo sobre possíveis mandantes. Estes últimos, geralmente, eram homens políticos ou grandes proprietários de terra. A lógica política, comandada pelos empresários que tinham ascendido ao governo, era que o estado tinha se modernizado, não havendo espaço para práticas violentas na reprodução do poder.

No período do pós-doutorado, com base nas discussões com pesquisadores do grupo do Pierre Bourdieu, comecei a questionar se era possível falar, de forma generalizada, sobre uma violência no campo no Brasil, ou se haveria um recorte mais preciso para trabalhar essa temática sociologicamente. O grande mote ou objeto que encontrei foi especificamente o crime por encomenda. Então, busquei formular esta temática a partir dos seus principais personagens: o pistoleiro; autor material do crime; e o mandante, autor intelectual da ação.

Nessa época, a discussão levou-me a trabalhar a temática de crimes por encomenda, pela questão agrária, configurada na luta pela terra, assim como abordando a questão política, em que o voto era fundamental. Nesse período, poderia dizer que o que impulsionava o crime de pistolagem era a disputa pela terra e pelo voto. Publiquei neste período o meu primeiro artigo, sobre esta temática, no *Cahiers du Brésil Contemporain do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain*.

No retorno ao Brasil, no início de 1991, baseado nos estudos sobre pistolagem, comecei a montar um grupo aqui do Ceará, que de certa forma deu origem ao LEV, o Laboratório de Estudos da Violência, onde várias pessoas trabalhavam comigo como bolsistas de iniciação científica, incluindo depois os alunos do mes-

trado e do doutorado, que estudavam a temática da violência. Então, concluí um trabalho completo sobre o sistema de pistolagem, que foi a minha tese para titular em Sociologia, na Universidade Federal do Ceará. O trabalho foi publicado pela RelumeDumará, na Coleção Antropologia da Política, com o título *Violência e pistolagem no cenário brasileiro.* Este livro possibilitou, para mim, uma excelente entrada na temática da violência e dos conflitos sociais, e passei a ser convidado para expor a pesquisa em congressos e seminários. Um dado que quero ressaltar é que este livro teve boa aceitação no campo metodológico, sendo destacada a construção sociológica do objeto de estudo, bem como o trabalho etnográfico de um "tema perigoso". Na construção sociológica, estava presente um ceticismo, por parte dos leitores (intelectuais ou não intelectuais), da possibilidade de o tema obter um estatuto científico. A temática deveria ficar restrita a uma dimensão policial, era "caso para delegado". Por outro lado, metodologicamente, foi muito bem recebido, pela forma como montei o trabalho de campo, realizando algumas entrevistas com pessoas apontadas como pistoleiros ou pertencentes ao sistema de pistolagem. Para mim, as entrevistas realizadas para montagem desta pesquisa terminaram sendo o ponto alto deste estudo. Para a montagem do quadro e acesso aos meus informantes, fiz uso de toda minha rede social: padres, advogados, jornalistas, familiares, estudantes e outros. Estas pessoas foram fundamentais na aproximação com os entrevistados, estabelecendo algumas empatias e me dando um pouco de tranquilidade nos encontros. Entrevistei pessoas que se encontravam presas, cumprindo penas ou aguardando julgamentos, bem como algumas fora das prisões, que eram fugitivas da justiça ou mesmo levavam uma vida "seminormal". Viajei para vários estados do Nordeste, sempre na busca dos meus "informantes-chave", passando por situações delicadas ou perigosas. A pesquisa seria enquadrada, principalmente na França, como exemplo de "temas perigosos".

Em que ano você defendeu?

Defendi a tese em 1997. Em 1998, foi publicado o livro e, a partir daí, comecei a me preocupar em compreender um pouco mais as diferentes manifestações de práticas violentas na sociedade contemporânea, principalmente os conflitos sociais. Minhas pesquisas passaram a se concentrar nos estudos sobre os valores que configuram o campo da violência, tais como honra, vingança, valentia, coragem, etc. Estes valores estavam bastantes presentes no universo dos crimes de aluguel. Nesta perspectiva, é que não necessariamente trabalho a violência em si, mas os valores que configuram esta prática social.

A pesquisa sobre crimes por encomenda ou de pistolagem conduziu-me a dois grandes aspectos. O primeiro trata da incidência deste tipo de delito, que não é mais somente rural, ocorrendo principalmente nas grandes cidades. O segundo é a forma difusa como esta prática se desenvolve, servindo não só a um vasto campo de resolução de pequenas rixas, como brigas de vizinhos e desavenças familiares, mas também para resolver disputas políticas e econômicas.

Além disso, você desenvolveu mais alguma pesquisa na época?

Nesse período fui chamado para realizar duas pesquisas, sendo uma delas encomendada pela Arquidiocese de Fortaleza sobre violência no trânsito. Fiz um estudo baseado nos dados que a própria Arquidiocese tinha sobre o assunto, principalmente a respeito de homicídios. Este trabalho foi realizado com o Leonardo de Sá, atualmente professor da UFC e pesquisador do LEV. Publicamos um pequeno livro sobre violência no trânsito. Também surgiu outra pesquisa, neste período, provocada pelo assassinato do índio Galdino, cometido por três jovens de classe média alta, em Brasília. A Unesco me contratou para fazer uma pesquisa sobre juventude e violência em Fortaleza, no final da década de 1990. No período, o LEV já possuía uma equipe de pesquisadores constituída de professores da UFC e de alunos do mestrado e doutorado do Programa de Sociologia. Realizamos um grande levantamento, usando questionários, fazendo entrevistas, grupos focais com jovens de diferentes matizes – religiosos, movimentos políticos, jovens viciados em drogas, jovens de colégios públicos, jovens de colégios particulares, etc. Publicamos um livro intitulado *Ligados na galera – juventude, violência e cidadania em Fortaleza*.

No início de 2000, recebi um convite da Elizabeth Leeds, da Fundação Ford, para fazer um estudo sobre a questão da política de segurança pública no Estado do Ceará. O que a Fundação Ford queria entender era a influência externa na elaboração da política de Segurança Pública do Estado do Ceará. Na época, fiquei assim meio em dúvida, porque eu não trabalhava diretamente com essa temática, mas terminei aceitando o convite. Fizemos uma pesquisa que foi basicamente o balanço dos últimos 15 anos da Política de Segurança Pública do Ceará. Analisamos o governo de Tasso Jereissati, a partir de 1986, bem como o período do governo do Ciro Gomes e a outra gestão do governo Tasso Jereissati. O período examinado foi basicamente de 1986 a 2000. Verificamos, nessa pesquisa, a elaboração da política de segurança pública do Estado a partir das consultorias externas, principalmente de William Bratton, ex-chefe de Polícia da cidade de Nova York, bem como a relação entre polícia e as comunidades da periferia de Fortaleza. Como resultado da investigação, publiquei o livro *Questão de segurança*. Esta pesquisa e a outra realizada sobre juventude e violência foram desenvolvidas com a equipe de pesquisadores do Laboratório de Estudos da Violência, que começou a funcionar por volta de 1993, 1994. Então, nessa época, já havia uma equipe que, de certa forma, se preocupava com a temática da violência e dos conflitos sociais.

É interessante dizer que a minha temática de pesquisa sobre práticas policiais, de certa forma, vem se articulando a partir da entrada, sobre "crimes por encomenda". Nos primeiros estudos sobre esta temática, já tinha aparecido a questão de ex-policiais fazendo parte do mundo da pistolagem. Ou eles atuavam como pistoleiros, ou eles eram intermediários da pistolagem. Se esta temática tinha como campo empírico privilegiado a área rural, com base nos estudos sobre juventude, comecei a mapear um cenário que tratava a temática mais no âmbito urbano.

Estes temas foram sendo trabalhados dentro de um universo teórico muito amplo. Utilizei muito Max Weber, por exemplo, para entender a questão do monopólio

legítimo da violência física. Trabalhei com os textos de Hannah Arendt, que também foi uma autora muito importante pela discussão sobre poder e violência e a diferença entre esses dois conceitos. Ela faz essa discussão com amparo no uso da violência como demonstração não de força, mas sim de fragilidade, o que foi importante para eu entender a violência no campo. Quando os proprietários de terra usavam as práticas violentas, eles estavam demonstrando não só força, mas muito mais fragilidade. Este quadro teórico foi se ampliando, recorrendo a Pierre Bourdieu, com a discussão sobre violência simbólica. Michel Foucault foi importante para trabalhar não só a categoria genealogia nas discussões sobre violência, mas também as análises sobre poder e positividade das práticas violentas. Então esses autores começaram a ter um peso ou um suporte teórico para mim. Depois deles, eu poderia situar também Norbert Elias, com o *Processo civilizador*, que permitiu verificar situações não totalmente pacificadas, como o controle das armas, que foi uma temática que tive de trabalhar na questão da pistolagem. Os pistoleiros se colocam muito como justiceiros. Eles, de certa forma, estão trabalhando um espaço que não está sendo ocupado pelo estado, resolvendo os problemas sociais de uma forma violenta.

É interessante destacar o fato de que, nesse período, estava se fortalecendo um grupo de pesquisadores em Fortaleza, basicamente ligado à Universidade Federal do Ceará. Naquele momento, surgiram várias teses e dissertações sobre a temática da violência e dos conflitos sociais. Alguns alunos deste período já são professores, não só da Universidade Federal do Ceará, mas também das universidades do estado, da Universidade Estadual do Ceará, da Universidade do Vale do Acaraú e da Regional do Cariri, bem como de outras universidades do Nordeste.

Em sua opinião, quais são suas principais filiações teóricas?

Não tenho fortes ou restritas vinculações teóricas. Considero-me um eclético em termos de um quadro teórico. Não gosto das filiações dogmáticas, pois elas embotam a compreensão da realidade. Acho esse princípio muito bom e rico sociologicamente. Poderia dizer também que meu universo empírico é também muito aberto. Os temas vão surgindo e vou incorporando-os dentro das minhas preocupações teóricas. Isto é importante porque meus estudos são geralmente acoplados aos anteriores, com a preocupação de aprofundar algum ponto ou conhecer novas questões. Meus interlocutores, especificamente os nacionais, vão surgindo também assim. Tenho intensas vinculações teóricas com a Alba Zaluar, com o José Vicente Tavares, com o Michel Misse, com o Sérgio Adorno, com o Luiz Antonio Machado, com a Stela Grossi, e tantos outros; mas poderia dizer que meu viés, ou "minha sina", é trabalhar a discussão sobre conflitos sociais. Na verdade, não tenho muito uma vinculação definida teórica e empiricamente. Atualmente, passo a ter uma preocupação maior com a questão da política de segurança pública, mas minhas tentativas sempre foram de compreender esse crescimento das diferentes manifestações de violência no Brasil.

Quando recebi uma Cátedra na França, denominada Sérgio Buarque de Holanda, tive o direito de pesquisar duas realidades da Europa, tomadas aleatoriamente, sendo

que uma teria que ser do território francês e outra em qualquer outro país da Europa. Na França, optei por trabalhar a ilha de Córsega, para discutir a questão do bandido de honra, a questão da vingança, que de certa forma eu já tinha analisado nos trabalhos sobre os pistoleiros no Nordeste. A outra realidade que escolhi para estudar foi um bandido de honra de Portugal, o José do Telhado. Este personagem do século XIX é classificado na literatura portuguesa como um bandido de honra, um tipo de Robin Hood português. Estes estudos, é importante destacar, marcam o começo de uma saída da realidade brasileira, mas sempre numa perspectiva comparativa. A questão seria compreender essas realidades de Córsega, de Portugal e do Brasil, em uma perspectiva comparada. As categorias, para mim, seriam ligadas a honra, vingança e coragem, que já estavam muito presentes só nos estudos sobre pistolagem, mas que começavam também a aparecer fortemente em Córsega e no bandido de honra português. Então, nesse sentido, me situo como um estudioso, para discutir não necessariamente a violência física, mas os valores que estão presentes no mundo do crime, no mundo da violência.

Você poderia falar um pouco mais sobre a violência como objeto de pesquisa nas ciências sociais brasileiras?

Poderia dizer que os assuntos violência e conflito ganham força e espaço, principalmente, da década de 1980 para cá. Os estudos sobre esses assuntos, com algumas exceções, não ocupavam, anteriormente, um lugar central nos trabalhos e nas pesquisas acadêmicas. Nesta perspectiva, é importante reaver alguns autores, que em seus estudos já apontavam preocupações com esta temática, como, por exemplo, Gilberto Freyre, Antônio Cândido, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Boris Fausto, Rui Facó, entre outros.

Em diferentes centros de pesquisa do país, foram criados núcleos que têm como objeto central a compreensão das diferentes formas de manifestação da violência, a análise das políticas de segurança pública e as pesquisas sobre violação dos direitos humanos e respeito à cidadania, tendo como *locus* principais as prisões, as periferias das grandes cidades e as "minorias sociais".

Teoricamente, os pesquisadores brasileiros estabelecem diálogos com diversos autores, principalmente com Michel Foucault, Hannah Arendt, Pierre Clastres, Georg Simmel, Robert Merton, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e tantos outros. Esses especialistas – é salutar chamar a atenção – não possuíam as mesmas abordagens metodológicas e teóricas. Importa destacar, também, o fato de que Michel Foucault penetra o Brasil acoplado, inicialmente, às discussões sobre os movimentos sociais, com ênfase na questão do poder e das práticas políticas. Logo em seguida, o autor é referido como indispensável suporte teórico aos estudos sobre violência, em especial nos debates sobre as questões de "positividade da violência", da docilidade dos corpos e o sistema presidiário. Alguns destes estudiosos são praticamente "redescobertos", como é o caso de Robert Merton, evitado na década de 1970, pela ênfase que conferia às categorias "desvio" e "anomia".

A temática da violência e dos conflitos aparece hoje cada vez mais instigante, diversificando-se, tornando-se complexa e ganhando novas configurações. As pesquisas ten-

tam abranger temas novos ou antigos com recentes contornos, a exemplo das análises sobre o sistema presidiário, a violência juvenil em diferentes situações de classe social, o tráfego de drogas e um possível "contrapoder" nas grandes cidades. O assassinato do índio Galdino, ocorrido em Brasília, envolvendo jovens de classe média alta, ampliou a problemática da violência juvenil em outro patamar e com novos contornos sociais, sendo incorporados aos estudos outros setores sociais, antes restritos aos trabalhos com jovens negros, das classes menos favorecidas e habitantes de favela. Os estudos sobre as práticas juvenis, compreendidas como violentas, nas escolas públicas e também nas privadas, passam a ocupar um lugar importante nas análises sobre violência.

Dentro das minhas principais preocupações teóricas, surgem, como disse anteriormente, os estudos sobre as ações dos "justiceiros", dos matadores de aluguel e os rituais dos linchamentos que aparecem na contextura de enorme demanda social por uma justiça paralela, levando à berlinda a monopolização legítima da violência. Finalmente, destacam-se os estudos sobre as políticas de segurança pública, que privilegiam as práticas policiais em defesa de uma ordem e de implantação de lei, visando a diminuição das taxas de criminalidade e de violência.

Essa diversidade temática nos trabalhos sobre a violência é enfrentada com diálogos, principalmente entre sociólogos, historiadores e antropólogos, por meio de trocas de experiências e de dados, incorporando outras perspectivas, na tentativa de compor o vasto conjunto que representa o fenômeno da violência nas sociedades contemporâneas. Considero que estes estudos, no Brasil, tiveram um grande avanço teórico e metodológico; um acúmulo de conhecimento baseado em nova geração constituída por um Edmundo Campos, um Luiz Paixão, um Vinicius Caldeira Brandt, transitando por diversos estudiosos que passam a compor um quadro de excelente nível. Nos diferentes estados, encontram-se pesquisadores preocupados com esta temática. Correndo o risco de cometer algumas falhas, posso citar, no Rio, a Alba Zaluar, o Michel Misse, o Luiz Antonio Machado, o Kant de Lima, o Ignácio Cano, o Gláucio Dillon Soares; em São Paulo, o Paulo Sérgio, o Sérgio Adorno; no Rio Grande do Sul, o José Vicente dos Santos; em Brasília, a Stela Grossi; em Minas, o Claudio Beato; na Bahia, o Eduardo Machado e tantos outros. Faço referência a estes por comporem, no sentido antropológico, uma comunidade que pensa coletivamente a construção e a elaboração desta temática, situando os estudos sobre violência no interior de uma problemática sociológica.

Fale um pouco mais sobre a criação e o trajetória do Laboratório de Estudos da Violência.

O Laboratório de Estudos da Violência, de certa forma, sem nenhuma falsa modéstia, tem um pouco o meu perfil. Gosto muito de trabalhar em equipe, pois acho que a grande produção só ocorre no momento do trabalho em conjunto, da tarefa coletiva. Então, nessa perspectiva, sempre batalhei para ter uma equipe que pudesse, em termos de amparo, ser interlocutora para os meus estudos, para essa discussão sobre violência. Comecei a ver a possibilidade de criar um grupo formado por professores e alunos. Tínhamos um grupo, de certo modo informal, desde 1989.

Em 1991, ganhei uma bolsa de produtividade do CNPq e a partir daí, com os meus bolsistas de iniciação científica do CNPq, iniciamos este trabalho. A opção primeira foi pesquisar a temática da violência e dos conflitos sociais. Deixei de lado a primeira temática, que era a questão agrária (a qual até agora ainda mantenho uma saudade), e passei realmente a arregaçar as mangas para enfrentar a discussão sobre violência e conflitos sociais. Então, os meus alunos da graduação, do mestrado e do doutorado começaram a ser escolhidos, tendo como principais temas a violência e os conflitos sociais. Em 1993 oficializei esse Laboratório de Estudos da Violência, que em princípio segue algumas normas do Núcleo Estudos da Violência em São Paulo; mas eu queria uma estrutura que fosse menor e menos formal, que dependesse exclusivamente da pesquisa. Eu pensava que a minha temática de violência, principalmente os estudos sobre "crimes de aluguel", iria ter "vida breve". Achava que pistolagem era um estudo muito limitado, sem grandes possibilidades de se expandir como tema sociológico. Quando iniciei os estudos sobre pistolagem, sempre digo isto, eu pensava, no sentido figurativo, que era somente um quarto, mas depois virou uma grande casa. Comecei a ver que era mais do que isto, pois se transformou em um labirinto com muitas entradas, desvios, subterfúgios. Depois ampliei para discutir a questão das redes sociais do mundo da pistolagem, a questão do próprio pistoleiro, depois do próprio mandante. E aí nesse momento, início dos anos 1990, já existia um grupo de pesquisadores que ainda estava muito embrionário, muito em formação. Por isso pensei e coloquei o nome laboratório e não núcleo.

Então foi um processo pacífico?

Na verdade, não muito (risos). Lembro-me que sofri várias resistências, locais e até nacionais, sobre o motivo de se nomear como laboratório. E eu dizia, brincando, que tinha uma formação francesa que transfere o termo "laboratório" na área das ciências humanas. E isso era importante no sentido de que eu queria realmente criar um grupo que pudesse discutir como fazer, como elaborar a pesquisa no campo da violência. O ato de fazer pesquisa no campo da violência é a base das discussões do LEV, e que logo em seguida começa a ter certa visibilidade. Por exemplo, fui convidado pela Elisabeth Leeds, que já tinha ouvido falar de mim. Ela me procurou em um congresso da Anpocs, penso que 1999, perguntando ao José Vicente Tavares dos Santos se ele me conhecia: "estou querendo conhecer o professor César Barreira, que tem um laboratório no Ceará, e queria fazer um estudo com ele". Deste contato, surgiu a pesquisa sobre a política de segurança pública do Ceará. Antes disso, a Miriam Abramovay, da Unesco, quando veio ao Ceará e me pediu para realizar a pesquisa sobre Violência e Juventude, teve mais ou menos o mesmo procedimento que a Elisabeth Leeds, perguntando, por coincidência, a um amigo meu "se ele conhecia um professor da UFC, que trabalhava com a temática da violência e se chamava César Barreira". Então, foi muito interessante ganhar essa visibilidade na pesquisa, um grupo do Nordeste. No início dos anos 2000, nossos trabalhos já tinham um bom conhecimento do público externo. Fora da universidade, participávamos muito de

programas televisivos e escrevíamos artigos para jornais. Nesse período, o LEV passou a ser chamado para ministrar palestras e dar assessorias a ONGs e a entidades do Estado. Os órgãos de segurança pública passaram a ser os nossos grandes demandadores para discutirmos sobre violência e, principalmente, direitos humanos.

Então, nesse momento, inicio dos anos 2000, fiz um retorno à questão agrária, para trabalhar o tema da violência e da prática policial no meio rural. Foi quando realizei um estudo sobre Eldorado dos Carajás, aquele movimento em que mataram 19 camponeses. Nesse momento, tentei, realmente, cruzar as minhas duas grandes temáticas, que eram a questão agrária e o movimento violento que houve no campo. É interessante que, nesse acontecimento, a participação da polícia, classificada simplesmente como uma prática desastrosa, me inquietou. E pensei: "não posso ficar quieto sem estudar essa temática da polícia em um campo empírico que pesquisei bastante!" Comecei, então, a discutir toda essa prática policial, a questão do desrespeito aos direitos humanos, da cidadania, da prática policial violenta e, principalmente, a não separação entre as esferas públicas e privadas no meio rural.

O laboratório começou a ganhar outras dimensões. Não sei se estou exagerando, mas acho que inclusive internacional mesmo. Por exemplo, tínhamos um convênio antigo com a Universidade de Lyon, no qual já trabalhava a problemática da violência. Depois tivemos um convênio com Portugal, que também tinha como um dos eixos a questão da violência. Para completar um pouco essa dimensão das construções das redes e que ganhou um aspecto mais consolidado, foi a nossa participação, em 1997, em um Pronex, um programa de núcleos de excelência do CNPq. O Pronex tinha três coordenadores, o Moacir Palmeira, do Rio, a Marisa Peirano, de Brasília, e eu aqui no Ceará. Este Pronex privilegiava também três grandes variáveis: a representação, os rituais e a violência. Este dado é importante porque demonstra a abertura de espaços para discutirmos a temática da violência, cruzando com outros aspectos. Depois disso, aprofundou-se minha inserção nessa temática de violência nos Encontros Anuais da Anpocs. Por exemplo, coordenei por vários anos o grupo sobre Estado e questão agrária, inclusive a minha inserção na Anpocs se deu via questão agrária. A partir de determinado momento, tive que fazer uma ruptura e então comecei a coordenar um grupo na Anpocs sobre a questão de rituais, representações e violência. Logo em seguida, coordenei outro grupo na Anpocs, que tem como temática central a violência e os conflitos sociais. E sempre me apresentei não como César Barreira, mas como César, pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência. Sempre fiz questão disso, para imprimir essa marca. Por exemplo, nos artigos de jornais locais ou quando sou convidado para entrevistas, sempre me apresento como coordenador do Laboratório de Estudos da Violência. Acho que o laboratório às vezes se confunde comigo, mas hoje se trata de um laboratório que já tem uma equipe mais consolidada. Trabalho com o Leonardo de Sá e com a Jânia Perla, que são professores da UFC, e também excelentes pesquisadores do LEV, com o Maurício Russo, que está terminando o doutorado, e com o Gil Jacó, a Rosemary Almeida e a Glaucíria Brasil, que são professores da Uece e pesquisadores da temática da violência e da Segurança Pública.

Um ponto interessante na sua trajetória nos estudos sobre violência, direitos humanos, conflitualidade, é a sua perspectiva metodológica. Você é um sociólogo com fortes inclinações antropológicas, e isso tem impactos nas suas pesquisas. Você poderia falar um pouco sobre isso?

Hoje estou cada vez mais convencido da importância da quebra de amarras disciplinares, da importância da interdisciplinaridade e dos diálogos com as outras ciências. Realmente tenho uma dificuldade de dizer se sou sociólogo ou antropólogo, ando até também um pouco na linha temática da ciência política. Digo, brincando, que sou sociólogo de carteirinha em função dos meus cursos, bem como fui presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, mas também me acho um antropólogo frustrado ou encabulado. Essa minha ligação com a antropologia vem da importância que dou ao trabalho de campo, mas também dos meus estudos sobre a questão agrária e, principalmente, das pesquisas sobre campesinato; isto nos meados dos anos 1970 e início dos 1980. Trabalhava muito próximo dos estudos que eram realizados no Museu Nacional. Durante este período, meus grandes interlocutores eram antropólogos e foi por aí que cheguei aos estudos de Pierre Bourdieu. Nesse momento, meus interlocutores eram, principalmente, antropólogos: o Moacir Palmeira, a Lígia Sigaud, o Afrânio Garcia, o José Sérgio Leite Lopes, a Beatriz Heredia e outros. Eram as pessoas com quem eu discutia, mas numa perspectiva do campesinato. Sempre privilegiei a pesquisa de campo, sempre gostei de fazer entrevista, de fazer observação. Minha dissertação de mestrado sobre as relações de trabalho na cultura do algodão tem muito destas características. Para realizar esse trabalho, morei quase seis meses no município de Quixadá, nos sertões cearenses. Gosto de visitar, ainda hoje, a região do sertão, e este desejo foi reforçado pela minha passagem pela Universidade de Campina Grande, que tinha um grupo forte na questão agrária no final da década de 1970.

Outro dado que poderia ressaltar nessa minha trajetória de antropólogo e sociólogo é que a temática da minha tese de doutorado tinha como questão central os movimentos sociais no sertão, passando necessariamente sobre a problemática dos direitos dos trabalhadores, bem como de aspectos de dominação e violência. É importante destacar o fato de que a problemática dos movimentos sociais terminou sendo uma porta para trabalhar as práticas violentas. Desse modo, poderia dizer que os movimentos sociais rurais é que me levaram a entender o assassinato do Chico Mendes, da Margarida Alves, na Paraíba, e tantos outros. Nesse período, meus estudos eram movimentos sociais rurais; não estudei nenhum movimento urbano.

Um dado de destaque na minha trajetória é a importância que dou à metodologia qualitativa. Terminei imprimindo esta marca no LEV, com os aspectos negativos e positivos. Agora tenho usado muito a técnica dos grupos focais. Continuo trabalhando, intensivamente, com matérias de jornais. Posso dizer que o LEV começou ganhando forma com a montagem de um banco de dados com matérias de jornais. Acho que o jornal é uma excelente fonte para compreender esse nosso cotidiano violento. As matérias publicadas nos jornais vão configurando diferentes formas de conflitos sociais, bem como as estratégias usadas nas suas administrações. Nos jornais, as diferentes ma-

nifestações de prática violenta vão ganhando um contorno, como também suas redes sociais. Quando começo a me debruçar sobre o material de jornais, nos relatos que são feitos sobre o nosso cotidiano violento, é o momento em que começo a entender se seria possível discutir a questão ou a problemática da emblemática cordialidade brasileira ou outras dimensões presentes no campo da violência. As matérias dos jornais são uma fonte inspiradora para os meus alunos, possibilitando a descoberta de bons temas sociológicos. Por outro lado, o jornal, como fonte de pesquisa, deixa clara a necessidade de relativizarmos todo o material de estudo. Neste plano, acho que a temática da violência ocupa lugar privilegiado metodologicamente, possibilitando superar os modismos, a tentação dos apelos sociais e os estereótipos, bem como a necessidade de que esta temática seja constituída com todo o rigor e imaginação sociológica. Esta atitude capacita uma ruptura entre o senso comum e o conhecimento científico, situando os estudos sobre violência no interior de uma problemática sociológica.

O LEV tenta ultrapassar diariamente a prática individual do ato de pesquisar, cada vez mais presente na produção acadêmica. Procuramos, na medida do possível, mesclar constantemente os trabalhos individuais dos alunos, suas monografias, dissertações e teses, com as pesquisas realizadas por professores e estudos coletivos efetivados em grupo. Outro aspecto que marca as pesquisas do LEV é a diversidade temática com abordagens teóricas e metodológicas diferentes.

Recentemente você foi convidado para assumir a direção da Academia de Polícia do Ceará. Você poderia falar um pouco sobre esse novo tipo de desafio?

Como eu havia falado, essa discussão sobre polícia e segurança pública é uma temática que não era a minha preocupação central e que com a qual sempre lidava como uma problemática periférica, cruzando constantemente com os meus temas centrais. Em meados de 2000, comecei a organizar os cursos de especialização da Renaesp, do Ministério da Justiça, sobre direitos humanos, cidadania e segurança pública, para os profissionais da segurança pública. Foi nesse momento que passei a ter uma inserção nos órgãos de segurança pública. Enquanto coordenador dos cursos, eu tinha que manter contato com o secretário de Segurança Pública, assim como com os comandantes das diferentes corporações. Essa inserção também aumentou o espaço do LEV nos meios de comunicação e junto aos profissionais da segurança pública.

Nas eleições de 2010, durante a campanha, o governador Cid Gomes, candidato à reeleição, marcou uma visita à Universidade para conversar com alguns pesquisadores. Nesse encontro, o reitor escolheu três laboratórios para fazerem uma exposição sobre suas pesquisas, e o LEV, para minha surpresa, foi um dos escolhidos. Fiquei ainda mais surpreso quando, durante as apresentações, os outros dois representantes dos grupos disseram: "Eu queria que o César falasse antes da gente, porque foi a partir da experiência do laboratório dele que formamos o nosso". E até então eu não sabia que o laboratório tinha tomado essa dimensão toda no âmbito da Universidade.

No início de 2011, me surpreendi novamente, pois fui convidado, pelo governador, para ser o diretor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – Aesp,

que tem como missão básica unificar e integrar o ensino das instituições responsáveis pela segurança pública do Estado do Ceará. Trata-se de uma instituição nova, criada em 2010, para formar, especializar e atualizar os profissionais responsáveis pela segurança pública do Estado. O governador decidiu pela criação de um órgão técnico-educacional com a atribuição de centralizar as atividades de formação e atualização de todas as corporações responsáveis pela segurança pública, unificando o ensino da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Perícia Forense. Segundo o governador, fui indicado pela minha experiência diante do LEV e pelos meus conhecimentos da temática da segurança pública e violência. Pedi alguns dias para pensar, e ele insistiu que eu aceitasse logo e aceitei. Achei muito difícil e, principalmente, desafiante esta missão. Telefonei para vários amigos do Brasil, que trabalham esta temática e que fazem parte da comunidade a que me referi anteriormente, para saber o que eles achavam, e quase todos me deram muita força. Acharam que era importante essa experiência, considerada pioneira no Brasil. Assumi em maio deste ano, com a missão de fazer com que a academia começasse a funcionar. Estou muito impressionado com a receptividade que o meu nome obteve, entre os profissionais da segurança pública, para dirigir esta academia. A receptividade tem sido total, não só entre os oficiais, mas, principalmente, entre os praças e soldados. Eles percebem algo diferente na academia e sempre me apresentam para os outros que não me conhecem como "um grande conhecedor" da temática da segurança: "este conhece tudo".

Nesta perspectiva, destaco o lugar que os intelectuais ocupam de responsabilidade para os nossos policiais. A sensação que tenho é de que isto representa um certo orgulho para eles, isto é, o fato de ter como dirigente máximo um sociólogo e professor doutor de uma universidade federal. No dia da inauguração da Academia, o governador Cid Gomes disse que, naquele dia, estava nascendo uma criança que deveria ser muito bem-cuidada, passando esta responsabilidade para mim. O governador me outorgou muita responsabilidade, mas também me deu carta branca para eu montar algo novo dentro desta academia. Os policiais, que estão trabalhando comigo na montagem e início das atividades da academia, ressaltam um aspecto novo e diferente: pelo fato de eu não ser policial, sou visto como uma pessoa neutra. Para eles, qualquer pessoa que fosse vinculada a alguma instituição policial criaria desconfortos para as outras corporações. O fato de não pertencer aos órgãos de segurança tem facilitado muito o meu trabalho. As demandas por mudanças e quebras de alguns princípios ou paradigmas, dificilmente, seriam expressas caso eu pertencesse e fosse dos órgãos de segurança pública. Outro dado importante é que sou visto como defensor dos direitos humanos. Então, acho que isso passa um pouco para o universo deles.

Recentemente, estávamos discutindo sobre abordagem policial e o uso de arma de fogo, quando um policial disse que iria apresentar um vídeo e que eu iria gostar pelo fato de destacar a importância do diálogo, acrescentando: "Eu sei, pelos seus artigos, que o senhor gosta muito de respeitar os direitos humanos". Nesta mesma linha, fui procurado por alguns guardas municipais de Fortaleza para ver se eu dava uma força, para que eles tivessem uma forte formação em direitos humanos. Então, está sendo

uma experiência muito rica, não só em termos da gestão, mas, principalmente, do ponto de vista sociológico.

A pretensão é de que os profissionais formados nesta academia unificada tenham um ensino de excelência na parte técnica e na área humanista, com forte ênfase no respeito aos direitos humanos, aos princípios de um Estado Democrático de Direito e à diversidade ética e cultural. A Aesp terá como princípio a proposta pedagógica do Sistema Único de Segurança Pública e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Esta academia demarca novos tempos na educação, formação e qualificação dos profissionais em segurança pública. Tempos de interdisciplinaridade, de rigor científico, aliados à alta qualificação tecnológica. As atuais questões sociais mundiais trazem desafios para o ensino policial e da perícia, tais como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, ao lado das novas tecnologias utilizadas pelo mundo do crime. As transformações ou complexidades do mundo contemporâneo demandam um novo modelo de ensino em segurança pública. Para esta atuação, os policiais devem estar muito bem preparados pela aquisição de um saber humanista, sociológico, psicológico e altamente técnico. Nesta perspectiva, pretendemos que a Aesp seja um espaço democrático de sociabilidade, com ênfase na formação técnica, mas também cultural e artística.

Maria Stela Grossi Porto

Maria Stela Grossi Porto nasceu no dia 26 de fevereiro de 1945, em Ponte Nova (MG). Graduou-se em ciências sociais na Universidade de Brasília (UNB) em 1976. Concluiu seu mestrado (1979) e seu doutorado em Sociologia (1987) pela *Universite de Montreal*, Canadá. Atualmente é Professora da Universidade de Brasília (UNB).

Entrevista

Maria Stela Grossi Porto

Brasília, julho de 2011

Por Renato Sérgio de Lima

Maria Stela, você poderia contar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica, que era um pouco diferente antes de chegar à questão específica da violência. Lendo o memorial que você fez para o cargo de professora titular na UnB, me chamou a atenção sua inserção na JEC (Juventude Estudantil Católica). Tive um envolvimento com pastorais católicas também, e me identifiquei muito com isso, a questão de ter uma família muito tradicional. Então, quero saber como a Academia e a Stela foram se engendrando, e agora temos a Stela, professora titular da UnB.

Primeiro, gostaria de dizer que fico muito feliz em poder participar desse projeto de produção acadêmica, que se propõe à construção de uma memória intelectual. Trata-se de iniciativa extremamente importante, porque, muitas vezes, os pesquisadores vão construindo individualmente suas trajetórias e seus espaços, mas é importante pensar a questão do ponto de vista de um grupo e, portanto, de algo que pode unir esse grupo, da perspectiva teórica à seleção de objetos de pesquisa, como condição para que se constituam um denominador comum e um campo de saber. No caso da violência, talvez pela recorrência que o tema tem alcançado fora da Academia, seu tratamento acaba se transformando em objeto extremamente difícil de ser abordado, porque parte é constitutiva do senso comum. Creio que estabelecer essa separação é importante, e esse livro certamente vai contribuir para isso.

Ao mesmo tempo, eu queria dizer que não me sinto parte das e dos pioneiros e por isso fico ainda mais feliz por ter sido lembrada. De fato, minha inserção na temática é tardia; se, do ponto de vista etário, posso me identificar com algumas dessas pessoas,

em termos de temporalidades os pioneiros são aqueles que, certamente, começaram a trabalhar e a refletir sobre a temática bem antes de mim. Minha guinada para a questão da violência ocorreu, fundamentalmente, no início dos anos 1990, talvez final dos 1980, na sequência de uma longa trajetória de trabalho na sociologia rural, ou na análise dos processos sociais agrários, para usar a terminologia então proposta por José Vicente Tavares dos Santos. Trata-se de uma trajetória que não é só minha e nem única nesse sentido, porque me dei conta que esse foi o caminho também percorrido por outros pesquisadores, que estão hoje trabalhando com a temática da violência. Percebi isso quando recebi um convite para uma mesa sobre violência, em uma Anpocs regional ocorrida em Recife, cujo ano não me recordo exatamente. A certa altura do evento, e muito por acaso, observando meus colegas de mesa, me dei conta que todos que ali estavam eram originariamente da sociologia rural, e estavam, então, voltados para o trabalho com violência urbana. Ou seja, não é uma coisa tão fortuita, algo deve ter acontecido, no sentido de fazer esse tipo de percurso.

Posso dizer como a questão se colocou para mim. Da minha perspectiva, foi fundamentalmente certa insatisfação, eu diria teórica. Acho que o modelo de modernização da agropecuária no Brasil, da forma como foi concretizado, da forma como aconteceu, com agravamento de contradições originadas do processo histórico de constituição e consolidação da estrutura fundiária e expulsão de importantes contingentes de trabalhadores do campo, concorreu para um processo de exacerbação de tensões no mundo rural. Mortes e violências no campo passaram a ocupar (talvez de uma forma muito similar ao que hoje acontece com a violência urbana) não apenas a mídia, mas também o campo científico. Entretanto – e inclusive isso é algo que menciono em meu memorial –, a produção sobre esse tema acabou se concentrando numa questão muito ligada à denúncia. Denunciava-se, então, a violência no campo e também havia certa proximidade com movimentos sociais da época, como a pastoral da terra, com alguns trabalhos significativos no que dizia respeito à produção acadêmica. Uma questão, no entanto, preocupava-me e incomodava: pressionada muitas vezes pelas demandas da sociedade, pela gravidade das tensões no campo e pelas urgências de reversão do contexto empírico, a "academia"' sentia-se instigada a agir. E agia, muitas vezes por meio da denúncia. Um número considerável de trabalhos acadêmicos ocupou-se com a denúncia sobre a violência no campo nesse período. Entretanto, com as honrosas e mesmo brilhantes exceções que confirmavam a regra, faltava, por vezes, fôlego teórico a alguns desses trabalhos, cuja preocupação com a denúncia mantinha-os no âmbito da descrição.

Ora, questionava-me, então, já um tanto inconformada com o estado da arte e com a produção de conhecimento na área: se a denúncia é um recurso válido e às vezes único para o cidadão, do sociólogo espera-se mais. Supõe-se que ele a ultrapasse e crie as condições necessárias para constituir possíveis "problemas sociais" em questões sociológicas, fazendo avançar as fronteiras do conhecimento e da compreensão da realidade. Denúncia por denúncia, os jornalistas fazem melhor do que nós, costumo brincar. Estava convencida de que só essa ultrapassagem propiciaria o aparato teórico-metodológico para que a reflexão, devidamente munida do instrumental que apenas

a ciência propicia, pudesse se somar ou se contrapor a outras formas de conhecimento, contribuindo para esclarecer a ação e subsidiar (ou não) a intervenção.

Outra coisa que caracteriza a questão da violência é que ela se constituiu de forma muito evidente como um objeto empírico, para só depois se construir como objeto teórico. Ora, alguém poderá me dizer que todos os conceitos tiveram trajetórias semelhantes. Mas se for pensar nos conceitos clássicos, esses foram conceitos que organizaram a disciplina enquanto disciplina científica. Talvez a título de exemplo bem insuficiente, penso em conceitos tais como anomia, autoridade, estratificação social, modos de produção e diversos outros, que construíram o chão teórico epistemológico da disciplina. No caso da violência, o caminho é, em certo sentido, distinto. Foi a perspectiva empírica que demandou reflexão e construção teóricas. E isso exige um cuidado e distanciamento na tarefa de confecção do conceito. Quando digo conceito teórico, quero dizer como algo que permita avançar na compreensão e explicação do fenômeno.

Diante da sua indagação, a gente pode pensar sobre a existência de uma sociologia da violência no Brasil, em termos de construção teórica e metodológica robusta, tal como você está enunciando. Temos essa sociologia produzida?

Pergunta difícil. Eu diria que o campo avançou muito, houve um progresso teórico grande, no sentido de chamar a atenção para o que é constitutivo deste campo, e também em termos metodológicos. E, nesse sentido, tenderia a responder afirmativamente a sua questão. Por outro lado, seria talvez mais prudente dizer que muito há ainda a ser feito. A área já contabiliza um conjunto de pesquisas que transitam entre o quantitativo e o qualitativo, outras que se direcionam a abordagens mais qualitativas ou mais quantitativas. Essas pesquisas acabam apontando o acervo que já existe. Aliás, Renato, o que você faz, por exemplo, é uma demonstração desse tipo de coisa, ou seja, levantar essa produção teórica significa estabelecer por onde esses caminhos foram percorridos e por onde eles agora estão apontando, chamando a atenção para o aspecto tanto quantitativo como qualitativo, e, ao dizer isso, se está fatalmente pensando metodologicamente, ou seja, que caminhos têm direcionado o pensar.

Do ponto de vista teórico, se não é, ainda, um campo acabado, está em processo, é um campo dinâmico, mas também me parece que não faz sentido a gente pensar em termos da constituição de um campo teórico sobre a violência no Brasil como se estivéssemos começando do zero. Sobre isso, eu tenderia a concordar com aquela ideia do Fernando Azevedo que está posta no livro que o César Barreira organizou, sobre a memória da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS. O professor Azevedo chama atenção, na lição inaugural do congresso que presidiu (o primeiro, em 1954, se não me engano), para o fato de que brasileiros são os problemas, são as questões empíricas, e estas devem ser olhadas a partir de nossa situação e de nosso contexto. Isso não significa dizer que se vai construir uma sociologia da violência no sentido de construir uma sociologia brasileira da violência. Existe já toda uma teoria com paradigmas e vertentes e distintas abordagens quantitativas e qualitativas, para se pensar a dimensão e a significação do fenômeno. E se temos pretensão de ultrapassar uma sociologia regional,

como certamente temos, então o já existente internacionalmente no campo da sociologia precisa ser aproveitado e considerado, e isso é algo que, de fato, está incorporado.

Lendo os escritos destes pioneiros que você já mencionou, observa-se que há muitos trabalhos com reflexões feitas a partir de teorias que foram criadas fora do contexto brasileiro. Um pequeno exemplo é o trabalho do Edmundo, sobre a marginalização da criminalidade, ou a criminalidade da marginalização – sempre me confundo sobre a ordem correta da frase (risos) – em que existe uma perspectiva que tem toda aquela ideia de roteiro típico, acho que são dimensões que, iniciadas fora do Brasil, vão sendo incorporadas e vão sendo aspectos importantes de reflexão do contexto brasileiro. No entanto, e de novo, o Edmundo também é exemplo, pois, a partir daí, o autor criou, produziu teoria, e isso foi o que fizeram e continuam fazendo os pioneiros: a sociologia sobre violência que eles produziram e continuam a produzir, tendo como fonte empírica nosso contexto, constitui subsídio e material de reflexão para a sociologia da violência, *tout court*, *sans phrase*.

O seu esforço em incorporar a dimensão das representações sociais faria parte desse movimento?

Sim, faria parte desse esforço. Eu diria que representações sociais não constituem uma temática hegemônica nem totalmente aceita pela sociologia; talvez por se tratar de uma noção que, iniciada e construída na sociologia por um de seus clássicos, foi relativamente abandonada ao longo do tempo e retomada e redefinida na psicologia social, mais precisamente por Serge Moscovici. Da perspectiva com a qual tenho trabalhado, as representações sociais se apresentam como estratégia metodológica, ainda que não necessariamente daquelas que a sociologia privilegia. Se optei por me inserir neste esforço, foi por achar, em minha avaliação do que seja teoria, que ela constitui subsídio, dispositivo, instrumento de análise, capaz de fazer avançar o processo de conhecimento sociológico.

Ao longo de meu aprendizado com essa teoria, fui me dando conta de que o conhecimento via representações sociais é um tipo de conhecimento que pode ser considerado – e é como o tenho chamado – de segundo grau, ou de "segunda mão", não por ser menos relevante do que aquele obtido de "primeira mão", mas na medida em que a ele se chega interrogando a realidade por meio do que se pensa sobre ela. No contexto da violência: em vez de centrar a análise nos dados brutos do fenômeno, interroga(m)-se o(s) imaginário(s) construído(s) sobre o mesmo. É um enfoque que privilegia a linguagem em sua condição de dispositivo analítico. O fato de trabalhar e ver-me como socióloga, inserir-me teórica e metodologicamente no campo sociológico, não significa que não me deixe seduzir pela linguagem, pelos sentidos, símbolos e conteúdos que ela oferece, assim como por sua capacidade para a nomeação da realidade.

Por outro lado, utilizo a abordagem de representações sociais segundo meus objetivos e minhas preocupações, o que acaba por distanciar-me de um psicólogo social e mesmo de outro sociólogo trabalhando com representações. Pensar a partir de representações sociais é pensar discursos e narrativas produzidos em distintas dimensões da realidade,

tanto as de natureza mais institucional, como por exemplo, as que são produzidas nos campos midiático, político, legislativo e da segurança pública, quanto as de natureza mais espontâneas, produzidas por diferentes estratos e camadas da população. Para que tais produtos de representação possam se inserir entre as possibilidades de explicação, alguns pressupostos precisam ser considerados e o primeiro deles é que representações sociais são orientadoras de condutas. Quando um fenômeno é capturado pelo viés das representações sociais, o que se coloca como conteúdo para a análise sociológica são os sentidos empíricos, formulados pelo senso comum, permeados por julgamentos de valor e efeitos de hierarquização, que esta categoria carrega, levando o pesquisador a se interrogar sobre que valores são esses e como tais valores e crenças estruturam e presidem a vida social. Quando consideramos representações sociais uma categoria analítica, lidamos com conteúdos valorativos por excelência, pois é desses conteúdos que tais representações se constroem.

Denise Jodelet e Serge Moscovici, ao afirmarem a necessidade que têm os indivíduos de se situarem no mundo, explicarem esse mundo e se explicarem dentro dele, apontam, ao mesmo tempo, para o fato de as representações sociais serem a forma como os indivíduos concretizam tal necessidade. Os autores advertem que esse conhecimento, orientando condutas, tem sentido prático e contribui para criar a realidade da qual se fala e sobre a qual se refere. Ou seja, uma contribuição central da Teoria de Representações Sociais para a sociologia é esse seu caráter (ou função) pragmático(a) de orientador(a) de condutas.

Inúmeras representações sobre ou da violência são um pouco influenciadas pela proximidade com a área da comunicação. Isso é tão recorrente que até costumo dizer que, seguidamente, mais importante do que o fato é a versão sobre ele. Outras vezes são versões de segmentos da população que nunca tiveram experiência direta com a violência, mas que acabam formulando ou se deixando influenciar por representações da violência, construídas, por exemplo, na e via mídia e isso influencia uma série de práticas, tanto em termos de autoproteção, de proteção da família e de seus próximos, quanto em termos de demanda por políticas publicas. Ou seja, colocado assim o problema, passa a pesar a relação entre segurança pública e segurança privada. Uma representação da violência como algo que está em processo de crescimento constante, aliada muitas vezes à representação de ineficácia e insuficiência do aparato público de proteção, acaba se transformando em busca de proteção privada, e uma consequência é que a proteção, a segurança privada, sempre vai se dar em detrimento da segurança pública, porque os interesses pessoais muito dificilmente se igualam aos coletivos.

Você foi falando e fiquei construindo um raciocínio que é o seguinte: da forma como você constrói a sua abordagem, a partir das representações sociais, podemos pensar que não há ampla aceitação, por parte da sociologia, dessa abordagem como uma possibilidade a mais, evidenciando um limite da sociologia e das ciências sociais em formular e/ou posicionar alguns fenômenos. De onde vem essa dificuldade? Seria a matriz marxista?

Não, acho que a matriz marxista talvez nem esteja tão hegemônica como já esteve; agora o problema é que essa matriz tende, algumas vezes, inadvertida e inconsciente-

mente eu diria, a situar a questão a partir da herança econômica, dando maior ênfase a explicações dessa natureza, empobrecendo a análise. Ressalta-se que, "para resolver o problema da violência, haveria que se mudar a estrutura social, trazendo melhores condições econômicas e de vida para todos e que tal mudança seria fator de diminuição da violência". Ou seja, é direto o paralelo entre violência e pobreza. Sem negar a importância de se levar em conta o aspecto econômico, o resultado é que tal ênfase acaba em uma associação entre violência e pobreza, com pouco ou nenhum apoio em evidências empíricas e sem se dar conta dos desdobramentos teóricos desse tipo de formulação. Além disso, ao centrarem aí a natureza da causalidade, os adeptos de tal associação deixam de lado o fato de que, nesse grupo, estão também contingentes substantivos de vítimas preferenciais da violência. Acredito que essa seja uma situação complexa de se destrinchar, pois, por um lado, concretamente, existem determinadas camadas sociais que estão mais expostas aos fatos da violência, corroborando a afirmação de que alguns contextos seriam mais propícios à violência do que outros. Por outro lado, e do ponto de vista do enfoque das representações, sabe-se que o que é mostrado, o que se torna mais visível em termos de violência, de crime e de punição, são as manifestações e os fatos que apontam nas camadas menos favorecidas os atores preferenciais. Ou seja, haveria, então, a produção de representações sociais que levam, sobretudo, a uma muito maior visibilidade da violência produzida pelas camadas mais pobres.

Isso, em certa medida, se aproxima do conceito de sujeição que o Michel Misse utiliza.

Com certeza, trata-se exatamente da ideia de sujeição criminal de que fala Misse, na qual o indivíduo porta o crime nele mesmo. Também se aproxima da ideia de roteiro típico, ou de profecia autocumprida, com a qual Edmundo Coelho trabalhou.

Eu não diria que a responsabilidade disso é privilégio da vertente marxista. Honestamente, diria que não; assim como diria que a ideia que acabei de avançar, sobre a sociologia ter relativa dificuldade para trabalhar a partir da Teoria das Representações Sociais, é algo mais intuitivo e pessoal do que resultado de uma pesquisa ou de uma reflexão mais teórica. É mais uma intuição, no sentido de dizer que a maioria dos trabalhos que conheço não utiliza essa teoria; trata-se mais de ausência e menos de uma explicita rejeição, decorrente de uma suposta inadequação. Ou melhor, vejo tal enfoque em trabalhos daqueles que não são, como você os nomeia, os pioneiros. E vejo muito em trabalhos de produção de dissertações, de trabalhos de graduação e que dão o conceito por assentado, não existindo uma preocupação em dizer de onde vem esta utilização. E aí acontece até mesmo certa utilização inconsequente; fala-se em representações como se poderia estar falando de qualquer outro conceito; aliás, algumas vezes emprega-se o conceito como equivalente ou no lugar dos conceitos de percepções, imagens, etc., como se fossem sinônimos. Não quero ser injusta com o campo enquanto tal, e isso levando em conta que são poucos os trabalhos que se propuseram a esta construção teórica e que utilizaram este conceito, e aí, dizendo isso, talvez eu volte um pouco ao começo da nossa conversa, quando afirmei minha preocupação e alguma

insatisfação com o nível da produção teórica sobre o rural, quando se tratava de pensar a violência. Ao ressentir tal sensação e acreditando que muito dessa denúncia restringia-se ao tratamento descritivo dado ao fenômeno da violência, minha pergunta foi: Será possível uma sociologia da violência?

Foi nesse contexto que tive a possibilidade e a oportunidade de trabalhar durante um ano sabático na França, pensando sobre essa temática. E minha resposta vai um pouco nesse sentido: acredito na possibilidade de construção de um campo teórico sobre a sociologia da violência. Para mim, e é por isso que sinto a necessidade de pensar a partir das representações sociais, este campo tem que levar em conta tanto o que seriam os aspectos de natureza estrutural, quanto a participação e a construção simbólica dos atores, caracterizando então essa relação entre o objetivo e o subjetivo, ou seja, é tão objetivo quanto um sangue jorrando e sujando a parede, aquilo que se diz sobre esse dado fenômeno, as representações que um fenômeno pode ter, seja a partir desse mesmo sangue, ou a partir de algum outro tipo de necessidade de explicação por parte do senso comum, condicionando a exigência de pensar a construção deste campo articulando objetividade e subjetividade. Em outras palavras, acho que são duas quase pré-condições, e que são muito felizes aqueles pesquisadores que conseguem eles mesmos a estruturação das duas abordagens, mas não que necessariamente isso tenha que acontecer. O importante é que, em termos da construção do campo, existam tanto trabalhos que deem ênfase maior ao aspecto subjetivo quanto outros que pensem prioritariamente a partir da perspectiva objetiva.

Essa discussão me faz lembrar o quanto a contribuição de outros contextos e outras teorias pode ser relevante quando da estruturação de uma argumentação: nesse sentido, para mim, foi particularmente profícuo o tempo passado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França, junto ao Cadis, que é um grupo que pensa justamente a questão da intervenção social, analisando, avaliando e dimensionando o papel dos atores e a forma, a possibilidade de pensar tais atores e suas escolhas, mais ou menos conscientes, mais ou menos condicionadas por aspectos estruturais, para iluminar a reflexão que estávamos recém-avançando acerca da relação objetivo-subjetivo.

É interessante você citar o Cadis e a influência francesa, porque na sua fala fica muito nítida uma ideia de síntese teórica, que é muito cara a certa perspectiva da sociologia contemporânea, a partir dos anos 1970, e que teve como um dos maiores representantes o Bourdieu. Segundo esta perspectiva, o olhar sociológico não necessariamente está focado apenas na estrutura ou na ação, mas também na relação entre as duas; uma relação entre biografia e contexto, e que de algum modo vai construindo as relações sociais. E no seu trabalho, a questão das relações sociais fica muito marcada.

Na verdade, não estou pensando muito na questão da síntese, mas bem mais no espaço das relações sociais, aspecto no qual me concentrei muito quando resolvi fazer sociologia da violência. Por um lado, beneficiei-me da contribuição desse grupo, porque é um grupo que pensa dando ênfase ao sujeito, sem desconsiderar o contexto. Ao

mesmo tempo, a preocupação decorreu de outra coisa que me incomodava, que é a ideia, bastante difundida, segundo a qual não existe sociedade sem violência e, sendo assim, essa seria constitutiva do ser humano. Decorrem desse pressuposto todas as teorias que vão pensar a violência como fundante e fundadora, "explicada" desde uma leitura um tanto equivocada das teorias freudianas, até um tipo de antropologia que vai pensar a violência como sacrificial e recorrer à ideia de *mimesis*, como em René Girard, para também afirmar a violência como constitutiva do social. Isso me incomodava em certa medida, porque pensava que, por mais que outras dimensões e esferas da vida sejam importantes para pensar a violência, nós, sociólogos, temos que trabalhar o fenômeno a partir daquilo que conhecemos, daquilo a partir do que nossa teoria nos permite pensar, e nessa medida o núcleo central da reflexão são as relações sociais. E por mais que, para entender o fenômeno, seja forçoso levar em conta outras dimensões, psicológicas, filosóficas, econômicas (também não quero correr o risco, oposto, de uma explicação reducionista), não faz sentido confundi-las com a explicação sociológica, por mais heurísticas que sejam suas contribuições.

Do ponto de vista da análise sociológica, essas abordagens que advogam um caráter fundante e constitutivo para a violência são, no mínimo, paralisantes. Conduzem ao imobilismo teórico. Tanto no caso da acepção da violência como atributo do ser humano, quanto naquele em que é pensada como atributo de todas as relações sociais, há riscos para a análise: no primeiro, produz-se a naturalização de algo que é histórico; no segundo, são homogeneizadas realidades distintas, com a respectiva homogeneização da explicação sociológica.

Assim, é na natureza das relações sociais que poderia ser estabelecido um ponto de partida para pensar sociedades que se organizassem a partir da dimensão da solidariedade mais do que daquela do conflito, porque uma das coisas que temos visto é que o conflito tem se colocado cada vez mais como uma forma recorrente de resolução de regulamentação social. Isso é algo cujo desdobramento violento pode ser grande.

Mas você está vendo no mesmo plano violência e conflito.

Não, mas talvez tenha me expressado mal e, em função disso, gostaria de me situar melhor. Simmel, que foi tão mal compreendido e associado a um tipo de sociologia dita de natureza mais conservadora, está sendo retomado de modo bem mais criativo. Michel Wieviorka, até há pouco tempo diretor do Cadis, é um dos autores que, justamente ao distinguir violência e conflito, sustenta a possibilidade de que o conflito seja uma forma quase profilática em relação à violência, desde que o primeiro encontre possibilidade de existir. Isso significa abrir a discussão a respeito da constituição do espaço público como um espaço político. Constituição de espaços públicos como espaços da política, sendo que isso não significa necessariamente que a resolução será harmoniosa e que estaremos no melhor dos mundos, mas a possibilidade mesma do conflito já pode se constituir como protetora contra a violência. E a inexistência desses espaços públicos de debate e discussão faz com que algumas relações assumam contornos violentos, quando, a rigor, poderiam ser construídas como espaços de diálogos, conflituosos ou não.

Wieviorka, quando fala isso, me faz lembrar um texto do Simmel, esquecido, que nem tem tradução em português, que mostra que para um sociólogo não importa se o conflito é positivo ou negativo, mas sim perceber o quanto ele monta as relações sociais.

Neste sentido, ele é constitutivo das relações sociais, ao passo que a violência não é, Wieviorka tem uma definição de violência que é o próprio sinônimo da não-relação social, é algo negativo, e isso se aproxima muito da ideia de Simmel. A ideia de constitutivo de relações sociais e não aquela que eu havia comentado anteriormente, sobre paradigmas que percebem a violência como constitutiva do social.

Gostaria de voltar um pouquinho ainda na questão das representações, que já havia sido discutida, para complementar com alguns pressupostos de minha abordagem, que, em alguma medida, são meus dispositivos analíticos, compreendidos e encampados pelo dispositivo teórico que é a própria teoria das representações sociais. A sequência desses pressupostos acaba sendo importante, pois as representações sociais têm uma presença muito grande no dia-a-dia dos seres humanos. À medida que produzimos ou buscamos produzir sentido, entender e explicar o que acontece à nossa volta e ao tentar explicar esse mundo, produzimos representações sociais. É nesse sentido que Moscovici vai considerá-las como teorias do senso comum. Pode-se assumir que a necessidade, sentida por diferentes segmentos da população, de entender os fenômenos da violência acaba sendo uma fonte muito rica de formulação de representações sociais que são explicativas de suas vidas na sociedade. Se, pensando weberianamente, uma das possibilidades de o pesquisador definir seus temas de estudo e pesquisa é o que ele considera importante para a compreensão de uma dada sociedade, eu tenderia a dizer que, no atual contexto brasileiro, é quase impossível entender a sociedade sem inserir a violência como uma de suas categorias e vertentes explicativas. Dito isso, creio ser possível assumir o senso comum e as chamadas teorias práticas sobre a violência como objeto do conhecimento, submetendo-as ao crivo científico. Aí se situa uma grande dificuldade para o trabalho com representações sociais: para muitos é quase uma tentação assumir que as representações sejam a realidade, quando na verdade elas são o ponto de partida, eu digo a matéria-prima, da pesquisa. Nesse sentido, elas têm como característica o fato de não serem nem falsas nem verdadeiras, nem racionais nem irracionais, mas sim o ponto de partida para a compreensão da realidade. Do meu ponto de vista é muito mais pertinente se perguntar: "Por que tal categoria social, tal camada social, representa dessa forma a violência?", do que dizer: "Ah, mas essa representação da violência não tem nada a ver, é completamente irracional, irreal". Essa ideia de realidade ou irrealidade ajuda pouco a avançar.

Seria aquela ideia que você trata em seu memorial, que seria instrumental a uma visão que vê a inesgotabilidade do real?

Na verdade, o real é sim inesgotável e suas representações podem se multiplicar, *ad infinitum*, segundo quem e como são produzidas. Por outro lado, o que estou buscando enfatizar é o fato de que não faz sentido que a atividade de pesquisa

se dê por tarefa, ou "missão" de "corrigir" as assim consideradas "falsas" representações. O conhecimento sobre a realidade dependerá, antes, do investimento no trabalho de, weberianamente, buscar explicar, compreendendo os porquês de tal ou qual representação. Aí entraria também outra ideia weberiana sobre a qual comecei a falar na pergunta anterior, mas da qual acabei me perdendo, me deixando levar por outros caminhos. É a perspectiva de Weber segundo a qual cada pesquisador, ao escolher seus objetos, acaba escolhendo a partir de um julgamento de valor, implicando uma subjetividade que envolve pensar que alguma coisa faz mais sentido do que outra, em termos de explicação da realidade. Esse ponto de partida subjetivo e valorativo é mais ou menos inescapável. O *start* pode ser informado por N coisas diferentes; como no meu caso, que cheguei à violência urbana por uma trajetória que vem do mundo rural.

E nessa trajetória você marca, assim como o Cesar Barreira, o José Vicente Tavares dos Santos e vários outros, como uma ruptura na questão apenas da denúncia, que não é exclusiva do meio rural, pois na mesma época você observa as denúncias de direitos humanos, o que faz com que eventualmente tenhamos na violência uma evidência empírica, aquilo que o Machado chama de referencial empírico de uma ordem social em que a violência é constitutiva das relações sociais.

A violência não é fenômeno uniforme, não é nesse sentido um fenômeno singular, mas sim plural. Ela não funciona aos moldes de uma mancha de tinta (melhor seria dizer de sangue?) que vai se espalhando; ela tem suas especificidades, suas diferenças. É rica essa ideia do Luiz Antonio Machado da Silva de pensar a violência como a representação de uma ordem; é a ideia de que ela seria princípio de um ordenamento social, a violência pela violência, como forma de estruturação da ordem social.

E você se aproxima, mas ao mesmo tempo se distancia dessa ideia...

Tenho grande afinidade com a perspectiva do Machado de pensar a sociabilidade violenta – enquanto representação de uma ordem e a violência como ordenamento social. Talvez me distanciasse apenas por admitir a hipótese (remota e de difícil comprovação empírica, tenho consciência disso) de que, em raríssimos contextos, a violência possa significar o questionamento dos padrões normativos existentes e, nesse sentido, buscar hegemonia e legitimidade para novas formas de conduta (por exemplo, formas de contestação da ordem vigente, golpes de Estado, lutas políticas contra regimes ditatoriais, etc.). Lembrando apenas que pretensão de legitimidade não é sinônimo de legitimidade. Voltando a Machado, para ele, que está circunscrito à análise da realidade brasileira, sem fazer conjecturas hipotéticas, trata-se de um paralelismo, contiguidade entre lógicas distintas de orientação de condutas, que não só não se comunicam como não se disputam; os grupos em questão não estão buscando nenhum tipo de mudança ou questionamento da ordem dada, é violência pela violência. Também acho que seja por aí, sobretudo quando se está, como ele, falando do contexto brasileiro, pensando, por exemplo, em crime organizado. Aí, não

se trata mesmo de nenhuma ideologia de mudança, assim como, aliás, na maioria das manifestações de violência. Apenas gostaria de deixar em aberto a possibilidade de se pensar outros contextos, nos quais a disputa por hegemonia em termos da representação de seus valores por determinado grupo pudesse ser cogitada. Reconheço a dificuldade em pensar e demonstrar empiricamente essa ideia, mas gostaria de tê-la como hipótese, talvez caudatária de certo otimismo, algo ingênuo, dirão alguns.

Essa busca de hegemonia conforma uma disputa pelo sentido das políticas públicas?

É, talvez sim, acho que essa ideia é bem weberiana; quer dizer, os bens são escassos, sejam eles materiais ou ideais. Indivíduos que, por um motivo ou outro, têm probabilidade de produzir bens ideais, portanto, valores, vão buscar hegemonia para esses valores e isso pode, com algumas aspas, ser algo que informe a construção de políticas públicas. Lembraria, no entanto, que, no contexto das políticas públicas, a ideia de interesse também não pode ser deixada de lado. Existem interesses conflitivos que acabam tendo um peso grande e, portanto, em certo sentido, seria um pouco utópico ou ingênuo ou trivial imaginar que apenas valores vão ser os condutores e determinarão os conteúdos e os rumos de uma política pública, seja esta na área de segurança, ou em qualquer outra.

Nas várias vezes que conversamos, em seu livro, em seu memorial, nas suas manifestações públicas, você tem uma preocupação marcada com a distinção entre o empírico e o teórico. Ao mesmo tempo, numa passagem do seu livro e do memorial, você faz essa distinção, de que o conceito de violência é empírico e que não pode ser tomado no singular, mas logo depois você faz a discussão de uma violência no singular...

É verdade, a definição de violência coloca-nos grandes dificuldades. Acho que o conceito de violência é muito complexo e, na verdade, minha busca de definição ainda não me satisfaz. É por isso que, no contexto do memorial, digo que ela se coloca quase como uma definição operacional, pois estou assumindo que a definição da violência deve trabalhar a partir do outro, pensar em termos da relação, da alteridade. Diante da dificuldade, me inclino para uma definição que, pelo menos, permita trabalhar empiricamente, ou seja, assumo o pressuposto de que, sempre que o outro, portanto, o sujeito pensado como alguém igual a mim, for de alguma forma desconsiderado, pode-se pensar que se está diante de uma situação de violência. Isso não chega a ser uma definição, é uma proposta que ainda não me satisfaz. A desconsideração do outro, do ponto de vista físico, é relativamente simples de se avaliar e imaginar. Do ponto de vista valorativo, e o que isso pode significar em termos de integridade moral, é algo muito complexo, muito difícil, até porque, de novo, vamos entrar na relatividade de conceitos. Essa é a grande dificuldade, porque você precisa ter clareza sobre o que chamar de violência e, por outro lado, saber que a violência não pode ser definida independente dos contextos nos quais é produzida.

E isso me lembra os estudos feministas, quando, por exemplo, vemos situações de mutilação sexual, que muitas vezes não são vistas como violência. Como você se coloca diante desses quadros?

Não vou entrar na disputa entre as feministas; já vi disputas teóricas quanto a este exemplo e também não domino totalmente os paradigmas da discussão feminista. Agora, eu tendo a dizer – e isso também é provisório, pois ainda não tenho uma posição definitiva sobre isso –que, conforme a informação e a comunicação circulam, determinadas situações, contextos e significações, que eram muito próprias e quase que circunscritas a algum contexto, ganham uma dimensão mais planetária, o aspecto relacional passa a ser muito importante. Então, eu tenderia a dizer que é possível que, há 30 ou 50 anos, essa questão da mutilação passasse absolutamente despercebida enquanto forma de violência. Hoje existe o fato de que as próprias pessoas que são submetidas a esta mutilação têm consciência de outras possibilidades, ou seja, o mundo passa a ser visto por elas de outra perspectiva. Isso remete àquela ideia do Peter Berger, sobre os processos da primeira socialização, no sentido de que, no início, a criança percebe o mundo que lhe é apresentado pelos seus pais como o único possível e só depois se dá conta do caráter relativo das coisas. Acho que, à medida que isso acontece, é muito mais complicado pensar que, de fato, aqueles atos (de mutilação) não serão mais vistos como violência. Eu tenderia a dizer uma coisa semelhante acerca do nosso contexto brasileiro: se pensarmos na questão da mudança dos significados e dos contextos da violência, se pensarmos em *Casa grande e senzala*, do Gilberto Freyre, há 60, talvez 70 anos, a regulamentação das relações sociais passava pela violência, mas não era nomeada como tal, era considerada uma forma normal de regulamentar tais relações. Ou seja, para que determinado fenômeno da categoria do empírico possa ganhar *status* de construção teórica, é importante que ele seja nomeado como tal. Sinto mais dificuldade para falar dessa questão feminista, e falo, talvez, pisando em ovos, até porque acredito que as próprias feministas não tenham um consenso de como pensar tais questões.

Então, saindo da questão feminista, você está chamando a atenção para a dimensão política como fundamental. A enunciação ocorre onde? Na esfera pública...

É, acho que enquanto ela não se torna visível, realmente não acontece. Por exemplo, se você pensar uma questão muito articulada à questão da violência, que é aquela que trata das diferenças: estas, enquanto vividas no espaço privado, não se apresentam como problema. Somente passam a sê-lo quando vividas no espaço público. Tomemos como exemplo a questão da intolerância homossexual: enquanto o homossexual vive sua homossexualidade da porta de casa para dentro, ela não se coloca como questão; a politização e a transformação em questão acontecem concomitantemente à visibilidade, ou seja, com a forma como o espaço público passa a ser utilizado. Lembro-me, no caso da questão da consciência e inconsciência, de diferentes situações que se vivenciam. Têm muitas dessas políticas de afirmação das diferenças que, no fundo, estão, num primeiro momento, afirmando a diferença com o objetivo de desmanchar a diferença num segundo momento. Quando você diz – vou falar das mulheres, mas não sei se vou brigar com

as feministas (risos) – que está buscando uma cota da participação da mulher na política, é muito mais uma questão de afirmação da diferença para que, no futuro (que não se sabe que futuro é esse, em termos de temporalidade), tal diferença se perca na igualdade. O mesmo ocorre para cotas raciais. Ou seja, a afirmação da diferença está buscando a igualdade. Não chega a ser um paradoxo, mas é uma situação complicada.

Estou me lembrando de um *slogan*, com o qual trabalhei em um texto, de uma ONG que proclama "ser diferente é normal". Isso me incomodou muito, porque penso justamente o oposto: ser diferente não é normal, e só será normal se a diferença for tratada na invisibilidade. Na hora em que ela se mostrar, deixará de ser normal, e o diferente terá que assumir as consequências e desdobramentos de sua diferença. Acho que isso é uma dificuldade. A partir desse "ser diferente é normal", a escola de samba Império Serrano levou para a avenida, no carnaval de 2006, uma série de manifestações de diferenças (pessoas com algum distúrbio físico ou psíquico), com o objetivo de, no fundo, mostrar que são normais. Tenho isso muito claro porque tenho uma filha com Síndrome de Down. Nessa época, ela estava doente, mas o grupo do qual ela participa (escola e lazer) foi convidado para desfilar, e alguns aceitaram o convite e foram para a avenida. Tive muito receio na época, pois pensava que, dependendo de como organizariam a Escola, o resultado poderia ser de um grotesco total. Felizmente isso não aconteceu, não foi grotesco, mas também não passou o recado pretendido; parece-me que a escola não conseguiu mostrar essa diferença como normalidade. Por ironia, naquele ano, a Império Serrano foi rebaixada para o segundo grupo. Da forma como concebo a questão, justamente o importante é mostrar a diferença e advogar para que seja respeitada, "lutar" para fazer respeitá-la, não para demonstrar sua pretensa igualdade.

Isso evidenciaria uma marca do nosso pensamento social de tentar contemplar uma certa categoria de normalidade em diferentes questões. Pensando a violência, vemos como as manifestações vão se colocando como rotineiras, então acho que tem a ver com uma de nossas marcas de como a sociedade brasileira se constrói.

Porque é uma sociedade que tenta se pensar a partir da não-violência, da igualdade, de uma democracia igualitária, quando na verdade um de nossos cortes estruturantes da vida social é a diferenciação. É uma sociedade estratificada, conformada e organizada na diferença e na desigualdade, que busca se construir, enquanto representação, como uma democracia na qual todos são tratados da mesma maneira.

O José Vicente Tavares tem visto, e me falou numa conversa que tivemos, como quase uma evidência da anomia enquanto estado permanente, como o normal é o anômico e vice-versa.

Em algumas vezes é disso mesmo que se trata; vive-se, de fato, um contexto de anomia. Em outras, não necessariamente: a sociedade pode estar absolutamente em condições de prover a regulamentação social, e de fato o faz, mas os indivíduos não se reconhecem no ordenamento existente, nos valores ditos "coletivos" e suas reações podem ir do conflito à violência.

A questão é que temos dificuldades de lidar com conflitos, e isso acaba sendo algo que se expressa no domínio político, muitas vezes desdobrado em violências, mas, muitas vezes, também camuflado como tal. Veja, por exemplo, a nossa chamada democracia racial e todas as outras formas de pensar o Brasil, como aquela mais famosa e incompreendida expressão do Sérgio Buarque de Holanda, do homem cordial. Nada mais mal compreendido do que chamar o brasileiro de um homem cordial, quando exatamente o autor estava chamando a atenção que pode ser o contrário: o cordial seria a reação emotiva, que pode ganhar dimensões extremas... Reage-se emotivamente no sentido de uma extrema solidariedade e no sentido de uma extrema violência

Você não começa seus estudos sobre violência nos anos 1970, mas pode ser considerada uma das pioneiras, porque se esforçou na tentativa de construir teoria a partir desta questão. Muitas das questões que foram construídas pelos outros pioneiros não começaram com a questão do crime, violência ou segurança pública, como a própria Alba, que, ao fazer etnografia numa favela, percebeu o quanto a violência se fazia importante naquele contexto...

Se você me permite interromper, lembro-me de uma mesa na Anpocs e, se não me engano, foi a primeira vez que se juntou rural e urbano, na temática da violência. Uma das pessoas da mesa era a Alba, e ela se incomodou um pouco com uma forma de definição da violência, e eu inclusive fazia parte dos que assim se expressavam, considerando de maneira mais abrangente a ideia de violência, aí incluindo a violência simbólica. Falando disso e pensando com um recuo do tempo, diria que, hoje, compreendo muitíssimo a preocupação da Alba naquele momento, porque justamente era alguém que estava convivendo diariamente com a crueldade da violência física nas favelas, que ela pioneiramente pesquisava, e a incomodavam definições que pudessem ser pouco rigorosas e isso não quer dizer que ela não inclua a dimensão do simbólico em suas preocupações. Mas entendo a preocupação dela, que é algo que também tenho e que é a de tentar restringir o fenômeno da violência a alguns determinantes e características.

Quando participo de debates nos quais predomina uma visão mais abrangente, considerando violência a fome, o desemprego, as desigualdades sociais, a precariedade do trabalho, etc., aí sou eu que peço que se pare para pensar, porque acho que são coisas diferentes que não podem ser assimiladas ao fenômeno da violência. Uma coisa é você situar os problemas relacionados ao desemprego, à fome, etc. e se dar conta do quanto, a partir daí, contextos e situações de violência poderiam ser desencadeados; outra, que certamente deve-se evitar em prol do rigor teórico, é ampliar de uma tal forma a definição a ponto de esta já não mais ter utilidade para pensar o fenômeno, dada sua imprecisão conceitual.

Lembro-me de uma discussão que tive na Cepal, no Chile, para tentar desenhar um *survey* sobre violência contra a mulher. O México tinha acabado de fazer uma pesquisa sobre isso, apontando que 80% das mulheres eram vítimas de violência. Quando fomos abrir a questão, havia relatos de violência física e

simbólica. Aí a questão foi descobrir o que significava ter uma porcentagem de 80% de mulheres sofrendo violência física e simbólica conjuntamente. Qual é o ganho analítico ou o teórico de fazer uma afirmação de um conceito tão amplo, um conceito "ônibus" como alguns dizem? Mas a questão que eu estava destacando é seu esforço em fazer análises teóricas; você começa a fazer, pioneiramente, a passagem para outro conceito, que é o de segurança pública. Disso, lhe farei outra provocação: da forma como você o concebe, é por meio da negativa, pela violência policial, violência estatal. Ou seja, pela ilegitimidade da ação estatal. Mas gostaria de confirmar o que segurança pública é para você, em termos conceituais?

Na verdade, se nas coisas que eu disse fica essa impressão, é porque talvez tenha alguma impropriedade na minha forma de colocar, porque, a rigor, cheguei à preocupação com segurança pública por meio dos estudos de violência e, em determinado momento, formulei o seguinte questionamento: "Como pensar a violência sem, ao mesmo tempo, pensar os responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, com ênfase, sobretudo, nos policiais?" Ou seja, não foi pela negativa, mas foi para tentar entender a relação entre segurança pública e violência, polícia e violência. Sobre isso, tenderia a dizer que, do meu ponto de vista, admito muito claramente que, no contexto brasileiro, ainda é fundamental que nós, que estamos de alguma forma trabalhando e refletindo sobre esse tema, tenhamos, nos espaços de reflexão pública que se apresentam para nós, condições de reafirmar a importância da manutenção do monopólio da violência, ou da força física (forma talvez mais interessante para se expressar), nas mãos da corporação policial. Sob este aspecto, diria até que penso o oposto do que você supôs das minhas afirmações, ou seja, percebo a manutenção desse monopólio da força física nas mãos da corporação policial, tal qual weberianamente definido, como condição *sine qua non* de pacificação social; não é viável pensar a paz social sem garantir este aspecto de legitimidade a esta corporação. Um aspecto de legitimidade que advém do caráter de especialização de funções da corporação; acho fundamental que se diga da importância e da ideia de legitimidade dessa condição. Em sua ausência, imperaria a violência difusa, de forma generalizada. Por outro lado, é muito tênue a linha que separa a legitimidade da ilegitimidade da ação policial, da prerrogativa da utilização da força física, porque a ideia de força necessária – e tudo o que daí decorre nas definições internas à corporação – é muito tênue. E justamente o que dá o caráter de legitimidade, que caracteriza a especialização de funções e a prerrogativa de utilização de armas, é a rigor o que também pode produzir as situações de ilegitimidade; então, a autorização para o porte de arma acaba sendo este limite tênue, que dá ao policial o poder sobre a vida e a morte. Mas, isto posto, não dá para pensar uma sociedade democrática e pacífica sem garantir esse monopólio, que é prerrogativa da corporação policial e deve ser preservado.

Numa conversa informal, o Sérgio Adorno chegou a levantar uma possibilidade que tenho tentado provocar entre os outros entrevistados, que é a discussão elisiana de que, num processo de pacificação, há espaços em que o Estado não tem garantido o monopólio legítimo, e as evidências empíricas, como pistolagem, vio-

lência policial, seriam indicações de uma etapa pré-monopólio, em que teríamos os monopólios privados da violência.

Olha, conheço bem as posições do Sérgio, com as quais concordo plenamente, em termos das lacunas por parte do Estado na garantia do monopólio legítimo da violência. Não sei se concordaria quando você se utiliza da ideia de pré para expor o argumento, em termos de temporalidade. Até porque, pensando em termos de Elias, eu tenderia a dizer que o Brasil está plenamente inserido no processo civilizador. E talvez até mesmo a dimensão de politização que esse tema da violência ganhou fora da academia, na mídia, nas manifestações do senso comum, das representações, tenha a ver com o que seria, a partir dessa perspectiva de Elias, uma maior sensibilidade da sociedade, por mais que esse seja um conceito difícil de definir. Mas é justamente esse acréscimo de sensibilidade que faz com que as manifestações de violência atualmente tenham tanto impacto e, nesse sentido, sejam tão rejeitadas. Porque acho que vivemos, o que pode parecer paradoxal, por um lado, isso que já foi aqui comentado, que é o fato de cada vez mais as pessoas resolverem seus conflitos por meio da violência e, por outro, a existência de rejeição à violência, significando a recusa da violência e essa maior sensibilidade. Eu tenderia a dizer que, pelas minhas pesquisas com segmentos diferentes da população, a nossa sociedade é ambígua nesse sentido: se a questão da violência, da tolerância e da rejeição à violência é colocada em termos mais ou menos abstratos ou teóricos, a população tende a negar qualquer legitimidade à violência. Se, no entanto, a questão é colocada em termos mais concretos, da autoproteção e da proteção aos seus, aí o resultado é outro. A tendência, então, é aceitar que, para garantir a própria segurança e a dos seus, tudo bem se a utilização da violência, pela polícia, for necessária. Então, nesse sentido, não acho que estejamos em uma etapa pré-processo civilizatório, tenderia a dizer que estamos nos debatendo, mas não colocaria na perspectiva temporal, do antes e do agora ou do depois. Acredito que haja sim uma desconcentração do monopólio da violência pelo Estado, no sentido da existência de múltiplas manifestações de violências privadas, do surgimento das milícias, dos justiceiros, do crime organizado, que são todas formas extralegais de resolução de conflitos e violências.

Estou tentando formular um exemplo para provar que este monopólio já esteve mais concentrado...

É, talvez você tenha razão, talvez não esteja mais concentrado... Mas essa ideia de pré-processo civilizatório me incomoda, porque há vários outros indícios, em termos de sociedade em geral, de que estamos inseridos completamente nesta contemporaneidade planetária; se pensarmos, por exemplo, em termos da informatização, recordo-me de que, em 1995, quando fui fazer meu pós-doutorado na École, contavam-se nos dedos os professores de lá que tinham endereço de e-mail, e isso já era do domínio da esmagadora maioria dos intelectuais brasileiros. Então, analiso que a sociedade brasileira está sim inserida nessa modernidade planetária (claro que de forma seletiva e desigual, disso não resta dúvida), em todas as dimensões; por isso a dificuldade em admitir uma caracterização da segurança pública em termos de pré. Acho que nossa especificidade é

que a sociedade é muito ambígua e essa ambiguidade faz com que tenhamos dois pesos e duas medidas: uma coisa é a possibilidade; e outra coisa é a garantia que os indivíduos querem ter de sua segurança e individualidade. Acho que haveria, ainda, outra coisa que deixei de comentar: ao lado dessa ideia de uma sociedade profundamente hierarquizada (com todos os desdobramentos daí decorrentes), há também os que afirmam o caráter autoritário da sociedade brasileira e que esse autoritarismo em alguns momentos acaba indo na direção de demandas por um Estado violento, com vistas a garantir segurança e uma maior presença desse Estado para todos, mesmo que à custa de violência.

Uma pequena retificação: quando falo pré, não me refiro a um "pré-processo civilizatório", é pré-monopólio do Estado, no sentido de que o Estado não tenha conseguido a legitimidade pública.

Aí você tem razão, acho que, nesse sentido, pode-se dizer que nunca o Estado teve esse monopólio total, ou seja, com exclusividade. Nesse sentido, vários outros grupos, exteriores ao Estado, também têm se utilizado dessa força física e com igual utilização das armas. Nisso concordaria com sua afirmação.

E uma das questões que me vêm à cabeça é que, quando fazemos uma historia das ideias, no binômio segurança e desenvolvimento, que marcou a forma como o Estado concebeu a segurança, percebemos uma ideia muito forte de segurança nacional. Isso tem a ver com a nossa democracia atual, em que o aparato estatal responsável pelo policiamento está estruturado na lógica de submeter os interesses da sociedade aos interesses do próprio Estado. Isso poderia acarretar o que você falou sobre a característica autoritária de nossa sociedade.

Estou me lembrando de que você coloca este ponto no início do seu livro. Quando falei sobre isso no curso de segurança pública, os policiais gostaram muito da ideia de que eles estão se alinhando a esta perspectiva da predominância de preocupação com a sociedade, de que esta deve ser pensada como prioridade em relação ao Estado. São os policiais mais novos que pensam isso, porque há um corte etário muito importante; os policiais mais novos tendem a ser mais democráticos, a encarar a segurança pública como um serviço, uma dimensão da atividade voltada para a sociedade. Isso seria uma decorrência da consolidação do processo democrático e, sendo muito otimista, eu diria talvez que essa aproximação da corporação policial com a universidade chegue a dar bons frutos.

Aproveitando o gancho, qual o papel do intelectual hoje no Brasil, quando pensamos as violências?

Olha, nesse aspecto, tenho as minhas precauções e tenderia a dizer, weberianamente falando, que é importante manter-se o distanciamento, pois ciência e política são dimensões da realidade que estão regidas por sentidos e éticas diferenciadas, bem como por possibilidades de desdobramentos diferenciados. Acredito que a ciência, a academia, tenha um papel importante, fundamental e específico, porque outras dimensões

da vida não podem produzir conhecimento pertinente, conhecimento competente que busque ser o mais adequado possível (e esse adequado também é weberiano, e não no sentido de julgamento de valor) à compreensão da realidade. Se esse objetivo for buscado de forma responsável, a academia cumpriria uma função política, porque é uma forma de oferecer conhecimento. O que não temos condições de fazer é garantir que o conhecimento produzido seja utilizado, nem como; até porque implica julgamento de valor, significando ser utilizado da forma como gostaria aquele que o produziu. E aí, resvala-se, novamente, na perspectiva valorativa: a forma como cada um atribui valor ao conhecimento produzido pode variar. Voltando ao tema, a proximidade da academia e dos intelectuais com setores da segurança pública pode ter desdobramentos positivos, caso tais setores concluam, autonomamente, que podem utilizar o conhecimento produzido na academia; aí então acho que estaremos cumprindo nosso papel. É fundamental que se tenha clareza de que produzir conhecimento é diferente de intervir na realidade. O que não significa que se os intelectuais assumem que vão intervir na realidade estariam fazendo algo fora de suas funções, em absoluto. Só acho que aquilo que faz o intelectual, na condição de político, leva em conta determinações outras que não as aquelas da ciência. É só isso, cabe a cada um fazer uma opção pessoal se quer realmente dar um passo na intervenção política.

No seu memorial, você diz que é possível pensar papéis sem o temor do funcionalismo, que você superou o medo de ser rotulada de funcionalista...

Esse fato aconteceu no contexto da minha pós-graduação, na dissertação, tanto quanto na tese, e aí o contexto é importante, porque foram feitas na década de 1980 e o funcionalismo era o palavrão mais abjeto de toda a sociologia. Nesse processo, em um dado momento, me dei conta de que eu tinha como objetivo entender qual o papel (a função) do campesinato, no contexto do desenvolvimento capitalista. E aí a vivência da angústia aconteceu mesmo, porque havia todo um arcabouço teórico marxista, e eu estaria fazendo uma tese funcionalista? (risos). Foi um momento de choque rápido, e justamente passou por esta tomada de consciência, que os ismos, sejam eles de que natureza forem, empobrecem e, sendo assim, acabei por me conscientizar de que não temos que ter medo de encarar as palavras; um sociólogo que tenha medo de pensar sobre papéis de determinados grupos, ou de determinados fenômenos e acontecimentos, estará recuando da sua função de compreensão da realidade. Isso aconteceu num período da minha vida em que eu era muito mais jovem e imatura para sentir tamanha angústia como a que senti naquele momento, no qual, além do mais, o marxismo era a teoria hegemônica.

Eu também gostaria de fazer um parêntese: várias vezes, aqui na nossa conversa, no seu livro, no memorial, percebo uma tentativa, herdeira desse marxismo, de uma interpretação holística da realidade, com todos os cuidados e pudores, mas percebo uma angústia de tentar uma compreensão global, por mais que isso seja complexo. Isso é exagero da minha parte?

É exagero, mas deixe-me dizer em que você tem razão. Essa necessidade talvez decorra de uma excessiva preocupação minha em não fazer algo que fosse apenas descritivo, que fosse empirista. Na verdade, não nesse bom sentido de algo que se preocupasse em ser sensível em relação à realidade. Na verdade, o medo era de ser empiricista. Por um lado, eu tinha extrema boa vontade em relação à teoria. E até pensava: "Ah, mas é tão bom trabalhar com teoria, porque temos que chegar a nos preocuparmos com a realidade?" (risos). E isso daí talvez se articulasse com o medo de um trabalho empiricista, que é uma coisa que, ao se mergulhar na realidade, sem os requisitos do trabalho intelectual, pode ser um risco. Dessa forma, não diria que era uma preocupação de síntese, mas sim uma preocupação de, ao trabalhar algo que estivesse fincado no chão (quer dizer, no real), tentar pensar o objeto buscando ultrapassar a descrição meramente (com o meramente entre aspas), porque não é uma desvalorização; a descrição pode ser etapa importante e necessária, mas não suficiente do processo de conhecimento.

Brincando com os seus parênteses, isso também pode ser parte da herança católica da sua origem e da forma como você concebe o mundo. Eu queria entender se isso é um pré-conceito meu, porque identifiquei estas duas frentes, a católica e a marxista, ou se algumas marcas, de fato, acompanham você até hoje na tentativa de uma construção teórica.

Olha só, vou começar pelo marxismo. Na defesa do memorial, um dos membros da banca perguntou-me como hoje eu interpretava a atualidade do marxismo, porque talvez ele tenha vislumbrado, no meu memorial, algumas coisas que interpretou como críticas ao marxismo. Fiz uma dissertação e uma tese cujo arcabouço teórico era marxista; realmente meu orientador era profundamente marxista e não acho que naquele momento eu tivesse um grande olhar crítico em relação à perspectiva marxista. Respondi utilizando uma frase que em algum momento li, não lembro se em jornal ou em livro, que afirmava ser o marxismo uma teoria que, sozinha, não permitia pensar a realidade, mas sem a qual também não seria possível fazê-lo. Acho essa ideia boa; hoje eu diria que não consigo mais fazer reflexões marxistas, pensar por meio de categorias como classe social, modos de produção, etc. Por outro lado, acho que quem enterrou o marxismo quando o muro de Berlim caiu, quando houve todo o desmembramento da União Soviética, era porque tinha uma leitura extremamente equivocada, confundia teoria e política; acho que o marxismo é algo que, da mesma forma como acontece com os outros clássicos, tem que ser tratado com criatividade, não pode ser uma moldura com a qual a realidade é engessada. Tem reflexões para as quais o marxismo ainda pode ser perfeitamente "utilizado", para outras a historia se encarregou de nos trazer outras perspectivas teóricas bem mais pertinentes.

Quanto ao catolicismo, é realmente aí que existe um paradoxo, porque até hoje me pergunto como foi que em um colégio extremamente conservador ouvi, pela primeira vez na minha vida, falar em sociologia, no contexto de uma disciplina que tratava a sociologia quase como um catecismo, boa para ajudar o próximo. Para mim, até hoje, vejo isso como linhas muito tortas. E aí foram alguns acasos da vida, acabei descobrin-

do, nem me lembro como, e chegando à JEC – Juventude Estudantil Católica, que teve papel de liberação e libertação, fazendo enxergar uma maneira de fazer e pensar a Igreja de forma bem menos alienada. Na Europa a ação católica era muito mais conservadora. Sem dúvida, essa passagem pelos movimentos da ação católica foi uma coisa importante em minha formação, mesmo que passageira. Também fiquei um tempo na JUC – Juventude Universitária Católica, mas logo depois me casei e aí eu tinha muito mais preocupação de dar conta do contexto familiar, então deixei um pouco de lado o movimento estudantil. Mas essa dimensão do olhar da sociologia, da preocupação em pensar e compreender relações sociais e todos seus desdobramentos, realmente, foi algo consolidado nessa passagem pelos dois movimentos de orientação católica.

Gostaria de aproveitar essa incursão pelos movimentos estudantis católicos para fazer homenagem a um pioneiro, que tem toda minha admiração, Antônio Luiz Paixão. Dos pioneiros que já não mais estão entre nós, o Edmundo Campos Coelho, não conheci pessoalmente, a não ser de forma esporádica, em alguns de seus quase sempre cáusticos pronunciamentos, sobretudo suas avaliações da área de sociologia e os clássicos e brilhantes textos, como os que tivemos a alegria de ver reunidos na *Oficina do Diabo*, com a remarcável apresentação do Machado. Já Paixão era, como eu, frequentador assíduo do "chá das seis", que era como chamávamos os intermináveis e muito politizados bate-papos antes ou depois da missa das seis, no adro da igreja do Sagrado Coração de Jesus (ao lado do Instituto de Educação) e da igreja de S. José, ambas em Belo Horizonte. Ali, os destinos da nação eram, frequentemente, traçados e decididos por um punhado de quase adolescentes dispostos a fazer do mundo um lugar melhor para se viver. Da perspectiva acadêmica e institucional, tive a satisfação de ver Paixão aceitar escrever um artigo na revista *Sociedade e Estado*, do Departamento de Sociologia, no número especial sobre violência que organizei em 1995. Talvez tenha sido um de seus últimos trabalhos, antes de sua morte repentina e dolorosa para os que com ele conviveram, na condição de amigo ou de intelectual.

Ao mesmo tempo em que você concebe a inesgotabilidade do real, esse real é circunscrito, não-paradigmático e não existe como algo totalmente tangível. Tem-se um feixe de possibilidades e ele emana a partir de um todo que é, falando em termos típicos ideais, perseguido, mesmo que instrumentalmente. Trata-se da construção da interpretação, da teoria, que baliza essa vontade do todo. E podemos pensar nisso quando da construção da sociologia enquanto disciplina, o que nos cabe enquanto sociólogos... (Isso é apenas uma provocação, não imagino que você tenha uma resposta).

É, mas eu ainda tenho dificuldade em imaginar que persigo tanto esse todo. O que acho que leva a isso é essa ideia de que estou sempre falando, de compreender a sociedade, tentar buscar uma explicação para a sociedade. Mas, por outro lado, é por meio de alguns fragmentos, e acho que essa minha explicação sempre leva isso em conta, que a sociologia da violência é uma perspectiva de conhecimento do social. Nessa medida tenho consciência de que estou privilegiando um aspecto da realidade, de que estou

partindo de um pressuposto, o de que a análise da violência é uma estratégia de avanço do conhecimento, e é isso o que o leve, talvez, a pensar que eu esteja sempre em busca do todo. De fato, minha grande preocupação e objetivo é entender a sociedade, seus valores, sentidos e significados. Mas veja que, no máximo, estou preocupada com a sociedade que estou chamando brasileira, mas meu campo empírico tem sido o Distrito Federal, então, este todo vai sendo cada vez mais delimitado. Não tenho pretensões de que o que esteja trabalhando tenha a dimensão do todo, que seja abrangente (aproveitando o assunto, isso não significa que eu esteja dizendo que Brasília e o Distrito Federal sejam contextos atípicos). Particularmente, estou pensando na nossa inserção na contemporaneidade e na modernidade capitalista, e vejo Brasília, que alguns ainda consideram uma "fazenda modelo", não como cidade atípica. Creio que compartilhamos as delícias e dores de qualquer outra grande cidade brasileira, sendo que o DF, se não tem essa dimensão quantitativa de grande metrópole, em termos de estilo de vida não carrega maiores características de atipicidade. A grande diferença é que Brasília, por ser o centro político brasileiro, estampa essa dimensão de poder, levando a que o acontecido aqui adquira visibilidade muito maior.

Voltando para a discussão sobre o papel do intelectual, dado o cenário dos últimos dez anos, em que temos uma Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) disputando a hegemonia sobre as representações acerca da segurança pública, para usar um termo seu, a minha pergunta é: nesta ideia de campo em disputa, se podemos pensar que o intelectual tem um papel crítico em relação a essa disputa, qual o papel que a academia teve e tem neste embate entre os conceitos de segurança pública mais ou menos democrática? Ou seja, estamos contribuindo ou não para este movimento de transição da segurança publica no Brasil, considerando o papel da nossa aproximação com os governos, da nossa atuação nos cursos de especialização e/ou da produção de pesquisas?

Acho essa pergunta extremamente complexa e difícil de responder. Em termos da proximidade, penso ser positivo que ocorra; em sendo positiva, entretanto, assumo como fundamental que a academia guarde, de novo, as distâncias. Lembro-me de quando estava trabalhando ainda na área rural e articulamos uma pesquisa em conjunto com a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), houve grande dificuldade para explicar àquele movimento social o interesse em trabalharmos juntos, sabendo que fazíamos produção de conhecimento e eles faziam intervenção na realidade. Isso foi muito complicado. Em relação à segurança publica, precisamos ter todo tipo de preocupação, no sentido de saber de qual lugar e espaço estamos falando. Por exemplo, quando a Senasp fez aquele edital em parceria com a Anpocs, achei extremamente interessante que a academia tenha se disposto a responder a um edital daquela natureza (com todas as dificuldades iniciais, que não é ocaso de retomar aqui) e que o órgão, dependendo da sensibilidade de quem estiver na direção, utilize (ou não) os resultados daquelas pesquisas como subsídios para políticas públicas. Por outro lado, vale a pena ter cuidado com uma coisa que às vezes me preocupa; trata-se

da indiferenciação dos discursos, com efeitos, por exemplo, na fala de alguns policiais. Algumas vezes é uma indiferenciação total, que dificulta distinguir quem é quem, e de qual espaço aquele discurso está sendo produzido. Inclusive, é mister que tenhamos responsabilidade sobre o que fazemos e produzimos na academia, que tenhamos consciência de que são espaços diferentes, com interesses e objetivos diferenciados do espaço da função pública.

Se você me permite, concordo plenamente com você, lembro de uma frase de um coronel da Polícia Militar de São Paulo, quando eu estava numa banca do curso superior de polícia, e a PM de São Paulo estava pleiteando um curso de mestrado e de doutorado em ciências policiais, e a frase desse coronel foi muito forte, que dizia o seguinte: "Nós queremos deixar de ser os ratos de laboratório, e queremos passar a produzir nós mesmos as nossas interpretações sobre o nosso trabalho". Ela revela, a meu ver, exatamente o que você está contando.

Estou me lembrando da primeira pergunta que você me fez, que acabamos não aprofundando, mas que está articulada com a mesa da última Anpocs, em 2010, sobre a proposta de se pensar segurança como um campo de conhecimento. Não sei se você se lembra da minha participação naquela mesa, mas continuo com a mesma maneira de ver: para mim, não faz sentido pensar segurança pública como uma área de conhecimento. Trata-se de uma política pública; o campo de conhecimento é este que estamos discutindo aqui, são essas questões ligadas à violência e à conflitualidade, com todos os possíveis desdobramentos; aí está o campo novo, em processo de construção, mas também, em alguma medida, já consolidado e cuja produção será, ou não, utilizada enquanto subsídio para políticas públicas. Eu digo "ou não" porque há um limite para além do qual já não podemos, ou não devemos, intervir enquanto, entre aspas, agilizadores de políticas públicas. A universidade pode ser espaço legítimo para preparar os formuladores de políticas, mas continuo acreditando que o campo de conhecimento é uma coisa, e o da política pública, outra.

Para fecharmos a entrevista, se você concebe a sociologia da violência sendo construída no Brasil, o que você visualiza como nossos desafios de curto, médio e longo prazos, em termos de programa de pesquisa e trabalho? É uma pergunta sobre Deus e sua obra (risos).

É mais ou menos isso mesmo (risos). Olha só, existem espaços dentro da sociedade civil que precisariam ser mais bem compreendidos, em termos de pensar a violência, por exemplo, toda violência interpessoal... Acho que há um espaço que não é apenas para descrever as modalidades de violência interpessoal, mas para cuja reflexão implicaria voltar àquela ideia antiga de se indagar sobre quais naturezas de sociedade, de relações sociais e de processos de socialização e de sociabilidade convivem com determinadas manifestações de violência, por exemplo, nesse âmbito da violência interpessoal. Significa, portanto, pensar no núcleo da explicação sociológica, pensar a natureza das relações entre grupos dentro da sociedade. A partir daí uma extensa gama de questões

empíricas (no âmbito das violências pessoais e institucionais) ensejaria uma agenda de pesquisa pensada no curto, médio e longo prazos.

Do ponto de vista teórico, acredito na relevância de se construir um denominador comum sobre o que estamos falando quando falamos de violência, ainda cabem avanços nesse sentido teórico. É algo que já vem sendo pensado. Agora, se estamos falando de uma sociologia que visa compreender a sociedade, há questões empíricas a serem vistas, como as modalidades extralegais de resolução de conflitos, assim como processos extralegais de produção e de consumo e, portanto, toda uma economia extralegal, que, como Michel Misse tem insistido, conforma mercados ilegais, envolvendo mercadorias políticas. Há também manifestações novas e antigas em termos de segurança privada, milícias e como estas vêm se articulando a contextos econômicos. Agora haveria também as UPPs para serem analisadas, pensadas e compreendidas. Acredito que as questões de como pensar o Brasil no contexto mais globalizado do tráfico, do consumo de armas, etc. são questões empíricas, que mereceriam também participar da agenda de pesquisa, assim como a questão da mídia. Desses temas, alguns já vêm sendo tratados, com mais ou menos profundidade, mais ou menos investimento. De outro modo, tenderia a ver mais os macroproblemas, que ainda precisam ser mais bem compreendidos. Acredito que a grande agenda de pesquisa deva ser pautada por essa ideia de como reverter um contexto no qual a sociabilidade e a solidariedade estão cada vez mais transmudadas ou transmutadas em violência. É uma questão sobre a qual a academia pode e deve pensar, se é que seria viável imaginar outro contexto para refletir sobre tais questões. Nesse sentido, voltaria, uma vez mais, com a ideia de representações sociais, sabendo ser impossível mudar única e exclusivamente as representações sociais sem mudar as práticas. Daí, creio na importância de se tentar pensar articuladamente novas representações para novas práticas, ou, falando de outra maneira, só conseguiremos pensar com representações que tenham como prioridade uma cultura de paz e não-violência se as práticas caminharem numa direção que seja de uma vertente mais solidária. De novo, volta a questão da sociedade extremamente hierarquizada, com diferenças sociais e desigualdades econômicas, essas últimas sendo, muitas vezes, articuladas e identificadas de modo rápido à questão da pobreza; sociedade hierarquizada na qual as diferenças são hierarquizadas também no sentido de serem avaliadas como superiores ou inferiores. Então, a partir daí, se constrói uma matriz de relação com o outro, em que o que não é igual a si mesmo é menor e relações de inferioridade e superioridade, de igualdade e diferença estruturam boa parte do ordenamento social.

No nível empírico, poder-se-ia pensar agendas de curto prazo, com questões que passam, por exemplo, pela socialização; nossas crianças estão sendo socializadas de uma forma que coloca a violência como valor e esse valor é um dado que interfere na construção identitária. Há uma valorização da construção identitária, na qual o poder passa por certa demonstração de força. E se poder for uma dimensão da construção identitária, fica difícil favorecer um espaço para que a sociabilidade se coloque de outra forma para nossos filhos, que no meu caso é para nossos netos (risos). Os valores nos

quais as crianças e os jovens estão sendo socializados parecem propiciar poucos espaços para solidariedade. Reflexão um tanto idealista e conservadora, dirão alguns. Quanto a isso, às vezes brinco que sociólogos e sociólogas, quando envelhecem, correm um sério risco de ficarem idealistas e conservadores (risos), e eu, para o bem e para o mal, estou envelhecendo e sou socióloga, então, corro esse risco.

Luiz Eduardo Soares

Luiz Eduardo Bento de Mello Soares nasceu no dia 12 de março de 1954 em Nova Friburgo (RJ). Graduou-se em letras pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) em 1975. Concluiu seu mestrado em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1980, e seu doutorado em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1991. Atualmente é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Entrevista

Luiz Eduardo Soares
Rio de Janeiro, junho de 2011

Por José Luiz Ratton

Luiz, você poderia contar como se deu sua trajetória em direção ao campo de estudos sobre violência, crime, direitos humanos e segurança pública?

Em primeiro lugar, o objeto não foi propriamente segurança pública, mas tangenciou essa área. Nos anos 1980, me interessei muito pela temática da violência no sentido mais teórico, filosófico, quando estudava teoria e filosofia política, e me detive então na obra de Hobbes, na qual a violência cumpre um papel fundamental. Nos autores contratualistas e mesmo naqueles que reagiam às sugestões contratualistas, havia uma consideração central em torno das condições que propiciariam a ordem social. Ordem entendida como um conjunto de relações dotadas de alguma estabilidade e, portanto, de alguma previsibilidade, reduzindo a incerteza, a ansiedade e o medo e criando condições prospectivas para a reedição do acordo tácito relativo a esse convívio – se quisermos empregar o vocabulário preferido por aqueles que não pensam o contrato em termos transcendentais ou idealistas.

A violência estava sempre presente como o negativo do social, o negativo da sociedade, sendo, evidentemente, também a expressão da própria sociedade, uma vez que os conflitos, as disputas e as contradições são momentos eminentemente sociais, mas, por outro lado, constituem momentos ou dimensões que devem ser circunscritos, porque, de outra forma, a própria ordem social torna-se inviável. A própria sociedade com alguma durabilidade, alguma sustentabilidade, torna-se inviável.

Então, a problemática *lato sensu* da violência, como o excesso de conflito ou como o excedente – o suplemento de conflito não absorvível e não passível de processamen-

to por parte da ordem – estava sempre no fundo do quadro como o avesso, como o negativo ou como o problema a ser enfrentado. A guerra, a paz, a construção da ordem, a geração das condições de convívio, etc. estavam, portanto, na consideração da filosofia política moderna, das teorias políticas modernas, e tratei Hobbes como um protodemocrata. O inventor moderno do contratualismo que suscitaria desdobramentos democráticos, individualistas. John Locke viria a ser a primeira reapresentação da equação hobbesiana em termos mais diretamente democráticos. A grande contribuição de Hobbes ao meu ver, foi exatamente a formulação do problema.

Tais formulações estão presentes na sua tese de doutorado, estou certo?

Sim, está na minha tese de doutorado. Você é de outra geração e, portanto, felizmente não foi obrigado a passar pelo calvário que nós, da geração anterior, passamos, por não haver doutorado no Brasil. Quando fiz o mestrado em antropologia no Museu Nacional, da UFRJ, não havia doutorado. Fiz o exame de seleção em julho de 1975 e comecei o curso em março de 1976. O doutorado estava iniciando, no país. Havia a experiência da USP que não era especializada, era um doutorado mais amplo e alguns professores meus iam à USP quando não tinham a oportunidade, ou quando não preferiam a opção dos Estados Unidos e da Europa. O fato é que ainda não dispúnhamos de uma alternativa de doutorado como um processo mais linear, fluente, e isso significava que o mestrado acumulava as expectativas do doutorado. Do ponto de vista internacional, continuávamos sem pós-graduação, porque o mestrado não era considerado uma pós-graduação em sentido pleno, apenas uma prova de qualificação. Mas aqui o nosso tinha dois anos de trabalho de campo, de pesquisa, dois anos de dedicação integral ao curso, com leituras e um envolvimento muito intenso, e mais dois anos para elaborar, redigir, rever a bibliografia, etc. Cinco, seis anos era o tempo que durava mais ou menos o nosso mestrado, e terminávamos com uma idade mais avançada. Já éramos profissionais quando concluíamos o mestrado.

Comecei a trabalhar muito cedo, mesmo como pesquisador, aos 18 ou 19 anos. Estava na universidade, no departamento de Letras da PUC-RJ, quando comecei a trabalhar na unidade de pesquisa em antropologia do Centro João XXIII/Ibrades. O padre Paulo Menezes, filósofo, tradutor de Hegel, pupilo do padre Vaz, estudioso de etnologia, era o coordenador. Devo a ele a primeira oportunidade profissional. Eu era uma espécie de auxiliar de pesquisa do Eduardo Viveiros de Castro, que se tornaria o principal antropólogo brasileiro, e de Luiz Costa Lima, extraordinário professor. No estudo sobre mitologia Iranxe que eles conduziam, cabia a mim fichar livros, em especial a obra de Lévi-Strauss. Foi um aprendizado excepcionalmente importante para mim e uma oportunidade de ganhar um dinheirinho, que era muito modesto, mas suficiente para constituir família, sair de casa, etc., sem sacrificar os estudos. Pelo contrário, o trabalho era uma continuidade dos estudos. O convívio com Paulo, Eduardo e Luiz, naquela fase de formação, foi de importância vital para mim. Ainda é, até hoje, porque nunca diminuiu minha admiração por eles. Só aumentou. Em certo sentido, tento me guiar e ser fiel ao espírito que aprendi a cultivar naquela experiência.

Comecei a dar aula na universidade com 21 anos. Em março de 1976, eu já tinha terminado a graduação e estava iniciando o curso no Museu. Meu primeiro livro foi a dissertação de mestrado, que correspondia a um investimento que hoje definiríamos como de doutoramento. Não fui exceção. Acontecia com todos os meus colegas. Quando se abriu a outra porta, o doutorado, minha geração teve que começar tudo de novo, em certo sentido. Estendi demais o doutorado porque a tese se sobrepôs às novas funções profissionais e responsabilidades como professor da Unicamp, graças à professora Alba Zaluar, que foi fundamental e muito generosa neste momento fazendo a intermediação.

Em que ano?

Foi em 1983. Até então, eu dava aulas em faculdades privadas no Rio de Janeiro, porque não tinha havido concursos públicos dos quais eu tivesse notícia durante todo esse período.

Você chega a Unicamp por intermédio da Alba?

Exatamente. Alba foi uma mediadora importantíssima. Houve um concurso, mas ela me apresentou e acho que isso foi muito importante para que eu fosse o escolhido. Não era um concurso público, eles faziam de uma maneira mais à americana, com entrevista e análise de currículo. Acabei ocupando a vaga aberta com a saída de Peter Fry, que foi para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.

E como era o mercado de trabalho para professores universitários naquele momento?

Falo de mim e de um grupo. Eu e os colegas formávamos em ciências sociais e íamos trabalhar em faculdades privadas. A situação profissional era extremamente precária. Não tínhamos contratos permanentes. Precisávamos trabalhar o máximo que podíamos em cada semestre. Ninguém sabia se no semestre subsequente as vagas abertas para novos alunos seriam preenchidas no vestibular e na fase das transferências para que a gente voltasse a ser contratado, para que os cursos voltassem a ser oferecidos. Assim, nos víamos obrigados a assumir todas as disciplinas disponíveis num semestre, já pensando na possibilidade de um desemprego no período seguinte. Vivíamos eventualmente com pesquisas, mas em condições realmente franciscanas, quase estóicas. Dependíamos muito da Fundação Ford, da Finep, e por aí íamos tocando. Uma universidade pública era nosso objeto de desejo. Era pré-condição para a realização profissional e uma subsistência mais segura, com o mínimo de dignidade. A chance de escapar desse varejão horrível das faculdades privadas com contratos temporários veio quando, no primeiro semestre de 1983, a UFF abriu um concurso público e, no mês seguinte, a Unicamp dispôs-se a recrutar alguém. Acabei indo para a Unicamp, porque lá eu daria aula também na pós-graduação.

E como foi o percurso do seu doutorado?

Hobbes e a problemática da teoria política estavam no horizonte, mas o doutorado teve que se adequar ao ritmo profissional. Indo para Campinas, passando a viver lá e tendo

assumido responsabilidades de orientação, além da docência e dos *papers* que sempre gostei de escrever, acabei postergando a tese. Li bastante e escrevi um pouco sobre a problemática que me mobiliza até hoje: o sujeito na dimensão da indeterminação, da incerteza, da criação e da liberdade, sem idealismos. Não sei exatamente quanto tempo demorei ao todo, mas acho que só fui defender em 1991 ou 1992, tendo defendido o mestrado em 1980/81 e não parando de estudar. Portanto, foram uns nove ou dez anos. Nesse meio tempo, além da tese, especificamente, a problemática da violência na filosofia política e no marxismo, em particular, permanecia em foco. Isso se conecta com a minha militância na época da ditadura. Fui membro do Partido Comunista Brasileiro, o partidão, e o grupo com o qual me identificava tinha uma posição fortemente contrária à violência. Nossa ala se autodenominava eurocomunista. Éramos, na verdade, reformistas social-democratas.

Vinculada a uma posição política inspirada em formulações de setores da esquerda italiana...

Isso, exatamente. Neogramsciana, mas com uma leitura *soft* de Gramsci, não leninista, privilegiando a posição mais gradualista, institucionalista, que compreendia as diversas instituições como campos de disputa e que percebia o quadro mais complexo, em que o enfrentamento se deslocava da arena da violência direta para a esfera da negociação e da reinstitucionalização, pela intervenção de atores que se conformavam institucionalmente e que progressivamente acumulavam forças e atuavam na redefinição do campo da disputa. Ou seja, nossa posição, pelo menos a minha, era pacifista, salvo em situações excepcionais. Considerávamos a violência um recurso plausível e justificável apenas quando praticada como forma de resistência ao adversário, que se tornava então inimigo e que iniciava um confronto desleal no plano do exercício direto de um poder tirânico, baseado na coerção física.

Portanto, a violência foi se reduzindo para nós, foi se confinando em um espaço muito reduzido do ponto de vista moral e também político. Aceitávamos a violência de uma guerra só no caso das guerras justas, como a resistência antinazista, antifascista, ou como a resistência às ditaduras e às tiranias. Mas a resistência armada, sobretudo quando atingia civis, nos parecia dificilmente justificável, salvo em situações absolutamente excepcionais de vida ou morte. Fomos construindo uma experiência, uma prática e, intelectualmente, um amparo moral que nos afastavam da luta armada, fortemente.

E você militou no PCB até quando?

Rompi com o partido ou foi o partido que rompeu comigo. Difícil dizer. Foi um divórcio nada amigável em 1982. Com muitos companheiros as relações sempre foram muito boas, e continuam sendo; com outros, naquele momento, houve tensões. O fato é que era impossível reformar uma instituição como o partido comunista, por milhões de razões – e acho que a história demonstrou que, infelizmente ou felizmente, era assim mesmo. Enfim, acabamos nos identificando por uma pauta: a recusa do uso da violência e da luta armada, no campo da esquerda; e a formulação de proposta alternativa, de outro tipo, de outra natureza, valorizando a democracia, as disputas por persuasão e os proces-

sos de longo curso, a multiplicidade de focos e campos de disputa. Esses focos deveriam incluir o que chamávamos de lutas específicas: pela emancipação feminina; contra o racismo; contra a homofobia e os preconceitos, etc. Queríamos redefinir a própria ideia de utopia, de projeto ideal. Desejávamos requalificar tudo isso, o que custou muito esforço, de gerações. Fui apenas mais um participante dessa dramaturgia histórica. Claro que isso está fortemente presente em minha ligação com o tema da violência, em meu interesse pela violência como objeto de reflexão não só política, mas também moral.

Essa caminhada abriu, portanto, uma segunda perspectiva: além das questões da filosofia política, estavam presentes também temas morais ou éticos que nos concerniam diretamente. No Rio de Janeiro, o vulcão solta suas lavas que penetram a sociedade de uma maneira muito profunda. O tema da violência torna-se o tema da esquina, do cotidiano, da conversa diária, da mídia, o tema politizado, etc. Nesse momento, com o apoio de fontes internacionais de financiamento, graças à mediação de Rubem Cesar Fernandes, montamos, eu e Rubem, um núcleo de pesquisa no Iser, onde eu já atuava como pesquisador do fenômeno que chamávamos de "nova consciência religiosa". O Iser sempre pesquisou, mas achávamos que seria interessante construir uma unidade dedicada só à pesquisa, para facilitar os processos internos administrativos e organizacionais. O núcleo tinha três áreas ou temas: estudo das religiões, do terceiro setor e da criminalidade e da violência. Rubem esteve à frente do primeiro censo evangélico do Rio de Janeiro. Ele coordenava a área de pesquisas sobre religiões. Leilah Landim coordenava a segunda área e eu, a terceira.

Em que ano?

Olha, na pré-história desse núcleo, coordenei pesquisa sobre história de vida de prisioneiros, e aí o diálogo com meu professor e colega Edmundo Campos foi muito frutífero – nos dávamos bem, trocávamos material. Inclusive, ele e Magda também foram muito generosos. Ele compartilhou comigo entrevistas que tinha feito para sua pesquisa e com as quais não pretendia trabalhar. Por algum tempo, tive acesso ao material. Isso por volta de 1988 ou 1989. Fiz alguns estudos pequenos sobre artes marciais e a violência processada de modo positivo. O foco compreendia rituais, disciplinas e, digamos, entre aspas, filosofias nativas dessas tradições que eram muito interessantes. O Carlos Aurélio Pimenta de Faria, que depois se tornou professor em Minas Gerais, foi meu orientando e se dedicou a essa pesquisa. Trabalharam comigo nessas pesquisas, além do colega que me deu régua e compasso, José Augusto de Souza Rodrigues, também alunos meus e orientandos, hoje colegas, como João Trajano, Jaqueline Muniz e Napoleão Miranda, assim como Leandro Piquet Carneiro e Carlos Antônio Costa Ribeiro. Pouco depois, Barbara Musumeci Soares veio coordenar pesquisas sobre violência doméstica contra a mulher. Mais adiante, quando viajei para o pós-doutorado, no final de 1994, Leonarda Musumeci me substituiu.

Seria o embrião deste movimento que gerou o Viva Rio?

Em parte, porque muitos dos elementos estavam presentes, mas ainda estávamos distantes disso. O que se constitui em 1992 é um espaço ecumênico muito interessante,

entrelaçando tradições, movimentos, associações, entidades, Igrejas, instituições da área religiosa, que compartilham uma pauta social e política comum. Assumiam, ali, uma feição mais laica e ecumênica, atuando enquanto sociedade civil organizada. A sociedade civil, no Brasil, ao longo da transição democrática, construiu-se com muito dinamismo. Os estudos sobre associativismo mostram essa vitalidade. Estávamos começando a amadurecer. Afinal de contas, a Constituição tinha acabado de ser promulgada, em 1988. Estávamos nos primeiros anos do Brasil democrático, institucionalmente democrático pelo menos. Era um período ainda muito complicado. A experiência democrática era frágil e recente. No núcleo de pesquisa do Iser, começamos a trabalhar com os dados precários sobre a criminalidade. Havia problemas sérios não só com a coleta, o processamento, a totalização e o tipo de categorização, mas também relativos à organização conceitual mais elementar. No Rio de Janeiro, devemos a Nilo Batista a dissociação entre registro e vítimas. Você imagina o que seja isso? Até 1991, 1992, só tínhamos dados sobre registros. Então, em um único registro de homicídio doloso, poderíamos ter 30 vítimas. Isso tornava muito difícil a análise, muito difícil a comparação, e Nilo Batista, que foi vice-governador, secretário de Justiça e secretário de Polícia Civil, teve este mérito, além de vários outros, alguns dos quais expus no livro *Violência e política no Rio de Janeiro*. Ele instituiu essa distinção e começou a organizar e racionalizar esse setor.

Dialogávamos bastante com o governo Brizola, que sofria mais do que uma crítica democrática incisiva: era um verdadeiro massacre midiático. Brizola vinha de uma época marcada por confrontos. Ele encarnava a tradição gaúcha dos enfrentamentos e antagonismos. E ainda havia a rede Globo de outros tempos, um aparato de comunicação ainda fortemente marcado pelo monopólio e pela censura – não era a Globo de hoje, nem mesmo a Globo redefinida e renovada, que emergiria na transição democrática. Era a Globo ainda muito vivamente marcada pelo período da ditadura. Isso, somado à indisposição brizolista para posturas mais transigentes e abertas ao diálogo, criou no Rio de Janeiro um enfrentamento em que a violência deixou de ser um fenômeno que gerasse preocupação e se converteu em um instrumento político para todos os lados. Evidentemente, quando se torna moeda política, o problema perde sua substância e passa a ter outro significado. Foi nesse contexto que começamos a organizar os dados.

Qual era a contribuição que esse esforço dava à sociedade? Nossos trabalhos eram muito simples. Fazíamos mais ou menos o que os policiais dedicados aos cálculos faziam. Ajudávamos a contar, a totalizar, revíamos os dados oficiais, etc. Nada demais. Entretanto, era relevante, porque apresentávamos à opinião pública informações que nunca tinham vindo à tona. Jamais no Rio de Janeiro alguém havia dito que os números relativos a homicídios dolosos eram X ou Y, em distintas regiões, e que seu movimento indicava o fenômeno A ou B, cujos significados comparativos tinham de ser mensurados relativamente à população. Nosso esforço era organizar um pouquinho melhor as informações, fazer a crítica dos dados e apresentá-los, reconhecendo, claro, sua precariedade. Apresentamos também à sociedade, naquele momento, algumas questões que são também triviais, mas que para nós, naquele momento, ainda não eram conhecidas. Mostramos, por exemplo, que a explosão de homicídios dolosos no

Estado do Rio de Janeiro se deu graças a uma explosão localizada, sobretudo, na baixada Fluminense no final do governo Moreira Franco, e não no governo Brizola. Isso teve implicações muito importantes. Salvo exceções, os jornalistas e repórteres que cobriam a área não tinham formação adequada, não trabalhavam com números, etc. Por isso, inclusive, para nós foi muito difícil mostrar como a violência relativa à criminalidade letal poderia estar caindo, a despeito da elevação dos números absolutos. Apesar da trivialidade, isso era inconcebível, na época, no meio jornalístico "especializado". Eles achavam que estávamos manipulando os dados ou mentindo, porque não conseguiam ver de que maneira um número absoluto maior poderia corresponder a um número proporcional menor, indicando uma queda do número de determinado tipo de crime.

E este trabalho resultou no livro *Violência e Política no Rio de Janeiro*?

Mais ou menos. O livro é bem mais ambicioso. Apresenta essas pesquisas simpíssimas, ainda que operacionalmente difíceis, cujo papel foi importante, mas inclui ensaios sofisticados e interpretações que, creio, permanecem atuais, desafiadoras e originais. O *Violência e política* reúne vários ensaios e artigos que escolhi entre os trabalhos que fizemos naqueles primeiros anos da década de 1990 e no finalzinho dos anos 1980.

Na área da violência já havia um campo fundado graças ao trabalho de Alba Zaluar. Já havia no campo da polícia um trabalho inaugural e fundamental, do Roberto Kant de Lima. O Paixão já estava trabalhando, em Minas, observando as dinâmicas com o seu olhar sensível. O Edmundo Campos estava pensando questões pertinentes à área e a Julita Lemgruber também, ambos a respeito da problemática dos presídios. O José Ramalho também se debruçava com originalidade sobre a questão dos presídios, dos cárceres, etc., mas ninguém tinha trabalhado no terreno que desbravamos e reconfiguramos, até porque era, digamos, o trabalho menos atraente, menos desafiador intelectualmente. Era o trabalho mais pesado e menos, eu diria, sofisticado. Era o trabalho de computar os dados, procurar rever o processo de sua formulação, procurando, a partir desses dados, identificar algumas dinâmicas. Explorávamos respostas possíveis à pergunta: até que ponto isso poderia ser feito? De que maneira poderíamos lidar com as polícias enquanto produtoras de algum tipo de conhecimento? De que maneira a melhoria de serviços tanto ampliava a demanda quanto aumentava os números negativos? No caso da violência contra as mulheres isso era óbvio, com as delegacias especiais de atendimento à mulher. E quanto à efetividade do trabalho investigativo da polícia civil, particularmente nos casos mais graves, isto é, dos homicídios dolosos? Descobrimos que, no município do Rio de Janeiro, em 1992, apenas 7,8% eram investigados, ou seja, em somente 7,8% dos casos de homicídio doloso os inquéritos eram recebidos pelo MP e considerados suficientemente instruídos para que se efetuasse a denúncia e se iniciasse o processo judicial. Tão chocante quanto o resultado era verificar que esses dados eram ignorados pela própria polícia e pelo governo, antes da pesquisa. Como gerir uma instituição sem conhecer os resultados do que ela faz? Sem avaliação? Essa era a inacreditável realidade: ausência de gestão racional, descontrole, reatividade varejista, mediada por prioridades políticas, midiaticamente orientadas.

Poucos anos depois eu entenderia que esse quadro interessava aos segmentos corruptos, que prosperam na anarquia, na inorganicidade, na irracionalidade, na falta de gestão, no vácuo da verdadeira e substantiva institucionalidade. Por isso, fui tão ameaçado e houve tantos ataques ferozes contra a delegacia legal, que criamos em 1999. Conferir organicidade à instituição e criar mecanismos de gestão racional (dados, diagnóstico, planejamento, avaliação e monitoramento) atingem as pré-condições do caos, da corrupção e da brutalidade.

Voltando à linha de raciocínio, repito: naquele momento, final dos anos 1980 e começo dos 1990, já se havia constituído um trabalho sofisticado, antropológico e sociológico, a respeito da violência, do fenômeno da violência na sociedade e de seus múltiplos significados. Entretanto, o olhar até aquele momento não havia sido o da segurança pública, do ponto de vista institucional. Mesmo a polícia não fora tratada como ator institucional, como estrutura organizacional potencialmente vinculada a políticas públicas. Havia sido tematizada como ator sociocultural, como âmbito de produção e reprodução de valores culturais, espaço em que princípios formais igualitários da legalidade se chocavam com a moldura hierárquica da cultura brasileira, etc., que constituem questões da maior relevância, mas diferentes daquelas que abordamos, as quais também eram de grande importância e continuam sendo.

Nesse sentido, o trabalho da Alba é muito importante, não só pela sensibilidade antropológica, mas por significar a primeira contribuição no Brasil, de que eu tenha notícia, que dissocia pobreza e violência criminal, pobreza e prática criminal. O trabalho de Kant é decisivo. Permanece atual. Inaugura um campo. Foi e é um marco. Acho que a originalidade de minha contribuição (que se soma às demais e as complementa – não as contradita, em absoluto) reside na abordagem não propriamente da violência social, nem dos valores em choque nas instituições policiais, mas sim da segurança pública como um problema público multidimensional, suscetível a políticas públicas específicas – que podem envolver reformas institucionais – e composto por atores sociais e institucionais, cujas práticas respondem a estruturas organizacionais (não só a culturas corporativas) e a orientações políticas, em diálogo com políticas criminais e sob a moldura jurídico-política historicamente produzida. A despeito de aproximações que ensaiei antes, meu primeiro livro sobre política de segurança pública, nesse sentido preciso, foi *Meu casaco de general*, escrito sob a forma de depoimento, mas que se dedica a descrever um diagnóstico e políticas formuladas para lidar com os desafios diagnosticados. Inclui também a descrição da implementação de ditas políticas, com suas vicissitudes.

E o Viva Rio? E sua participação no governo do Rio, em 1999?

Em 1994, por meio do movimento Viva Rio e de sua parceria com o núcleo de pesquisa do Iser, passei a incidir no debate público de maneira mais direta. É verdade que antes disso eu já havia dado entrevistas e escrito para jornais, assim como vários colegas. Essa é uma característica da sociedade brasileira, que abre para os intelectuais um espaço de participação na mídia, no debate público. É uma coisa que não acontece nos Estados Unidos e tende a acontecer menos na Europa, mas é uma tradição que nos

aproximava mais do caminho europeu. Conto essa história em alguns capítulos do livro *Violência e política no Rio de Janeiro*.

A situação estava muito grave, em 1993. Os cariocas se sentiam no fundo do poço. Betinho propôs uma grande aliança que unisse as forças do Rio de Janeiro para além das diferenças ideológicas e partidárias, em torno de um projeto mínimo comum. A cidade pagava um preço muito alto pelas decadências econômica e política e pelas divisões radicais, degradando-se em todas as áreas. Enfim, foi nesse contexto que o esforço do Betinho foi importante e prosperou. A ideia do Viva Rio nasceu dessa intenção, desse espírito do Betinho, quer dizer, dessa vontade dele associada a uma ideia do Walter Mattos, ex-editor do jornal *O Dia*. Rubem Cesar acabou se tornando o coordenador do movimento, no qual se envolveram sindicalistas, empresários, representantes da sociedade civil, dos mais diversos setores. Criou-se um ambiente propício para a apresentação de propostas alternativas, de diagnósticos distintos dos clichês. Sobretudo, abriu-se espaço para quem, como nós, considerava que denúncias não eram mais suficientes, ainda que fossem necessárias. Abriu-se espaço para a valorização de quem trouxesse propostas concretas, para quem desejasse intervir propositivamente. Minhas posições encontraram melhor acolhida, passaram a merecer maior atenção. Superava-se a guerra absurda brizolistas *versus* antibrizolistas. A questão passou a ser: dado que a segurança pública era mesmo um problema grave e complexo, como enfrentar o desafio, nos marcos da legalidade, respeitando os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito, com fidelidade às determinações constitucionais e com eficiência? As polícias poderiam ser diferentes, agir de outro modo, com mais efetividade e com estrito respeito à legalidade e aos direitos humanos? Seria possível conciliar prevenção e repressão qualificada? Em que consistiria uma política preventiva? O que seria repressão aceitável, qualificada, legal, democraticamente legítima? Faria sentido falar em política de segurança pública? Em que termos? Por quê? Não bastaria falar em ações policiais, técnicas, táticas e estratégias policiais? Se pobreza não determina violência, como entendê-la, em cada uma de suas manifestações? Quais as relações entre crime e violência? Quais as relações e diferenças entre política de segurança e política criminal? Quais os elementos que compõem as políticas de segurança? O que poderia o Rio de Janeiro aprender de experiências internacionais? Quais as especificidades do caso fluminense, relativamente às demais regiões do país? Qual deveria ser a agenda pública nessa área? Quais as características do que chamei cultura do medo? Qual o grau de autonomia das percepções e que papel cumprem, nessa matéria? Quais as relações entre toda essa problemática e a mídia? E quais as relações entre nossos problemas, nossa arquitetura institucional, a transição democrática e a natureza da competição política?

Na medida em que me tornei um interlocutor nesse debate, com alguma originalidade e com propostas alternativas, sugerindo um vocabulário novo para elaborar os problemas, era natural conversar com políticos. Portanto, veio com naturalidade o convite de um dos candidatos ao governo do Estado, em 1998, para que escrevesse um livro com essas propostas como instrumento da luta política. Esse candidato foi Anthony Garotinho, do PDT, que concorreu numa aliança ampla com o PT e a

maioria dos partidos de esquerda. Benedita da Silva, do PT, era a candidata a vice. Garotinho era uma *persona* pública inteiramente diferente da que conhecemos hoje. Tanto que liderava a coalizão das esquerdas. Aceitei o convite, tornei-me coordenador do setor da campanha referente a propostas, discursos e intervenções sobre segurança pública. A receptividade popular foi excelente. Vencemos as eleições. Garotinho me convidou para coordenar a equipe de transição na área e depois me convidou para ser subsecretário de Segurança Pública. Aceitei, tentei implementar as políticas defendidas na campanha, avançamos, mas as contradições impuseram limites às conquistas. Terminei exonerado, em março de 2000. As políticas propostas e iniciadas tornaram-se referências para outros Estados e para nosso plano nacional, que o primeiro mandato de Lula começou a implementar, em 2003.

Voltando à campanha, César Maia caminhou na direção oposta à nossa. Apostou nas posições da direita mais conservadora, mais truculenta. Ele imaginou que Garotinho viesse a repetir os jargões da velha esquerda. César Maia inaugurou sua campanha na TV mostrando arrastões, violência e dizendo: "com Garotinho vamos voltar para a baderna, para o caos, para a anarquia do período de Brizola." Cesar dizia: "Garotinho não vai falar de segurança pública, porque esse pessoal de direitos humanos não fala de segurança pública e violência. Ele vai evitar esse tema porque não tem proposta, porque não tem coragem de enfrentar o crime." Enquanto isso, não evitávamos o tema, mas o tratávamos de outra maneira. Dizíamos que a verdadeira segurança pública deve ser construída com respeito à lei e aos direitos humanos, com reformas das instituições, com um conjunto de medidas originais. Cesar Maia se surpreendeu e levou praticamente um mês para se dar conta de que estava perdendo terreno, enquanto avançávamos em outra direção. Perdeu as eleições de uma forma tão espetacular que ele próprio reconheceu tratar-se do que chamou "derrota política, mais do que simplesmente eleitoral". A maior de sua vida, até então.

E como conciliar os papéis de gestor de segurança pública e de intelectual?

Tinha me disposto a estudar e entender como funcionavam as instituições da segurança pública, as instituições policiais e como as ações de políticas públicas poderiam incidir sobre suas dinâmicas e sobre as práticas sociais promotoras de distintas modalidades de violência. Quando aliados nossos, do campo da esquerda e da resistência democrática à ditadura, começaram a chegar ao poder, desde 1982, o desafio prático era fazer diferente. Muitos deles nos diziam: "vocês têm razão em suas críticas, compartilhamos as críticas, mas agora nós estamos com a responsabilidade de conduzir o interesse do Estado, somos governo. O que fazer? De que maneira intervir nesse processo? Como é que podemos transformar essa realidade?" Precisávamos, como intelectuais, oferecer alguma resposta positiva. A primeira atitude, no Rio, foi a mais simples, a de Brizola, em 1982: se o que se fez até agora foi a barbárie, a selvageria, foi o pé na porta, foi desrespeito à cidadania dos trabalhadores e dos mais pobres, vamos parar de fazer isso. Portanto, essas incursões estão proibidas. Mas a pergunta se seguia: fazemos o que, então? Como vamos construir uma política adequada a estas

novas necessidades? Brizola foi a resposta primitiva, bem intencionada, no rumo dos direitos humanos, mas unilateralmente negativa: "isso está errado, não faremos mais isso." Entretanto, seu governo não foi capaz de apresentar uma alternativa e não foi capaz por razões que foram objeto de muito trabalho de pesquisa e de reflexão, ao qual me dediquei ao longo dos anos 1990. Publiquei bastante sobre isso, porque me parecia e ainda me parece ser um tema importante.

Nesse sentido, com o convite para participar do governo, o produto de uma trajetória intelectual encontrava a oportunidade excepcional de ser testado, na prática. Não se colocava um dilema, uma contraposição: de um lado, o trabalho intelectual; de outro, a gestão pública. Pelo contrário, era uma chance única de checar hipóteses, argumentos, conclusões, resultados de pesquisa e proposições oriundas de diagnósticos, análises e pesquisas, nacionais e internacionais. Claro que há inúmeras mediações e múltiplas esferas de atividades, seja no domínio intelectual, seja na gestão pública, seja na articulação entre ambos universos. Mas as práticas em estado puro são apenas construções conceituais e tipos ideais. Há composições híbridas em cada prática, em cada esfera. Quando se vive uma experiência como um trabalho de campo, o envolvimento emocional e psicológico cria obstáculos, mas não impede a realização do projeto, desde que haja lucidez suficiente e abertura dialógica e crítica. O inverso é igualmente verdadeiro. Ou seja, as distinções se dão antes no registro de nuances do que de diferenças marcadas e autonomias. Passados mais de dez anos de minha passagem pelo governo do Rio, em 1999, eu diria, com objetividade e convicção razoáveis, que aquela passagem constituiu minha experiência intelectualmente mais densa, desafiadora e fecunda. Enfatizo o advérbio, intelectualmente, pelo que aprendi, pelo que me foi exigido, pelo que pude produzir.

Você observa uma mudança de qualidade na percepção da complexidade da questão da segurança pública do primeiro governo Brizola para o segundo governo Brizola?

Eu diria que não. Nos atores mais sensíveis, certamente, sim, mas isso se reduziria a alguns policiais, por exemplo, o próprio Coronel Cerqueira. Ele, no segundo governo Brizola, já buscava mais afirmativamente alternativas positivas, e foi por isso que me pediu que viajasse para acompanhar algumas experiências de policiamento comunitário. Foi por isso que publicou textos técnicos sobre a experiência de policiamento comunitário. Foi por isso que criou a primeira escola de policiamento comunitário na Ilha do Governador e as primeiras experiências em alguns bairros de classe média. Tudo isso no segundo governo. Não estou dizendo que ele não acreditava nisso no primeiro governo. Contudo, o processo ainda era muito mais orientado para tentar frear as máquinas de morte, em vez de construir uma alternativa. No segundo governo ele me dizia – e eu vivia situações com ele, como observador e interlocutor, em que ficava claro – que a PM não seguia seu comando, não obedecia ao comando geral. Não havia governança, não havia gestão possível, não havia controle. É aquela velha história: por mais que ele se esforçasse, os policiais, na ponta, não cumpriam suas ordens, nem alguns comandos intermediários. Às vezes eu estava lá, no gabinete dele, e o via gritando, desesperado,

ao telefone, repreendendo o comandante de alguma unidade, porque invadia a favela de novo, atirando, irresponsavelmente, apesar de toda recomendação aos soldados. É impossível controlar essa máquina sem as mediações todas e sem que essa máquina seja reformada, inclusive nos seus aspectos organizacionais, não apenas em sua dimensão cultural, valorativa, e não apenas no plano das políticas de segurança.

E naquele momento ainda era necessário pedir autorização ao exército para nomear o secretário de segurança...

Justamente. Ainda não havia sequer Secretaria de Segurança, não havia ideia de unidade, de integração, mesmo que, evidentemente, houvesse discursos nesse sentido, discursos isolados. Por que não havia secretaria no Rio de Janeiro? Porque até 1988 a ditadura não havia sido formalmente eliminada. Em 1982, Brizola teria de submeter o nome de um eventual secretário de segurança ao comandante do primeiro Exército. Por isso, preferiu, com razão, não trabalhar com uma Secretaria de Segurança. Mesmo estando certo nessa decisão, pagaria um preço por isso, claro. A menos que tivesse uma consciência que lhe faltava, como à quase toda esquerda, na época. Caso a tivesse, teria podido criar mecanismos que compensassem a inexistência da Secretaria.

Numa área contígua, a prisional, o testemunho de Julita Lemgruber é eloquente, demonstrando que, no segundo governo Brizola, não se mudaram as atitudes concretas, ainda que as boas intenções permanecessem. Refiro-me ao importante livro que Julita escreveu com Anabela Paiva: *A dona das chaves* (Record, 2010).

Em resumo, no segundo governo, não chegou a ocorrer nenhuma mudança no discurso e nas práticas. A posição era a mesma, na essência: repúdio à segurança como questão legítima por parte da esquerda do PDT, alguns até falando que o crime na favela era o prenúncio de uma revolução, era uma forma selvagem de afirmação anticapitalista. Havia esses setores cripto-marxistas, havia também o grupo que achava que, mudando as estruturas sociais, se ajeitaria tudo, automaticamente, e que o resto não importava, e até aqueles que também achavam que nada se podia fazer, que polícias são aparatos de coerção a serviço do Estado, os quais, por consequência, só teriam sua natureza transformada quando viesse a revolução socialista.

Ouvi de autoridades e lideranças políticas a seguinte afirmação: "o que podemos fazer de melhor com as polícias – sabendo que transformações de fato só serão viáveis numa outra sociedade – é cooptar suas lideranças, seus membros mais ativos, ainda que estejam envolvidos nas velhas práticas violentas e corruptas, de modo a evitar que fujam ao controle e desestabilizem o governo". Eu compreendia a lógica, a intenção, mas parecia desde o início que havia ali um equívoco completo, porque, na prática, isso não funcionava. Ao contrário, esses setores continuavam reproduzindo as velhas práticas, as autoridades bem intencionadas aceitavam o convívio com esses inimigos dos princípios constitucionais e o resultado é que o tiro saía pela culatra. O governo e sua "política de segurança" é que acabavam indo a reboque dos aliados corrompidos e brutais. Na política, podem-se fazer acordos para harmonizar interesses e alcançar objetivos parciais comuns, mas na área da segurança pública, dado o tipo de interesse em conflito, que

é o interesse criminoso e o caráter explosivo de cada questão, essa abordagem era e é absolutamente imprópria. Entretanto, era assim que se pensava – e ainda é. As boas intenções se perdiam ou se tornavam impotentes por conta desse tipo de abordagem.

Na medida em que manteve a concepção de fundo e a tática política, o segundo governo Brizola não representou nenhuma mudança significativa, nenhum salto de qualidade. Tampouco havia amadurecimento perceptível na esquerda, de um modo geral – ressalvadas as exceções honrosas. Por isso é que, em 1998, durante a campanha eleitoral, apresentamos uma proposta para uma nova política de segurança pública. Entendíamos a política de segurança pública como uma orientação sistêmica, que incluía a adoção de determinados programas preventivos e setoriais. Quando apresentamos a ideia de política de segurança pública compatível com os direitos humanos, com a democracia, com o Estado Democrático de Direito, no âmbito dos marcos constitucionais, estávamos inaugurando um tipo discursivo, embora fosse trivial. Na época, era muito raro esse discurso. Mais do que isso: eu ousaria dizer que era inexistente, pelo menos com a força, com a clareza, com a centralidade que o nosso discurso – sobre o que é esse processo político – alcançou no Rio de Janeiro.

Outros governos progressistas falavam em submeter as ações policiais aos direitos humanos, como fazíamos, mas não diziam que isso significava aumentar sua eficiência, porque eficiência policial depende do respeito aos direitos humanos. Falar nessa dependência e pronunciar a expressão "eficiência policial" ainda eram blasfêmias para as esquerdas. Se algo parecido era dito por um governador de esquerda, nos bastidores se acreditava que se tratava de uma concessão oportunista com objetivos táticos.

Até 1998, por exemplo, Fernando Henrique ainda estava fazendo um esforço visando a futura criação do Plano Nacional de Segurança Pública, que só seria editado em junho de 2000, na semana subsequente à crise do ônibus 174. Ainda não havia um fundo nacional, em 1998, ainda não havia um plano. Esse plano era objeto ainda de consultas. Na verdade, mesmo quando apresentado ao país, ainda não era um plano. Era uma lista, um repertório de intenções, de projetos, alguns interessantes, mas não eram organizados por uma vertebração sistêmica que partisse de determinados diagnósticos e propusesse algumas metas, algumas prioridades. Era uma colcha de retalhos bem intencionada. O que quero dizer é que, em 1998, não havia um compromisso consistente e sustentável com uma política de segurança pública, nem na esfera da União. Tampouco havia a ideia consolidada e consensual quanto à possibilidade de intervenção no campo da segurança pública de forma preventiva. No campo municipal, também não existia a noção consolidada de que políticas preventivas são específicas e podem ser eficientes. Havia sementes, indícios de processos virtuosos que floresceriam logo depois. Mas em 1998, predominava o silêncio quanto ao papel do município nessa área. Portanto, foi historicamente importante falar sobre segurança pública como objeto de política que não se resumia a prender, não se confundia com política criminal nem com a identificação de prioridades no sentido de enfrentamentos – como era predominante na época. O que fazia sentido para o senso comum e para os conservadores era "combater o tráfico, combater o crime de tal natureza, o crime de tal tipo", era o

"vamos prender esses criminosos". A isso se resumiam os planos de governo. Havia, portanto, um imenso vácuo na esquerda, enquanto os conservadores estavam satisfeitos com a velha prática. Se falhava, pediam mais do mesmo.

Nesse sentido, abrimos 1999 com um uma novidade extraordinária. Quando assumi meu posto no Rio, com uma equipe de altíssimo nível ético e técnico-profissional, e comecei a me comunicar pela mídia e apresentar, na prática, os programas que compunham nossa política, as primeiras iniciativas foram simbolicamente fortes. Por exemplo: acabamos com as incursões bélicas às favelas, mas não ficamos só na clave negativa. Pelo contrário, substituímos as invasões e o pé na porta por novas modalidades de policiamento, combinadas com políticas sociais. Criamos as Áreas Integradas de Segurança, o Instituto de Segurança Pública, a Ouvidoria das polícias, a Delegacia Legal – cujo modelo original operaria com geoprocessamento e com a sistemática análoga ao Compstat –, a reforma da perícia, a reforma da formação policial, os Centros de Referência contra a homofobia, o racismo e a violência doméstica, de defesa do meio ambiente, das crianças e dos idosos.

O Instituto não seria apenas um centro que faria a ponte entre governo e academia para garantir qualidade e autonomia, além de transparência e publicidade na construção de dados, na gestão do conhecimento. Ele foi concebido e começou a funcionar como um núcleo inovador de gestão, que operaria a integração das polícias, uma vez que os policiais re-selecionados e requalificados, recebendo bolsas e pagamentos extras, passariam a ser lotados no Instituto, que faria a gestão de suas ações integradas, independentemente da origem militar ou civil.

O foco na investigação dos crimes contra a vida, especialmente homicídios dolosos, exigiria mudanças organizacionais e de prioridades, o que se daria com base na constatação de que a articulação com a perícia e o foco territorializado seriam condições para um salto de eficiência. Claro que integração e foco territorializado – conhecíamos a concentração temporal e espacial dos homicídios — pressupunham o ISP e as Áreas Integradas, assim como a informatização, proporcionada pelo novo modelo de Delegacia, sem carceragem.

A própria mobilização da sociedade civil contra o desarmamento, que começou com o Instituto Sou da Paz, em São Paulo, chegou primeiro à instância estatal, no Rio, em 1999, quando propusemos como política de Estado o desarmamento, e nos associamos à sociedade civil em uma campanha em que defendíamos mudanças no plano nacional. Houve mudança de perspectiva, de referências, de linguagem. Mudou o modo de definir a questão da gestão, que perdeu o tradicional significado tecnocrata, menor, administrativista, tornando-se uma questão viva e decisiva: sem dados rigorosos e confiáveis não há diagnóstico; sem diagnóstico não há planejamento; sem o qual as ações se perdem na reatividade e no varejo fragmentário; e sem avaliação e monitoramento corretivo não se identificam os erros, que não podem, portanto, ser corrigidos. Ou seja, sem avaliação, nos condenamos a repetir os erros. Gestão envolve todos esses elementos, articulados em cadeia. Sem eles, não há gestão, política, racionalidade, amadurecimento, evolução, eficiência. E para que haja todos

esses elementos, é preciso que estejam presentes seus pressupostos institucionais, que são mecanismos organizacionais e funções, e rotinas correspondentes. É preciso que haja reforma institucional. Isso não era exposto didaticamente e trabalhado na prática, ainda que sempre tenha sido óbvio.

Depois de 15 meses no governo do Rio, o confronto com segmentos corruptos – que ficaram conhecidos como a banda podre das polícias – e a luta contra a violência policial contra pobres e negros nas favelas – os *biases* de classe e cor eram flagrantes – atingiram o ponto extremo. Mostrei que o crime organizado alcançara os estratos superiores, de comando. Tratava-se de fenômeno muito mais grave do que casos isolados e individuais de corrupção e brutalidade. Defendi a tese de que não era possível conciliar ou tentar a velha tática da cooptação e da transigência negociada. Sustentei que era necessário partir para o confronto sem hesitações, pagando o preço dessa atitude, porque ele seria menor do que viria a ser no futuro. Ou isso, ou se perderia a melhor chance de retomar o controle do processo da segurança e promover mudanças significativas, que provocariam efeitos diretos e indiretos em todo o país. Propus método para avançar, com tática e estratégia. O governador preferiu me exonerar, não porque fosse corrupto. Nada disso. Mas porque pensava como os anteriores e os que o sucederiam. Isso ainda não mudou.

O governador também tomou essa decisão, apesar dos resultados excelentes que alcançáramos naquele primeiro ano e pouco de trabalho, porque o sucesso de seu primeiro ano de governo, que lhe conferia o maior índice de aprovação do Brasil, o credenciou a voos mais altos. Ele decidiu, em fins de 1999, candidatar-se à Presidência, em 2002. Acontece que, para isso, teria que se mover para o centro do espectro político, pois Lula já ocupava o espaço à esquerda. Migrando para o centro, teria de romper as alianças com as quais se elegera. Ele me disse que o primeiro pedido da sua nova base de apoio partidário na Assembleia tinha sido, justamente, minha exoneração e a interrupção de nossa política.

E qual foi o papel do grupo que trabalhava com você no Iser?

Conseguimos – e o nós não é plural majestático, mas sim o reconhecimento de que o trabalho foi coletivo, tanto no Iser como nos passos seguintes –, naqueles 15 meses, construir uma referência, na linguagem, nos conceitos, na prática. Foi por isso que, no final de 2000, quando eu estava nos EUA, Lula me convidou para participar da coordenação do plano nacional, que ele apresentaria ao país no início de 2002, antes de lançar, oficialmente, sua candidatura à Presidência. Voltei ao Brasil em 2001 para trabalhar com Tarso Genro, na prefeitura de Porto Alegre. Lá, simplesmente repúnhamos e reelaborávamos, para uma nova escala, em um novo momento, os princípios e a orientação presentes na experiência do Rio de Janeiro.

O foco era a prevenção por meio de uma intervenção territorializada intersetorial, capitaneada pela prefeitura, mas com ampla participação das polícias e da comunidade local. Em seis meses, os homicídios dolosos foram reduzidos a zero na área mais pobre e com os mais elevados índices de violência letal do município. O sucesso foi reconhecido até pela mídia conservadora, que se opunha

ao governo do PT. Paralelamente, várias de nossas iniciativas no Rio e em Porto Alegre começaram a se espalhar pelo país, como a até hoje postergada, mas amplamente reconhecida, "Área Integrada de Segurança", a superposição entre as áreas sob responsabilidade de cada unidade local de cada polícia, a partir de uma nova circunscrição espacial correspondente a um setor censitário ou a um múltiplo do setor censitário. O setor censitário é a unidade mínima para a qual o IBGE produz informações, sem as quais não é possível gerar dados comparáveis e, portanto, não é possível diagnosticar, planejar e avaliar.

A substituição das incursões bélicas às favelas pelos mutirões pela paz, embriões dos GPAES e das UPPs, tornou-se também uma referência, particularmente para as discussões sobre policiamento comunitário em áreas populares. As Delegacias Legais e os Centros de Referência contra a homofobia e a violência contra a mulher também se tornaram referência. A ideia da prevenção como disputa com fontes de recrutamento negativas, em lugar de ações policiais de confronto, e o deslocamento do foco repressivo das drogas para as armas transformaram-se em perspectivas nacionais, no campo democrático comprometido com os direitos humanos.

Outro ponto-chave foi a rediscussão da ideia de repressão, com a introdução da tese relativa à repressão qualificada. Eu dizia que repressão virou uma palavra maldita por tudo que ela representou no Brasil e em outros países. Passou a significar o oposto de tudo o que desejamos, o extremo oposto aos nossos valores. No entanto, quando uma criança está sendo violada, está sendo atacada, agredida, todos vamos fazer o que pudermos para impedir a ação do perpetrador, para reprimir seus atos. Não estaríamos suprimindo os desejos do violador, ninguém pensaria nesses termos. Essa repressão seria uma repressão pela qual nos empenharíamos. Ela constituiria nosso dever. Portanto, quando direitos estão sendo violados, reprimir o ato violador implica preservar direitos, garantir a fruição dos direitos, das liberdades, da incolumidade física e moral, da dignidade humana, pois as instituições policiais, no Estado Democrático de Direito, quando a Constituição é regida pelos princípios expressos nos direitos humanos, têm a função de garantir o exercício de direitos e liberdades, individuais e coletivas. A repressão de violações equivale à afirmação da legalidade constitucional e, nesse caso, dos direitos humanos. Este é o tipo ideal regulatório do uso comedido da força legítima do Estado, em condições democráticas, praticando a repressão qualificada, aquela cujo exercício corresponde ao gradiente do uso da força, em sintonia fina com a vigência dos direitos humanos.

Sua saída do governo do Rio de Janeiro está bem descrita no livro *Meu casaco de general*. Há pouco você fez uma reflexão sobre a contribuição do grupo que você liderava para a construção de um conjunto de valores, estratégias e possibilidades no campo da formatação de políticas públicas na área de segurança, que vão resultar nos convites tanto para você ir para o Rio Grande do Sul quanto para a coordenação do Plano Nacional de Segurança Pública, pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Tentando retomar o fio de meada, em que

medida sua gestão e sua saída da Senasp são reflexos das tensões ideológicas no campo das políticas públicas de segurança ou são resultados de processos em um plano político-institucional mais amplo?

Isso é muito interessante e exigiria reflexão sobre as mediações. Acho que a resposta simples é: a segunda esfera é que comanda a crise. Isto é, foram as dificuldades enfrentadas na Secretaria Nacional que levaram à minha saída: jogo político, traições, busca por espaços, atropelos, rasteiras, etc. Mas por que é que foi possível que se chegasse a esse ponto? O pano de fundo é óbvio: consegui negociar com os 27 governadores o endosso ao nosso plano, o que significava que o próximo passo caberia ao presidente. Ele convocaria os governadores para a celebração, no Palácio do Planalto, do que denominávamos Pacto pela Paz, esse consenso mínimo que eu negociara em torno de nosso plano. Celebrado o pacto com a assinatura ritual de todos, o presidente enviaria ao Congresso as propostas de reforma da arquitetura institucional da segurança pública e das polícias, alterando o artigo 144, e um conjunto normativo infraconstitucional, que, combinado com a PEC, conformaria o que chamávamos Susp, Sistema Único de Segurança Pública. Ocorre que esse processo atribuiria ao presidente protagonismo político na área da segurança, o que fatalmente geraria confusão na percepção popular, de tal modo que o presidente correria o risco de ser cobrado a cada manifestação da insegurança em qualquer cidade do país. Os riscos de desgaste político seriam grandes. Seria melhor, concluíram os assessores políticos do presidente, com sua anuência, deixar a bomba no colo dos governadores, como haviam feito os presidentes anteriores. É claro que isso contrariaria os compromissos assumidos no plano. Mas quem se lembraria do plano? Apenas uma ou outra voz isolada e algumas entidades da sociedade civil.

Por que foi possível pensar e agir como os governos anteriores? Porque o cálculo era o mesmo. A pergunta-chave era a mesma: o que fazer para reduzir os riscos de desgaste político? A indagação não foi: o que fazer para reduzir a insegurança?; reduzir a desigualdade no acesso à Justiça?; reduzir a brutalidade e a corrupção policiais?; aprimorar a garantia dos direitos? Não, a pergunta voltou-se para a política como mercado e correlação de forças, a partir do horizonte da reeleição ou da eleição do(a) sucessor(a).

Nesse quadro, com a esquerda colonizada pelo cálculo utilitário e pelo jogo da política como mercado de votos, o lugar de compromissos de fundo é deslocado, as prioridades mudam, sobretudo no caso da segurança, que sequer faz parte da agenda cara às esquerdas, em função de tantos mal-entendidos, de tantos equívocos, sobre os quais já escrevi bastante.

Dois pontos também deveriam ser mencionados: a questão muitíssimo delicada da valorização profissional dos policiais; e minha obsessão pela transformação da arquitetura institucional da segurança pública, que não chegou a ser alcançada pela transição democrática – seja do ponto de vista organizacional, tornando ingovernáveis as polícias e impedindo sua atuação eficiente e legalista, em contexto democrático, seja do ponto de vista moral ou cultural, mitigando a refutação dos valores e das práticas que a ditadura herdou do passado autoritário e racista de nossa história, consagrou, modernizou e depois legou para nossa contemporaneidade democrática.

Quanto ao primeiro ponto, tenho insistido, desde 1999, que não há como resignarmo-nos ante a promiscuidade entre o Estado e a criminalidade policial, promiscuidade provocada pelo financiamento privado, informal e ilegal, do orçamento público da segurança. Explico: com raras exceções, os policiais recebem baixos salários, quando não baixíssimos e indignos. Por isso, como é natural, eles buscam complementá-lo com um segundo emprego ou um bico, procurando, como ocorre com qualquer um de nós, a segunda ocupação no campo de sua especialidade, ou seja, na segurança. Via de regra, é proibida, no Brasil, a vinculação de policiais com a segurança privada. A consequência é que esse vínculo existe e continua existindo, mas é clandestino, informal, dada sua ilegalidade. As autoridades do Estado sabem disso, como todos sabem, porque a participação dos policiais na segurança privada costuma ser ostensiva. No entanto, as autoridades não reprimem esse vínculo, porque interessa aos governos estaduais sua manutenção, uma vez que sua eventual supressão faria com que os policiais projetassem sua demanda salarial sobre o governo, o que, por sua vez, provocaria o colapso do orçamento público. Em outras palavras, esse orçamento é irreal, é artificial, somente se sustenta porque há essa acomodação, essa conciliação, esse acordo velado entre os policiais no bico e as autoridades. Estas se calam, fingem que não veem, e os policiais não lutam por melhorias salariais, ou o fazem moderadamente. Esse engate clandestino é o que chamo de "gato orçamentário", usando o vocabulário popular, por analogia ao gato net, ao gato da luz, gato telefônico, etc. Ocorre que as autoridades policiais e governamentais, quando se omitem, fechando os olhos calculadamente, deixam de ver o benigno e o maligno. Deixam de ver o envolvimento benigno de policiais honestos que apenas lutam pela sobrevivência digna, mas acabam deixando também de ver o envolvimento maligno de segmentos corruptos e brutalizados com algumas práticas e realidades terríveis, como a chantagem que visa gerar insegurança para vender segurança, os grupos de extermínio e as máfias policiais chamadas milícias, que são o desdobramento metastático do envolvimento policial com a segurança privada informal e ilegal.

Quando disse benigno, não usei a expressão mais adequada, porque, ainda que as intenções sejam boas, a situação provocada é negativa, mesmo quando o intuito seja honesto, ainda que ilegal. Por várias razões, entre elas costumo destacar: a demolição da hierarquia, porque um superior hierárquico perde as condições morais e funcionais para cobrar obediência e respeito, depois de agenciar o subalterno, contratando-o para trabalhar, nos horários de folga, em sua entidade privada e informal de segurança; o esgotamento físico e psíquico dos policiais devido à dupla jornada; e o fato de que, nos dias em que trabalham para a segurança pública, os policiais envolvidos em bicos tendem a sacrificar as ordens do comando e cumprir rotinas, definir prioridades e percorrer circuitos determinados por seus compromissos privados com os clientes.

Esse dilema precisa ser enfrentado e resolvido. É inviável continuar aceitando o gato orçamentário, condenando o Estado à impotência numa área grave, em que se desenvolvem degradações institucionais perigosíssimas e extremamente violentas, em que prospera o crime organizado, por excelência.

A solução mais apropriada e eficiente seria a elevação significativa do padrão sala-

rial vigente na maioria das polícias brasileiras. É melhor que haja menos contratações de mais policiais do que a naturalização dessa terceirização irresponsável, casada com a omissão cúmplice, cujos efeitos são desastrosos.

Sobre o segundo ponto, não houve avanços, apesar de contar com a aliança potencial de 70% dos profissionais da segurança pública no Brasil, que desejam a mudança do modelo de polícia – como revelou a pesquisa que fiz com Marcos Rolim e Silvia Ramos, "O que pensam os profissionais da segurança pública no Brasil" (Ministério da Justiça e PNUD, 2009). Estivemos próximos quando obtive o endosso dos governadores, em 2003, mas a perspectiva logo se perdeu, pelos motivos que já expus. Entretanto, a história de nossa luta em 2003 mostra, ao mesmo tempo, que tanto o pessimismo quanto o otimismo se justificam. O desfecho mostra quão difícil tem sido e será promover mudanças profundas no artigo 144 da Constituição para mudar o modelo de polícia, sua estrutura organizacional e toda a arquitetura institucional da segurança. Mas também demonstra que o sucesso é possível, caso haja envolvimento direto e firme do governo federal e um plano sistêmico, capaz de obter apoio da mídia e da opinião pública, dos movimentos sociais e de entidades significativas da sociedade civil.

Lamento muito que o esforço mais ambicioso para compreender o funcionamento da arquitetura institucional da segurança e apontar alternativas e meios de produzi-las permaneça nas gavetas do Ministério da Justiça. Trata-se de um relatório de mil e tantas páginas, elaborado por dezenas de pesquisadores e operadores de nove áreas distintas do campo da segurança pública, sob a coordenação do secretário nacional e, com minha saída, do nosso colega e amigo, Renato Lessa. Os nove eixos temáticos foram: valorização profissional; formação/capacitação e treinamento; gestão do conhecimento; gestão institucional com ênfase em avaliação, critérios e metodologias; perícia; prevenção; controle externo; políticas municipais; e sistema penitenciário. O trabalho foi realizado ao longo de seis meses, graças ao patrocínio da Firjan. O documento, a despeito de suas lacunas e limitações, constitui uma referência incomparável. Espero que as disputas políticas sejam superadas, que meu envolvimento com o documento deixe de ser um problema e que o interesse público prevaleça, para que o documento seja publicado, circule e volte a ter utilidade, mesmo que o Susp deixe de ser a referência para a política nacional, que, no presente governo, ainda está por ser formulada. A problemática do inquérito policial e dos vínculos com o MP e a Justiça, por um lado, e com o Exército, por outro, consistiam os desafios a serem enfrentados, na sequência, assim como a duplicidade interna a cada polícia estadual, divididas entre delegados e não-delegados, e oficiais e não-oficiais.

No período posterior à sua saída do governo federal, você reorientou sua atuação tanto no plano acadêmico quanto na sua forma de intervenção pública. Conte, em linhas gerais, este momento de abertura de novas frentes que incluíram a produção de alguns livros em parceria e a participação em projetos cinematográficos.

Saí do governo federal sob acusação de nepotismo. Minha ex-esposa, Barbara Musumeci Soares, e minha esposa, Miriam Guindani, ambas profissionais atuantes

na área, ambas com doutorado na área, ambas já tendo exercido cargos públicos na área, foram contratadas por uma agência vinculada à ONU para participar de distintos grupos de trabalho, cuja função seria a elaboração de manuais, relativos a temas de seus respectivos campos de especialização. Elas só receberiam o pagamento previsto (tão baixo que o valor, do qual não me recordo, nem era mencionado na denúncia – algo como R$ 4.000,00 por seis meses de trabalho) depois de entregue e aprovado o produto pelo órgão contratante, que avaliaria o resultado do trabalho com absoluta autonomia. Some-se a isso o fato de que ambas contribuíram para a elaboração do plano nacional, nos anos anteriores. De todo modo, na mídia, circulava a notícia de que elas haviam sido contratadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, da qual eu era titular, como se estivessem ocupando cargos de confiança. Mas a calúnia não resistiria se a fonte não tivesse sido interna ao Ministério, se a fonte não tivesse vazado a acusação com forte apoio político dentro do governo, dentro do núcleo duro do governo. Apenas os íntimos entenderam o que acontecia. Mas creio que todo observador atento terá compreendido, *a posteriori*, qual era a verdadeira razão daquele atropelo. Basta analisar minha posição institucional, minhas responsabilidades, o protagonismo que conferi à titularidade da Secretaria, e imaginar o que isso significava, reportando-se ao contexto desenhado pelos fatos que vieram à tona um ano e pouco depois. Fatos que derreteram o núcleo duro do governo.

Entre o dossiê apócrifo vazado para a mídia e arquitetado para esse fim, em outubro de 2003, e o momento que viria a ser marcado pela explosão dos escândalos, em 2005, passei por uma experiência de cuja possibilidade teria duvidado se não a tivesse experimentado na pele. Mas esse não é o espaço adequado para relatos e reflexões sobre as artes de nosso stalinismo tropical. O fato é que, naqueles anos, todas as portas foram artificialmente fechadas, num nível minúsculo que faria o autor do panóptico, Bentham, corar. O que restou foi recuar na ação pública, renunciar à gestão pública e me voltar para a docência, na UERJ, e os livros. Acabou sendo positivo, porque o afastamento permitiu revisões, reavaliações, ao mesmo tempo em que me estimulou voltar a escrever. Escrevi a tetralogia: *Cabeça de porco*, com Celso Athayde e M.V. Bill (Objetiva, 2005); *Elite da tropa*, com André Batista e Rodrigo Pimentel (Objetiva, 2006); *Espírito Santo*, com Carlos Eduardo Lemos e Rodney Miranda (Objetiva, 2008); e *Elite da tropa 2*, com os coautores do primeiro, além de Cláudio Ferraz (Nova Fronteira, 2010). Digo que se trata de tetralogia porque estes livros seguem procedimentos narrativos comuns e adotam a mesma perspectiva: mergulhar em universos opostos e complementares, ao lado de quem viveu diretamente os processos descritos. Esses universos foram aqueles formados, respectivamente, por jovens envolvidos no tráfico de drogas em favelas das cinco regiões brasileiras; policiais e agentes do Estado; juízes e políticos; policiais, milicianos e políticos.

Em 2006, publiquei meu livro mais significativo sobre segurança pública, *Legalidade libertária* (Lumen-Juris). Neste mesmo ano publiquei também *Segurança tem saída* (Sextante), mais voltado para a situação do Rio, ainda que não exclusivamente. Nessa semana (setembro de 2011), lancei *Justiça, pensando alto sobre violência, crime*

e castigo (Nova Fronteira). Esse livro sintetiza a visão que pude formular sobre justiça criminal, justiça retributiva e as alternativas, como a justiça restaurativa e hipóteses de corresponsabilização. Nele, desenvolvo um longo ensaio que escrevi para um livro organizado por Leonel Narvaez sobre perdão e reconciliação.

A experiência com cinema e teatro foi fascinante e abriu novos horizontes, inclusive de interlocução. Em janeiro de 2012, será lançado o *Elite da tropa 2*, em quadrinhos. Escrevi o roteiro e o artista gráfico Marcus Wagner está desenhando. Uma *graphic novel* era um sonho antigo. Está no horizonte a possibilidade de uma série para a TV sobre um tema que ainda não posso divulgar, em parceria com Newton Cannito. Escrevi o roteiro para um filme político a ser dirigido por José Padilha. Em abril de 2012, sai, pela Nova Fronteira, o livro que estou concluindo sobre tráfico internacional de drogas, ainda sem título. Não estou citando os artigos. Mas gostaria de mencionar um deles, de que gosto, particularmente, sobre a definição conceitual de segurança pública. Foi publicado no livro *Agenda brasileira*, organizado por Lilian Schwarcz e André Botelho (Companhia das Letras, 2011).

O espírito aberto e democrático de Lindbergh Farias, hoje senador pelo Estado do Rio de Janeiro, na época prefeito de Nova Iguaçu, na baixada fluminense, fez com que eu retornasse à gestão pública. Aceitei seu convite para mais um desafio. Novamente, na esfera municipal. Fui secretário de valorização da vida e prevenção da violência, e depois de ação social e prevenção da violência, durante cerca de três anos. Atualmente, assessoro Lindbergh no Senado, especificamente suas intervenções na legislação atinente à área de minha especialidade. Em 2010, fui coordenador do programa de segurança pública da candidata à Presidência, Marina Silva.

Está pela metade um livro sobre fé religiosa, crença política e saber científico, a partir de reflexões sobre filosofia da linguagem, teoria da literatura e psicanálise. Em 2012, deverá sair também um livro de entrevistas e perfil, da coleção Encontros, da editora Azougue, organizado por Leandro Saraiva.

Acho que o exercício de múltiplas linguagens pode ser interessante não só para ampliar audiências e interlocuções, mas também para desenvolver outras modalidades cognitivas e hermenêuticas, uma vez que o jogo com as linguagens tem mão dupla e o processo força a abertura de diferentes e insuspeitados horizontes de sentido e, mais importante, nos interpela, impondo ao sujeito a interrogação sobre si mesmo, o que dissipa onipotências e ilusões identitárias. Por isso minhas experiências com a finitude (da linguagem e do sujeito), fraturando a autoria e a colocando em perspectiva. Não seria este um exercício também radicalmente político?

Gláucio Soares

Gláucio Ary Dillon Soares nasceu em 24 de julho de 1934, no Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e sociologia e ciência política pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Concluiu seu mestrado em direito pela *Tulane University*, em 1959, e seu doutorado em sociologia pela *Washington University*, em 1965 nos EUA. Atualmente é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ).

Entrevista

Gláucio Soares
Rio de Janeiro, julho de 2011

Por Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Primeiramente, gostaria que você falasse um pouco sobre sua infância, onde você nasceu, onde estudou...

Nasci no Rio de Janeiro, em Vila Isabel, e sou filho único.

E qual a atividade de seus pais?

Minha mãe era professora e meu pai trabalhava no Lloyd Brasileiro, uma companhia de navegação que não existe mais. Eles entraram para o Fluminense e começaram a jogar tênis, e isso virou algo importante para eles, era uma rede social, uma atividade, e tudo o mais. Eu segui continuando a jogar tênis, mas nunca fui muito bom; depois joguei tênis de mesa e fui consideravelmente melhor. Estudei num colégio público que era socialmente misturado e, quando falo misturado, é exatamente isso, uma mistura de pessoas, de origens diferentes. Eu era muito dedicado, minha mãe ficava em cima. Lembro-me que recebi uma bandeira do Brasil das mãos do Getúlio Vargas, imagina!

Depois fui para um colégio de padres, só para homens, e fui bom aluno. Nessa época, eu jogava tênis de mesa no Fluminense e meus amigos eram os que moravam no meu edifício, ou no que chamávamos de "a vila", que era uma construção de três andares. Muitas pessoas andavam de bicicleta; o Rio de Janeiro daquela época tinha muito poucos carros, e eu ia para o colégio de bonde (risos). Quando terminei o ginásio, entrei para um colégio de elite, e eu era o pobre na elite.

Qual era o colégio?

Ainda hoje existe, se chama Andrews. Não tinha nada de inglês como o nome sugere, ao contrário, me lembro que uma vez fui "roubado" de uma classe porque estava acontecendo um exame de inglês e queriam que eu desse cola. Mas, esse intervalo de 15 a 18 anos correspondeu a um período de muita afirmação e inquietação de minha parte. Aos 15 anos eu tinha 1,81 e pesava 50 quilos, era pobre, não ia a lugar nenhum; eu não deveria ter estudado, talvez, naquele colégio, pois era um período meio delinquente da minha vida (risos), em que eu tentava chamar a atenção das pessoas, mas eu não era nem bonito nem rico, o que tornava tudo mais difícil. Terminado o clássico, surgiu o problema: "o que vou estudar? Havia poucas carreiras: medicina, que era invulgarmente cara; não tinha sociologia nem ciência política; havia engenharia, mas eu não acreditava que tivesse vocação para matemática, sobretudo cálculo; havia direito, em que o rebotalho ia bater, e fui parte do rebotalho, acabei entrando na Faculdade de Direito Cândido Mendes, para vergonha do direito no Brasil, porque não estudei nada, eram muitos concorrentes, passaram trinta e poucos e acho que passei em 7º lugar. Isso não diz nada a meu respeito, mas muito a respeito de como a preparação para a universidade era precária, e continua a ser, talvez pior hoje. Agora, no secundário, houve um avanço importante, a aprendizagem de idiomas... Saí falando razoavelmente o francês, algo de inglês e acredite, apesar de eu detestar, o latim foi útil: eu não acreditava que teria que estudar quatro anos de latim, mas, por meio do latim, aprendi a escrever e falar bem, e descobrir de onde vêm as palavras. Essa foi a minha origem.

Meus pais eram funcionários públicos, foram progredindo com a idade, pois as pessoas tendem a progredir com a idade e, também, com benesses do funcionalismo público.

E você entrou no curso de direito em que ano?

Entrei em 1953.

E durante cinco anos você estava cursando direito. Como foi esse período?

Durante a faculdade comecei outro curso. Eu era metido a esquerdista, e digo metido porque realmente eu não tinha conhecimento suficiente para ser nem de direita nem de esquerda. E para parodiar um conterrâneo teu: "muito pelo contrário" (risos). E vi no *Diário de Notícias* um anúncio sobre um curso de russo, e eu queria estudar russo. Evidentemente, se eu o fosse estudar no Instituto de Amizade Brasil-União Soviética, eu seria fichado na mesma hora (risos). Então, um cursinho disfarçado na Universidade Católica cairia bem, por insuspeito, ainda mais porque ele era ensinado por um ex-amigo do filho do czar; eu diria que era uma pessoa anedótica, com aqueles bigodes grandes, com aquela voz cavernosa, e tudo era muito profundo, inclusive o ódio dele pelos comunistas (risos). Aí descobri, com um professor padre, chamado Fernando Bastos de Ávila, que existia uma tal de sociologia, assisti a umas aulas e descobri que eu gostava daquilo. E pronto, foi aí: comecei a ler, ao mesmo tempo, ciência política, sociologia e algum tempo depois, não chegou a um ano de leitura intensa de ciência política, comecei a ver que o meu professor de ciência política, da época, era essencialmente um advogado que passou algum tempo em Paris, e as pessoas voltam

de Paris achando que irradiam luminosidade, e o que percebi é que ele não dava para o couro (risos). Eram matérias que formavam um curso no Instituto de Estudos Políticos e Sociais, criado no ano em que entrei. Havia ciências sociais na PUC e, também, na Faculdade Nacional de Filosofia; eram cursos muito elementares, dados por professores improvisados, muitos vindos do direito, mas que me permitiam enxergar, ver além dos parâmetros desses cursos.

Na PUC, descobri que eu falava bem e, numa eleição sem adversários, porque o cargo era definido como "abacaxi", fui eleito presidente de um centro acadêmico que eu tinha fundado, chamado Roquette Pinto. Comecei a fazer coisas, a ativar uma vida cultural, chamar conferencistas, ter eventos, criei uma revista, etc. Em 1958 terminei o curso de direito, plenamente consciente de que eu jamais exerceria aquela profissão. Tive uma breve experiência como defensor público, e pensei: "meu Deus, isso não tem nada a ver com justiça! Isso é um horror, uma mentira! Essa profissão, essa atividade, essa disciplina! Tudo mentira." E me dedicava muito mais à sociologia e à política; estudava de manhã em um lugar, de noite em outro, e trabalhava à tarde. Era pesado...

E você ganhava bolsa ou algo do tipo?

Bolsa era algo quase inexistente naquela época. O primeiro departamento a criar bolsa na área de sociologia ou política, que era pequena, mas simbolicamente muito importante, foi na UFMG, ideia do Júlio Barbosa, um sujeito de quem, academicamente, nunca se ouviu falar, mas com um toque de visionário. A UFMG tinha um excelente reitor quem estimulou o Júlio Barbosa a criar, no curso de Economia, umas bolsas, e foram exatamente essas bolsas que estimularam a primeira grande geração de sociólogos e, sobretudo, cientistas políticos mineiros e até brasileiros, que saíram de Minas. Em pouco tempo, quatro ou cinco anos, Minas produziu José Murilo de Carvalho, Antônio Octávio Cintra, Amaury de Souza, Simon Schwartzman, Teotônio dos Santos, um pouco mais tarde, Bolivar Lamounier, Vilmar Faria, Olavo Brasil, Renato Boschi... Enfim, muitos e muito bons. Eu diria que eram uns vinte ou mais que depois publicaram, pesquisaram e mudaram a face da sociologia e da ciência política no Brasil. Muitos começaram no catolicismo de esquerda, na Juventude Universitária Católica – JUC, sendo que parte dela virou Ação Popular – AP, e depois começaram a trabalhar mais seriamente na área de pesquisa, mas sem jamais abandonar a preocupação aplicada, e isso marcou a vida deles. Muitas décadas depois, vários ficaram mais conservadores, outros continuaram mais ou menos onde estavam, sobretudo Teotônio, que guardou uma fidelidade ao seu passado. Bolsas de estudo e esse tipo de organização no Rio de Janeiro da época eram impensáveis.

E voltando à sua trajetória, durante o tempo em que você fazia direito e ciências sociais, onde você trabalhava?

No que desse para trabalhar. Durante algum tempo trabalhei como revisor numa editora de anuários de publicidade, um dos trabalhos mais chatos que há; toda vez que penso nesse trabalho, me lembro do Steven Jobs, no discurso dele de graduação em

Stanford, logo ele, que nunca terminou uma universidade, mostrou o caráter caótico do mundo. Na vida, você tem que conectar os "dots" que acontecem na sua profissão, no trabalho, no amor, mas só descobrimos se um "dot" foi bom ou ruim tempos mais tarde. Hoje, vejo que foi excelente ter sido despedido daquela editora que produzia anuários. Ela funcionava apenas em um período do ano, enquanto estes anuários estavam sendo produzidos, e depois despedia todos os funcionários. E saí alegre e triste, porque eu estava namorando pela primeira vez, minha namorada era alemã, e pela primeira vez paguei uma pizza para uma mulher, o que fez me sentir o máximo dos homens (risos). Mas esse dinheiro acabou. Para namorar, só sobravam praia e parque, que eram de graça. Mas foi um presente de Deus. Imagina eu, hoje, revisor de anuários de publicidade?!

Bom, pouco tempo depois apareceu um concurso de uma bolsa para os Estados Unidos, mas em direito comparado. Conversei com o padre Fernando Bastos de Ávila e ele disse: "É uma enormidade de materiais, e tenho certeza que você vai conseguir encontrar espaço para estudar o que quer, porque a universidade americana não é tão rígida, os cursos não são tão prescritos, então você pode fazer muito fora do Direito." Assim me inscrevi no concurso, ganhei e fui. Fui para *Tulane University* e valeu muito o fato de ter aprendido inglês; estudei em áreas diferentes e escrevi uma tese de mestrado – espero que vocês só publiquem isso depois de eu morrer (risos) – sobre Georges Gürvitch, que na época era um pensador muito badalado, mas hoje ninguém sabe quem foi. Não sei se isso foi bom ou ruim, mas os americanos não tinham a menor ideia de quem era esse francês que falava de sociologia e filosofia... E aprendi bastante, porque fiz cursos em ciência política e também em sociologia. Logo depois me dei conta de que não sabia muito e que precisava aprender a pesquisar. Eu já estava apaixonado por pesquisa, como maneira de olhar o mundo. Para mim era claro que "o conhecimento" não existia, precisava ser criado.

Mas você teve algum contato com pesquisa durante o mestrado?

Tive contato com pessoas que pesquisavam, como o Kalman Silvert, que foi muito importante como promotor da ciência política no Brasil; creio que a sala de aula principal do Iuperj tinha um retrato dele. Ele era ligado à Fundação Ford e foi quem iniciou, anos depois, o sistema de bolsas que levou muitos brasileiros destacados, como Argelina e Marcus Figueiredo, Elisa Reis, Renato Boschi, Olavo Brasil, etc., para os Estados Unidos.

Em Tulane, também estudei com o Kenneth Vines, que fazia pesquisas sobre religião e política na Louisiana, com quem descobri o cartão IBM, a classificadora contadora, coisas desse tipo, e também a análise agregada de dados de bases de origens diferentes – a integração de bases diferentes. Encontrei um sociólogo que escrevia sobre classes sociais, chamado Leonard Reissman e aprendi com ele. Anos depois, ele me sondou para ir para Tulane como professor. Todos os nomes relacionados com a história dessa nossa disciplina foram desaparecendo; muitos desses que mencionei raramente são lembrados e os nossos nomes desaparecerão também... É inútil pretender imortalidade... Mas Silvert, por exemplo, foi muito importante, não diretamente sobre mim, mas porque ajudou a

criar instituições aqui e facilitou o treinamento de pessoal daqui, numa época em que o treinamento no Brasil não incluía métodos de pesquisa, estatística, nada.

Eu queria aprender a fazer pesquisa: aonde eu teria que ir? Em um centro de pesquisa, claro. Então, como eu não poderia trabalhar como leão de chácara (risos), me ofereci e fui para o *National Opinion Research Center*. O que eu sabia para trabalhar lá? Nada, exceto idiomas. Fui como entrevistador de minorias mexicanas, porto-riquenhas, saquei um italiano em frente ao pessoal que contratava, para impressionar; eu falava alguma coisa de alemão porque minha namorada era alemã, embora fosse um alemão muito especializado, e comecei a trabalhar em entrevistas. Aprendi muito entrevistando, mas nem sempre é fácil e interessante. Inclusive, uma vez tive que sair correndo de um bairro italiano, porque um dos módulos da entrevista era sobre aborto, e só louco falaria sobre isso, em 1959, num bairro italiano em Chicago, nos Estados Unidos. Ficaram zangados e nunca mais voltei àquele bairro (risos). Lembro-me de, de repente, ter sido designado para entrevistar uma russa que caíra na amostra. Nunca esqueci o nome: Anastasia Vietsky. Ela parecia ter uns 200 anos, e eu não falava russo. Então violei as regras e, como ela era paupérrima, comprei umas coisas para ela no supermercado e fiz uma entrevista de tabela usando uma tradutora. Não podia fazer isso, mas sempre coloquei a ética humana acima da profissional. A história dela era para lá de interessante.

Eu precisava de dinheiro e trabalhava no que desse – como garçom, como *bartender*, porque não existiam bolsas, eu precisava me manter e meus pais não tinham dinheiro para me mandar. Além disso, havia o *dólar gap*: naquela época, um dólar americano valia um caminhão da moeda brasileira, que eu nem me lembro qual era. Aprendi a construir questionários, coletar dados, entrevistar, analisar dados, e depois voltei para o Brasil. Não sem antes dar uma passadinha em Cuba, que estava no seu primeiro ou segundo ano de regime socialista. Fui ver como era, da maneira mais amadorística possível.

Voltei para o Brasil, cheguei aqui e a única coisa que eu conseguia fazer era dar umas aulinhas na PUC e trabalhar na Fundação Getúlio Vargas, no Instituto de Direito Público e Ciência Política, que era mais direito público do que ciência política. Dei aula de graça na Faculdade Nacional de Filosofia, mas fui mais do que compensado com uma turma magnífica de mulheres, que foram Aspásia Camargo, Eli Diniz, Helena Levine, Sulamita de Brito, que tem livro sobre política estudantil, e a Sônia Camargo, que dirigiu o IRI, da PUC, durante muito tempo. E na PUC também tive alunos muito bons. Porém, eu vivia muito mal, duro, quando conheci Joseph Kahl, que precisava de um assistente; ele também queria um *room-mate*, alguém que falasse português, para morar com ele num em Copacabana. Eu disse: "Joe, não tenho como pagar esse apartamento, então, não posso morar com você". Aí ele disse: "vamos fazer isso proporcional aos nossos salários", o que dava 10% do aluguel, que eu pagava pontualmente. E me serviu muito, porque comecei a trabalhar mais com *surveys*, mas numa perspectiva de modernização de atitudes e valores, que incorporei, ainda que de maneira crítica.

Eu seguia pesquisando e escrevendo até que, um dia, Joe me disse: "Gláucio, você sabe muito de sociologia política e pouco de sociologia!" E aceitei que aquilo era verdade – e era mesmo – e me interessei em fazer um doutorado. Porém, tenho uma história

interessante desta época: antes de ir, houve uma eleição, em 1960, e eu estava lendo um jornal, que dizia que Lacerda ganharia para governador do estado da Guanabara com 60% ou 70% dos votos. Essas atividades não eram, ainda, chamadas de pesquisas, mas sim de prévias, e me dei conta de que havia um problema de amostragem – e algo de amostragem aprendi em Chicago. Preparei um questionário pequeno, vesti o único terno que tinha e marchei para o *Correio da Manhã*. Lá, disse, com toda a empáfia: "vocês vão errar feio!". Evidentemente que me preparei e me empenhei; expliquei o porquê, a relação entre classe e voto, que Lacerda era preferido pela classe média e eles estavam entrevistando, sobretudo, o eleitorado classe média. Então propus que eles arcariam com os gastos, não me pagariam e os dados seriam meus, e eu escreveria algumas notícias e matérias jornalísticas para eles. Nesse ponto chamaram os diretores do jornal, que disseram: "mas nunca ninguém vai responder a perguntas como 'qual sua classe social' ou 'que jornal você lê?', etc.". A dúvida existia porque não havia pesquisas naquela época, exceto de consumo. A viabilidade de um questionário que perguntasse o que a pessoa achava da luta de classes, e por aí vai, tinha que ser testada. Então resolvemos fazer um teste com o próprio pessoal do jornal e descobrimos que maioria dos que ali trabalhavam não lia o *Correio da Manhã*, mas sim o *Última Hora*. A partir daquele momento, o pessoal se deu conta de que o *survey*, apesar de erros e omissões, é um instrumento válido e que as pessoas respondem a perguntas que parecem invasivas da privacidade deles.

Com esses dados, fiz uma análise de página inteira para o *Correio da Manhã*, como nunca tinha sido feita, com tabelas cruzadas e tudo o que um bom aluno de doutorado do Nelson do Valle Silva faria hoje. Fizemos uma amostra espacial porque os dados estavam em gavetas e não tínhamos acesso às listas. Tive que fazer uma correção pelas áreas eleitorais, porque a amostra espacial não foi tão aleatória quanto eu gostaria; passou a ser amostra ponderada pelos totais de votantes, tal qual fornecidos pelo TRE. Não deu outra, Lacerda ganhava, Sérgio Magalhães ficava em segundo, Tenório em terceiro, mas a diferença entre Lacerda e Sérgio era muito pequena. Foi quando recebi uma carta do Tenório, antes das eleições, dizendo: "os intelectuais criam mitos e acabam acreditando neles, o senhor está me prejudicando, você vai ver!" E o Tenório andava com uma metralhadora na mão, chamada Lurdinha (risos), era o homem da capa preta, aí eu disse: "Tchau, tchau Rio de Janeiro!" e fui para Brasília ver a inauguração da cidade... Que ficar aqui no Rio, que nada! Só depois das eleições, confirmadas as previsões, voltei. E aí peguei os dados, escrevi alguns artigos acadêmicos, que fizeram com que me oferecessem uma bolsa, no Instituto de Ciências Sociais do Brasil. Lá estavam Luciano Martins, Maurício Vinhas de Queirós e outras pessoas. O instituto não era mais do que um pequeno conjunto de atividades de pesquisa desconectadas.

Em 1962 recebi um convite para ir ao México dar um curso de métodos de pesquisa. Onde? Olha só a ironia, na *Escuela Nacional de Antropologia e História*, em pleno Museu de Antropologia. Quando estive no México, fiz meus primeiros trabalhos na área de criminologia, usando dados agregados, nível estadual, sobre homicídios e relacionando as taxas de homicídios com indicadores sociais, como urbanização, tipo de grupo indígena, variável que se mostrou muito importante porque as províncias

maias tinham taxas bem menores do que seria de se esperar, deixando claro que havia uma relação entre certas culturas e a predisposição à violência. Entrei em contato com pesquisadores mexicanos e li com muito interesse *La Democracia en Mexico*, de Pablo González Casanova, que juntava a pesquisa empírica inovadora, latino-americana, com o ativismo político. González Casanova estava consciente dos perigos do colonialismo teórico e conceitual. Ele se tornou um dos meus colegas prediletos.

A experiência no México deu certo e de lá recebi um convite para ir à Washington University, em St. Louis, Missouri, fazer um doutorado, e meu orientador foi o Kahl, o mesmo com quem eu tinha morado em Copacabana. Já cheguei com um projeto completo, com dados e tudo, o que deixou muitos boquiabertos. Resolvi, intencional e friamente, que precisava criar uma imagem muito positiva, porque eu não queria ficar muito tempo fazendo cursos. E como se cria uma imagem? Eles exigiam o conhecimento de dois idiomas no doutorado, e fui prejudicado porque não poderia fazer nem inglês, que era a língua deles, e nem português, que era a minha língua nativa. Nas mesmas condições estava um polonês chamado Sasha Weitman, e a gente deu uma gargalhada porque idiomas não eram problemas para nós. Aí fizemos não duas, mas três ou quatro outras provas de idiomas. Lembro-me que fiz, além de inglês e português, francês, espanhol e italiano; talvez tenha feito alemão também. O Sasha colocou polonês, hebráico e outras línguas mais (risos). Assim, em questão de uma semana, ficamos conhecidos em vários departamentos. Haveria exames de qualificação, chamados *prelims,* no semestre seguinte e todos sugeriram que eu não os fizesse, porque em geral só se faziam no segundo ou terceiro ano de residência. Porém, eu os fiz no primeiro ano e me saí muito bem: eram cinco áreas; nunca ninguém tinha mais do que uma com *honors*, e eu tive três, e aí começaram a me tratar com deferência, dentro daquela visão americana do indígena inexplicavelmente inteligente (risos). Além disso, escrevi um artigo, em coautoria com o Robert Hamblin, que foi publicado no *American Political Science Review*. Contribuí com o conhecimento concreto e o Hamblin com a modelagem. Não era nada fácil publicar na *APSR*. Fui o primeiro bugre latino-americano a publicar naquela revista. Uns anos mais tarde, publiquei outro artigo, em coautoria com o Adam Przeworski.

Ainda quando eu era aluno em Washington, tive um curso sobre Criminologia, estudei com um especialista em alcoolismo e seus efeitos e escrevi um trabalho sobre o Brasil, usando os estados como unidades de observação, mas não havia possibilidade de acessar os dados do município na época. Fatorizei a matriz e fiz uma análise fatorial de apenas 25 observações, o que não é recomendável. Havendo muitas variáveis e poucos casos, criamos problemas de *rank and order* no uso da matriz. Precisei passar a noite no computador central lá na Universidade esperando os resultados. É irônico isso, visto desde meu PC, um *netbook*, que é muito mais rápido (risos). Aí foi reforçado o interesse... O resultado me pareceu interessante, pois surgiu um fator geral de desorganização social.

Uma boa definição...

Em seguida, reiniciei uma comunicação com Lipset, que estava na Califórnia. Eu trabalhava no estilo dele, com dados agregados, *survey*, variáveis sociais e econômicas,

prevendo o comportamento político, resultados de eleições, etc., ou seja, sociologia política. E o Kahl teve que brigar com todo mundo dentro da Universidade para que me deixassem ir escrever a tese com o Lipset, argumentando que os alunos seguiam cursos e seminários para passar nos exames, e eu já tinha passado, e melhor do que qualquer um na história do departamento. Depois de alguma resistência me deixaram ir, e fui para UC-Berkeley, onde passei alguns anos trabalhando como uma vaca, do que não me arrependo até hoje, e construí boa parte da minha carreira ali.

Em Berkeley ofereci cursos, particularmente na Sociologia Industrial. Eu trabalhava no Instituto de Estudos Internacionais e era só o que eu fazia: trabalhava, pesquisava, produzia pra cacete. Escrevi muitos artigos. E aprendi o estilo de trabalho do Lipset, que possuía uma memória fabulosa, mas não tinha facilidade com outros idiomas. Porém, ele tinha bons leitores, pessoas que liam para ele em outros idiomas e faziam resumos extensos. Lipset possuía um *feeling*, uma empatia, uma sensibilidade com relação a outras culturas e, por isso, ele pôde fazer trabalhos como *Political man*, *the first new nation*, *american exceptionalism*, entre outros, que contrastavam os Estados Unidos e os países europeus ocidentais. Ele se transformou num dos primeiros sociólogos e cientistas políticos – as duas coisas – americanos, com peso no pensamento internacional, nos estudos comparativos.

A minha hora da verdade chegou em 1964, quando Lipset foi para Harward e me convidou para ir até lá, onde trabalhei uns meses, e Harvard me fez um convite. Dei uma espiada, fiz uma pesquisa juntamente com ele sobre política estudantil na America Latina. Depois me ofereceram para ficar em Harvard como professor assistente. Por que foi a hora da verdade? Porque Harvard é o lugar para onde todo mundo quer ir, e senti que, se eu ficasse em Harvard, não voltaria mais a viver na América Latina, além do fato de que eu estava sendo tratado com uma certa condescendência por ser o selvagem brilhante, e eu detestava isso. Ao mesmo tempo, tive um convite para trabalhar no Chile, onde financeiramente eu receberia muito mais do que em Harvard – era um trabalho com as Nações Unidas – e decidi ir por duas razões: voltar para a América Latina e ter um trabalho mais bem remunerado. O diretor da Flacso estava saindo porque tudo o que conseguia fazer era dirigir a instituição, buscar dinheiro, dar aulas, etc., e ele queria escrever. Chamava-se Peter Heinz, uma pessoa muito interessante, suíço, que queria "fazer escola", no sentido acadêmico, e quatro anos depois era eu quem estava calçando aquele sapato – não o de querer fazer escola, o que nunca quis – mas de não ter tempo de terminar meu primeiro livro. Tinha muitos artigos e capítulos publicados e nenhum livro.

Essas mudanças foram em que período?

Em 1962, estive no México; passei parte de 1962 e 1963, na Washington University. De lá para cá minhas pesquisas foram uma combinação entre meu interesse em sociologia política, nas bases sociais do comportamento eleitoral, na ditadura e nos regimes militares e na violência política. Nas últimas duas décadas, meu interesse orbitou ao redor das mortes violentas e como reduzi-las. Passei a estudar e atuar para reduzir

os acidentes, os homicídios e os suicídios, agora centrais nos meus interesses, de direito próprio. Por que uso a expressão "de direito próprio"? Porque, até então, o interesse principal era numa área específica dos estudos sobre a violência, a violência *política*, como parte do meu interesse pela democracia e pelo estudo das ditaduras.

Você terminou o doutorado em que ano?

Entrei em setembro de 1962 e em 1963 já tinha passado os *prelims*. Pouco depois, durante o verão do hemisfério norte, fui outra vez ao México, ainda como assistente de pesquisas do Kahl. Enquanto fazia isso também trabalhava na tese. Fui e voltei de carro para buscar minhas coisas em St. Louis e segui viagem para a Califórnia, onde recomecei a trabalhar na tese. Desenvolvi e entreguei a tese em 1964, mas só recebi oficialmente o doutorado em 1965. Antes disso, em 1964, fui para o Chile.

E em 1965 você vai para onde?

Continuei no Chile até fins de 1968. E decidi voltar, por um convite da Fundação Getúlio Vargas, no dia 13 de dezembro de 1968. Saí do Chile e o Brasil era uma ditadura chamada de "dicta-blanda". Desci do avião em Brasília, comprei um jornal, vi o Victor Nunes Leal e disse: "Victor, você tem que rever o seu livro, afinal é um clássico...". Todo mundo me olhou como se eu fosse ET, e eu era ET, porque aquele foi o dia em que o AI-5 foi promulgado, e o Victor tinha acabado de ser cassado como juiz do Supremo. Agora o Brasil era uma "dicta-dura" e eu não sabia. Entrei no avião para o Rio de Janeiro e vi a notícia sobre o AI-5! Que dia escolhi para voltar, heim?!

E, claro, mal cheguei ao Rio, fui à Fundação Getúlio Vargas, onde já me disseram: "Olha, não dá para manter a oferta de contrato!" E eu com mulher, um filho, biblioteca, etc., etc., sem trabalho, nem lugar para morar, no Rio de Janeiro.

E o que aconteceu depois?

Fui para o telefone, para ver onde encontrava trabalho. Encontrei na *Washington University*, porque um professor visitante cancelou a ida, não sei o porquê, e voltei para lá por um ano. Porém, fiquei umas semanas no Brasil. Enquanto eu estava procurando trabalho, reencontrei um amigo no CNPq. O CNPq ocupava só quatro andares de um edifício pequeno perto do aeroporto. O Ivan Gonçalves de Freitas me apresentou o então vice-reitor da Universidade de Brasília. Quando fui professor visitante no MIT, em 1968, ele era aluno de Física, creio que isso o impressionou, e me convidou para ir a Brasília, e fui. Houve um papo muito franco entre nós, durante o qual eu disse: "olha, não gosto deste regime, e como é que fica?" E ele me respondeu com a mesma franqueza: "você não se meta com a resistência armada, nem dê apoio logístico, e eu te garanto 72 horas, se a barra pesar". Aceitei, mas perguntei: "posso *putear* os militares em outros países?", e ele autorizou. Um ano depois, fui para a UnB, em Brasília.

Mesmo durante o seu doutorado, você lecionou em várias universidades nos Estados Unidos. E revisitando sua trajetória, é possível perceber que, excluindo

o breve período em que você trabalhou para a Capes, toda a sua experiência profissional foi dedicada a instituições de pesquisa e ensino. Você nunca cogitou a atuação política? Nunca foi convidado para cargos públicos?

Não, nunca fui convidado. O mais próximo que estive de cargo político foi durante a gestão do Cristóvão, como assessor não pago sobre questões de segurança e, como eu fazia pesquisas, também fui colocado no comitê de pesquisas do PT. Não funcionava. Era colega da Rachel Meneghello. Uns anos mais tarde, fui retirado do comitê, sem qualquer aviso ou cerimônia.

É que hoje em dia é muito comum essa migração, ou melhor, essa interligação entre academia e políticas públicas.

Tive participação na formulação de políticas públicas, mas pelo lado privado, não de empresas, mas a partir de movimentos sociais, como foi, inicialmente, o Paz no Trânsito que, depois, foi incorporado pelo governo do Distrito Federal, de forma inteligente, por iniciativa do Cristóvão. Reitero: já existia antes disso, funcionava e o Fórum pela Paz no Trânsito também existia e se reunia na UnB.

E a partir de que momento sua atenção ficou mais voltada para a criminologia, notadamente para o tema da violência no Brasil?

Antes do Brasil, me interessei pela violência na América Latina; antes da violência civil, me interessei pela violência política. Foi por isso que passei tanto tempo recolhendo dados a respeito do regime militar e entrevistei tantos generais que tiveram cargos ligados à segurança nacional e pública. Publicamos – eu, a Maria Celina Soares d'Araújo e o Celso Castro – três livros sobre a memória que os militares tinham de seu regime. Aprendi muito com eles, com os próprios militares, e com meus dois colegas. Depois, publiquei muitos artigos e outros livros sobre este tema, nos quais trabalhei sozinho. Eu tinha começado, timidamente, a pesquisar a violência na sociedade civil, com as experiências no México e em St. Louis, e passei um tempo grande estudando a violência política, concentrado no regime ditatorial do Brasil, com algumas incursões sobre outras ditaduras militares, mas, terminado o regime militar, voltei para a violência na sociedade civil, onde estou até hoje.

E como que você enquadra os estudos sobre suicídios neste cenário, já que esta é a área em que você tem se dedicado mais nos últimos tempos?

Minha concepção de segurança pública é bem mais ampla do que aquela que prevalece no Brasil. Aqui, se identifica segurança pública com crime, o que para mim é um erro sério. Várias áreas que deveriam ser objeto das preocupações dessa disciplina que ainda está se formando no Brasil, chamada segurança pública, têm, de fato, ficado de fora. É a concepção feita por e para policiais e advogados, mas que não tem muito a ver com as concepções de criminólogos, sociólogos, nem de cientistas políticos. Quando foi apresentado o 1º Plano Nacional de Segurança Pública, só se tratava de crimes. No reduzido espaço onde foram mencionadas outras mortes violentas, abordaram-se

os homicídios dolosos no trânsito, mas não se falava de afogamentos, suicídios, quedas, eletrocuções, etc. Dezenas e dezenas de milhares de mortes ficaram de fora da segurança pública, graças a esse conceito míope. E, juntas, essas causas órfãs matam tanta gente quanto os homicídios atualmente. No caso particular dos suicídios, os estudos têm sido feitos, quase exclusivamente, pelo pessoal da saúde pública – excelente, aliás. Essas são mortes e violências esquecidas, a segurança pública se esqueceu delas, a própria sociologia também; toda uma linha de pensamento teórico, que remonta a muito antes de Durkheim, foi colocada de escanteio, e os sociólogos brasileiros, que já investigam tão pouco, nem se preocuparam em pesquisar os suicídios. Interesso-me em estudar essas mortes, porque me defino como um pesquisador de segurança pública, que, para mim, repito, inclui a mortalidade e a morbidade por essas causas. Podemos salvar muitas vidas com políticas públicas. Vivo repetindo que "bons governos salvam vidas". Porém, por uma definição míope de segurança pública, deixamos de salvar muitas vidas.

Agora, fazendo uma ponte com isso que você chama de linha de pensamento sociológico, que, utilizando Durkheim, tem como um dos objetos de estudo o suicídio, você acha que, se pensarmos a sociologia no mundo atualmente, podemos pensar na superação de Foucault e um resgate de Durkheim, nos estudos sobre lei e ordem, ou no estudo de novas formas de conflitualidades?

Minha objeção é muito maior do que isso, porque não fico nem limitado a Foucault nem a Durkheim. Há vários erros e incorreções: primeiro, os clássicos, como Durkheim, não são clássicos simplesmente devido ao mérito, e os que repetem, em voz alta, durante toda a sua vida profissional, "teoria, teoria!" leram pouco além dos que consideram "clássicos". Como giram ao redor de nomes, e não de temas, não buscaram a origem dos conceitos. E creditam a origem dos estudos sérios sobre o suicídio exclusivamente a Durkheim. É irônico, porque se publicou muito sobre o suicídio antes dele. Só para lembrar: *Le suicide* foi publicado pela primeira vez em 1897. Houve muitas pesquisas interessantes sobre o suicídio antes disso: quase duas décadas antes, Enrico Agostino Morselli, em 1879, havia publicado um verdadeiro compêndio estatístico sobre o suicídio – *Il suicidio* (Milano, 1879) –, no qual tentou desenvolver uma *tipologia* dos suicídios. Morselli identificou nada menos do que dez tipos de suicídio. Mais do que isso, constatou que a frequência desses tipos se repetia ano após ano, um ponto que tenho enfatizado a respeito das mortes violentas: são fenômenos estáveis. Morselli precedeu Durkheim. A leitura de Morselli gera uma pergunta intrigante: por que Morselli, tão criativo, "sumiu" do mapa na América Latina, ao passo que Durkheim se transformou em um clássico? Vejam que o trabalho de Morselli é reconhecido pelos que pesquisam o suicídio: existe medalha dedicada a Morselli pela *International Academy of Suicide Research*, que honra seu pioneirismo e competência. Mas Morselli ficou de fora dos cursos e das leituras na América Latina. Por quê? Sei lá. Talvez nossos "teóricos" não leiam italiano.

Em verdade, as pesquisas sobre suicídio – e crime – começaram muito antes de Durkheim e de Morselli também. A. M. Guerry publicou a pioneira *Statistique comparée*

de l'état de l'instruction et du nombre des crimes, em 1832. Em 1832! E, como era a moda, publicou um trabalho sobre a "estatística moral", que incluía crimes e suicídios.[1] Houve vários outros pioneiros que merecem menção, iniciando com um belga, Adolphe Quetelet, que começou na Astronomia e foi até citado por Marx. Quetelet incluiu várias formas de comportamento violento em seus trabalhos. Aliás, Marx também escreveu um livrinho sobre suicídio.[2] A influência de Quetelet não foi pequena; o *Réseau Quetelet*, centro francês de dados, filiado ao CNRS, é um tributo a esse grande pesquisador. O *Réseau Quetelet*, claro, é membro do CESSDA, um *databank* que interliga os bancos de dados na Europa para facilitar o trabalho de pesquisadores que fazem comparações. Qualquer pesquisador pode se registrar e usá-los. É de se notar que, durante todo o século, crimes e suicídios faziam parte do conceito mais amplo de moral, e é na moldura desse conceito que se escrevia.

Voltando a Durkheim e ao suicídio, a ausência de uma interpretação psiquiátrica e/ou psicanalítica do suicídio, em Durkheim, é um dos seus pontos vulneráveis, particularmente tendo em vista trabalhos monumentais, como *Night falls fast*, que olha essa problemática a partir da bipolaridade.[3] Mas essa preocupação com um olhar psiquiátrico já existia, pelo menos desde 1892, quando Tuke e Savage escreveram artigos chamando a atenção para o seu papel.[4] George Savage foi explícito, alguns anos antes, ao falar de uma troca de sacrifícios, "para beneficiar outros". Savage desenvolveu a perspectiva a partir da "insanidade", no capítulo do livro editado por Tuke. Durkheim não escreveu num vazio, não começou do zero. Nenhum dos que chamamos clássicos o fez. Mesmo interpretações particulares, como a categoria de "suicídio altruísta", tinham precedentes. Essa é uma das consequências negativas de se organizarem cursos e seminários ao redor de autores e não de temas. Um seminário numa pós-graduação avançada, sobre o suicídio, incluiria leituras dos trechos mais importantes desses verdadeiros precursores, Guérry, Quetelet, Morselli e vários outros, além, claro, do monumental volume sobre o suicídio escrito por Durkheim. Mas, até aí, seria uma história do pensamento e do conhecimento sobre o suicídio. Um seminário sobre o suicídio, e não apenas sobre seus pais fundadores, incluiria muitos dos artigos que podem ser encontrados no *Google Scholar* sob os termos "*suicide research*". Há mais de um milhão e duzentos mil artigos nessa lista! O campo se diversificou muito. Teríamos que estudar as variáveis estruturais que influem sobre o suicídio, como as relações com a idade do suicida, religião, religiosidade, sexo, estado civil e tantas mais; analisar as condições contribuintes, como algumas – mas não todas – doenças mentais, assim como as teorias da oportunidade e tanto mais. Parar no sé-

1 GUERRY, A. M. *Essai sur la statistique morale de la France*. Paris, Crochard, 1833.

2 MARX, K.; PLAUT, E. A.; ANDERSON, K. *Marx on suicide.* Northwestern University Press, 1999.

3 JAMISON, K. R. *Night falls fast: understanding suicide* [Paperback].

4 Ver: BÉLA, B. Pre-Durkheim suicidology: the 1892 reviews of Tuke and Savage.

culo XIX é uma declaração de desconhecimento e uma ofensa à inteligência. Porém, o principal argumento contra o uso e abuso dos chamados "clássicos" nos programas de graduação e de pós-graduação, inclusive nas ementas e nas bibliografias, vem da comparação das características das sociedades e dos sistemas políticos que são muito, mas muito, diferentes. E as diferenças não são criminologicamente irrelevantes. Comecemos pelo tamanho, simples e puro. Em verdade, quando pensamos nas sociedades que temos hoje, há no Brasil áreas metropolitanas cujas populações são maiores que a somatória das populações de alguns países "centrais" do século XIX. Há várias outras diferenças! Como resultado, o meu foco negativo, a minha preocupação é com pessoas que não percebem que não vivem no século XIX, que não moram na Europa, nem nos Estados Unidos, e que as teorias que foram geradas e que continuam a ser geradas naqueles países refletem, bem ou mal, as suas estruturas sociais e políticas e não as dos nossos países que, diga-se de passagem, não são iguais e também diferem entre si, mas a variância é muito menor. Os conceitos foram e são desenvolvidos para explicar *aqueles* países. E nos acostumamos a usá-los acriticamente, o que é facilitado pela atividade de nossos intelectuais que têm pouco ou nenhum contato com a realidade em que vivem, ou, mais exatamente, em que muitos de seus compatriotas menos afortunados vivem. Não sabemos pensar sem eles, internalizamos uma forma absolutamente abjeta de colonialismo intelectual, e não conseguimos pensar o Brasil a partir de conceitos que emanam da análise da realidade brasileira. Então, brincamos de Foucault, de Durkheim, de Weber, de Marx, mas pouco do que lemos e repetimos *ad nauseam* se aplica ao Brasil de hoje. Ou seja: as teorias que expliquem o suicídio no Brasil e suas fontes de variância devem ser criadas e desenvolvidas, e não buscadas entre as já existentes. Essas últimas devemos ler como lazer e com prazer e poderemos encontrar inspirações para nossas pesquisas, mas não devem ocupar a centralidade que ocupam.

Há muitas diferenças, além do tamanho, que conspiram contra a validade de teorias da sociedade desenvolvidas na Europa do século XIX em sociedades latino-americanas contemporâneas. Malanima, por exemplo, estima que a população urbana da Europa em 1870 seria de apenas 15%; além disso, a Europa era muito mais diferenciada e menos homogeneizada do que é hoje e a urbanização variava muito, de mais de 43% no Reino Unido a menos de 6% na Escandinávia. As megalópoles de hoje não existiam nem como conceito abstrato e futurístico. Essas diferenças afetam uma ampla gama de características estruturais e comportamentais. A população da área metropolitana de São Paulo, em 2010, era da mesma ordem de grandeza que a população *total* da Alemanha em 1870, época na qual vários dos trabalhos mencionados foram publicados. A *composição por idades* é outro fator que impõe uma importante diferenciação: os adolescentes estão sobre-representados entre os autores de crimes violentos e entre as vítimas também. Uma das contribuições seminais de Hirshi e Gottfredson foi que essa relação entre idade e crimes violentos não começou agora – ela está aí desde que há estatísticas sobre os dois fenômenos, a idade e o crime. Em 1830, quando começaram a crescer as pesquisas pioneiras sobre o crime, um em cada três americanos chegava aos 60 anos;

no virar do século já era metade; em 1940, eram nada menos do que dois terços; e hoje 4/5 vivem mais do que 60 anos.

Esses dados são mais do que uma curiosidade etária e demográfica. Há duas fortes linhas de pensamento que relacionam a maior propensão ao crime à idade – Hirschi e Gottfredson[5] – e outra ao maior número relativo de homens jovens na população – batizada como a teoria de Easterlin. Hirschi e Gottfredson, ao afirmarem que os criminosos violentos são, sobretudo, jovens, colocam limites nas chamadas teorias de "carreiras criminais". Ou as carreiras seriam curtas e rápidas, ou não são apoiadas pelos abundantes dados que mostram que os criminosos violentos eram e continuam sendo desproporcionalmente jovens.

Sobre este colonialismo teórico, falando um pouco dos programas de estudo da sociologia do crime, ou o que pretende ser chamado de criminologia no Brasil, quais foram os autores, na sua opinião, que tiveram maior influência nestes programas, e quais foram essas influências, tanto do ponto de vista do desenvolvimento da área no Brasil como de não desenvolvimento, no sentido perverso da influência?

Quanto ao desenvolvimento do tema no Brasil, temos muitos, mais antigos, na nossa ciência política, e poucos no que podemos chamar de criminologia, ou de estudos de segurança pública, que começaram a crescer recentemente. Acrescenta-se uma variável importante que foi perceber a segurança pública, nos primeiros 20 anos depois de terminada a ditadura, como uma área, em certo sentido, ilegítima. Tinha que ser abordada, sempre, sob o prisma da opressão da população por parte do poder público, seja este militar anteriormente, ou polícia atualmente. Então há uma objeção muito grande, por exemplo, a cursos sobre segurança pública, como foi o caso da Universidade Federal Fluminense, onde professores e alunos juntavam forças para impedir que existisse o curso, porque não queriam ver policiais lá dentro. Se olharmos os programas de teoria sociológica e de teoria política, são escassíssimos aqueles que contêm autores brasileiros, e secundariamente, latino-americanos, e parece que o Terceiro Mundo não existe, deu lugar a uma repetição enfadonha do *Vigiar e Punir*, das *Regras do Método Sociológico*, do *Suicídio*, da *Ética Protestante*, do *Manifesto*, uma atividade muito cansativa e improdutiva. Repetem a mesma coisa há décadas.

---

5 HIRSCHI, T.; GOTTFREDSON, M. (. Age and the explanation of crime. *American Journal of Sociology,* n. 89*,* p. 552-584, 1983. GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. The true value of lambda would appear to be zero: an essay on career criminals, criminal careers, selective incapacitation, cohort studies, and related topics. *Criminology*, n. 24, p. 213-234, 1986. GOTTFREDSON, M.; HIRSCHI, TThe methodological adequacy of longitudinal research on crime. *Criminology*, n. 25, p. 581-614, 1987. GOTTFREDSON, M.,; HIRSCHI, T. Science, public policy, and the career paradigm. *Criminology*, n. 26, p. 37-55, 1988. Finalmente, escreveram um livro propondo uma teoria, a teoria do autocontrole: GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. *A general theory of crime.* Stanford, CA: Stanford University Press, 1990. Essa teoria acendeu um intenso debate. Ver: GRASMICK, H. G.; TITTLE, C. R.; BURSIK, R. J.; ARNEKLEV, B. J. Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, n. 30, p. 5-29, 1993.

A sociologia que se ensina hoje no Brasil é, aproximadamente, a mesma que se ensinava quando comecei a estudar sociologia, há mais de 50 anos. Marx, Weber e Durkheim, ironicamente chamados de "os três porquinhos". Os programas oficializados de sociologia cimentaram a vinculação dependente do nosso pensamento em relação – no caso de pensamento e não de métodos – ao que acontecia na Europa na segunda metade do século XIX, sobretudo, não ao que está ocorrendo agora. E, também, no caso de pesquisas, ao que se fazia e se faz nos Estados Unidos e outros países anglo saxões. Acontece que, por exemplo, nos Estados Unidos, houve, há uns dez anos, na ciência política, um movimento chamado *perestroika*, tentando resolver um antagonismo artificial entre quantitativos e qualitativos. Esse antagonismo é imbecil, não tem fundamento epistemológico e prejudica a criatividade do pesquisador. Quem trabalhou com os dois sabe que não poderia prescindir nem de um conjunto nem do outro. Todo pesquisador perde quando exclui algum tipo de metodologia válida, algum tipo de técnica. Devemos examinar, é claro, alguns tipos de metodologia, de técnica para saber o que temos a ganhar ao usá-los ou não, mas excluí-los *a priori* é grave. E fazemos isso.

E do ponto de vista de autores, tem algum autor que você acha que foi muito marcante para além de Durkheim e do Foucault, na formação desta área de estudos?

Tem, de forma indireta. Não há a menor dúvida de que a maior tradição sociológica no Brasil e na América Latina é marxista. Apesar do livrinho sobre suicídio do Marx, ele não é central na teoria marxista. Não obstante, os marxistas latino-americanos tentam "esticar" aquele marxismo do século XIX para explicar os fenômenos sociais hoje, ou, se forem um pouquinho modernizantes, enfatizam, por intermédio de economistas que nem sabem que Marx fazia algo parecido, variáveis explicativas quase exclusivamente econômicas. Quais? Desenvolvimento, igualdade, má distribuição de renda, agora com abertura para desigualdade na distribuição de educação, etc. E, menos, para outras variáveis relevantes, como a desigualdade de acesso sobre bens de prevenção da violência, da repressão à violência e consequências da violência. Ou seja, pobre tem menos acesso à polícia, tem menos acesso a hospitais, a educação e por aí vai... O marxismo é uma excelente orientação sociológica geral, no sentido que lhe deu Merton. Defendi esse uso há muito tempo, e continuo defendendo,[6] mas o conhecimento avançou muito depois de Marx.

Quando, em *Não matarás*, usando municípios como unidades de análise, usei ampla matriz de previsores estruturais das taxas de homicídio, apareceram variáveis enfatizadas pela Criminologia recente, como densidade urbana, taxa de imigração, porcentagem de não religiosos, porcentagem de mulheres sem parceiro com filhos adolescentes em casa e muito mais. Minha preocupação tem sido deslindar as variáveis relevantes.

6 SOARES, G. A. D. Marxism as a general sociological orientation. *British Journal of Sociology*, London, v. XIX, p. 365-374, 1968.

Com Doriam Borges, vimos a importância da cor sobre a vitimização. Falava-se que a taxa de vitimização dos negros era mais alta, alguns diziam que não era, que os negros eram assassinos e não as vítimas, tudo sem dado. Nossos dados demonstraram que a vitimização de negros era perto de 80% mais alta do que a de brancos. Outros pontos que tenho demonstrado referem-se à estabilidade dos fenômenos violentos, ao papel das armas de fogo nas mortes violentas, à sazonalidade dos homicídios, às diferenças entre os gêneros na vitimização, e muitas, muitas outras relações entre variáveis previsoras e homicídios. Em um trabalho usando dados mineiros, mostrei como o risco relativo de vitimização vai se alterando à medida que introduzimos previsores confiáveis: gênero, idade, estado civil e muitos outros. A "migração" de homicídios do sudeste para o nordeste é tema no qual o José Maria Nóbrega Jr. e eu temos trabalhado. Não é "migração" estritamente falando, mas o decréscimo acentuado da taxa de homicídios no sudeste e o crescimento acelerado da mesma taxa no nordeste. Não quer isso dizer "que os criminosos mudaram de região", mas sim que boas e consistentes políticas públicas deram certo nos estados do sudeste, ao passo que as armas de fogo e as drogas entraram pesado no nordeste e em partes do Norte, sem que as autoridades vinculadas à segurança pública estivessem preparadas.

Você estava falando sobre violência e, de acordo com o banco de teses e dissertações da Capes, há cerca de 300 trabalhos da sociologia com a palavra-chave violência, desde o início da série deste banco. Você é, sem dúvida, um dos pioneiros em lidar com esse tema no país, principalmente porque você foi um dos pioneiros no país a trabalhar com violência política. Como você avalia, neste movimento dos últimos 30 anos, a violência ter saído de um tema de fronteira para se conformar como um tema da moda, e qual o impacto que essa mudança teria na produção acadêmica nacional?

Se você procurar segurança pública e os temas relacionados a violência, polícia, prevenção, repressão, mortes violentas, etc. nas plataformas de candidatos presidenciais e nas plataformas partidárias de mais de duas décadas, observará ausência em algumas, e uma presença simbólica em outras, simplesmente para constar. Em nenhum caso foi um tema relevante, central, de uma campanha. Começou a se tornar mais relevante à medida que a mídia, pesquisadores, etc. começaram a dizer: "meu Deus, nós somos violentos!". A violência no Brasil é muito alta, existiam pequenas comparações que apareciam aqui e ali; me esforcei nesse sentido, de usar dados comparativos para mostrar que o Brasil é um país muito violento. A comparação dos números sobre homicídio com outros países pode mostrar que a taxa brasileira é muitíssimo mais alta do que a dos países A, B, C, D, etc. Essa demonstração enterra o mito de que o brasileiro é pacífico e cordial.

Usando dados comparativos com outros países, não necessariamente de grande nível de desenvolvimento, mas com renda *per capita* relativamente próxima à brasileira, na época, como Argentina, Uruguai, Costa Rica, Chile, etc., verifica-se que somos um país violento. Países latino-americanos que passaram por um período de semiestagna-

ção grande, às vezes de meio século ou mais, de 50 anos, como a Argentina e o Uruguai, tinham taxas de homicídio muito mais baixas que as brasileiras. Essa constatação desconstruiu o mito de que a violência, na sociedade, é uma resposta mecânica à estagnação na economia. Por outro lado, programas exitosos, como alguns na Colômbia, feitos ao nível municipal, foram uma preocupação minha, para mostrar que existem programas gerados na América Latina, a partir das condições latino-americanas, que salvaram muitas vidas, além de mostrar, também, que as políticas públicas contam, e muito. Foi um passo preparatório para demonstrar que, no Brasil, também tivemos e temos programas exitosos. Isso não quer dizer que não devamos estudar o hoje célebre programa de redução do crime de Nova Iorque, chamado de "Tolerância Zero" – aliás, há vários programas com o nome de "tolerância zero", e com outros nomes parecidos, em países desenvolvidos. Mas o que não aceito é supor que este ou aquele programa exitoso, que foi implantado por países do Terceiro Mundo é pior; porque não é. É mentira! O colonialismo subserviente ataca em níveis diferentes e toma, sempre, como padrão o que acontece ou aconteceu em algum país que ocupou uma posição historicamente central nos séculos XVIII XIX e XX. Foi somente depois que, por um lado, a violência se tornou intolerável e, por outro, alguns políticos, como o próprio Cristóvão, se percataram que bons programas, como o "Paz no Trânsito", poderiam render votos que a violência e o crime se politizaram, no bom sentido da palavra.

Tratando agora dos autores, o Paixão teve o mérito de estabelecer uma ponte entre a intelectualidade que, em verdade, se constituía de pouquíssimas pessoas, e a polícia, enfatizando os benefícios dessa interação. Foi no primeiro suplemento especial da PNAD sobre crime, vitimização, justiça, etc., realizado em 1988, há 23 anos, que começamos a perguntar alguma coisa de maneira sistemática sobre os temas da área. A Alba é outro nome pioneiro, há muito tempo que ela trabalha nesta área. Em São Paulo, durante muito tempo, houve trabalhos interessantes, mas sempre com aquele cacoete de achar que policial é um elemento da ditadura, porque foi uma força auxiliar por lei, e muita da tortura aconteceu dentro da PM, em vários estados. Mas a ditadura acabou há muito tempo, é outra polícia a que está aí; aqueles policiais torturadores morreram ou se aposentaram, e não é possível ser criminólogo e deixar a polícia de fora das análises. Então, seguindo a tradição institucional, houve um momento feliz em Minas Gerais, de colaboração entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Crisp. Infelizmente durou pouco, e o Crisp continuou fazendo pesquisas cada vez mais voltadas para o "mercado" do crime e da violência, e a FJP se apagou muito, passou de uma instituição de menção obrigatória, para uma instituição que só recebe referências por quem conhece a excelência da contabilidade do crime, que ela mantém. Em São Paulo, houve muitos problemas, o Núcleo de Estudos da Violência – NEV tem relações difíceis, tanto com o departamento de ciência política, quanto com o de sociologia. Porém, o NEV começou sua existência institucional com o cacoete de que não se estuda polícia, porque a polícia que está aí é o que sobrou do regime militar, o que não é verdade.

Outras pessoas criaram instituições e linhas de pesquisa aqui e ali... O Cesar Barreira, que foi meu aluno em Brasília, faz trabalhos interessantes a respeito de assas-

sinos profissionais, os pistoleiros, limitado a áreas definidas do Nordeste. Infelizmente, no meu modo de ver, suas vinculações intelectuais são essencialmente com a França, um país que foi pioneiro, mas onde, por ter menos crime violento do que o Brasil há muito tempo, o desenvolvimento do estudo de crime do tipo homicida é menos relevante do que o feito no Brasil ou na Colômbia. Quem mais? Como é tudo tão recente, há 50 anos ninguém fazia... Kant de Lima tenta formar gente e pesquisar na área da ciência política, mas se encontrou com uma forte obstrução por parte da esquerda burra na Universidade Federal Fluminense. Ela é numerosa, tem muitos representantes no corpo docente, e inviabilizou os programas. No Rio Grande do Sul, há uma pessoa com boa formação em metodologia, mas que pesquisa pouco e publica menos ainda, e uma outra que é deficiente metodologicamente, mas que pesquisa e publica bastante. Não trabalham juntas. São Paulo talvez seja o lugar onde há mais pessoas, porque foram sendo formadas, ou como o Renato [Sérgio de Lima], mais alguns...

Um tempo atrás me encontrei com o Claudio Beato e falamos sobre o estado precário da criminologia no Brasil, dizendo que, se contássemos os criminólogos que realmente sabiam investigar, talvez coubessem numa Kombi grande, e ele me disse que caberiam em um fusquinha (risos). Enfim, a metáfora é para mostrar como havia poucos, mas isso foi há 25 anos. De lá para cá, surgiram organizações, muitas ONGs, que coletam muitos dados, mas as ONGs, por não disporem de um orçamento constante, com uma vinculação que garanta o ano que vem, têm que ficar fazendo pesquisa atrás de pesquisa e prestar serviços para sobreviver. Isso significa que o padrão de excelência acadêmica de seus trabalhos e o quanto, que percentagem, de cada uma dessas pesquisas chega a ser bem analisado e publicado são muito inferiores ao que se faz no mundo acadêmico. Por quê? Porque o acadêmico está mais preocupado com o produto e com a sua reputação, que está ligada ao produto, ao passo que as ONGs estão preocupadas com a renovação dos fundos para pesquisa para que possam existir. Algumas delas fazem um trabalho absolutamente admirável de assistência também, como é o caso do Viva Rio, um trabalho lindo, belo. Enfim, são estes alguns dos nomes de instituições e pessoas na área. Há uma geração nova, entre 25 e 45 anos – porque para mim 45 é jovem (risos) –, e esse número cresceu e continua crescendo e já é muito maior que o da geração anterior, mas estão faltando os centros de excelência. Há pessoas, faltam instituições.

Quando você diz que os centros de excelência estão faltando, em sua opinião, o que falta para que estes centros possam se configurar?

Que os centros sejam instituições e não centros ao redor de uma pessoa. Enquanto falarmos do Crisp do Claudio Beato, do LAV do Ignácio Cano, do NEV do Sérgio Adorno, do CESeC da Julita, avançaremos institucionalmente pouco. Precisamos de instituições despersonalizadas, que sejam mais parecidas com os centros de pesquisa que, na minha experiência, encontrei nos Estados Unidos, mais do que na Inglaterra, mas que também existem lá. Há instituições produzindo conhecimento útil, que são participativas, envolvidas em políticas públicas em muitos países desconhecidos dos

brasileiros, como na Austrália e Nova Zelândia. São condições para que esses centros possam florir. Precisamos de várias pessoas, com experiências diferentes; precisamos de pesquisadores, professores, etc., que sejam *independentes*, em cada um dos centros. Por esses critérios, o Instituto de Estudos Sociais e Políticos – Iesp é uma instituição, mas vários dos centros vinculados com a segurança pública não o são, porque não satisfazem os requisitos de institucionalização, porque giram ao redor de um ou dois nomes.

E você acha que isso pode ser mudado a curto prazo, com um aumento do número de bolsas, principalmente para doutorado sanduíche, com o fato de cada vez mais haver estágios de pesquisa...

Olha, vou usar a ideia que não é minha, em verdade é de uma ex-mulher...

É uma boa apropriação (risos).

Pois é... Marília Coutinho tem uma ideia interessante. Para ela, o crescimento do financiamento, particularmente por meio de bolsas do CNPq e Capes, teve um duplo efeito nas nossas instituições. Aquelas que eram boas, em áreas boas, por exemplo, na bioquímica, cresceram e produziram muitas coisas, mas aquelas que eram arcaicas foram reforçadas e produziram mais gente arcaica. Pior: as instituições brasileiras têm o péssimo hábito de contratar seus próprios graduados, e quase todas viram uma panela onde entra pouca luz de fora. Com um isolamento nem sempre desejado, mas real, em relação ao resto do mundo, que é um mundo grande, as instituições nascem e permanecem provincianas, permitindo que muitas pessoas se transformem no "*coq de village*"– uma expressão predileta de um grande amigo, Luiz Laboriau, que poderíamos traduzir não literalmente por "o galo que canta sozinho". Era parte de uma peça de vaudeville. O "*coq de village*" aparece como muito maior do que realmente é, porque nunca foi comparado com outros galos.

Como vamos mudar? Já está mudando; pessoas vão se estabelecendo em outras instituições e produzindo pesquisas e resultados, a despeito da preferência dos formados pelos grandes centros urbanos. Exemplo: o José Maria Nóbrega, que se formou pela Universidade Federal de Pernambuco, está formando um núcleo, num sentido muito positivo, na Paraíba. Meu ex-orientando, Sapori, está na Universidade Católica, em Minas Gerais, formando gente competente. Ou seja, pessoas vão se localizando em instituições diferentes... Se há dez ou 15 anos não havia praticamente ninguém fora dos grandes centros, hoje existe uma pessoa, às vezes duas, num centro aqui, ou dentro de um departamento, ou de um instituto, com possibilidade de crescer. Exemplo: o ex-Iuperj, atual Iesp, tem o Machado e eu, pelo menos duas pessoas que trabalham principalmente sobre crime, violência, etc.; quando o Werneck estava lá trabalhava com temas relacionados ao Poder Judiciário. O mesmo valeria para uma tentativa que, infelizmente, não deu certo, no Departamento de Ciência Política da USP; também temos quatro ou cinco pessoas em posições pára-acadêmicas no Rio Grande do Sul, outras em Brasília e por aí vai... Faltam os centros, repletos de pesquisadores *independentes* e não de satélites de uma vaca sagrada.

Então, falando um pouco sobre as marcas da sociologia da violência e das instituições de justiça criminal, de acordo com os relatórios que temos sobre a área, vemos a existência cada vez maior de alunos com dupla formação, tanto em ciências sociais quanto em direito, como é o seu caso. Eu queria que você falasse sobre qual o risco do aumento da produção acadêmica, de um certo normativismo de olhar, e por isso uma substituição da teoria sociológica ou da teoria do direito por conceitos híbridos, que carecem de solidez teórico-metodológico. Como você vê isso?

Bom, comecemos com o direito: transformar uma pessoa que tenha passado pela deformação de uma faculdade de direito em uma pessoa que pense analiticamente e seja um pesquisador é um trabalho muito difícil, porque se deve desconstruir um pensamento normativo para construir um analítico. Um pensamento empírico é pior e mais difícil de incorporar, pois uma pessoa pode se formar em direito sem ter ideia do que é uma tabulação cruzada de dupla entrada. Por quê? Porque, no Brasil, saímos do secundário, que está cada dia pior, para entrar direto na faculdade; não existe aquela tradição que vemos em alguns países, em que os estudantes passam três ou quatro anos na universidade estudando um pouco de química, de idiomas, de filosofia, de história, de tal maneira que não cometem os absurdos, não têm a ignorância a respeito de outras áreas tão devastadoras como a de um bacharel, que saiu do direito e é um analfabeto em tudo o mais. Ele tem que ser recriado, e prefiro trabalhar com alguém que vem de economia, demografia, etc., inclusive de engenharia, do que trabalhar com advogados, porque é difícil transformar o olhar do bacharel. Reservo os termos criminólogos, sociólogos ou cientistas políticos para os que produzem conhecimento, não para os que simplesmente reproduzem e interpretam o que leram. Se olharmos o que acontece profissionalmente ou produtivamente com pessoas que se formaram ou que tiveram doutorados em instituições consideradas de ponta, veremos que produzimos poucos pesquisadores e muitos "pensadores". Isso significa estagnação: essas pessoas não vão contribuir para desenvolver o conhecimento no país. Não sabem como fazê-lo, nem querem fazê-lo.

E falando de outra área, alguns policiais, e mesmo alguns pesquisadores que lidam com as instituições e políticas de segurança pública, têm concordado com a afirmação de que as academias de polícia têm em suas bibliotecas muito mais livros de sociologia da violência do que textos sobre gestão, administração, finanças, e muitas vezes percebemos até uma presença substantiva em comparação com os textos da área de direito. Há uma percepção de que os problemas das polícias estão relacionados à gestão das instituições. Eu queria que você me ajudasse a problematizar se existe um hiato entre *ser* e *fazer* polícia, e pensar a polícia. Como você avalia esta afirmação?

Há tempos que proponho uma criação de uma PM7, que seria uma subdivisão da polícia, particularmente militar, encarregada não somente da inteligência que é o equivalente do E2 do Exército, cheia de informantes, de X9's, mas que também se encarregasse das Academias, do treinamento e do planejamento estratégico, do desenvolvimento de políticas estruturais, gente que estaria pensando as UPPs, por exemplo, neste momento,

a partir do olhar dos policiais, gente que estaria pesquisando sobre a vida traumatizante das famílias dos policiais, e dos próprios policiais. E onde fica isso, dentro da polícia? Não fica, fica fora. Gera agonia, para o pesquisador, o confronto com o descaso ou a negação pura e simples dos problemas. É vergonhoso o descaso da maioria dos comandos com a necessidade de conhecer, por exemplo, a taxa de suicídio de policiais, que é muito alta, ou seus problemas com alcoolismo, ou os problemas que enfrentam suas famílias. Faz tempo que estamos tentando, mas não conseguimos um número sequer aproximado de policiais que respondam a entrevistas, porque esses temas ainda são encarados como segredo. E o ideal é de que, além da parte psiquiátrica e de assistência, tivéssemos, dentro da própria polícia, consciência da necessidade de produzir conhecimento útil, para orientar o planejamento estratégico da polícia. Espero que isso venha a existir. Não sei, não fiz a contabilidade dos livros da polícia, mas me preocupo menos com o conteúdo das bibliotecas das academias e mais em saber se os bons policiais, os de ponta, aqueles que poderiam ser, ou que são, professores, aqueles que poderiam ser pesquisadores, se eles sabem usar a Internet para ampliar suas pesquisas.

Pensando neste sentido, como você avalia os programas de pós-graduação em sociologia ou ciência política na formação desses policiais?

Sendo otimista, acho que há meia dúzia de programas nessas duas disciplinas, com ampla generosidade da minha parte, que produzem bons alunos em todo o país. A qualidade depende muito do orientador; a formação sociológica ou política dos policiais reflete o retardo de seus professores. Uma boa formação policial permite olhar para a polícia de uma maneira crítica, como objeto, e não apenas como sujeito, e isso vale para qualquer profissão. Dependendo do tipo de sociologia e do tipo de ciência política que eles aprendam, a aprendizagem pode ser irrelevante. Se vão aprender clássicos do século XIX, é melhor substituí-los por autores atuais, pois os clássicos servem para pouco. É um esforço raro, que é premiado por uma maneira de ver e encarar as coisas, e muitos desses trabalhos são de cunho filosófico, anteriores ao início da criminologia como uma ciência moderna. Deveríamos querer policiais que fossem criminólogos e não filósofos sociais.

Pensando neste esforço e vendo sua produção, contabilizamos 120 artigos científicos e 42 capítulos de livros. No entanto, isso contrasta fortemente com os 11 livros escritos e organizados. Ou seja, você teve um esforço maior em análises pontuais sobre problemas prementes da realidade e da criminologia brasileira, do que na produção de grandes teorias. Como você vê isso?

Isso reflete um fato: não tenho o menor interesse em escrever um livro puramente teórico. Não acredito que se saiba o suficiente para escrever um livro exclusivamente teórico em criminologia. Esse livro, escrito por quem quer que seja, pertence a décadas no futuro, pois não temos agora o conhecimento suficiente para escrevê-lo. Um livro baseado em poucos dados e muito chute não é um livro teórico. Mais do que isso, as funções de conscientização e prevenção de violência são muito importantes para mim, e por isso mantenho *blogs* sobre os temas e escrevo regularmente para jornais. E qual

população que atinjo? Por exemplo, pelos dois *blogs* sobre câncer que mantenho, que é outra área de interesse, já passaram mais de 600 mil leitores. Os *blogs* sobre suicídio estão chegando a 100 mil. E por aí vai... E quanto a livros, em que se proponha uma teoria, espero que você tenha lido *Não matarás*, porque uma das partes e intenções deste livro é desconstruir as teorias mais em voga e recuperar o que pode ser salvo delas. Faço isso dentro de uma perspectiva estrutural, porque todas as variáveis explicativas usadas são estruturais – como urbanização, desigualdade de renda, industrialização, renda *per capita*. Ele foi pensado como o primeiro volume de uma série de três; os outros privilegiariam outras abordagens. Acho que ele é isso, você é que diz que ele não é...

Não, pelo contrário, não estou dizendo que ele não é isso, não me entenda mal. É que seu perfil é muito mais parecido como pesquisador das ciências exatas ou biológicas, que tem uma preocupação muito maior com a produção de *papers* e análises pontuais, do que com a formação de um sociólogo clássico, que tem uma preocupação grande em produzir vários livros subsequentes e muito teóricos, não tanto baseados nessa pesquisa empírica que você faz com tanta propriedade.

Mas isso é intencional. O Brasil não tem dinheiro para manter Maracanãs de sociólogos clássicos. Temos problemas mais sérios do que manter uma numerosa elite de intelectuais diletantes e improdutivos.

Era isso que eu queria que você problematizasse.

Sim. Mas não é algo que você diz agora e eu falo, atônito: "Nossa, foi isso que eu fiz?", como se eu estivesse descobrindo uma característica oculta da minha obra. Isso é, foi e será um traço intencional, reitero, de tudo o que fiz e vier a fazer. Um livro teórico – entenda-se, da grande teoria – sobre criminologia é um livro que vai errar muito, particularmente se referir-se a países em desenvolvimento. Além disso, se esse livro devesse ser escrito hoje, e não acredito que deva, ele seria mais bem escrito por outras pessoas do que por mim, pois o que eu faço melhor não é isso, mas sim pesquisar, comparar com outros países, ver até que ponto uma descoberta discreta, feita no Rio de Janeiro, é nomoteticamente defensável e até que ponto ela é ideográfica, com poder descritivo e explicativo apenas local. É a isso que me dedico; tenho na verdade certo desprezo pela produção teórica que é ensinada no Brasil, a qual acho muito fraca, e não sou, de jeito algum, adorador de cadáveres europeus (risos).

Como estamos falando de segurança pública, creio que uma das grandes criações dos últimos anos foi o Fórum [Brasileiro de Segurança Pública], que permitiu aquilo que era rejeitado por ambas as partes: o diálogo entre policiais e pesquisadores. Alguns, que nem pesquisadores eram, mas falavam em nome da ciência, das políticas públicas em relação a crime, etc., também participam. Essa iniciativa vingou, prosperou e cresceu. Agora, eu gostaria de ver essa instituição, que, juntamente com a Senasp, é a melhor coisa que aconteceu no Brasil nesta área nos últimos dez ou 15 anos, fizesse duas coisas: ampliasse o conceito de segurança pública, não excluindo aquilo que não é crime, mas que é violento, como são as mortes externas que, em vários países, estão dentro da segurança pública; e

que as mesas, apresentações, *posters*, etc., estimulassem mais os trabalhos de *pesquisa empírica*, porque existe o perigo de o Fórum se transformar numa organização para policiais e de oito em cada dez mesas serem só de interesses da polícia; então, não seria um Fórum de Segurança Pública, mas sim de temas policiais. No programa do último encontro, segundo minha opinião, houve um desequilíbrio grande nesse sentido. Porém, não deixo a menor dúvida de que o Fórum é o que de melhor aconteceu, nos últimos muitos anos, na área de crime e de segurança pública, e – lembre-se –, quando falo segurança pública, eu a defino no sentido amplo.

Em certo sentido já está acontecendo no Fórum e em outros círculos; começa a acontecer entre economistas, com meia dúzia de economistas trabalhando seriamente sobre crime, usando instrumentos matematicamente mais rigorosos, talvez não muito inspirados teoricamente porque a sociologia abandonou esse campo e não os informa – e em outros círculos também. Acho que a sociologia no Brasil está passando por um problema seriíssimo de identidade, pois está se transformando numa má antropologia: pouco a pouco foi abandonando áreas que antes eram colocadas "dentro" da sociologia, e outras disciplinas se encarregaram delas, formaram seus especialistas. A sociologia encolheu. Se continuar encolhendo vai sumir.

Então, como voltar à boa sociologia e à sociologia do crime, que é bem produtiva?

Já pensei em várias medidas pontuais para a sociologia e para a ciência política também. Uma seria vincular bolsas de pós-graduação à análise de massas de dados de pesquisas sobre eleições, partidos, políticas públicas, segurança pública, crime, suicídios e outros assuntos. Ou seja, temos que criar *bolsas vinculadas a pesquisas*, para, por exemplo, analisar em maiores detalhes os dados da pesquisa feita pelo Instituto de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, ou das pesquisas de vitimização realizadas em São Paulo, etc. ou re-analisar dados que são pouquíssimos analisados, como os de tantas pesquisas feitas no Brasil.

Está em andamento a primeira pesquisa nacional de vitimização, patrocinada pela Senasp, outra instituição na qual deposito muita esperança. Por que não dedicar 15 ou 20 bolsas do CNPq ou da Capes à sua análise, com o compromisso de que o orientador e o orientando escrevam artigos, livros, teses e dissertações usando esses dados? A rotatividade e a subutilização das pesquisas no Brasil são gigantescas. Mal termina a coleta de dados de uma, começa a de outra. A pesquisa é, com certa frequência, apenas uma desculpa para manter instituições e suplementar salários. Se ainda fez, aconselho você a entrar no *site* do *General Social Survey* (GSS), só para ver quantas teses e dissertações, artigos e livros e até *papers* para cursos e seminários foram escritos com base nos dados do GSS. Adianto que foram dezenas de milhares. Poderíamos, a médio prazo, pensar numa pós-graduação em criminologia, longe das faculdades de direito, dirigida à formação de pesquisadores, porque se o objetivo for formar mais pensadores que não sabem pesquisar, o dinheiro seria muito mais bem gasto com os que necessitam.

Claudio Beato

Claudio Chaves Beato Filho nasceu no dia 09 de novembro de 1956, em Foz do Iguaçu (PR). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1982. Concluiu seu mestrado (1986) e seu doutorado (1992) em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) Atualmente é professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do CRISP/UFMG.

Entrevista

Claudio Beato

Belo Horizonte, maio de 2011

Por José Luiz Ratton

Claudio, fale um pouco sobre sua trajetória até a universidade, sua formação, seus interesses.

Sou egresso dos antigos colégios estaduais, no caso o de Curitiba, quando estes eram instituições de referência no Brasil. Eram maravilhosas e inesquecíveis as atividades extraclasses, quando os intervalos eram estendidos num porão da escola, que abrigava a parte mais interessante, onde se ensaiava teatro, montavam-se grupos para tocar música e despertar vocações para as artes plásticas. Nessa época, eu tinha grande interesse por desenho e pintura. Desenhava bem, mas pintava muito mal. Respirava aquele ambiente rico e criativo que, ao lado das aulas de professores excelentes e dos melhores alunos, tornou-se uma lembrança indelével. Não saberia dizer exatamente o que guardei desse período, mas, certamente, o gosto por atividades diversas começou aí. A curiosidade já foi uma marca do ensino secundário e era muito estimulada. Hoje, formam-se alunos adestrados para passar no vestibular, e não para exercer criativamente uma profissão. A massificação do ensino público ocorrida já década de 1970 para atender à enorme demanda por educação certamente contribuiu muito para essa profunda mudança. Trocamos qualidade por quantidade, seguindo o mesmo rumo que hoje assombra nossas universidades públicas.

Quando eu era adolescente, gostava muito de tocar, e durante um tempo acreditei que seria músico, como ocorreu com muitos de meus amigos. Comecei a estudar violão clássico no Conservatório de Música da UFMG, com o professor Antônio Lucena. Aprendi a gostar de Bach pelo repertório violonístico, e até hoje acredito que

sua música é uma das mais altas expressões do espírito humano. Mas, por exigência da família, terminei fazendo vestibular, quando entrei para um curso de engenharia civil. Buscava seguir a carreira do meu pai, que exerceu a engenharia no *boom* dos das décadas de 1960 e 1970.

Dezoito anos é idade excessivamente precoce para se definir uma profissão, e após três anos de frequência bastante irregular terminei abandonando o curso. Mas aprendi muitas coisas, e a matemática foi uma delas. Lembro-me também das aulas de geometria descritiva que nos ensinavam a raciocinar abstratamente. Embora não seja proficiente ou especialmente dotado para a matemática, estudei cálculo integral e diferencial e não tenho medo dos métodos quantitativos. Aliás, a oposição "quanti" e "quali" não faz muito sentido para mim, certamente por influência desse período de formação. Pelo contrário, aprendi a admirar as belas construções formais e o raciocínio abstrato. Mas também soube compreender a arte e a beleza literárias das descrições "densas". Gostei, na engenharia, da utilização de técnicas extremamente sofisticadas e abstratas para a resolução de problemas relativamente prosaicos, como o cálculo de áreas e volumes, distâncias ou quantidades

Depois, abandonei o curso e durante certo período passei a frequentar cursos mais avançados de música, aprendendo técnicas de composição, análise, formas musicais, contraponto e harmonia. A música também era outra forma de abstração pura e, em certo sentido, era matemática também. Não por acaso, artes liberais compunham o *Quadrivium* ao lado da geometria e da astronomia. Mais tarde, descobri como Max Weber identificava na música o mesmo processo de racionalização que ocorria em quase todos os ramos do conhecimento e pensamento religioso nas sociedades ocidentais. A descoberta do nexo entre linguagens racionais e a lógica delas foi a marca que retive desse período, e a consequência mais importante foi a crença no pensamento científico e nas tecnologias como forma de resolver problemas. Dito assim, parece uma conclusão trivial e ingênua, mas essa era uma época em que aprendíamos que todo o conhecimento era interessado e enviesado ideologicamente.

Quando estava um pouco mais maduro, resolvi estudar ciências sociais. Entrei para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (FaFiCH/UFMG), onde hoje sou professor. O rico e inquieto ambiente do final da década de 1970 fazia contraponto ao início do período de distensão com sua pesada sombra do regime militar. Eram tempos sombrios, mas cheios de novidades. O murinho da FaFiCH e o bar do Pelé eram os locais onde encontrávamos muitas dessas novidades e aprendíamos muitas coisas.

Nessa época, vi que não tinha talento suficiente para abraçar a música profissionalmente. Era e ainda é uma atividade extremamente difícil de se exercer. Embora sejamos um país com uma das mais ricas tradições musicais no mundo, onde a música é uma das manifestações culturais que nos tornam mais conhecidos, nos esforçamos muito para dificultar a vida de nossos artistas. Depois, talvez como forma de reparar uma dívida, meu mestrado consistiu numa dissertação sobre a profissão de músico. "Eruditos" e "populares" era uma tradução de divisão então vigente e que, na verdade, expressava o contraste de uma educação formal em música. Como isso se traduzia em monopó-

lios de parcelas do mercado de trabalho artístico, fiz muitas entrevistas e observações com importantes instrumentistas e cantores, solistas e músicos de orquestra, maestros e compositores de música popular e erudita.

Conte sobre sua pós-graduação e como você iniciou sua carreira de professor e pesquisador.

Nesse meio tempo, iniciei minha carreira de professor, como tantos outros colegas, na PUC Minas. Depois, fiz concurso para a UFMG e hoje sou professor da mesma faculdade onde estudei, seguindo a endogenia que marca muitas carreiras acadêmicas brasileiras.

Minha tese de doutorado foi mais teórica, mas com um campo de observações muito rico. Decidi retomar a venerável tradição de estudos sobre suicídios que remontavam às origens da disciplina e utilizar modernas teorias sociais, como a etnometodologia, para compreendê-los. Em particular, busquei explorar os relatos e suas propriedades como formas de construção de fatos, seguindo a tradição de Ludwig Wittgenstein nas *Investigações filosóficas*. A parte empírica da tese foi feita em observações num hospital de pronto-socorro, por meio de entrevistas com policiais e de um mergulho denso na literatura sociológica sobre o tema. Interessava-me saber como policiais, médicos e cientistas sociais construíam, por meio da linguagem, o fenômeno do suicídio. Creio que meu interesse atual por dados e indicadores, pelos mecanismos organizacionais de construção e organização, bem como pelas as maneiras de utilização, muito se deve a esse estudo.

E seu caminho para os estudos sociológicos sobre criminalidade, violência e organizações policiais foi antecedido pela participação em uma pesquisa sobre a organização social da ciência, não é mesmo?

No começo da década de 1990, participei de projeto de pesquisa inicialmente coordenado pela professora Laura da Veiga, junto com meu colega Antônio Luiz Paixão. Era um estudo organizacional dos grupos de pesquisa científica, que seria feito por meio análise documental, um *survey*, bem como a partir de observações em ambientes de trabalho. Fiz entrevistas com físicos, químicos, demógrafos, economistas, cientistas políticos e sociólogos. Tocou-me, ainda, a parte de observações dos físicos em laboratórios, bem como a análise do banco de dados.

Uma das lições retidas das observações de grupos das *hard sciences* refere-se à importância do trabalho em equipe no funcionamento de um laboratório. Nossos resultados indicaram que, menos que questões epistemológicas, os fatores mais importantes para a explicação das diferenças entre pesquisadores da área das humanas e exatas estavam na divisão de trabalho entre pesquisadores e estudantes de graduação e pós, efetuado por equipes, e no grau de tecnologia envolvido nas atividades científicas. Nas ciências sociais, fomos profundamente influenciados por um texto lido e relido já nos períodos iniciais do curso, que faz parte da biblioteca universal dos sociólogos: "O artesanato intelectual de Wright Mills", que compõe um livro muito caro aos sociólogos brasileiros: *A imaginação sociológica*. Várias ideias influenciaram gerações de cientistas, e algumas delas relacionavam-se estreitamente com o estilo solitário e *bricoleur* da atividade sociológica. Muitas

eram brilhantes pelo seu humanismo, mas outras foram paralisantes em seu ceticismo em relação às ciências empíricas. Foram excessivas as dificuldades em incorporar um modelo cumulativo de conhecimento de uma perspectiva na qual conhecimentos pudessem ser avaliados de acordo com critérios científicos e o ceticismo em relação ao próprio método científico tal como expresso nas ciências naturais. O desenvolvimento da informática e a possibilidade de realização de pesquisas mais complexas, bem como a necessidade de trabalho interdisciplinar, terminaram por colocar em xeque essa posição.

Cientistas naturais trabalham em grupo, utilizando, algumas vezes, tecnologia caríssima. Perguntas como "Será que este aparelho de cinco milhões de dólares está efetivamente refletindo o que ele pretende medir?" tinham de ter uma sólida evidência para serem feitas. Da mesma forma, a crítica recorrente sobre os interesses ideológicos envolvidos na produção científica deve ser respondida com uma argumentação bem fundamentada empiricamente, e não com um *parti pris* inicial. Infelizmente, parece-me que ainda hoje a avaliação de projetos e programas nas áreas sociais ainda padece da posição obscurantista segundo a qual "temos as nossas pesquisas para comprovar a efetividade das nossas políticas, enquanto a oposição tem a deles". Não existe possibilidade de conhecimento científico, apenas interesse.

Vale lembrar que, nesse meio tempo, houve a emergência extraordinária de uma sociedade do conhecimento, na qual fronteiras disciplinares foram caindo inapelavelmente e mais do que nunca o conhecimento empírico tornou-se a base da construção dos enormes avanços tecnológicos a que temos assistido. A disponibilidade de informações por meio da rede de bibliotecas digitais e o acesso às publicações mais recentes mudaram completamente o panorama das ciências sociais. Fomos obrigados a sacudir o provincianismo intelectual e iniciar um processo de inserção no debate internacional. Para o bem ou para o mal, o artesanato intelectual foi confinado ao terreno importante, mas estrito, da crítica crescentemente ideológica e muitas vezes partidária. Os tempos exigiam novas estratégias e novos profissionais, além de uma colaboração interdisciplinar intensa. Mais do que nunca, a divisão do trabalho intelectual era fundamental para desenvolver novas formas de conhecimento e de capacidade crítica e transformadora nas ciências sociais. Essa lição foi decisiva quando começamos a estruturar o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp).

Você pode reconstruir a influência do Antônio Luiz Paixão e do Edmundo Campos Coelho na sua trajetória profissional?

Quando abandonei o curso de engenharia e fui para as ciências sociais, conheci o Paixão. E ele já estava trabalhando na área de estudos sobre crime e violência, desenvolvendo uma pesquisa sobre prisões junto com o Edmundo – na verdade, ele estava começando a pesquisar neste campo; isso deve ter sido em 1978 ou 1979, quando voltou de Nova Iorque. Ele estudou na Universidade de Stony Brook, NY, e de lá trouxe várias coisas que foram importantes. Primeiro foram novas perspectivas teóricas da sociologia, trouxe essa coisa de interacionismo simbólico e também o interesse por essa área de criminologia, que não tinha muito prestígio acadêmico na época. Ele e o Edmundo. O Edmundo,

na realidade, já tinha alguns textos escritos na década de 1970 e possuía posições muito avançadas do ponto de vista teórico, já falava de ecologia urbana, da escola de Chicago. Toda essa tradição de estudos criminológicos que hoje estão sendo recuperados e que já indicavam a importância de tentar compreender a distribuição espacial da criminalidade. O Edmundo era uma espécie de mentor de todos nós, mas o Paixão era diferente, por que ele gostava muito do contato com os alunos, fazia escola e foi incorporando um monte de gente. Já na graduação, fui trabalhando nessa área com o Paixão, fui bolsista de iniciação científica, desenvolvi pesquisas e tudo o mais. Nesse momento, a posição mais recorrente do Edmundo era em relação à contestação da associação direta entre pobreza e criminalidade, especialmente das posições que viam a criminalidade como estratégia de sobrevivência da pobreza. Nessa época, meu contato com o Edmundo e com o Paixão foi muito intenso. Como já disse, fiz a graduação na UFMG e fui fazer a pós-graduação com o Edmundo, no Iuperj. Acho que uma das grandes qualidades que tanto o Paixão quanto o Edmundo possuíam era o fato de trabalharem com temas que eram do *mainstream* da sociologia, como sociologia das organizações e até criminologia, que sempre foi uma área mais dura dentro das ciências sociais. Eles são os principais responsáveis pela introdução destas temáticas nas ciências sociais brasileiras.

Outro ponto forte da trajetória do Paixão são os estudos sobre polícia. Ele, de alguma forma, inaugura essa área de estudos sobre polícia, vinculados a uma visão que considero absolutamente correta de que polícia é uma instituição que é fundamental na democracia. Não há sociedade democrática sem polícia. Por acreditar que polícia era muito importante, o Paixão se juntou ao coronel Klinger, da Polícia Militar de Minas Gerais, que também acreditava que a polícia tinha que mudar. Era um momento em que a sociedade brasileira estava em processo de democratização e as polícias precisavam se adaptar aos novos tempos. Das conversas do Paixão e do Klinger com parceiros da Fundação João Pinheiro, surgiu a ideia de que a polícia deveria ser formada fora das academias de polícia. A Fundação João Pinheiro passou a organizar os cursos da PMMG por volta de 1987, 1988. Há um artigo importante, que conta um pouco dessa história – que é um dos mais bem-sucedidos processos de reforma de polícia na América Latina – e aponta para o fato de que não se reforma a polícia do dia pra noite. Você vê que essa coisa começou em 87/88 e somente 15 anos depois é que você começa a colher esses frutos. É interessante perceber que fui aluno do Paixão e o coronel Severo, um dos principais artífices da transformação da PM em Minas, era ajudante de ordens do coronel Klinger e fez parte da primeira geração de oficiais que foi formada fora das academias. Isso tem um impacto enorme do ponto de vista das reformas das polícias; para mim é uma lição de como mudar as polícias. Você não faz isso por decreto, este tipo de mudança tem que ser feito por dentro.

E a chegada ao campo de pesquisas sobre crime, violência e políticas públicas de segurança?

A entrada de forma mais estruturada no universo das políticas públicas foi uma guinada importante para os rumos da empreitada com a qual estou envolvido. Ao tér-

mino da pesquisa sobre a organização da ciência, eu e meu parceiro, professor Antônio Luiz Paixão, começamos a pensar em uma perspectiva mais aplicada nas ciências sociais. Já estávamos trabalhando com o professor Renato Assunção, do Departamento de Estatística, e com Geraldo Magella, da Fundação João Pinheiro. Das preocupações com a base social do conhecimento científico, nos voltamos para um enfoque mais empírico de estudos de violência e criminalidade. Era importante passarmos de uma discussão mais teórica e distante dos problemas efetivos de segurança pública para uma agenda mais propositiva nessa área. Sempre me chamou a atenção como preferimos discutir o conceito de justiça a desenvolver algumas maneiras de pô-la em prática. Creio que, no fundo, é a mesma atitude que tanto nos exaspera hoje da distância assumida entre belas ideias e modelos teóricos abstratos de uma prática supostamente "realista" e calcada nas ações mais condenáveis.

No início de 2000, o Woodrow Wilson Center, entidade ligada ao Congresso norte-americano, e o professor Joseph Tulchin, que coordenava o Centro de Estudos Latino-Americanos, estavam buscando parceiros para uma pesquisa sobre o ensino de políticas públicas na América Latina. O assunto, aparentemente, não tinha muito a ver com o que eu estava fazendo nessa época. Mas a curiosidade sobre o tema foi maior, e terminei me envolvendo em diversos projetos feitos em países da América Latina, sobre segurança cidadã e outros temas de políticas públicas. Posteriormente, participei mais ativamente de vários projetos nessa linha. Tratava-se de uma pesquisa que buscou diagnosticar, mas também estimular a análise de políticas públicas na América Latina, (mediante a formação e a qualificação. O diagnóstico foi revelador do que estava ocorrendo na América Latina e, em especial, no Brasil. Por aqui, sempre concebemos o ensino de políticas públicas com as escolas de governo no modelo francês, no qual se busca formar servidores que irão compor a elite profissional e burocrática do aparato estatal. Eu mesmo tive a oportunidade de participar da formação da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, no início da década de 1990, na condição de diretor nessa instituição. Hoje ela forma os melhores quadros do governo do Estado, contribuindo largamente para a profissionalização do serviço público que ora se verifica por aqui.

No entanto, a ausência de uma orientação mais voltada para avaliação e análise terminou fazendo com que a avaliação e a análise de políticas públicas se tornassem crescentemente terreno de economistas. Isso não ocorreu por acaso. Na década de 1960, importantes pioneiros da ciência econômica, como Simonsen e outros, preocuparam-se em traçar certa unidade metodológica na formação dos estudantes e elevado consenso sobre metodologia e temas centrais. O mesmo esforço foi empreendido pelos americanos, nessa mesma década, para consolidar a criminologia como atividade de suporte das políticas públicas. Uma das recomendações de comissão presidencial para tratar o tema da criminalidade foi justamente relativa à formação e qualificação. O Brasil ainda conta com uma deficiência crucial na qualificação de analistas de políticas públicas. Nosso sucesso acadêmico terminou por esterilizar esse tipo de formação, que exige um profissional versado em diferentes áreas e temáticas, detentor de sólida formação quantitativa e capaz de dialogar com os setores econômicos do governo.

Uma das orientações imprimidas às atividades do Crisp é trabalhar com pesquisas quantitativas e qualitativas que visam contribuir com as temáticas centrais da área da criminologia. Estamos focados nesse esforço, e o Crisp é uma importante referência acadêmica no setor da segurança pública.

Outra coisa, que talvez pudesse ser explorada, é o fato de que, normalmente, boa parte dos estudos de pesquisa sobre crime e violência no Brasil tem um caráter muito disciplinar. O Crisp tem uma característica de agregar profissionais de diferentes áreas na produção do conhecimento. Você poderia falar sobre isso?

Isso foi pensado sempre, em parte por essa minha vivência com outras áreas, até por que vim da área de engenharia. Trabalhei muito com pessoas da área de ciência da computação, que sempre esteve muito presente, e com a área de estatística, onde o Renato Assunção é uma figura central. Mas de qualquer maneira, a minha formação em engenharia ajudou muito, porque uma parte dessa dificuldade – acho que toda ela na realidade – é lidar com o universo quantitativo, coisa que nunca tive. Embora eu não seja muito um adversário do método qualitativo, entendo o que está se falando etc. e tal; isso facilita muito eu dialogar hoje, por exemplo, com o pessoal do MP, que é um pessoal que vem da área de engenharia de uma modelagem matemática, tem o pessoal da área de estudos de geoprocessamento de geografia, etc. Com o pessoal de economia também tenho um ótimo diálogo. Aliás, acho que a economia está fazendo um grande avanço dentro da área de estudos criminológicos, porque também tem muito essa coisa de buscar evidências empíricas e dados de forma mais rigorosa. O Crisp é um grupo de pesquisa que tem gente das áreas de medicina, ciência política, ciência da computação. Hoje mesmo, eu estava lendo uma tese de ciência da computação antiga, de uma pesquisadora que ficou muito tempo lá no Crisp, sobre a alocação de recursos policiais, usando técnicas de simulação para analisar alocação de viaturas no espaço. Estas trocas de informação enriquecem muito o trabalho científico. Na verdade, é assim que as coisas andam, por meio dessa colaboração.

O percurso do Crisp sempre teve como um dos principais eixos de atuação uma ampla e diversificada interlocução com as organizações policiais. Fale um pouco mais sobre isso.

No final da década de 1990, surgiu a ideia de um projeto que organizasse bases de dados e, simultaneamente, buscasse avaliar a efetividade das organizações policiais no controle da criminalidade violenta. Em Minas Gerais, contamos com condições excepcionais para trabalhar com as polícias, em particular a Polícia Militar. Isso ocorreu por uma circunstância local muito importante.

No início dos anos 1980, o professor Paixão, antigo militante de movimentos de esquerda, e o coronel Klinger Sobreira começaram a conversar. É provável que motivações distintas tenham ensejado esse diálogo. Para o acadêmico preocupado com o processo de consolidação democrática que estava em curso, era inegável a importância que as polícias tinham nesse processo. Para o coronel linha dura, mas atento às inova-

ções, se as polícias não mudassem, teriam dificuldades em se adaptar aos novos tempos, como vemos hoje em vários Estados brasileiros. Daí surgiu a ideia de que os oficiais da PM deveriam começar a sair dos quartéis, tendo um treinamento em instituições civis, como a Fundação João Pinheiro ou as universidades. Hoje, muitos oficiais foram nossos alunos e falam uma linguagem bastante parecida com a dos acadêmicos, o que tornava fácil propor projetos em parceria. Infelizmente, o professor não teve tempo de ver como essas ideias encontraram um terreno fértil e extremamente importante para a segurança pública brasileira.

Quando criamos o Crisp, procuramos estruturar um centro de pesquisas atuando em três linhas básicas: 1) estruturação e organização de bases de dados, reconhecidamente uma das maiores deficiências na criminologia brasileira; 2) formação e qualificação de gestores e pesquisadores em segurança pública; 3) concepção, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas sob um enfoque preventivo. O Centro é composto por pesquisadores da UFMG e especialistas externos com diferentes *backgrounds*: sociologia, estatística, ciência da computação, economia, filosofia, pedagogia, medicina preventiva e saúde pública.

Um dos produtos iniciais mais importantes desenvolvidos pelo Crisp foi a tecnologia de mapeamento e análise espacial aplicada à segurança pública. Isso foi impulsionado pelo fato de o professor Renato Assunção ser um dos maiores especialistas em análise espacial. Rapidamente foi montada uma equipe, que se encarregava também da estruturação das bases de dados, bem como do treinamento para sua utilização.

Em 1999, propusemos à Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) um projeto de organização espacial das bases de dados que eles dispunham. Até então, o Copom dispunha de um sistema muito antigo, desenvolvido em linguagem MUMPS, herança do pioneirismo de uma das centrais de operações policiais mais antigas do país. Para geoprocessar as ocorrências, éramos obrigados a fazer "traduções" em várias etapas, saindo de arquivos textos até chegarmos ao formato de *softwares* de visualização espacial que pudessem, finalmente, ser analisados por programas de análise. Os resultados finais eram mapas coloridos com pontos que indicavam os locais de crimes. Era possível identificar as áreas quentes, utilizando as técnicas de visualização de *hotspots* em mapas de Kernel. Os policiais ficaram entusiasmados com a nova tecnologia e muitas portas foram abertas. O coronel Severo, comandante de policiamento da capital na época e um dos principais mentores e estruturadores de novos conceitos na PMMG, foi um parceiro decisivo. O Crisp passou rapidamente da estruturação das bases de dados para a análise criminal. O acesso às bases de dados serviu para que várias teses fossem produzidas, artigos escritos e novas metodologias de análise espacial desenvolvidas.

Além de formar a primeira turma de analistas no Brasil com oficiais da PM, o Crisp passou também a participar da estruturação do centro de análise criminal da PM e das análises mais operacionais das atividades policiais. Já nas outras turmas, vieram muitos oficiais de São Paulo e de outros estados.

Em 2001, participamos de uma rede voltada para o desenvolvimento de processos de reforma de polícia, liderado pelo professor Chris Stone, na época diretor do Vera

Instituto e hoje na Kennedy School, em Harvard. Organizamos um seminário em Belo Horizonte, com pesquisadores e polícias dos Estados Unidos, França, África do Sul, Índia, Rússia, Inglaterra e Argentina, entre outros países.

Essa rede internacional vinculada às polícias, bem como a familiaridade que havia adquirido na gestão das atividades policiais, me levou a ter na reforma das polícias uma de minhas áreas de interesse preferidas. São poucos os acadêmicos que se dedicam à compreensão desse tema. Tive a oportunidade de, com apoio da Fundação Ford, visitar, no final da década de 1990, diversas organizações que trabalhavam com reforma das polícias e que se preocupavam em estabelecer pontes da universidade com as polícias. Conheci e ainda mantenho contatos com diversos acadêmicos que se dedicam ao tema. Participo de redes devotadas ao desenvolvimento e melhoria da atuação das polícias e participei da fundação do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, voltado especificamente para as polícias. Tenho mantido uma produção regular em áreas como gestão, análise criminal, reforma e reengenharia policial e policiamento comunitário.

Essa *expertise*, aliada à experiência do Crisp, levou a que ganhássemos uma licitação internacional para treinamento da Polícia Nacional da Colômbia, em 2003, para utilização dos mapas como ferramentas gerenciais na polícia. Retornamos logo depois para fazer outro treinamento, utilizando mapas para o desenvolvimento de projetos de prevenção com gestores das cidades de Bogotá, Cali e Medellín. Nesse meio tempo, tive a oportunidade de ir ao Chile, ao México, à Argentina, ao Peru, a El Salvador, ao Panamá e ao Paraguai por diversas vezes, oferecendo treinamento e dando conferências sobre as técnicas de mapeamento. A repercussão nacional e internacional foi grande, com importantes matérias na imprensa nacional e internacional.

E a questão da organização, análise de dados e pesquisas de vitimização?

Hoje, temos uma equipe única no país na análise e organização de dados espaciais que roda o país e recebe policiais de diversos estados para qualificação em análise criminal. A organização de bases de dados é uma das atividades que mais consomem tempo da equipe e, provavelmente, a menos visível delas. As pessoas, simplesmente, não se dão conta das dificuldades em montar algumas tabelas ou mapas, porque sempre dispuseram de dados secundários.

Todas estas áreas de interesse têm me mantido no exercício de intensa atividade de pesquisa e administração de equipes. Já coordenei pesquisas de vitimização em Minas e no Paraná. Ganhamos licitação do Ministério da Justiça, junto com o Datafolha, para fazer a primeira pesquisa nacional de vitimização, com 75 mil questionários a serem aplicados em todo o território brasileiro. Já coordenei pesquisas de violência em escolas, grupos de entrevistas e grupos focais com policiais sobre os mais diversos assuntos, estudei o medo na população de Minas Gerais, liderei a confecção de diagnósticos em várias comunidades de cidades de Minas e também do Rio e no Espírito Santo.

Agora mesmo estamos finalizando, junto com o Datafolha, a primeira Pesquisa Nacional de Vitimização para o Ministério da Justiça. Trata-se de uma amostra com mais de 80 mil domicílios em todo o país, a maior já feita. Será uma das bases de dados

mais importantes para estudo e formulação de políticas públicas nacionais, pois, com exceção do Datasus, não dispomos de informações com toda esta amplitude no Brasil.

Como você avalia a questão do financiamento da pesquisa em segurança pública no Brasil?

No final da década de 1990, o financiamento de pesquisas em segurança pública era algo completamente fora dos horizontes de nossas agências de fomento. Esse não era simplesmente um problema para a ciência e a tecnologia. Hoje, dispomos de algumas linhas de financiamento na Finep, no Capes, no CNPq, no MCT, ainda que não estruturadas de forma orgânica para o desenvolvimento sistêmico e estruturado da criminologia brasileira. Naquela época, apesar de ser um problema social grave, a violência não era ainda um tema de políticas públicas.

A necessidade de dispor de uma *expertise*, com profissionais habilitados para gerenciar suas atividades com formação qualificada, pesquisadores voltados para a área de acordo com o *mainstream* tanto nas discussões conceituais da área como na análise quantitativa, bem como de uma massa de pesquisas empíricas que pudessem subsidiar decisões e orientar projetos, programas e políticas, era algo muito claro para mim. Ainda hoje, esta é uma das áreas prioritárias, e muitos de nossos esforços são devotados a este fim. Justamente nessa mesma época, a professora Elizabeth Leeds, da Fundação Ford, estava buscando parceiros para o desenvolvimento de uma área de estudos de polícia, e a Fundação já havia diagnosticado que Minas Gerais era um bom local para financiar uma atividade desse tipo. O apoio da Fundação Ford foi fundamental na estruturação das atividades do centro e no desenvolvimento de várias ideias inovadoras em segurança pública. Logo depois, contamos com o apoio igualmente importante da Fundação Hewlett, que também foi na forma de apoio institucional. Também obtivemos o apoio da Tinker.

O Banco Mundial e o Banco Interamericano também foram parceiros importantes. A Fapemig, o CNPq, a Finep e a Capes estão crescentemente apoiando projetos nessa área. As agências de fomento têm lançado diversas linhas de apoio para a segurança pública, e recentemente o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o edital dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, no qual vários grupos foram contemplados. Também obtivemos êxito na estruturação de um deles – o de Espaço Urbano e Segurança Pública –, mas que infelizmente não prosperou.

Uma importante área de atuação do Crisp é o desenvolvimento de projetos e programas aplicados, que buscam produzir conhecimento e utilizá-lo para a solução de problemas na área de segurança pública. Conte um pouco da história do Fica Vivo.

Já tínhamos uma experiência com a gestão de informações para fins de planejamento por meio do uso de mapas. Mas naquele momento tivemos que iniciar uma experiência buscando solucionar um problema que é crônico no Brasil – os homicídios. Belo Horizonte sempre foi uma das mais pacatas capitais do Brasil. Durante a década de 1980, quando grandes metrópoles como Rio e São Paulo assistiram a um recrudes-

cimento dramático da violência, 1,5 milhão de habitantes da capital mineira observou a tudo isso com um misto de distanciamento e incredulidade. Contudo, em algum momento década de 1990, esse quadro idílico começou a mudar. A partir de 1998, a cidade, que contabilizava algo em torno de 300 homicídios por ano, começou a assistir a um crescimento vertiginoso dos crimes violentos em geral. De 325 homicídios registrados pela Polícia Civil no Estado em 1997, passou-se para 433 em 1998; 505 e 697 nos dois anos seguintes, até chegar a 701 em 2001. O número de homicídios dobrou em apenas quatro anos, configurando-se uma tendência que chega até 2003 com o alto número de 1.150 mortes por homicídios.

Diante desse quadro, o Crisp/UFMG resolveu propor a algumas instituições e organizações a realização de uma espécie de curso, visando desenvolver metodologia de trabalho orientado para formulação de estratégias de intervenção para homicídios. A estratégia inicial consistia em lançar mão de forma ampla da literatura internacional sobre programas de controle de homicídios que foram bem-sucedidos em outros contextos, assim como de estudos que buscassem compreender de forma mais específica quais as motivações e determinantes envolvidos nesse tipo de violência. Buscou-se, nas experiências internacionais, todo e qualquer subsídio que pudesse ser utilizado em uma experiência local de controle da violência interpessoal.

O projeto foi concebido para lidar com o problema dos homicídios que ocorrem envolvendo jovens. Algumas análises feitas pelo Crisp anteriormente indicavam que o problema maior do crescimento dos homicídios em Belo Horizonte tinha a ver com o envolvimento de jovens usando armas de fogo e às voltas com gangues relacionadas ao tráfico de drogas, especialmente de *crack*. Portanto, não se tratava de resolver crimes passionais ou violência doméstica, mas, especificamente, a questão dos homicídios envolvendo jovens de 15 a 24 anos usando armas de fogo. Também tínhamos indicação, por meio de pesquisa de vitimização, das dificuldades de atuação policial nos aglomerados em que atuavam estas gangues. Durante oito meses, realizaram-se reuniões, sob a coordenação do Crisp, para o levantamento de dados com várias entidades, tais como Polícias Civil e Militar, órgãos da prefeitura, como o Liberdade Assistida (um programa alternativo para cumprimento de jovens infratores), Secretaria de Educação municipal, entidades empresariais, etc. Para o projeto-piloto, foi escolhido o Morro das Pedras, por ser, na época, a região mais violenta da cidade.

Inicialmente, foram delineadas algumas estratégias que deveriam ser empregadas ali sob a coordenação de três grupos centrais. O primeiro era o da Coordenação-Geral, que envolvia membros das várias instituições presentes e visava estabelecer mecanismos rápidos de comunicação entre os diversos grupos envolvidos. Isso porque, durante os levantamentos iniciais, verificou-se que um dos problemas recorrentes dizia respeito à falta de comunicação entre os diversos órgãos municipais e estaduais encarregados da prevenção e, mesmo, da repressão aos crimes. Depois, havia dois grupos encarregados de ações mais específicas.

O primeiro, de ações repressivas, buscava identificar os bandidos mais perigosos e retirá-los de circulação mediante uma ação conjunta entre as polícias, o Ministério

Público e, pela primeira vez no Brasil, o Poder Judiciário. Em nossos diagnósticos preliminares, a articulação entre os setores da justiça era um dos principais empecilhos, pois não havia continuidade, às vezes, entre o trabalho policial e o da justiça. Várias coisas foram feitas nesse âmbito, envolvendo promotores e juízes. Além disso, foi criado um grupo inspirado no Gepae, que teve uma experiência piloto no Pavãozinho RJ, e que aqui foi denominado GPAR. Tratava-se de policiais que ficavam alocados permanentemente nos aglomerados onde se instalava o Fica Vivo, e que posteriormente irão compor uma das influências das UPPs no Rio. Esse grupo reunia-se sempre que havia um homicídio e combinava o que deveria ser feito.

O outro grupo, encarregado de ações específicas, era o de Mobilização Comunitária, que visava envolver os órgãos públicos com a comunidade local, especialmente em relação à polícia, que era muito malvista pela população local. Esse grupo organizava fóruns de debate com a população local, dos quais participavam os membros da polícia, Ministério Público e, algumas vezes, até mesmo do Poder Judiciário. Também havia atividades relativas a processos de comunicação com jovens, para mostrar os problemas do envolvimento com as gangues, além de oficinas nas escolas durante os finais de semana. Esse grupo ainda trabalhava com empresários e com o Senai e o Senac, que buscavam ampliar as oportunidades de trabalho para alguns desses jovens. O acolhimento de muitos dos jovens que desejavam sair das gangues também era feito por eles.

O segredo do projeto foi envolver de forma articulada dois grupos de atuação, com diversas instituições em torno de um objetivo comum. A estratégia é conhecida na literatura como *weed and seed*, que significa extirpar as ervas daninhas e semear as boas plantas. Era exatamente isto que os dois grupos buscavam fazer. Os resultados foram bastante encorajadores. Aumentou a confiança na polícia e no Poder Público e, sobretudo, a população do local começou a tomar rédea de suas próprias decisões. Um dos objetivos era justamente o do "empoderamento" local. Além disso, de forma inesperada para os participantes, todos os outros tipos de crimes violentos na região (não apenas na favela) assistiram a uma redução dramática. Os homicídios, que eram o objeto inicial do programa, sofreram uma queda de 47% nas etapas iniciais. Os traficantes já não andam tão ostensivamente no local como antes e mantêm certa discrição (deve-se lembrar que o objetivo não era acabar com o tráfico, o que exigiria outro tipo de ação).

Hoje, esse projeto, iniciado em 2002, tornou-se um dos programas estratégicos para o governo do Estado de Minas Gerais, que, por meio do então governador Aécio Neves, o expandiu para outros locais da região metropolitana e do estado. Hoje são 28 núcleos que atendem a mais de 14 mil jovens. Criou-se, inclusive, uma superintendência de prevenção da criminalidade na Secretaria de Defesa Social, que é a única no Brasil. Ele também é indicado, pela ONU, como uma boa prática na prevenção da violência. Órgãos como o Banco Mundial também têm utilizado essa metodologia para treinamento e capacitação de gestores municipais. Outros estados, como Pernambuco e Espírito Santo, iniciaram programas similares e contam com o apoio do Crisp para sua implementação.

Um dos aspectos mais interessantes foi que nenhum projeto na América Latina foi tão avaliado como esse. Existem cinco teses de mestrado e duas de doutorado, além de avaliações de custo/benefício mostrando a efetividade desse programa, bem como avaliações feitas pelo Banco Mundial. Do ponto de vista de resultados, na cidade de Belo Horizonte, tivemos 760 homicídios em 2009, o mesmo número de dez anos atrás.

O Igesp, projeto voltado para construção de mecanismos de integração e gestão no campo das políticas públicas de segurança, também é fruto da atividade do Crisp. Você poderia nos contar sobre o surgimento do Igesp?

Em 2005, o professor Antonio Augusto Anastasia, atual governador de Minas Gerais, mas que era o secretário de Defesa Social naquela época, me procurou para ajudá-lo a pensar em uma maneira de solucionar um dos problemas mais agudos do sistema de defesa social do Estado de Minas Gerais: a integração entre as polícias. Esta é uma questão complicada em todo o Brasil ainda hoje, e fonte de inúmeros conflitos entre as polícias, resultado de certa esquizofrenia que definimos em nossa Constituição. Essa integração era crucial para tentar reverter o crescimento dos índices de violência e criminalidade.

Desse diálogo, surgiu o Igesp – Integração e Gestão de Segurança Pública, que nada mais é do que uma nova maneira de gerenciar conjuntamente o trabalho das instituições públicas responsáveis pela segurança no estado, tendo como principal objetivo integrar as ações de órgãos do sistema de defesa social, tais como as Polícias Civil e Militar, o Ministério Público e o Judiciário, além de outras agências públicas da administração municipal. Com isso, procura-se articular ações e aumentar a eficiência do Estado na prevenção e no combate à criminalidade. As informações compartilhadas entre todas as instituições que compõem o Sistema de Defesa Social constituem o eixo central da metodologia do Igesp.

Apesar de ser uma inovação no Brasil, o modelo de gestão de segurança pública que vem sendo proposto pelo Igesp já foi testado com sucesso em outros países. Nos Estados Unidos, mais precisamente na cidade de Nova Iorque, esse sistema foi chamado de *Compstat*. Lá, ele se tornou uma maneira de gerenciar todo o trabalho da polícia, usando ao máximo as informações existentes sobre a dinâmica do crime, especialmente os mapas de atividade criminal. De acordo com especialistas, o *Compstat* foi uma das maiores inovações da polícia americana. Tanto que, hoje, ele vem sendo multiplicado em vários outros departamentos de polícia. No caso brasileiro, o modelo foi bastante ampliado para conter todo o sistema de defesa social. Na verdade, já havia experiências anteriores bem-sucedidas. O "Polícia de Resultados" foi um modelo de gestão desenvolvido pelo Crisp, que envolvia o uso de mapas e de mecanismos de descentralização.

O modelo de gestão proposto pelo Igesp tem como principal objetivo gerar e sistematizar informações precisas sobre a dinâmica da criminalidade em centros urbanos. A partir daí, essas informações são compartilhadas entre todos os agentes de segurança pública, por meio de reuniões estratégicas. Além de haver melhor compreensão da natureza dos crimes e suas causas, a aquisição e o compartilhamento dos dados permitem aos gerentes implementar táticas e estratégias mais eficientes de combate e prevenção.

Com o uso qualificado da informação, fica mais fácil utilizar os recursos de maneira mais rápida, sincronizada e focalizada.

O Igesp funciona da seguinte forma: são organizadas reuniões de trabalho semanais para cada uma das Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) que compõem o município de Belo Horizonte. Nesses encontros, devem estar presentes membros das Polícias Civil e Militar, tanto os gestores como o pessoal operacional, com o objetivo de compartilhar informações entre si e discutir possíveis soluções para os problemas que têm em comum. Os gestores, usualmente um delegado e um oficial da Polícia Militar, expõem as estatísticas criminais de cada uma de suas áreas, para que os principais problemas de segurança sejam identificados. Além disso, os policiais também compartilham entre si informações estratégicas levantadas por seus agentes, assim como possíveis demandas que precisam ser levadas a outros órgãos, como o Ministério Público e o Sistema Penitenciário, por exemplo.

Os resultados foram animadores, e esse foi, provavelmente, um dos principais mecanismos para o Estado de Minas Gerais obter a redução surpreendente dos indicadores de criminalidade violenta em Belo Horizonte. Hoje, estamos nos mesmos patamares de 14 anos atrás no número de crimes violentos.

Fale um pouco sobre as relações entre a etnometodologia, perspectiva teórica com a qual você trabalhou na sua tese de doutorado, e os estudos sobre crime e violência, desenvolvidos em outro momento de sua carreira acadêmica.

A etnometodologia tem essa característica de ser uma vertente muito empírica. Poucas tradições sociológicas têm uma preocupação com dados tão grande quanto a etnometodologia. Curioso porque a etnomedologia é uma coisa meio esotérica, as pessoas a veem assim e a consideram quase incompreensível, mas ela só trabalha com coisas muito empíricas. Análise de conversação, análise de situações de cotidiano, etc. E de onde é que surgiu a etnometodologia? Há duas referências fundamentais: uma do Aaron Cicourel, na qual ele faz talvez uma das discussões mais densas sobre a produção de dados nas ciências sociais, usando os dados de criminologia. Há também os estudos do Garfinkel sobre os jurados, que é um trabalho absolutamente seminal. É daí que vem a origem do nome etnometodologia. E existem, ainda, estudos sobre a lógica em uso das organizações policiais, um dos quais – o de Egon Bittenr – deu origem a alguns dos conceitos fundamentais do policiamento comunitário. O próprio Paixão tem um estudo que é um dos mais citados na área, que é justamente sobre a lógica em uso dos delegados de polícia quando fazem investigações. É um artigo sobre a organização policial em áreas metropolitanas e que revela o imenso repertório de classificações e métodos do senso comum que a polícia utiliza.

A etnometodologia, portanto, tem um parentesco muito grande com estudos criminológicos e também tem outra coisa muito importante e na qual depois me especializei muito, que é a questão da construção de dados, informações, gestão de informação. E isso me foi muito útil para lidar com a lógica construída da informação e a própria atitude que a etnometodologia tem, de tentar compreender como se constrói esta coisa chamada realidade social.

Você concorda com a avaliação de que as presenças do Antônio Luiz Paixão e do Antônio Augusto Prates na Fundação João Pinheiro (assim como a sua própria passagem pela Fundação João Pinheiro) foram decisivas na sua trajetória, no sentido da construção de um percurso acadêmico prioritariamente voltado para uma sociologia dos problemas sociais e para o campo da administração pública?

Claro. Veja bem, a Fundação João Pinheiro era uma instituição de políticas públicas, sendo o órgão pensante de planejamento do Estado de Minas Gerais nos anos 1970 até o final da década de 1980. Era uma instituição extremamente rica, na verdade muito mais interessante do que a universidade na época. Tinha os melhores doutores, os melhores pesquisadores, enfim, as pessoas que mais estavam produzindo: economistas, cientistas políticos, sociólogos. A perspectiva interdisciplinar e a preocupação com a busca e o desenvolvimento de soluções para os problemas sociais sempre foram traços da atuação da FJP como instituição. Curiosamente, isso na universidade pública brasileira, especialmente no campo das ciências sociais, não é valorizado. O Fica Vivo e o Igesp não me valem um ponto sequer em relatório da Capes, porque a universidade, especialmente as ciências sociais, adquiriu uma feição excessivamente acadêmica e descolada dos problemas concretos do país. Claro que esta escolha resultou no fortalecimento da pós-graduação no Brasil. Mas estamos muito longe dos problemas concretos, ao contrário do que sempre vi na Fundação João Pinheiro. Isto pode ser explicado parcialmente, porque boa parte do pessoal da FJP tinha formação muito americana e trouxe essa ideia da solução de problemas públicos para dentro da Fundação João Pinheiro. É uma coisa que a universidade nunca teve e ainda não tem. Acho que a universidade não tem essa preocupação, e isso é coisa que vejo em outros países. Nas principais universidades que já fiquei por períodos maiores, como Harvard, por exemplo, o pessoal da universidade está preocupado o tempo todo em resolver problemas, sobre como ter uma melhor polícia, melhorar sistema de justiça e essas coisas. No nosso caso, tal postura é mais rara. A Kennedy School é uma grande escola totalmente devotada à formação e busca de soluções para a administração pública norte-americama.

Finalizando, em sua opinião, qual é o papel da universidade nos países em desenvolvimento?

Conhecimento para a solução de problemas é, para mim, a função das universidades em países pobres. Numa área crítica como essa, não podemos nos dar o luxo de digressões formais ou conceituais além do necessário para amparar algumas soluções viáveis e orientadas por um conjunto de valores centrais para a democracia.

Edmundo Campos Coelho
in memorian

Edmundo Campos Coelho nasceu no dia 03 de março de 1939 em Governador Valadares (MG), e faleceu em 08 de março de 2001, aos 62 anos, no Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em Sociologia, Política e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1962, e concluiu seu mestrado em Sociologia no ano de 1973 na University Of California, nos Estados Unidos. Obteve o título de Notório Saber, que lhe permitia orientar teses de doutorado, na década de 1980.

In Memorian

Edmundo Campos Coelho (1939-2001)[1]

Por Renan Springer de Freitas

Edmundo costumava dizer que não é necessário brilhar; que podemos nos contentar em evitar o vexame. Receio ter de desapontar meu querido amigo. Digo isto em razão de algo que li no jornal por ocasião do falecimento de Orson Welles, há mais de dez anos. Na ocasião, o prof. Giannotti foi convidado a se pronunciar e limitou-se a dizer: "o mundo perdeu um grande cineasta. Poupem-me do vexame de falar trivialidades". Não me vejo, neste momento, capaz de poupar a mim mesmo de tal vexame. Não me vejo capaz de poupar o leitor de uma dose razoável de lugares-comuns. Talvez, entretanto, o leitor possa relevar, se souber que estes serão ditos, se assim posso me expressar, do fundo do coração.

Edmundo foi, sobretudo, um pioneiro. Um desbravador. Um bandeirante intelectual, por assim dizer. Por onde transitou, sempre abriu caminhos e deixou sua marca. Nos anos 1960 organizou uma coletânea sobre sociologia da burocracia. Quem, naquela época, dava atenção a isto no Brasil? Foi o primeiro a chamar a atenção para a importância da teoria organizacional e, em conexão com isto, o primeiro a estudar o Exército como uma organização com dinâmica própria. Seu *Em busca de identidade: o Exército e a Política na sociedade brasileira*, que tive a alegria de ver reeditado em 2000, 24 anos após a primeira publicação, tornou-se uma referência por essa razão. Da mesma forma, seus escritos sobre criminalidade nos anos 1970 e 1980, sobre populações prisionais,

---

1 Publicado originalmente na revista *Dados*, v. 44, n. 1, 2001.

são seminais. Edmundo foi o primeiro a chamar a atenção para o caráter indigente da sociologia que explica a criminalidade como uma decorrência de fatores como pobreza e desemprego, e o primeiro a pôr em questão – em seu *A oficina do diabo: crise e conflito no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*, de 1987 – o mito de que é possível evitar a eclosão de rebeliões em prisões mediante políticas ditas humanitárias. Posteriormente, dedicou-se ao exame das relações entre ensino e pesquisa nas universidades brasileiras. O resultado: seu controvertido *A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão*, de 1988. Quanta discussão acalorada este livro suscitou! Sua última investida foi na sociologia das profissões. Seu *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*, de 1999, traz, mais uma vez, a marca do caráter pioneiro de sua produção intelectual. Trata-se do primeiro livro no país, explica Maria da Gloria Bonelli na orelha do livro, a enfrentar a discussão sobre as relações entre profissões e Estado, tema central na bibliografia internacional da sociologia das profissões.

Edmundo tinha a virtude de levar sua admirável inquietação intelectual para a sala de aula. Foi o primeiro a ensinar interacionismo simbólico e etnometodologia no Brasil. Autores como Harold Garfinkel, Herbert Blumer, Aaron Cicourel, Randal Collins, Anselm Strauss e, fora da sociologia, Richard Rorty são hoje bem conhecidos em nosso país. Alguns deles, eu arriscaria a dizer, já cumpriram sua missão. Mas, no início dos anos 1980, quem, além de Edmundo, sabia da existência desses autores, cuja importância (ou, quem sabe, não-importância) só tem sido discutida recentemente? Há poucos dias me deparei, casualmente, com o livro *Espelhos e máscaras*, de Anselm Strauss. Uma edição deste ano, ou do ano passado, não me lembro mais. Lembrei-me, imediatamente, de Edmundo, há quase 20 anos, ávido do então inteiramente desconhecido no Brasil, e de dificílimo acesso, *Mirrors and masks*.

Edmundo era um orientador extraordinário. Conseguia deixar que os estudantes seguissem seu próprio caminho sem, ao mesmo tempo, deixar que se perdessem em suas pretensões descabidas. Guardo bem na memória seus comentários escritos, em 1982, sobre uma versão preliminar de minha dissertação de mestrado. Lembro-me bem de seu empenho em fazer com que minha dissertação tivesse um caráter dialógico. Não se atreva a falar sobre algum assunto, ele ensinou, sem antes inventariar o que outros disseram sobre o mesmo, e sem dizer o que você considerou insatisfatório naquilo que os outros disseram. Não ousaria dizer que aprendi tão difícil lição, mas aprendi que há monólogos e diálogos, que os últimos são preferíveis aos primeiros, e que devemos ser capazes de distinguir um do outro e, se possível, seguir a trilha correta. Quando me deparo com dissertações de mestrado, ou mesmo teses de doutorado, cujo caráter monológico salta à vista e/ou com trabalhos que soterram a paciência do leitor com informações e detalhes absolutamente irrelevantes, algo que ocorre com exagerada e incômoda frequência nos dias de hoje, penso sobre minha fortuna de ter tido, por duas vezes, nosso bom Edmundo como orientador. Não sei quantos sociólogos, além de mim mesmo, Edmundo formou ao longo dos 31 anos que lecionou no Iuperj. Certamente foram muitos. Quantos quer que tenhamos sido, espero estarmos todos em condições de nos gabar por trazer sua marca.

Edmundo, poucos sabem, era de uma generosidade incomum. Dona Margarida, copeira do Iuperj, sabe bem do que estou falando. E eu também. Pelos idos de 1983, ele se deu ao trabalho de elaborar um projeto de pesquisa sobre cursinhos pré-vestibulares e submetê-lo a um órgão do Ministério da Educação, apenas para que eu pudesse trabalhar e ganhar algum dinheiro durante um ano. Ele próprio jamais ganhou um centavo com isso, nem qualquer crédito acadêmico. Assim era o professor Edmundo Campos Coelho!

Edmundo se foi. Seu exemplo permanece. Alvíssaras!

Edmundo,
seu texto, seu silêncio[2]

Por Candido Mendes de Almeida

Edmundo Campos Coelho, ao ir para o hospital, mal arrumou a escrivaninha, deixado na gaveta o original do primeiro livro de contos. Já testara a entrega deste secretíssimo imaginário, passando a Wanderley o seu "Ao mestre, com carinho".[3]. Na fortaleza do silêncio e no agreste de sua vida escondida – maior reserva de intimidade que já deparei – completara toda uma trajetória da cabeça. Ascese, a sua, do ofício desbordado do *scholar*, que encontrara nas ciências sociais o casulo.

É impossível reconstituir-se o mosaico desta aventura interior deixada ao olho implacável do próprio perfeccionismo. Os contos rematariam o despontar final de uma

2 Publicado originalmente na revista *Dados*, v. 44, n. 1, 2001.

3 Crônica da sociologia assassinada ou ao mestre, com carinho. *Insight/Inteligência*, ano III, n. 11, out./dez. 2000.

escrita, no sentido mais exigente, e tão para além dos desencargos da comunicação científica. Na gaveta rematava-se a rota da proeza de Edmundo a se centrar, afinal, como um universo, na própria mesa de trabalho, orbitada por uma trajetória mais ambiciosa de conhecimento e descoberta, exaurido o profissionalismo da investigação sociológica.

Largava as grandes pistas do sucesso óbvio, que só dependesse da busca de dados, já suntuária; do excesso das certezas, bem pavimentadas; das hipóteses jubiladas de estudo, e do preciosismo dos distingos sem risco. Foi de início à temática da violência justamente no que tinha de assombração à sua análise bem comportada. *A oficina do diabo*[4] não é apenas o estudo, na plenitude, do microcosmo carcerário. Engasta-se no mesmo horizonte da arquitetura das seclusões, de Foucault; dos exílios, em suas distâncias internas, da sociedade complexa.

Venceu os enfoques da violência como tema-limite da dita organização coletiva, e da marginalidade que secrete, suscetíveis, ainda da excelência monográfica, no bom trato com que a nossa geração deu como tranquilas as premissas do desenvolvimento ou da modernização, como fatos sociais totais. Tal a senda, tal o tiro, o difícil, e o deu Edmundo. Devemos-lhe – para o benefício do nosso Iuperj – a mirada mais rica para buscar os temas-nervo, que fogem à vulgata dos estudos sobre processos ou estruturas coletivas.

Este mineiro atávico, mais que duro, resistente da mesma caverna de São Jerônimo, sempre renunciou às satisfações do *dixit* sobre as nossas ciências sociais – como a dos mistérios gozosos na meditação cristã – que permitiriam, a meio diagnóstico, a meia retórica de todos os florilégios, discussões como a da ideologia, a do comportamento partidário no Brasil, ou dos aliancismos eleitorais. Edmundo desenhou, na sua exaustiva implicação de estrutura, o país corporativo num traço dificilmente emulável à força da incisão histórica e da armadura teórica. Mostrou-o o seu estudo sobre os militares em momento crítico das deformações fáceis que permitia, à época, a maré cheia do autoritarismo das Forças Armadas.

Volúpia, a do nosso professor, como a dos santos nas suas grutas, ou por sobre a coluna da solidão majestática, desfrutada como a possessão de uma "segunda natureza" do pensador, tão só para desfrute-e-escarmento de quem o faz, quase sem romper a placenta da ruminação. Não dava a conhecer a obra em curso; furtava-se das resenhas do que publicava; fugia, sem os sintomas de uma contravaidade, das noites de autógrafos ou das tertúlias sobre o que sabia e não deixava para ninguém crítica mais contundente que a da própria e perene insatisfação.

Nesse seu dar-se à obra, no veio de estudo do estamento brasileiro, completou *As profissões imperiais*[5]. Não se dissocia, no resultado, o definitivo da exposição, do entalhe

4 *A oficina do diabo*: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj, 1987.

5 *As profissões imperiais*: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

do texto. Vai à frente da frase a orquestração da partitura, talvez sem que o percebesse o autor. E quem pôde, como Edmundo, juntando a ciência ao melhor dizer, melhor urdir em cenarística grega o enlace da profissão com a ribalta do espaço público imperial? Pode ritmá-la, na dramática interna, do pródomo a catástase. E passa a pé enxuto, da margem do discurso científico ao literário, na mesma temeridade criadora de Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda.

Deixando a obra à reclusão feroz, rigor no sono e na vigília, dominou, em *maitrise* absoluta os próximos passos. Tal como um sonâmbulo seguro, que repete acordado, à menor, o que já demarcou como rota. Não se permitiu o desfrute de *As profissões imperiais*, como nunca fez praça de *A oficina do diabo*, nem da riqueza de toda obra intermédia, como que sempre prisioneira do claustro da própria meditação.

Deixava às aulas, do dar-se do melhor da inquirição, o sulco do relevo verrumando o dado, ou da atualização do repertório de um conhecer, da melhor angústia criadora. Perseguia a nossa realidade esquiva, sua faena, seu idiomático, suas assincronias por sobre as eficácias do diagnóstico, ou da receita das totalizações, a que se vê quase condenada a sociologia do excesso da pesquisa, para a pobreza da verdadeira hermenêutica de nosso tempo.

O trunfo que fica, para a Casa, é o deste Edmundo áspero, todo o contrário das alegres companhias ou dos informalismos de confessionário. Repta a nossa ciência menina e sua solenidade defensiva: a dos conhecidos álibis do apelo direto – a esconder o campo magro do que estudam – às indulgências plenárias das multidisciplinaridades, ou do socorro urgente do *status* epistemológico do que afirma, ou da sobredeterminação que imobilize os seus enunciados.

As profissões imperiais excedem a demasia da inteligência e disciplina, a colocar o seu resultado na estante régia das proezas da cabeça brasileira. Edmundo prescindiu dos vestígios da faina, do caminho do ensaio e erro prévio; do trancamento das hipóteses malogradas; dos recomeços, sem concessão. O texto flui, à grande ensaística das interpretações, no traço largo de um Azevedo Amaral ou de um José Maria dos Santos. E a *maitrise* não castra a inspiração e o voo do praticante *in camera,* das *belles lettres*.

Não conheço na produção atual das ciências sociais brasileiras quem mais tenha trabalhado o pensar à marca do texto. O cumprimento da façanha dava-lhe o direito de virar a página e explorar o imaginário que já cumprira a estiva do real. A doença feria-o, então. Mas quem o acompanhou sabe do quanto a purga interior e a cogitação já à obra levavam-no adiante, quase imune, na aventura dos seus silêncios do quarto de hospital, a soltar-se por inteiro das servidões da doença.

Encontrava um aconchego entre a dor e a espera, a máquina latente do pensar impondo-se até a respiração como uma tarefa já adiante e em curso. O sofrer terminava ao lado, descartado por esta vida interior obstinada, suscetível de espantar as cobranças do corpo. Aberração e quase artifício o que impôs a morte no mais além passado à obra pela cabeça inflexível. "Vamos para casa", disse Edmundo a Magda, à véspera de falecer. Sem transigência abrigava-se no novo, deixado nas gavetas, como ganho desta vida subtraída aos jogos feitos, tal como o que pode a ascese, no seu artefato perene.

Antônio Luiz Paixão
in memorian

Antônio Luiz Paixão nasceu no dia 06 de maio de 1947 em Contagem (MG), e faleceu em 23 de agosto de 1996, aos 49 anos, em Belo Horizonte (MG). Graduou-se em ciências sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1969 e concluiu o mestrado em sociologia em 1975 na Universidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

In Memorian

Antônio Luiz Paixão
(1947-1996)[1]

Por Edmundo Campos Coelho

Port, o depressivo personagem de *The sheltering sky*, comparava o viver ao vício de fumar. Estamos sempre prometendo abandoná-lo, dizia ele a Kit, mas seguimos em frente cultivando-o. Por contraste, a referência lembrou-me meu amigo Paixão, que nunca cogitou abdicar dos seus Hollywood, usufruindo deles e de tudo o mais com a *joie de vivre* que falta às magoadas criaturas de Bowles. Paixão não cultivava mágoas ou ressentimentos da vida, e creio que a morte para ele consistia em pouco mais do que um cálculo e probabilidade, um jogo, uma associação do mórbido evento com a lei dos grandes números. Se, de fato, era assim, ele perdeu a aposta. Na manhã de 23 de agosto, uma dessas luminosas manhãs de Belo Horizonte, em alguma exata fração do tempo, no correr do infinito e nevrálgico segundo seu coração parou. E contra todas as probabilidades, Paixão, que raramente estava só, morreu em solidão, fechado em seu quarto, o telefone sobre o peito.

Para mim a data assinala um re-nascimento, ou melhor, uma revelação, pois iniciei o re-conhecimento do Paixão, a experiência e recuperá-lo pela lembrança com a nitidez que a longa e fraterna convivência insistiu em enevoar. Por décadas, e com a displicência das velhas amizades, elaborei do Paixão uma imagem distraída feita de ideias gerais, de instantâneos fugidios; de editoriais diários, diria Nabokov com característica crueldade. Mas, ocupados em demasia com nós mesmos, de que instrumentos dispomos para construir a versão cotidiana dos seres que mais amamos? Da perspicácia do investigador? Da grave sabedoria do filósofo? Da sensibilidade do artista? Provavelmente, apenas de uma pesada bagagem de *taken for granted*. Do mais raso senso comum,

---

1 Publicado originalmente na revista *Dados*, v. 39, n. 3, 1996.

esse "exasperante amador que sempre chega ao local por acaso antes de nós" da irritada queixa de Auden. Clichês, lugares comuns, trivialidades até que o inusitado, o surpreendente, o inesperado rompa a delicada película da realidade aparente. Mas então já não se pode curar a tardia dor de jamais ter verdadeiramente conhecido.

Ainda assim, lembrança por lembrança, pacientemente, irei reconstituindo, traço a traço, uma presença menos fugaz. O espírito de concórdia do Paixão, a docilidade do seu gênio, o tranquilo zelo com o qual cultivava todas as diferenças. Na legião dos seus amigos cabiam soldados de todos os exércitos, adeptos de todas as religiões, sectários de todas as crenças, agnósticos e místicos. Anacrônicos *hippies* perdidos no tempo, mauricinhos de carteirinha, sisudos professores universitários. PMs, poetas de botequim. Filósofos e vagabundos, o clássico e o *grunge*. Nesta generosa aceitação da diversidade da criatura humana, Paixão desprovincianizava o mundo ao seu redor. E éramos todos gloriosamente universais no frágil coração do querido amigo.

Este amor das diferenças se manifestava na área profissional, num sincero e divertido ecumenismo. Lembro-me da última vez que nos falamos. Liguei para Belo Horizonte, por volta de meia-noite, e conversamos um bocado sobre a nova escola brasileira de sociologia emergente: textos cravejados de *griffes* pós-modernas, argumentos ornados com as mais iridescentes joias das desconstruções parisienses, ideias ocultadas em longas e indevessáveis *limousines* conceituais, estilo borbulhantes como penteados em cascata. Pois Paixão gostava imensamente dos sociólogos emergentes. Sabiam fazer sua festa, dizia ele, ovacionar de pé os conceitos amestrados de Bourdieu, os saltos mortais de Baudrillard, as piruetas de Derrida entre a *écriture* e a *différence*, as cabriolas sinistras do velho Foucault em seu sombrio uniforme à porta do circo-manicômio teórico.

Ele mesmo, o Paixão, era um exemplar da sociologia submergente. A ideia clara, o texto enxuto, a economia semântica. O estilo nem tanto, é verdade, mas o argumento era sempre erguido sobre referências sólidas, imunizado contra a metástase do modismo sociológico. Quase um clássico, ou de fato um clássico na maneira pela qual deu *status* acadêmico a temas para os quais se torcia – e ainda se torce – o nariz. Os dramas das prisões, a barbárie da violência policial, os criminosos sem redenção, todos estes pinguins de geladeira da analgésica estética sociológica dos irrelevantes foram emoldurados com a melhor tradição teórica da sociologia e com o mais inspirado humanismo. Também é verdade que alguns textos do Paixão sofrem de irremediáveis equívocos. Ele tinha ideias por demais ligeiras sobre a criminalidade no Rio de Janeiro, ideias de segunda mão, compreensíveis talvez para quem olhava para a Baixada Fluminense do alto das tranquilas montanhas de Minas. Também sua percepção da discriminalização das drogas era simplesmente utópica, e isto era menos compreensível, pois ele conhecia bem a questão. Sobre estes e outros pontos não eram poucas as nossas discordâncias. Mas havíamos tacitamente concordado em não falar delas, nossa mineira maneira de duvidar, embora crendo, da solidez de uma ininterrupta amizade de 30 anos.

E nisso não se procedemos bem, meu amigo. Mas seja como for, ponho nessa derradeira e tardia dúvida toda a tristeza de uma solitária saudade. Pelo menos nisso podes realmente crer, Antônio!

As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil

Que a ideia de realizar e produzir este livro tenha sido meramente concebida já é fato bastante revelador. Reflete o rápido crescimento de um novo campo de estudo cujas raízes se encontram em diversas disciplinas das ciências sociais, mas cuja origem reflete uma das questões mais urgentes da atualidade, qual seja, a crise resultante do aumento das taxas de violência e criminalidade, bem como a incapacidade dos sistemas judiciário e de segurança pública em lidar com a situação de forma adequada e com respeito à pessoa humana.

Este livro constitui uma radiografia arqueológica desse novo campo. Explora, com cada entrevistado, a origem de seu interesse no assunto, as raízes intelectuais que influenciaram e informaram esse interesse, assim como a trajetória que levou cada um desses estudiosos pioneiros a contribuir e influenciar esse campo.

Elizabeth Leeds

Fórum Brasileiro de Segurança Pública
www.forumseguranca.org.br

INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã
www.inctviolenciaedemocracia.org.br

ANPOCS Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
www.anpocs.org.br

ISBN 978-85-65102-00-1
9 788565 102001

urbania
www.urbania.com.br